



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ANA PAULA OLIVEIRA LIMA**

**JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES TOCANTINS**  
**Escritos, ecos e redes de um abolicionista negro na**  
**província de Goiás na segunda metade do século XIX**

**Brasília, outubro de 2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ANA PAULA OLIVEIRA LIMA**

**JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES TOCANTINS**  
**Escritos, ecos e redes de um abolicionista negro na**  
**província de Goiás na segunda metade do século XIX**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO**

Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

**Brasília, outubro de 2024**

**JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES TOCANTINS**

**Escritos, ecos e redes de um abolicionista negro na província de Goiás na  
segunda metade do século XIX**

**Banca Examinadora**

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto – PPGHIS/UnB  
(Orientadora)

Profa. Dra. Renata Ribeiro Francisco – CEBRAP/UNIFESP  
(Membra)

Prof. Dr. Murilo Borges Silva – UFJ  
(Membro)

Prof. Dr. Marcelo Balaban – PPGHIS/UnB  
(Suplente)

*À menina que fui.  
À mulher que me tornei.  
Às mulheres negras de minha família;  
minha fêmea ancestralidade negra.*

A marca infalível do poder pode bem ser sua invisibilidade; o desafio inescapável será expor suas raízes - Michel Rolph-Trouillot.

A luta negra serve, de muitas maneiras, como um emblema da luta pela liberdade. Ela é emblemática de lutas mais amplas pela liberdade - Angela Yvonne Davis.



## **AGRADECIMENTOS**

Começo estas linhas sem saber muito bem o que escrever. Foram anos pessoalmente difíceis. Iniciar o mestrado em meio ao isolamento de uma pandemia foi um tão imenso ato de coragem que só agora entendo o que significou a escolha. No caminho das pedras, horas e horas conectada, pernas e pés inchados, textos e mais textos para ler e escrever e a sensação de nunca estar fazendo o suficiente nas poucas 24 horas do dia. Contra ou a favor de minha vontade, o tempo foi passando. Fiz muito mais do que havia planejado, mesmo contra todas as expectativas. Quase tudo aquilo que poderia acontecer durante toda a minha vida ocorreu em dois anos e alguns meses e cada acontecimento me marcou singularmente. Não sei se poderei esquecer alguns deles. Importa que, aos vendavais constantes, sobrevivi. E tenho sobrevivido. Agradeço especialmente:

A minha mãe, Rosa Oliveira, por suportar a exagerada carga do trabalho de reprodução da vida social, muitas vezes, sozinha. Como a tantas mulheres, lastimavelmente, esteve longe dela o poder de escolher ou não a maternidade e seus dilemas subsequentes, o que não a impediu de enfrentar com coragem uma imposição tão árdua. Obrigada pelo investimento financeiro fundamental durante minha vida escolar mesmo em meio a todas as agruras e pelo apoio decisivo. Durante a escrita da dissertação, lembro das noites em que escrevia até muito tarde e você tentava me fazer companhia, mesmo cansada e enfrentando tantos problemas pessoais, ainda que eu recusasse. Sei de cada carinho, cada gesto. Nenhum “Muito obrigada!” jamais será suficiente, mesmo assim, agradeço mil e uma vezes!

Aos meus avós paternos, Antonia Fernandes e Egidio dos Santos (*in memoriam*), pelo compromisso assumido em parte, junto a minha mãe e meu pai, com minha educação e criação. Sem vocês, tudo teria sido mais difícil. Vovó, o Alzheimer progride e há quase uma década você não mais reconhece meu rosto ou se lembra de meu nome, mas sei que cada momento vivido jamais poderá ser desfeito pela infelicidade do esquecimento. Queria tanto que sua lucidez retornasse alguns instantes para que pudéssemos vibrar juntas por mais esta etapa concluída... gostaria muito

de viver isso... Pouco dias antes da defesa desta dissertação, você se foi. Ainda lidando com a imensidão que se instala, agradeço por cada milésimo de sua existência.

A minha irmã, Juliana Kilder, por animar as tardes com música e se dedicar especialmente a preparar tantos pratos gostosos enquanto eu, detestando cozinhar, só fazia o básico e provava de tudo. Meu irmão, Guilherme Fernandes, por me auxiliar a encontrar os livros na Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás (UFG) e tomar alguns de empréstimo várias vezes. À tia Antonia Fernandes, agradeço pela visita inesperada que na hora exata me disse o que precisava ouvir e pelo poder de escuta tão, tão sublime.

As minhas amigas-irmãs: Laís Carneiro, por cada acolhida em forma de abraço, pelas tardes de muita alegria e comilança em meio a sua gravidez, e Vanessa Francielly, que agora volta a morar perto de mim. Obrigada por ser tão atenciosa em relação a minha saúde, isso fez e ainda faz toda a diferença. Com vocês, aprendi que errar e desistir não é o fim do mundo e eu precisava muito saber disso. À Lavínia Mendes, escritora brilhante, surpresa que o curso de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) me apresentou, por ser exemplo de mulher que luta e vence. Que nossa amizade e parcerias profissionais perdurem.

Às amigas de graduação que, de perto ou de longe, sempre fizeram questão de demonstrar afeto em gestos (e palavras, o que tanto gosto) e incentivar cada iniciativa que tenho proposto: Ana Paula Teixeira, com seu sorriso tão doce, coração enorme e palavras encorajadoras, e Terezinha Gontijo, amiga que faz qualquer problema parecer menor, aliviando meu peito e me trazendo um pouco menos de inquietude. Grata pelo incentivo profissional contínuo desde 2014, pelas agradáveis horas de conversa e pela confiança e encorajamento sempre demonstrados em meu trabalho desde a graduação.

À Márcia Ferreira, a preta mais linda do belíssimo Rio de Janeiro, por me contagiar com seu sorriso mais brilhante que o sol! Desejo todo sucesso profissional e pessoal nesta nova fase de sua vida.

À Marilene Eva, minha professora de História no ensino fundamental. Reencontrar-te recentemente foi uma dádiva. Quando eu sequer poderia imaginar que caminhos tão improváveis me trariam ao curso de História, você já era exemplo de ética e profissionalismo, uma professora e historiadora brilhante, além de uma mãe e avó fantástica. Mulher terna e marcante.

Ao “Bonde Pesadão”, nosso grupo de orientandas e orientando, composto por mim, Thaís Rocha, Keilla Vila Flor, Fernanda Pinheiro, Janira Sodré, Leonor Costa, Mariana Mesquita e Alexandre Brito, pelo caminho trilhado até este momento. Durante todo o processo, compartilhamos várias experiências e agradeço profundamente a vocês pelo apoio fundamental. Quero, especialmente, saudar a presença de Fernanda, terna e gentil mesmo durante os momentos mais aflitivos; Thaís, por toda a graça e vigor expressos durante as nossas viagens, permeadas de trocas intelectuais fundamentais; Janira, minha orientadora de graduação, pela generosidade, inteligência e altivez com que compartilha comigo suas perspectivas intelectuais e sobre a vida: sou grata pelas trocas bibliográficas, reflexões nos simpósios, partilhas no movimento de mulheres negras e caronas de Brasília à Goiânia; Alexandre, pelo sincero afeto e cuidado contínuos em cada conversa; Mariana, pelo respeito e obsequiosidade nesse percurso acadêmico, sempre salvando a todas nós. Desejo a todas muito sucesso em seus itinerários.

À Luciene Almeida, por tensionar os espaços de educação superior desde o curso de Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG Campus Goiânia), com as temáticas étnico-raciais e pelo engajamento contínuo para o reconhecimento das intelectualidades femininas negras. Você é uma gota de água doce no círculo de fogo que tudo devora: a academia. Intelectual amorosa, respeitosa e competente. Lembro com carinho quando você leu um texto acadêmico meu pela primeira vez. Foi no ano de 2017 e trabalhávamos juntas em um projeto. Fiquei surpresa quando fez uma exclamação sobre a excelência de minha escrita e da discussão que propunha. Excelente. Apenas. Logo eu, que tanto ouvia sobre possuir essa qualidade no ensino fundamental, mas, naquele instante, esquecia, duvidava. O ensino médio e o superior foram marcados por eventos traumáticos nesse sentido. Tive reconhecimentos de mérito acadêmico posteriores, mas, no ensino superior, sua observação veio primeiro. Sigo lembrando. E muito.

À Camila Leopoldina, também professora do curso de Letras junto à Luciene, por todo o entusiasmo com as iniciativas do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Africanidades (NEGRA/IFG), o qual integro, e pelo incentivo sincero que me motiva a seguir aprendendo e pesquisando. E também desacelerando um pouco. Compartilhar projetos e escritas contigo tem valor imenso por sua habilidade e generosidade. Aproveito para reiterar minha imensa gratidão pelo acolhimento das e dos integrantes do NEGRA nos momentos de alegria e nos mais difíceis.

À Adelma Martins, *in memoriam*. Perda irreparável para o movimento de mulheres negras de Goiás e deste país, sua dolorosa e inesperada partida ocorreu em um momento em que nos aproximávamos nas fileiras do ativismo discutindo projetos e emendando críticas que entendíamos como urgentes. Em pouco tempo de convivência, pude perceber o quão ampla era sua trajetória. Ela não poderá ser apagada. Obrigada por me ensinar um pouco sobre horizontalidade em espaços onde a hostilidade horizontal é que pode se fazer presente.

À Expedita Faustino, *in memoriam*. Demorei muito a acreditar que você tinha partido. Foram momentos de intensa dor depois de tantos anos de convivência. Foi tudo muito repentino e cruel. Distraída, quando me vem sua imagem à mente sei que não tornarei a ouvir sua voz. Obrigada pelo cuidado e por notar sempre meus esforços e cansaço e me aconselhar a descansar. O tempo passou tão depressa e não percebi... o cotidiano nos consome tanto... gostaria que tivéssemos conversado mais sobre um monte de coisas. Você foi uma entre as tantas mulheres de verdadeira coragem que conheci. Seu legado é esse. Foi bom ter te conhecido.

À Lúcia Dorotheia, por toda a amizade e atenção a mim dedicadas. Um cuidado que começa na infância e perdura até hoje. Obrigada por respeitar cada vez que escolhi me ausentar. Por acolher minhas falhas e aceitar minhas escolhas. Por confiar em mim e poder contar com sua defesa nos momentos mais urgentes. Por incentivar minhas ideias (ou a mudança delas) enquanto caminho. Por me ouvir de forma sincera nos momentos de desespero e ajudar a aliviar as pesadas cargas do cotidiano.

À Maria Jany, por cada palavra de força e cuidado. Por me ouvir com curiosidade sincera e me fazer confiar. Por sempre ter demonstrado apreço genuíno pelo que sou, não pelo que faço ou deixo de fazer.

À Wislainy Alves e Hellder Brito, pelas longas conversas e compartilhamento de incertezas, frustrações, tristezas, batalhas, alegrias e esperanças quanto à educação e à vida.

Às tantas feministas coerentes que conheci conectada às redes. Vocês me fizeram aprofundar a noção de alteridade concebendo-a fora dos ímpetos egoicos que tantas vezes dominam a construção coletiva dos movimentos sociais. Foi um giro cognitivo e tanto, mudei radicalmente várias das minhas percepções. Não irei nomeá-las uma a uma, mas quero registrar carinhosa e energeticamente a importância desse convívio (mesmo que por tela) para a minha (re)constituição enquanto mulher negra ativista, pesquisadora, professora e filha: àquelas que compõem as

comunidades de não maternidade, ponto de apoio fundamental na reivindicação desse direito básico, sou muito grata por de pronto me acolherem tão bem e reconhecerem a importância do meu trabalho; as minhas mais novas, jovens feministas e anarquistas, saúdo pela potência de insurgirem o trabalho/debate radical de que as mulheres periféricas do Brasil são gente. Vocês refinaram minhas lentes analíticas.

À minha orientadora, Ana Flávia Magalhães Pinto, pelo aceite de orientação, pela larga competência em relação à temática e pela correção atenta do texto. Todas as sugestões bibliográficas foram valiosíssimas e muito precisas. A ela devo muitos dos acertos desta dissertação, já os equívocos, ficam por minha conta. Um agradecimento especial também ao professor Murilo Borges (UFJ) e à professora Renata Ribeiro Francisco (UNIFESP), desta vez, pelas contribuições na arguição da pesquisa. Murilo por toda a parceria em vários momentos e espaços acadêmicos, e Renata, que conheci apenas no instante da qualificação (e fiquei imensamente feliz!), por partilhar de sua absurda competência analítica. Exemplos de muita seriedade e ética profissional, agradeço-lhes pelo acolhimento fundamental no dia da qualificação e o diálogo tão horizontal que tornaram possível. A academia precisa de intelectuais sensíveis e vocês certamente têm contribuído para que essa transformação vigore.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição nacional fundamental, pela concessão de bolsa no transcurso desse período. Ainda que com valores bem defasados e sob contínua política de desmonte da educação pelo desgoverno do Inelegível, a CAPES tem papel intransferível na melhoria do sistema de graduação e pós-graduação deste país. Que seja vitoriosa a atual luta pela valorização/validação dos anos de estudo como regime de trabalho. Reconhecimento previdenciário às/aos estudantes já!

As idas e vindas a Goiás sempre tiveram um sabor muito especial, e não só pelos doces incríveis que pude experimentar. À arquivologista Fátima Cançado, diretora da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, em Cidade de Goiás, sou grata por demonstrar boa vontade em atender minhas demandas e pelas dicas valiosas de onde pesquisar. As obras indicadas foram achados valiosíssimos. À Tatielle Brito Nepomuceno e Milena Bastos Tavares, competéssimas profissionais do Museu das Bandeiras (MUBAN), que não mediram esforços para que a documentação solicitada via formulário chegasse a mim no prazo devido, demonstrando sempre profundo respeito, sou grata por mostrarem caminhos de pesquisa até então pouco pensados por

mim e que me renderiam bons anos de estudo. Reconheço toda a generosidade do gesto. A Rafael Fleury Passos e Paulo Brito Prado, responsáveis pelo Gabinete Literário Goyano, pelo pronto retorno ao contato e pelo envio de documentos e sugestões de bibliografias.

Por fim, agradeço aos e às docentes que cruzaram minha trajetória durante a graduação e o mestrado e deixaram bons exemplos. Uma menção singela também a Rodolfo e seu Jorge, da coordenação de apoio discente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UnB), pela disposição contínua em atender nossas demandas enquanto estudantes e solucionar todas as dúvidas.



## RESUMO

Nesta dissertação, desenvolvo uma investigação sobre redes de sociabilidade marcadas pela atuação de sujeitos e sujeitas negros e negras, com enfoque na experiência de José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889), na segunda metade do século XIX. Em espaços como a imprensa, o movimento abolicionista, instituições de ensino e religiosas e tantos outros âmbitos socioculturais, desde a província de Goiás, o pensador funda o primeiro jornal cujo objetivo era debater a abolição e os aspectos nela circunscritos, *O Publicador Goyano* (1885-1889), e atua como redator em algumas oficinas tipográficas. Ao criar a *Sociedade Abolicionista Servos de Christo*, em 1887, já era ele conhecido professor do Liceu de Goyaz e deixava sua marca em composições sacras e nas bandas de música que formava. Assim, considerando todas essas dimensões, José Marques conecta uma rede que envolve distintos sujeitos e, ecoando na imprensa, identificam-se agências negras, de libertandos, livres ou libertos, na contestação ao escravismo e às práticas de racialização e racismo, bem como e, em larga medida, na reivindicação de participação social justa e igualitária. Se entre a população escravizada havia o entendimento de seu lugar como trabalhadora, ainda que em regime máximo de exploração, tal compreensão não esteve restrita a esse segmento, pois as dinâmicas observadas entre livres e libertos evidenciam que a busca pela liberdade como direito (para além do processo de abolição) não se fez em separado da ênfase no trabalho e na instrução como possibilidades efetivas de melhoria individual e coletiva. Enquanto eram pensados os fins e os meios para concretizar a abolição, eram postos em cena também aspectos relacionados à conformação da nação a surgir após aquele momento. Nesse sentido, a imprensa continuaria a ser uma das principais irradiadoras das demandas e perspectivas dos sujeitos que ocupariam suas trincheiras, projetando debates além das fronteiras nacionais. Os jornais constituem a principal fonte recorrida e a análise das dinâmicas descritas, no intercurso do campo das emancipações e pós-abolição, insere-se na perspectiva da História Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abolicionismos negros, José do Patrocínio Marques Tocantins, Sociabilidades, Província de Goiás, Século XIX.



## ABSTRACT

This is a study of the networks of sociability marked by the actions of black subjects, focusing on the experience of José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889) in the second half of the 19th century. In the press, the abolitionist movement, educational and religious institutions and so many other socio-cultural spaces, from the province of Goiás, we can identify black agencies, of freedmen, free or freed, contesting slavery and the practices of racialization and racism, as well as demanding fair and equal social participation. If among the enslaved population there was an understanding of their place as workers, albeit in a regime of maximum exploitation, this understanding was not restricted to this segment, since the dynamics observed between free and freed people show that the search for freedom as a right (beyond the abolition process) was not separate from the emphasis on work and education as effective possibilities for individual and collective improvement. While the ends and means of achieving abolition were being considered, aspects related to the shape of the nation after that moment were also being put into question. Thus, the press would continue to be one of the main bases for the demands and perspectives of the subjects who would occupy its trenches, projecting debates beyond national borders. The newspapers are, therefore, the main source used, and the analysis of the dynamics described, in the course of the emancipation and post-abolition fields, falls within the perspective of Social History.

**KEYWORDS:** Black abolitionisms, José do Patrocínio Marques Tocantins, Sociabilities, Province of Goiás, 19th century.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E RACISMO EM GOIÁS</b>	
<b>NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX</b>	<b>30</b>
<b>1.1 Abolicionismos e imprensa em Goiás em fins do século XIX: uma aproximação</b>	<b>30</b>
<b>1.2 Entre desafios historiográficos e raciais: em busca de outros sujeitos e suas histórias</b>	<b>40</b>
<b>1.3 Disputas pela construção da liberdade: entre hierarquias e resistências</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO 2 – APRENDIZADOS SOBRE CIDADANIA E OUTROS DEVERES</b>	<b>64</b>
<b>2.1 “Nesta terra em que floresce o pequizeiro e canta o João-conguinho, que as negras falanges do escravismo sejam batidas com todas as honras do estilo”: justiça como veio de liberdade na pena de <i>O Publicador Goyano</i></b>	<b>64</b>
<b>2.2 Música, devoção e lições</b>	<b>82</b>
<b>2.3 Entre princípios, razão e honra: entraves raciais na arena eleitoral</b>	<b>96</b>
<b>CAPÍTULO 3 – SOCIABILIDADES E INVENTIVIDADES NEGRAS:</b>	
<b>CULTURA, INSTRUÇÃO E TRABALHO</b>	<b>107</b>
<b>3.1 Por trabalho, instrução e industrialização: fazeres transnacionais e uma crítica da imigração</b>	<b>107</b>
<b>3.2 Sociedades abolicionistas e abolicionismos negros: encontros e desencontros</b>	<b>122</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>161</b>
<b>FONTES</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>168</b>



## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1</b> – Primeira página d’ <i>O Publicador Goyano</i>	<b>32</b>
<b>IMAGEM 2</b> – José do Patrocínio Marques Tocantins	<b>33</b>
<b>IMAGEM 3</b> – Primeira página d’ <i>A Tribuna Livre</i>	<b>37</b>
<b>IMAGEM 4</b> – Primeira página do <i>Goyaz</i>	<b>39</b>
<b>IMAGEM 5</b> – Mapa de Goyaz: Fragmento da Carta da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de 1892	<b>54</b>
<b>IMAGEM 6</b> – Banda União Goiana, 16 de julho de 1884	<b>85</b>
<b>IMAGEM 7</b> – Cônego José Iria Xavier Serradourada	<b>89</b>
<b>IMAGEM 8</b> – Bazilio Martins Braga Serradourada	<b>90</b>
<b>IMAGEM 9</b> – Tipógrafas Compositoras	<b>151</b>
<b>IMAGEM 10</b> – <i>O Publicador Goyano</i> saudando a instituição da Lei Áurea	<b>155</b>



## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Listagem – Sociedade Abolicionista Azylo da Razão (1877)	<b>126</b>
<b>QUADRO 2</b> – Listagem – Sociedade Abolicionista Militar (1885)	<b>129</b>
<b>QUADRO 3</b> – Listagem – Sociedade Abolicionista dos Cadetes e Inferiores da Guarnição de Goyaz (1887)	<b>132</b>
<b>QUADRO 4</b> – Listagem – Sociedade Abolicionista Servos de Christo (1887)	<b>134</b>
<b>QUADRO 5</b> – Listagem – Sociedade Abolicionista Popular João Clapp (1887)	<b>136</b>
<b>QUADRO 6</b> – Listagem – Sociedade Abolicionista Preparatoriana (1887)	<b>139</b>
<b>QUADRO 7</b> – Listagem – Confederação Abolicionista Félix de Bulhões (1887)	<b>142</b>
<b>QUADRO 8</b> – Listagem – Sociedade Dramática Recreio Artístico (188?)	<b>148</b>



## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1</b> – Escravizados nas minas de Goiás	<b>56</b>
<b>TABELA 2</b> – Escravizados na capitania de Goiás	<b>57</b>
<b>TABELA 3</b> – Subscrição referente a abril de 1888	<b>153</b>



## **LISTA DE GRÁFICOS**

**GRÁFICO 1** – Quadro populacional livre da província de Goiás considerando os marcadores sociais de raça e sexo

**61**



## INTRODUÇÃO

Em uma tarde quente e aparentemente comum, o encontro com a fotografia de um homem negro e alguns outros vestígios deixados por ele. Notei primeiro, confesso, o porte elegante que possuía. O registro a que me refiro corresponde à Imagem 2. Soube de imediato que ele era goiano, abolicionista e tinha nome idêntico ao carioca José do Patrocínio, também conhecido pelo envolvimento no abolicionismo. Isso ocorreu durante a minha graduação, no ano de 2017. A descoberta me pareceu interessante, tendo em vista que pretendia articular minha monografia relacionando, de algum modo, a participação negra no movimento abolicionista em Goiás. Os indícios de que indivíduos negros não se furtavam à demanda pela liberdade eram consistentes e, após o primeiro contato, fui em busca de outros lances da vida de José do Patrocínio Marques Tocantins. Não o conhecia até então e, à medida que entrava em contato com a documentação (composta basilarmente por jornais e obras relativas ao período), tinha a sensação de que um mundo totalmente desconhecido se abria. Comecei a questionar os porquês de eu não saber quase nada sobre a luta da população negra pela abolição e muito menos da vivacidade de um abolicionista negro tão perto de mim. A complexidade que parecia permear o respectivo movimento no Brasil era maior do que supunha até então.

Pensava no quanto eu precisaria ler para enredar uma boa história. Mas, para a minha sorte, gostava bastante da temática. Sabia pouquíssimo de história de Goiás e, em acréscimo, enfrentaria o desafio de pesquisar o século XIX e essa fração específica da história contemporânea, algo absolutamente fora da minha zona de conforto, pois estava me aprofundando em outras temáticas e recortes temporais. Em consulta às fontes, dados e mais dados apareciam e a imprensa mostrava-se uma escolha interessante no campo de pesquisa. Naquele momento, fiei-me mais nas ideias mobilizadas por José Marques na imprensa para a construção coletiva do abolicionismo, embora tenha abordado também, com algum alcance, a movimentação dele em espaços sociais centrais envolvendo tanto os mundos do trabalho quanto as dinâmicas culturais. Concluído o curso de licenciatura em História, eis que me pareceu viável focar, no mestrado, as redes de sociabilidade marcadas pela atuação também de outros sujeitos negros e sujeitas negras, isto é, quem mais, além

de José Marques, possuía fenótipo semelhante ao dele e estava na linha de frente das tramas de liberdade tecidas naquele final de século XIX<sup>1</sup>. Sem perder de vista as muitas dimensões da vida social, apresentar as demandas, planos e articulações coletivas para o alcance desses intentos se revelava boa opção. Assim, o passo inicial, e consideravelmente demorado, foi elaborar uma listagem relacionando, lado a lado, nomes e espaços diversos de sociabilidade. A etapa seguinte consistia em localizar os assentos de batismo para identificar a cor dos indivíduos.

Ainda em contexto mais agravado da pandemia de Covid-19, a primeira opção, no início de 2021, foi buscar os registros eclesiásticos e civis em bases digitais de documentos, o que durou alguns meses<sup>2</sup>. Encontrei pouquíssima documentação referente a Goiás para o período do meu interesse. Deparei-me mais com uns poucos atestados de óbito. Como os dados encontrados eram insuficientes, recorri ao Arquivo Diocesano Dom Tomás Balduino, na Cidade de Goiás. Na verdade, como soube depois por informação desse arquivo, a documentação que procurava ainda não estava digitalizada. Encaminhei a listagem completa e expliquei a demanda por meio dos canais oficiais, e-mail e *WhatsApp*, e fui orientada a aguardar retorno. Pelos meios citados e, adicionalmente, por telefone, solicitei cinco vezes resposta. Como percebi que a devolutiva não viria a tempo ou sequer viria (o que se confirmou), concentrei a análise, tendo os mesmos objetivos, na experiência de José Marques, cujos dados eram mais abundantes, e que a certa altura se cruzava aos caminhos de alguns outros indivíduos negros.

À circunstância, um parêntese: é preciso desnaturalizá-la. O episódio revela mais do que apenas incompreensão da solicitação, escassez de tempo para efetivar a busca ou dificuldades de ordem técnica para o acesso. A problemática é mais profunda e se dá em alguns níveis. A inexistência de um arquivo público em Goiás precariza a experiência da investigação de modo que a falta de organicidade dos locais de concentração de documentos históricos carece de instrumentos básicos. Nas andanças pelos museus e fundações privadas nesses últimos quatro anos, vi de perto fardos de documentos armazenados sem o devido critério, assim como exemplares dos jornais utilizados nesta pesquisa se esfacelando, corroídos ou manchados, comprometendo bastante a leitura. Ocorrência comum, aqueles consultados por pesquisadores e pesquisadoras ficando fora

---

<sup>1</sup> A relevância em distinguir a cor dos sujeitos na pesquisa encontra-se amparada em Álvaro Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, setembro-dezembro de 2016, pp. 607-626.

<sup>2</sup> As buscas foram sobretudo feitas no *Family Search*.

das caixas, dispostos aleatoriamente em mesas e prateleiras ou postos em coleções diferentes das usuais. Um dilema adicional é a falta de recursos materiais e de profissionais para viabilizar a digitalização do acervo, fazendo com que instituições particulares tirem proveito dessa desestruturação de muitas formas. No caso aqui narrado, a quase obrigatoriedade de busca em sítio particular se dá por mais um motivo: a dificuldade de acesso aos arquivos paroquiais pelas rígidas políticas em vigor, que tentam tornar letra morta a determinação constitucional de disponibilização dos documentos para ampla consulta. Em todo caso, se faz nítido o prejuízo à viabilidade e à continuidade dos arquivos públicos no futuro.

Não sendo de maneira alguma personagens secundárias ao contexto e à localidade, a pesquisa esbarraria na incumbência de não reduzir essas experiências à dificuldade de acesso às fontes sobre elas, tendo em vista não ser razoável apontar que há poucos dados sobre a gente negra quando os arquivos podem guardar dimensões importantes envolvendo formas de apropriação pouco usuais na defesa de si e da coletividade. Como assevera Michel-Rolph Trouillot, muitos dos silêncios na historiografia são fruto do “desnível de poder na produção de fontes, arquivos e narrativas”<sup>3</sup>. Na investigação das teias sociais, interposições e prejuízos vivenciados em função do “preconceito de cor”; trabalhar com esses achados foi um dos maiores desafios. Manifestos de forma direta ou sutilmente – a mesma sutileza utilizada para pôr em dúvida o entendimento de pessoas negras quanto às práticas racistas de que são alvo –, procurei analisar tais elementos a exemplo do que sugere o historiador Thomas Holt, ou seja, como mais do que meros eventos cotidianos, comuns, e, portanto, sem maior relevância<sup>4</sup>. É ele quem descreve – com relação à autoconsciência racial, é verdade, mas no que acredito ser útil também para compreender os dilemas das relações raciais de forma geral –, como é imprescindível conceber a raça para além de um imperativo biológico ou cultural, buscando encontrar manifestações que a envolvam no espaço social e no tempo histórico<sup>5</sup>. Chegar a indícios mais abertos dessas ocorrências, demanda importante da pesquisa, demorou consideravelmente.

Em um primeiro momento, presa no fascínio de conhecer tudo ao mesmo tempo, tanto os lances envolvendo a vida de um pensador tão expressivo quanto uma mirada cultural

---

<sup>3</sup> Michel-Rolph Trouillot, *Silenciando o Passado – Poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016, p. 60.

<sup>4</sup> Thomas Holt, “Marking: Race, Race-making, and the Writing of History”. *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, fev. 1995, p 1-20.

<sup>5</sup> Thomas Holt, “Marking: Race, ...” p. 1.

completamente diferente para a sociedade goiana de fins do século XIX, escaparam-me outras incidências. Nas produções, quer fossem da área musical ou de História, predominava uma dose de harmonia racial que em nada lembrava um processo tão conflituoso quanto o das últimas décadas do Império e que era motivado, entre tantas razões, por embates raciais. Esses últimos estavam ausentes, como se, nos ambientes de trânsito livre, a cor dos sujeitos deixasse de ser visível ou de estar atrelada a algum sentido negativo. Diferenças diluídas, José Marques surgia como um homem iluminado, a rara exceção. Por outro lado, somando-se a isso, a escravidão tendia a ser apagada, era um apêndice pouco útil para o que se desenrolava. Com o 13 de maio é que ela era lembrada, quer dizer, exatamente por seu fim legal.

Tais ocorrências lembram a síntese proferida por Beatriz Nascimento, em 1977, em relação à historiografia brasileira. Para a historiadora, as pesquisas de então, relacionadas à história da comunidade negra, eram negligentes ou omissas. Fatos importantes sobre a vida cotidiana dessa gente, no que tange ao combate ao escravismo de dentro (como escravizadas) ou de fora (como libertas ou livres) dessa estrutura, eram negligenciados, causando o que ela caracterizou como “deformação” da história negra<sup>6</sup>. Não dá para dizer que o cenário de hoje é o mesmo, pois décadas se passaram e muitas pesquisadoras e pesquisadores têm se lançado ao desafio de rever certas teses. Resta ainda, porém, a urgência da superação de várias insciências que, de tão reproduzidas e assimiladas, se tornaram verdades sobre as quais quase não se reflete.

As principais fontes recorridas para esta pesquisa são jornais, obras históricas e fotografias localizados na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, no Museu das Bandeiras (MUBAN) e no Gabinete Literário Goiano, os três últimos localizados em Cidade de Goiás. A análise se detém, em maior medida, nos editoriais, escritos por José Marques.

O primeiro capítulo, “Escravidão, liberdade e racismo em Goiás na segunda metade do século XIX”, discute, inicialmente, alguns aspectos da imprensa goiana e o contexto de criação de *O Publicador Goyano*. A ênfase é na descaracterização do movimento abolicionista em Goiás

---

<sup>6</sup> O argumento é apresentado em *Beatriz Nascimento Quilombola e Intelectual – Possibilidade nos dias da destruição*. União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA) / Filhos da África, 2018; e no documentário “O Negro da Senzala ao Soul” (1977). A discussão pode ser conferida em <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c&t=88s> Acesso em 30 de set. 2024.

como arquitetado e “propulsionado”, como enfatiza a concepção de Maria Augusta Moraes<sup>7</sup>, pela oligarquia Bulhões, cujas defesas da libertação esbarravam nos limites próprios à sustentação de qualquer poder oligárquico. Aliado a isso, o silêncio racial frente ao exame sobre o abolicionismo é tônica considerada. Na parte seguinte, a conexão entre os campos de estudo das emancipações e pós-abolição e da história social do trabalho é buscada com o intuito de captar as complexidades envoltas nas experiências negras em liberdade, precárias e potenciais a um só tempo, exercidas em estreita relação com os mundos do trabalho. Inclui-se nesta abordagem, além disso, substanciar uma defesa do escravizado negro como trabalhador, pois é como sujeito que pensa a si mesmo em relação com a sociedade que ele, cercado de toda uma multiplicidade de argumentos pela abolição, constrói, recria e legitima seus próprios argumentos e ações pela libertação. É na intersecção de ambos os campos que se torna possível, como explicitam Sidney Chalhoub e Fernando Silva, avançar sobre a compreensão de fenômenos que denunciam a existência de uma cultura política dos trabalhadores negros orientando suas tomadas de decisão e centralizando, em vez de manter apagadas, as diferenças entre camadas sociais, incluindo-se aí os confrontos de ordem racial<sup>8</sup>.

De tal forma, adquire relevância considerar, com base nos historiadores Silvia Lara<sup>9</sup> e Álvaro Nascimento<sup>10</sup>, os equívocos contidos em avaliar somente como história social do trabalho no Brasil a história do trabalho livre, ocasionando principalmente a invisibilização da comunidade negra livre e liberta nos espaços produtivos na fase anterior aos tempos republicanos. Fazer da ausência a marca desse período impede avanços no conhecimento, pelas gerações negras de hoje, das lutas e conquistas de seus ancestrais e ancestras, e, não menos importante, reforça positivamente a contribuição negra na história brasileira. Ainda pensando o binômio escravidão e liberdade e como a história do trabalho livre se constitui, Silvia Lara alerta para o seguinte:

A oposição irreconciliável entre escravidão e liberdade cristalizou-se como um postulado quase sempre inquestionado, e o final do século XIX passou a configurar o assim chamado período da *substituição* do escravo (negro) pelo trabalho livre (branco e imigrante), o “período da *transição*”, da “*formação* do mercado de trabalho livre” no Brasil. [...] Assim, a abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um

---

<sup>7</sup> Maria Augusta Moraes. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1974.

<sup>8</sup> Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, 2009, pp. 16-48.

<sup>9</sup> Silvia H. Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 16. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185> Acesso em junho de 2023.

<sup>10</sup> Álvaro P. Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: ...

procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão e para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu<sup>11</sup>.

Estabelecer escravidão e liberdade como pontos fixos, como o primeiro dos vários binômios que acompanham os debates sobre abolição e pós-abolição, mais desinforma do que informa sobre a capacidade de pessoas negras, vivendo nos entremeios desses regimes, de vê-los em conjunto, em vez de apartados, e interpelar a liberdade condicionada. De fato, é incorreto afirmar que ser escravizado e ser livre ou liberto era a mesma coisa – a primeira diferença é evidente – no entanto, os cercos almejando manter a subordinação e a marginalização eram constantes e, para isso, o critério principal era a cor, além de classe e outros marcadores que iam se somando e reforçando aquela, como o sexo e o gênero. Se em Goiás é tendência o aumento do contingente livre desde o início do século XIX, faz menos sentido ainda considerar a tal “passagem” da escravidão ao trabalho livre, um procedimento etapista e linear que compra a ideia do imigrante como a saída perfeita para o imbróglio da abolição. Com toda a atenção voltada àqueles, aos libertos restariam nada mais que “compaixão e simpatia”<sup>12</sup> por não fazerem parte de nenhum grande evento nos palcos da história nacional.

Na terceira parte do capítulo, a intenção é, mesclando considerações trazidas pela própria imprensa em diálogo com textos historiográficos, demarcar as insurgências negras frente aos poderes administrativos e às oligarquias. Os desdobramentos das fases mineratória e agropecuária são apresentados enfatizando as características principais da escravidão na região em paralelo à demonstração de luta por autonomia, seja na compra da liberdade por meio do ouro ou a manutenção dos quilombos. Guarda importância apontar também algumas diferenças entre as porções norte e sul da província, posto que a Cidade de Goiás, no domínio do sul, ascende como a mais dependente em relação à atividade mineradora, o que deixaria reflexos não tão facilmente apagados pelo brilho da cena multicultural da capital. Esse lado, remetendo à beleza, festividades

---

<sup>11</sup> Silvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, p. 26-27.

<sup>12</sup> Expressão emprestada de Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *TOPOI*, v. 5, n. 8, janeiro-junho de 2004, p. 170.

e multidões de tons de pele diversos, não pode continuar a ser usado como artifício para esconder a incômoda memória da escravidão no estado. A tese da decadência é tomada evidenciando os silêncios que a sustentam, e, da mesma forma, a ideia de miscigenação. A constatação da miscigenação como feito ascendente no século XIX implica considerar os sentidos dessa prática em paralelo à repressão e violência institucionalizadas no período anterior. Seria a miscigenação capaz de abrandar um sistema hierárquico? Assumo a negativa como resposta ao questionamento. A poeira que encobre a miscigenação como elemento preponderante ao campo afetivo deve ser retirada para que possa dar lugar a uma crítica a partir de seu lugar de controle e eugenia. Considero, com base na historiadora Micol Seigel, o quanto as marcas do colonialismo são enraizadas e possuem interconexões que necessitam ser investigadas transnacionalmente<sup>13</sup>.

O capítulo segundo, “Aprendizados sobre cidadania e outros deveres”, traz a recepção a *O Publicador Goyano*. No limite, os achados revelam entendimentos sobre raça e abolicionismos e liberdade e justiça. A observância de casos reproduzidos na imprensa demonstra algumas margens de negociação movidas por pessoas libertas, libertandas e livres e como, em meio às investidas do poder senhorial e sua busca por deslegitimar os abolicionismos, interpretações das leis eram construídas a fim de consolidar como ilegal e imoral a escravidão. Nota-se, em tais casos, as feridas expostas pela recusa em continuar trabalhando sob penas como castigos ou baixos ganhos. Como expuseram os historiadores João José Reis e Eduardo Silva, as fugas, ferindo o direito de propriedade, constituíram “uma espécie de ‘greve’ por melhores condições de trabalho e vida, ou qualquer outra questão específica, sentimental inclusive, já que o senhor não possui apenas o ‘trabalhador’, mas o escravo inteiro”<sup>14</sup>.

É no paradoxo de possuir o “escravo inteiro”, mas não integralmente (principalmente em termos de sua capacidade de articulação cognitiva), que desdobramentos envolvendo o asseguramento de pequenas conquistas individuais esfacelariam as formas de dominação absoluta. Como é o trabalho instância fundamental de manutenção e reprodução da vida social, é exatamente no ataque à produção, ou seja, o eixo de funcionamento desse sistema, que os contra-ataques se

---

<sup>13</sup> Micol Seigel, “Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn”. *Radical History Review*. Issue 91, 2005, pp. 62-90. Disponível em [https://www.english.upenn.edu/sites/www.english.upenn.edu/files/Seigel\\_BeyondCompare.pdf](https://www.english.upenn.edu/sites/www.english.upenn.edu/files/Seigel_BeyondCompare.pdf) Acesso em março de 2023.

<sup>14</sup> João José Reis e Eduardo Silva. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 63.

dão e devem ser avaliados sem o peso da temida interpretação das fugas como mera deserção, já que muitas delas não foram arquitetadas como arranjo coletivo<sup>15</sup>. Adicionalmente, esta parte apresenta uma perspectiva analítica de instrumentos estrategicamente adotados pelos governos provincial e imperial para protelar a abolição, e a imprensa abolicionista negra, por seu turno, reforça a campanha emancipadora trazendo em primeiro plano os dilemas da liberdade. Nesse instante, estão postos os limites e proximidades entre os lugares de negros livres e libertos, que compartilhavam o temor da escravização ou reescravização.

Paralelamente, na segunda parte do capítulo em questão, direciono a análise para o contexto e características das dinâmicas artístico-culturais e religiosas de Goiás e o engajamento de sujeitos negros como José Marques dando forma a esses ambientes, a exemplo de Bazilio Martins Braga Serradourada e José Iria Xavier Serradourada (1831-1898), inclusive promovendo atividades pioneiras na área de educação musical. Com a reorientação produtiva para a agropecuária, o governo provincial impulsiona, sobretudo na capital, medidas de ampliação e modernização dos espaços culturais e educacionais existentes e a criação de novos. Sobre esses ambientes, mais uma vez, as fontes dispõem de dados que confrontam tanto a suposta imobilidade e subalternidade negras quanto a cordialidade que teria prevalecido com o fim da atividade mineradora. No cenário eclesial, igualmente central, por meio dos ofícios litúrgicos, músicas sacras e coros femininos se confundem com trajetórias e passos cuidadosamente desenhados por relações e influências. Consolidar a arte musical fazia parte dos princípios de educação e trabalho defendidos por abolicionistas negros como José Marques.

Outro traço que se tentou investigar foram as “linhas rotas”, na expressão de Ana Flávia Pinto<sup>16</sup>, ligando abolicionistas negros goianos e os caminhos por eles projetados para tornar viável a emancipação. A dificuldade de remontar os passos dados pelo chão da província e para além dela percorreu várias destas páginas, o que não impediu a constatação de um espelhamento, por parte de José Marques, de práticas abolicionistas anteriores as que se distingue na década em que ele atua. Mostrado possível desde que os primeiros grilhões se instalam, nos anos que aqui se indaga, o ideal da abolição se associava à defesa do território, do patriotismo e seus símbolos aliado ao

---

<sup>15</sup> Como referenciam João José Reis e Eduardo Silva, tudo indica que as fugas, notadamente pós-1870, se notabilizam expressivamente como feitos individuais. *Negociação e conflito ...*, p. 77.

<sup>16</sup> Ver Ana Flávia M. Pinto. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

desenvolvimento moral e material do indivíduo. Cabia ao país que por tantas transformações passava preparar cidadãos capazes de contribuir conforme suas aptidões para a sociedade. É nesse entremeio que devem ser interpretadas as defesas da abolição, do trabalho livre, da educação e da apreciação de expressões artísticas como a música.

O fim do capítulo oferece margem para a discussão envolvendo a restrição da cidadania e o exercício dos direitos políticos. A tentativa é evidenciar de que modo a exigência por igualdade esteve afinada à cobrança por participação política nos espaços públicos e à intervenção ética da população para a melhoria da vida coletiva. Entre conquistas e perdas, os embates contra os arbítrios institucionais se dão em meio à própria personificação que as elites fazem dessas instituições para si e sua classe. Ocorrências comuns, paixões e animosidades ferveram uma disputa que necessariamente tinha a ver com o acesso aos palcos da política nacional pelos trabalhadores negros. Longe de ser uma contradição, alianças envolvendo abolicionistas negros e abolicionistas brancos da elite se darão para garantir proteção individual e de interesses pessoais e, por sua vez, as teias de relação mantinham em evidência os nomes desses sujeitos, projetando-os muito além do nível local. Se tratados com frequência como mero joguete, desdobramentos de análise dos casos envolvendo os abolicionistas negros evidenciam uma busca contínua por manter a reputação e a respeitabilidade no meio de todo tipo de agravo racial.

O último capítulo adentra a defesa de José Marques em torno da complexa relação trabalho livre e imigração. Primordialmente, as resoluções que pareciam guiar as opiniões procediam de um entendimento em conjunto dos problemas enfrentados, fossem esses identificados no seio dos partidos políticos, no modelo de governo, na falta de participação popular, no sistema escravista ou na restrição à liberdade de imprensa. Um eixo de reivindicações pode até ser delimitado: trabalho, instrução e industrialização do país. Era chegada a hora de dispensar um fôlego maior para debater, por exemplo, o trabalho como forma de dignidade e ascensão social, posto que as marcas da escravidão permaneciam sobre a população liberta e livre e nos serviços comumente realizados por essa maioria. Ia em curso o processo de libertação de quem ainda fosse escravizado e, imediatamente, a reivindicação de instrução para tornar a massa de trabalhadores/operários em sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, ou seja, em cidadãos.

A imigração, como assunto pungente, parecia aproximar ainda mais o futuro e trazia para a ordem do dia a necessidade de modernização das pequenas e médias oficinas pela inovação nas

técnicas de trabalho. A então denominada “classe industriosa”, composta por pequenos artesãos e produtores, poderia ser multiplicada e chegar à produção em alta escala, sendo a vinicultura uma das mais promissoras apostas nesse sentido, mesmo que o apelo ao ouro e aos minérios ainda fizesse parte da narrativa. A esperada “revolução no estado econômico” da província de Goiás viria influenciada pela principal agenda do gabinete Cotegeipe, responsável por expandir a indústria agrícola preservando ao máximo o trabalho escravo. O posicionamento demarcado por José Marques consistia em exaltar o incentivo colaborativo de certos imigrantes, cujas qualidades ele se ocupou de enumerar sem deixar de emendar diversas críticas tanto aos colonos que chegavam quanto às políticas imigrantistas. Numa perspectiva transnacional e colaboracionista, são criadas redes de possibilidade para a inserção de Goiás na rota de desenvolvimento. Em larga medida, propagandear as vantagens da província e do Brasil no exterior serviria para construir outra imagem de nação, mais desejada e fruto da vontade popular. Para José Marques, tal constituição, em que vários povos passavam a ocupar um país tão vasto, precisava se preocupar com a problemática do ódio racial, ecoando sobretudo da parte sul do Império, com entrada maciça de alemães.

A parte final do capítulo incide sobre dinâmicas e sujeitos que compuseram as sociedades e outros espaços de propagação do ideário abolicionista. São aprofundadas dimensões da filosofia abolicionista, dos usos das leis emancipacionistas, da composição dos festivais e do funcionamento de algumas das sociedades identificadas. A proposta é examinar os arranjos dessas organizações, as características de seus membros e membras, seus motivos de criação, suas semelhanças e dissonâncias. As listagens elaboradas serviram como principal base para a investigação, que contou ainda com informações acessadas por meio das atas de instalação, ainda pouco utilizadas como fonte, e cujo acesso pôde ser feito a partir de uma série de edições dos jornais já citados. As descrições dos festivais abolicionistas, em conjunto, também foram efetivas em mostrar algumas faces do cotidiano buscado.

O reforço à importância da razão e das luzes, para combater o aviltamento representado pela escravidão, constituía a defesa mais geral dos diversos grupos à frente das sociedades abolicionistas. As críticas da imprensa procuravam convencer a opinião pública sobre a justiça do abolicionismo e fazia isso de múltiplas formas. Peças de teatro e reuniões de articulação podiam ser vistas em descrição lado a lado com observações sobre a forma das leis emancipacionistas, principalmente a Lei do Ventre Livre (1871), por deixar de cumprir a função essencial de

modificação no sistema de trabalho e servir como manobra conciliatória em favor dos particulares. Fugas e prisões se multiplicavam enquanto as redes abolicionistas atuavam protegendo os direitos da população negra livre e liberta, muitas vezes por diligências construídas por/entre abolicionistas negros.

A replicação dos atos de sucesso dos abolicionistas na difusão de seus ideais e perspectivas de futuro dividiu as páginas da imprensa com o ânimo que tomava conta de cada iniciativa voltada à libertação e instrução da população em geral. A bem da verdade, é preciso registrar que o projeto que tomava impulso mantinha como central a discussão da abolição nobilitando o trabalho, como que desonrado por tantos anos de cativeiro negro, além de cobrar e prover meios para a educação do operariado que crescia, inculcando-lhes noções de moralidade e civilidade. Não à toa, diversos textos em *O Publicador Goyano* abordarão as sociedades livres como modelos adiantados em instrução, valorização do trabalho e sólida tradição operária e associativista.



## CAPÍTULO 1

### ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E RACISMO EM GOIÁS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO

#### XIX

#### 1.1 ABOLICIONISMOS E IMPRENSA NA PROVÍNCIA DE GOIÁS EM FINS DO SÉCULO XIX: UMA APROXIMAÇÃO

*The power of speech is a faculty peculiar of man*<sup>17</sup>.

O exemplar inicial do jornal *O Publicador Goyano* listava, em primeira página, os aspectos que considerava importantes para o desenvolvimento da província naquele fevereiro de 1885. O editorial inscrevia como mais imediata a “magna questão do elemento servil e suas graves relações sociais, econômicas e políticas”<sup>18</sup>. Só que, no entender do editor, o intelectual negro José do Patrocínio Marques Tocantins, a ser apresentado posteriormente, além da abolição, era preciso discutir, *pari passu*, assuntos como trabalho livre, melhoramento industrial, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento moral e material da classe operária, soberania popular e imigração europeia. A novidade seria, segundo José Marques, a não vinculação de seu periódico à situação divisionária político-partidária dominante, representada então por liberais e conservadores<sup>19</sup>. É

---

<sup>17</sup> *O poder da fala é uma faculdade peculiar ao homem*. Tradução livre. *Grifo da fonte*. *O Publicador Goyano*, ed. 1, 25 de fevereiro de 1885, p. 1.

<sup>18</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 1, 23 de fevereiro de 1885, p. 1.

<sup>19</sup> Conforme identifica Maria Augusta Moraes (1974), embora seja válido distinguir liberais e republicanos, em Goiás, ambos eram identificados em termos de interesse a tal ponto que se confundiam, apesar dos conflitos não sumirem de todo. Além disso, a ligação republicana aos ideais positivistas não era ortodoxa. Diziam-se democratas, liberais e evolucionistas, concepção expressa nos jornais surgidos logo após 1882, quando a arena política goiana vivencia a primeira ação intitulada republicana. Tanto o *Bocayuva: Orgão Republicano e dos Interesses Geraes da Provincia* (1883) quanto o *Brazil Federal: Orgão do Grupo Republicano de Goyaz* (1886) são títulos que traduziram as fases e tensões pelas quais a organização do grupo passou.

bem verdade que, se nem todos os jornais eram editados por partidos, boa parte dos existentes naquele momento estava entregue a essas facções<sup>20</sup>.

A estratégia d’*O Publicador Goyano* foi declarar suposta “neutralidade” em relação a essas agremiações que se digladiavam. Tal decisão parecia ser uma tentativa de conservar naquelas páginas um campo propício para a expressão de opiniões com veio justo, qualquer que fosse a afiliação de ideias de quem decidisse escrever. Isto é, mais importante do que a nomenclatura política era a justeza dos princípios que embasavam determinada defesa. É razoável supor também que, dessa forma, um público leitor ou ouvinte mais amplo pudesse aderir ao programa da folha.

Entre os jornais existentes a partir de 1877, *O Publicador Goyano* parece ter sido a mais expressiva iniciativa em termos de tiragem e duração (pelo menos na capital, Goiás<sup>21</sup>) surgida já com o propósito de discutir a abolição do cativo e os aspectos nela envolvidos<sup>22</sup>. Jornais que já existiam e apresentavam certos pormenores da questão abolicionista, como *A Tribuna Livre* (1878) ou o *Goyaz* (1885), nasceram com outras finalidades. Na observância da conjuntura que se instalava, que enunciava como certo o fim do “elemento servil”, José Marques, como editor também desses últimos, parece ter tentado manter em evidência a questão, colaborando para que o assunto ganhasse cada vez mais espaço.

---

<sup>20</sup> Como se pode conferir pelos títulos, alguns dos jornais do período são *A Tribuna Livre: Orgão do Club Liberal de Goyaz* (1878), *A Regeneração: Orgão Político e Noticioso* (1878), *Jornal do Commercio* (1880); *Correio Oficial de Goyaz* (1837-1921), *O Porvir: Orgão do Club Juvenil* (1882), *A Província de Goyaz: Hebdomadário Litterario e Noticioso, dedicado aos interesses da província* (1883), *Bocayuva: Orgão Republicano e dos Interesses Geraes da Província* (1883), *Goyaz: Orgão do Partido Liberal* (1885); *O Publicador Goyano: Orgão dos interesses do povo* (1885); *Brazil Federal: Orgão do Grupo Republicano de Goyaz* (1886); *A União: Orgão do Partido Conservador* (1888); *A Thesoura: Orgão Crítico e Litterario* (1888); *Aurora* (-); *Constitucional* (-); *Beija-Flor* (-); *Bouquet* (-); *Phenix* (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; *Autoria própria*, 2021).

<sup>21</sup> Com base no recorte cronológico desta pesquisa, difiro de alguns estudos que se referem à primeira capital da província como Vila Boa de Goiás. Após 1818, quando elevada à cidade, adotou-se oficialmente o nome Cidade de Goiás ou simplesmente Goiás, por isso, escolho o último para me referir à capital da província e depois do estado (Goiás foi a capital até 1937, quando a sede do governo passa a ser Goiânia).

<sup>22</sup> Em 1885 foi lançada a folha *O Libertador*, por Antonio Félix de Bulhões. Os objetivos listados diziam respeito à libertação, integração e educação negra para a inserção na sociedade goiana. É uma possibilidade analisar os limites constituídos nas narrativas do jornal, no entanto, além dele não ter sido localizado, não dialoga frontalmente com os objetivos aqui propostos de demonstrar a viabilidade da agência negra nas lutas abolicionistas e nos espaços sociais goianos do Oitocentos.



**Figura 1** – Primeira página d’*O Publicador Goiano*  
*O Publicador Goiano*, ed. 1, 23 de fevereiro de 1885, p. 1.

Investir n’*O Publicador Goiano* foi ideia de José Marques e do negociante e tipógrafo Pacifico Eusébio Marques Aranha, sobrinho dele. Àquela altura, José Marques era um nome bastante conhecido no meio tipográfico e para além dele. O historiador Ismael Silvério<sup>23</sup>, em abordagem sobre a trajetória artística de José Marques, relata que o pai do abolicionista, Francisco Marques Aranha, faleceu quando o filho tinha poucos meses de vida em decorrência de complicações do diabetes. Havia acabado de conquistar sua carta de alforria. Depois disso, teria ficado o menino aos cuidados da mãe, Anna do Espírito Santo Marques. A vida da família não foi fácil. A mãe, para alimentar e educar os filhos, teria vendido empadão goiano e outras quitandas, sobrevivendo como podia ao estado de viuvez<sup>24</sup>. Nessa situação, em que o trabalho não era uma

<sup>23</sup> Ismael Rodrigues Silvério. *A trajetória artística de José do Patrocínio Marques Tocantins: um estudo sobre arte, etnia e poder na Cidade de Goiás entre 1844 a 1889*. 2012. Monografia de Graduação. Jussara: Universidade Estadual de Goiás, 2012.

<sup>24</sup> Assim exprime o jornal *A Tribuna Livre* quando do falecimento de Anna Marques: “Filha da obscuridade, tendo por companheira inseparável a – pobreza –, passou a sua vida em (30 anos de viuvez) contínuos e duros trabalhos, proporcionando a seus filhos não só o sustento do corpo, como também o do espírito, para que fossem úteis à sociedade. Com efeito, são todos eles pessoas que se fazem distinguir, e entre eles nota-se o Sr. José Marques, professor de música, de inteligência não vulgar. Tinha a falecida 65 anos de idade, 6 filhos vivos, 31 netos e alguns bisnetos”. *A Tribuna Livre*, ed. 85, 4 de outubro de 1879, p. 1. Anna Marques passou mesmo por alguns apuros. *A Tribuna Livre* traz uma

escolha, mas necessidade, José Marques, aos 9 anos, começa a exercer a atividade tipográfica com o coronel Santa Cruz, um dos primeiros a, com o dinheiro que possuía, investir na imprensa em Goiás. Parece ser durante essa experiência que ele adquire algum letramento para, posteriormente, escrever seus próprios textos<sup>25</sup>.



**Figura 2** – José do Patrocínio Marques Tocantins  
Acervo da *Fundação Cultural Frei Simão Dorvi*  
\*Resolução melhorada com IA.

Acrescenta a pesquisadora das artes Maria Augusta Rodrigues que, com os contínuos esforços da mãe, Anna Marques, e do Centro Goiano<sup>26</sup>, José Marques, aos 22 anos, vai estudar

---

relação de devedores de hipoteca divididos por ano. O nome da mãe de José Marques é citado ao menos em dois episódios, 1866 e 1870. O problema com a mesma dívida, por sinal, deu dor de cabeça para ao menos um de seus filhos, Luiz Marques dos Santos Aranha, também apontado na tal lista, mas para o ano 1873. *A Tribuna Livre*, ed. 78, 16 de agosto de 1879, p. 3.

<sup>25</sup> Essa inferência está apoiada na edição 233 de *O Publicador Goyano*, de 11 de agosto de 1889. Conforme a Certidão de Óbito, José Marques nasceu em 12 de outubro de 1844.

<sup>26</sup> Instituição criada com o objetivo de arrecadar donativos para auxiliar estudantes em seus estudos na Corte.

Mineralogia no Rio de Janeiro. Foi por lá ainda que ele trabalhou na redação do *Jornal do Commercio* e no *Diario do Rio*, conhecidos por abrigarem articulistas negros de renome, como José Ferreira de Menezes e Machado de Assis, Luiz Gama e Castro Alves, respectivamente. Também o goiano se dedicou ao aprendizado em arte musical no Instituto de Música<sup>27</sup>. Poucos são os rastros conhecidos acerca desse período, mas, de toda forma, esses pequenos lances servem para fortalecer a hipótese de que todos os conhecimentos acessados por ele serviriam para desenvolver uma *expertise*, a ser colocada em prática ao longo dos anos posteriores. Assim, quando a tipografia Perseverança se torna realidade, José Marques havia passado por mais algumas redações, como *A Tribuna Livre*, *Goyaz* e *Correio Oficial de Goyaz*. A tipografia de nome sugestivo estava localizada no centro cultural da cidade, no Largo do Chafariz, nº 20. Um endereço próximo ao *Theatro São Joaquim*, onde aconteciam espetáculos artísticos e os festivais abolicionistas, bastante divulgados nas páginas de *O Publicador Goyano* e da imprensa abolicionista.

Aliás, ao lado das notícias, pode-se apreender em alguma medida a efervescência cultural da cidade por meio daquelas páginas. Nesse sentido, a imprensa é admitida como fonte sem a preocupação de um peso relacionado à ideia de hierarquia qualitativa de documentos para a escrita da História, como defende Tania de Luca<sup>28</sup>. Para essa autora, é válida a proposta da terceira geração dos *Annales* sobre eleger a imprensa como fonte para se aproximar de um problema e construir outra abordagem, sem a fixação de encontrar nela a verdade e a objetividade absolutas, muito menos a neutralidade. Se na década de 1970 pairava grande desconfiança sobre diversas fontes dado o entendimento de que dificultavam os modos de conhecer o passado, nos anos posteriores muitas pesquisas multiplicaram perspectivas já existentes exatamente pela escolha de outras temáticas em fontes como a imprensa.

Outra investida interessante no que se refere à noção de documento e crítica reside na forma como tem sido encarados alguns pressupostos na interpretação de elementos presentes nas fontes. Confrontar uma documentação com um problema e perguntas diferentes daquelas já propostas pode, por exemplo, ampliar a visibilidade sobre sujeitos negros e suas estratégias nas dinâmicas socioculturais. Não são novidade absoluta, mesmo para a província de Goiás, estudos sobre a

---

<sup>27</sup> Maria Augusta C. de S. Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Editora da UFG, 1982.

<sup>28</sup> Tania Regina de Luca. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (Org). São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

denominada imprensa abolicionista, ou seja, aquela que sustentou afirmações e alguma crítica em torno da permanência do escravismo e da consecução da liberdade. Essa classificação é uma conformidade nos textos historiográficos, no entanto, pode-se perguntar até que ponto o que havia era uma imprensa abolicionista ou uma imprensa partidária, ou mesmo se ambas as coisas coexistiam sem predomínio de uma ou outra. De toda forma, é importante considerar que, a julgar pelos títulos que foram tidos como cânones ao longo do século XX, como argumenta Ana Flávia Magalhães Pinto:

a imprensa abolicionista brasileira, de modo geral, foi uma manifestação da elite branca de origem escravista acerca de seus impasses particulares no fim do século XIX. Sua pretensão de convencimento não se voltava a um público de livres e libertos descendentes de africanos, mas aos fazendeiros e escravocratas quase sempre convictos do seu poder<sup>29</sup>.

Um traço dessa política mandatária estava na facilidade com que se encontrava, na imprensa abolicionista, separados muitas vezes por apenas uma página, um discurso de defesa da abolição e, em sequência, anúncios de fuga de escravizados com vistas à restituição aos escravocratas. Completa a historiadora que, em comparação ao fenômeno abolicionista dos Estados Unidos, marcado por forças externas ao sistema escravocrata, o caso brasileiro tem as marcas da hierarquia interna desse mesmo sistema.

Assim, os três periódicos – com mais disponibilidade de acesso – que encerram a classificação de abolicionistas são os citados *O Publicador Goyano*, *A Tribuna Livre* e *Goyaz*. Surgem, com isso, dois problemas: o primeiro deles é que, de forma geral, os três são colocados como se fossem uma espécie de monobloco, com mesma finalidade e conteúdo. Depois, todo o movimento abolicionista goiano e sua atuação na imprensa é creditado aos Bulhões, como sentenciou Maria Augusta Moraes:

As manifestações abolicionistas na Província de Goiás realizaram-se sob a orientação do grupo Bulhônico. Seu desenvolvimento seguiu paralelo à luta pela organização dos partidos políticos monárquicos locais. Foi um movimento auspicioso. Seus efeitos lograram projetar os Bulhões no cenário político nacional<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Ana Flávia M. Pinto, *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2006, p. 118.

<sup>30</sup> Maria Augusta Moraes, *História de uma oligarquia ...*, p. 63.

Tal afirmação encobre a multiplicidade de ações e objetivos presentes na luta abolicionista como também omite sujeitos que não eram da classe política, oligárquica e proprietária branca. Como livres ou libertas, pessoas negras como José Marques tiveram relativo trânsito em diversos espaços sociais no oitocentos, porém, uma leitura equivocada surgida a partir dessa constatação é a da vigência de uma democracia racial<sup>31</sup> naquele período. É certo que a ocorrência é mais perceptível nas obras das décadas de 1970 e 1980 que analisam o cenário musical goiano e/ou os abolicionismos. Quando não são afastados quaisquer indícios de práticas racistas ou interditos, a contribuição negra é negada ou tida como pouco significativa. Em parte, isso ocorre porque não há interesse em fazer a simples pergunta sobre a ascendência sociorracial dos sujeitos que são investigados<sup>32</sup>. Em *A Tribuna Livre*, de 1878, José Marques foi redator e acionista da empresa tipográfica<sup>33</sup> e poucas vezes, em estudos anteriores, sua cor foi apontada aliada aos prejuízos surgidos da ascendência negroafricana, bem como as estratégias de resistência demandadas pelo contexto social escravista brasileiro.

Ainda sobre *A Tribuna Livre*, não foram encontrados indícios da participação de José Marques na atividade maçônica, mas não deixa de ser interessante o motivo de criação do jornal. A Loja Maçônica Azylo da Razão, a ser apresentada em outro momento deste texto, foi a instituição que engajou a criação da folha em parceria com Antonio Félix de Bulhões Jardim, maçom e advogado. Ainda que a entidade fosse abolicionista, assim como Félix de Bulhões, que seria o diretor geral do periódico então nascente, o que motivaria a escrita de dezenas de páginas, ao menos no início, era a defesa dos interesses da sociedade maçônica, atacados, naquele momento, pelo que

---

<sup>31</sup> Entre outras referências, Lélia Gonzalez discute a ideia de *democracia racial* como uma ficção criada para afastar dissensos em torno das manifestações de racismo na sociedade brasileira. Sob o manto do “somos todos iguais”, o racismo surge como uma construção histórica e social não discutida que continua a prejudicar a comunidade negra, afastando-a de seus direitos, enquanto mantém a comunidade branca usufruindo a suposta “igualdade”. Para um debate sobre os desafios de efetivar, realmente, uma democracia racial, ver Lélia Gonzalez, *A democracia racial: uma militância*. In: *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Flávia Rios e Márcia Lima (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020, p. 289-291.

<sup>32</sup> Álvaro Nascimento, no já citado artigo “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho”, destaca a pouca frequência com que pesquisadoras e pesquisadores se atentam à cor dos agentes envolvidos nas lutas reivindicatórias por direitos no fim da escravidão e começo da República, condicionando à ausência a participação negra. A adoção do procedimento de identificação sociorracial, aliado a outros métodos, poderia, desse modo, desenterrar outras histórias interessantes de serem contadas. Ver Álvaro Nascimento, *Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: ...*

<sup>33</sup> Nas referências consultadas, encontrei apenas o indicativo de que José Marques era editor em *A Tribuna Livre*. A informação foi confirmada nas fontes e em análise mais detida, observei que o empreendimento era uma sociedade, e portanto, possuía vários sócios, sendo José Marques um deles. Ver especificamente *O Publicador Goyano*, ed. 23, 2 de agosto de 1885, p. 3.

classificaram como obscurantismo romano, isto é, o conservadorismo do clero, as ramificações de suas práticas e ideias na sociedade e a crítica ao liberalismo.

É verdade que contestações à Igreja não faltaram e a questão abolicionista, n' *A Tribuna Livre*, encerraria muito mais a defesa de instituições e ideias liberais, como também a implementação do federalismo<sup>34</sup>. Na ocasião do falecimento de Félix de Bulhões, em 1887, bem se resumiu o “evangelho político” seguido por ele: “dessa enorme série de artigos, [...] apenas em dois artigos seus, dão bem distintas as duas notas tônicas de sua melodia política – : *abolicionismo e federação*”<sup>35</sup>. Se a Loja Maçônica Azylo da Razão aceitava membros que detinham escravizados como posse, é principalmente em *A Tribuna Livre* que anúncios de fuga faziam frente na sessão de anúncios.



<sup>34</sup> Ivo Coser define que, no século XIX, “o termo federalismo era entendido como confederação, ou seja, a reunião de Estados soberanos em torno de um centro comum. Essa maneira de organizar o Estado era entendida como compatível com a monarquia. Ao longo desses debates, emerge com clareza a ideia de que a província deveria dispor dos meios necessários para gerir sua justiça e economia internas. O desenvolvimento e a eficácia da justiça somente seriam obtidos caso a província dispusesse de autonomia”. Em observação da *Constituinte de 1823* e do *Código do Processo* de 1832, o autor credita a ampliação do conceito ao último documento, enfatizando a descentralização do poder como uma necessidade a ser disseminada em maior medida pela sociedade, com participação ativa da pessoa cidadã municipal na aparelhagem do Estado. Ver Ivo Coser, “O conceito de federalismo e a ideia de interesse no Brasil do século XIX”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, [?] 2008, pp. 941-981.

<sup>35</sup> *Goyaz*, ed. 81, 10 de abril de 1887, p. 2.

**Figura 3** – Primeira página d’ *A Tribuna Livre*  
*A Tribuna Livre*, ed. 27, 24 de agosto de 1878, p. 1.

Ao lado do especial interesse em fornecer as listas dos eleitores, promover eventos e estatutos do *Club Liberal*, os vários textos em *A Tribuna Livre* enfatizavam o que se entendia por libertação política de Goiás. Para que a proeza desse certo, a educação política para o povo era primordial, embora a referência ao “povo” parecesse um tanto genérica e mesmo abstrata em meio à ampla discussão sobre instituições sociais, estudos científicos e antropológicos, desenvolvimento industrial, ascensão e queda dos gabinetes e seus ministérios. A redação ficou a cargo de quase incontáveis redatores e gerentes. Bernardo Antonio de Faria Albernaz é o redator do jornal desde quando ele é fundado até a edição 95, última do ano de 1879. José Marques fica mais um pouco, até a antepenúltima edição de 1880<sup>36</sup>. Ou, pelo menos, foi depois disso que seu nome deixou de aparecer como editor.

O que importa saber é que a tônica do *Goyaz* era semelhante a d’*A Tribuna Livre* porque o primeiro surge em substituição ao último, embora o *Goyaz* tivesse maior formato, melhor material tipográfico e contasse, como *O Publicador Goyano*, com reprodução de artigos de jornais europeus. A responsabilidade ficaria por conta de Félix de Bulhões e José Leopoldo de Bulhões, abolicionista, advogado e deputado por Goiás na Câmara Federal em 1881 e 1885. José Marques era um dos redatores. Só que ele parece ter ficado pouco tempo no posto, pois o *Goyaz* surge no mesmo ano que *O Publicador Goyano*, além do que, como se verá, discordâncias e embates entre os dois periódicos aconteciam com certa frequência. O espaço concedido pelo periódico de José Marques à defesa de posicionamentos abolicionistas por setores ditos conservadores – principalmente o clero – e a legitimação de formas diversas de conquista da liberdade foram motivos suficientes para render alfinetadas, como se verá adiante.

---

<sup>36</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 51, 18 de dezembro de 1880, p. 1.

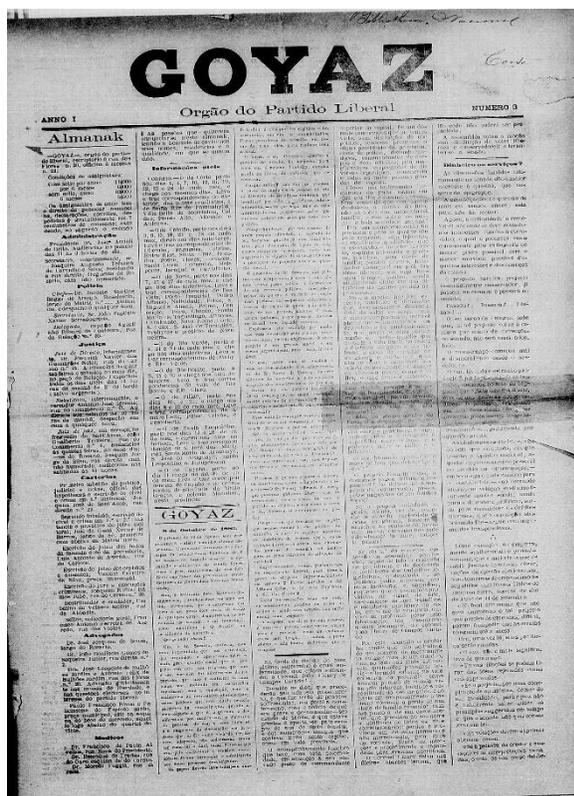


Figura 4 – Primeira página do *Goyaz*  
*Goyaz*, ed. 3, [?], p. 1.

É importante entender os desdobramentos da luta abolicionista goiana em conexão com os acontecimentos vividos pelo Império e os encaminhamentos propostos na última década escravista. Antes disso, porém, é preciso entender como algumas imagens de Goiás foram construídas. Como explicam os historiadores Noé Sandes e Cristiano Arrais, um exemplo é a noção de máximo isolamento e decadência, consagrada em larga medida pela literatura de viagem<sup>37</sup>, que respinga em fontes como relatórios dos presidentes da província<sup>38</sup>. Na verdade, essa é uma leitura que atinge os vários campos da vida social, por isso, é necessário alguma atenção a ela. Outro aspecto diz respeito à descaracterização da força da escravidão, e por extensão, das práticas de racialização no território goiano, como se nessa localidade o empenho escravista tivesse sido abrandado em função da

<sup>37</sup> Por literatura de viagem me refiro aos escritos dos viajantes que atravessaram partes do território goiano no início do século XIX. São autores das obras Francis de Castelnau (1810-1880), Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) e Johan Baptist Emmanuel Pohl (1792-1834).

<sup>38</sup> Noé Sandes e Cristiano Arrais. *História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança*. [?] 2013.

substituição da economia mineratória pela de base agropecuária (que concederia mais “liberdade” à pessoa escravizada por não “prendê-la” ao ofício).

Ainda que entendimentos acerca da experiência negra livre e liberta quando do regime formal de escravidão tenham avançando substancialmente desde 1980, algumas regiões condensam menos análises, como é o caso de Goiás. Se questionar o “paradigma da ausência”<sup>39</sup> de trabalhadores negros e negras na história deste país pareceu não ser uma larga preocupação até pouco tempo, mesmo para campos de estudo como a História ou a Sociologia, continua a ser fundamental questionar como a existência e as insurgências desses grupos foi tornada possível. Quer dizer, como eles mesmos pensaram em desenvolver e renovar todo um repertório de práticas para contornar cada interposição de um sistema que legitimava hierarquias e lhes destinava prejuízos sociais a todo momento.

## **1.2 ENTRE DESAFIOS HISTORIOGRÁFICOS E RACIAIS: EM BUSCA DE NOSSOS SUJEITOS E SUAS HISTÓRIAS**

Questionamentos em torno das experiências dos trabalhadores nos séculos XIX e XX fizeram os historiadores Antonio Negro e Flávio Gomes tecerem a seguinte afirmativa: “a história dos trabalhadores extrapola definições rígidas ou pré-noções generalizantes”<sup>40</sup>. A ideia reverbera em parte as formulações da historiografia social britânica da década de 1960, principalmente os escritos de Edward P. Thompson, os quais, definindo os limites das teorias estruturalistas, apostam na apreensão dos elementos formadores das ações coletivas, inspiradas pela resistência popular<sup>41</sup>. A partir disso, posto o desafio em se pensar classe social como instância não estática, ou seja, menos categórica e mais “vivida”, as exigências de análise perpassariam a investigação do lugar

---

<sup>39</sup> Referência à ideia de Álvaro Nascimento (2016). Ver Álvaro Pereira do Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’”: ...

<sup>40</sup> Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes, “Além de senzalas e fábricas - uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006, p. 223.

<sup>41</sup> Um texto que traz uma elaboração sobre o conceito de classe é o de Michel Goulart da Silva. “E. P. Thompson e o conceito de classes sociais”. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*. Boa Vista, v. 6, n. 18, [?] p. 01-07, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/343>. Acesso em agosto de 2022. Vale lembrar também um dos mais consagrados nesse debate, Edward Palmer Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

de trabalhadores negros e negras na ordem escravocrata. Trata-se de um reposicionamento fundamental, para Antonio Negro e Flávio Gomes, no desbridamento da concepção de operariado atrelada às fábricas europeias, servidas de trabalhadores homens, brancos e urbanos<sup>42</sup>.

O pouco diálogo entre os campos de estudo da escravidão e do pós-abolição, ou entre os historiadores sociais da escravidão e os do trabalho, o que resultou só a esses últimos uma associação à história do trabalho, efetivamente, foi problemática pontuada também por historiadores como Sidney Chalhoub e Fernando Silva<sup>43</sup>, além de Álvaro Nascimento<sup>44</sup>. Em atenção ao denominado “paradigma da ausência”<sup>45</sup>, relacionado à descaracterização da função de trabalhador ao escravizado negro, eles apontam como inconsistente, entre outras assertivas, a tese da *substituição do trabalho escravo pelo trabalho “livre”* porque ela contém, em si, segundo Nascimento, “problemas historiográficos e raciais”<sup>46</sup>, ou seja, facilmente reproduz uma margem em que somente pessoas brancas são admitidas como as únicas trabalhadoras naquele momento.

Diante do exposto, acrescentaria mais a tessitura de análises (observando os mundos do trabalho no período em tela) a partir de “compartimentos mais vizinhos. E com muito mais nervos comunicantes”<sup>47</sup>. Sem uma demarcação de ruptura binária: é isto ou aquilo. Essa linha explicativa admite inúmeras outras variáveis pelas quais os binarismos deixam de fazer tanto sentido. Assim, como argumentavam Antonio Negro e Flávio Gomes há quase duas décadas:

é hora de não mais continuar seguindo a mesma trilha batida pelas dicotomias urbano/rural, centro/periferia, instruído/rude, erudito/popular, liberdade/escravidão, industrial/pré-industrial, moderno/arcaico. Não só engessam a pesquisa, a análise, e seus resultados, em tradicionais esquemas de pensamento, como também minimizam o segundo pólo diante do

---

<sup>42</sup> Antonio L. Negro e Flávio Gomes. “Além das senzalas e fábricas” ...

<sup>43</sup> Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico”: ...

<sup>44</sup> Álvaro P. Nascimento. “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência” ...

<sup>45</sup> O termo, utilizado em referência à ausência de trabalhadoras e trabalhadores negros e negras na historiografia brasileira, teve suas origens históricas reconstruídas por Sidney Chalhoub. Como apontou, é na obra *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, que há tentativa de induzir uma interpretação de letargia da pessoa escravizada, de coisificação e, aliado a isso (ou por causa disso), pessoas em condição de escravização teriam consentido aos abolicionistas o encargo de sua libertação por incapacidade de procederem por si mesmas. A análise insistia ainda em afirmar a incapacidade conjunta da parcela escravizada em reivindicar direitos e cumprir deveres, em suma, portar-se diante da ordem jurídica e social por causa de seus impulsos violentos. Coube a Nabuco ainda a defesa da classe proprietária acompanhada, necessariamente, de ênfase no legado do escravismo para a população negra, bem como a suposta postura de vitimização desse coletivo. Importa assinalar, por último, que o apego à defesa da violência absoluta e imobilizadora tinha a intenção de opor outra representação da escravidão, a benevolente, manifesta por figuras como José de Alencar. Ver Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico”: ..., pp. 16-18.

<sup>46</sup> Álvaro P. Nascimento. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’” ..., p. 610.

<sup>47</sup> Antonio L. Negro e Flávio Gomes. “Além das senzalas e fábricas” ..., p. 220.

primeiro, como inferior ou pior. No segundo pólo reina a necessidade; não há opções nem sujeitos históricos e iniciativa. No primeiro, o protagonismo é a marca<sup>48</sup>.

De tal forma, não estabelecer hierarquizações e manusear categorias aparentemente contrapostas (como escravidão e liberdade) no que elas têm de complementar e dialógico torna as investigações mais complexas e pode funcionar como abordagem para descortinar sujeitos marcados por operações de saber-poder que historicamente os invisibilizam. Além do mais, desfazer esquemas pré-prontos e iluminar os contornos da luta por liberdade negra inflama a contínua demanda em entender o legado material da escravidão e do racismo na conformação nacional. Como avaliou Sidney Chalhoub, um aspecto central em termos culturais e sociais que se cristalizou foi o sintetizado por Louis Couty quanto a ser o Brasil um país sem povo<sup>49</sup>. Ora, se a nação não tem povo, como é que as massas poderiam ser alçadas não apenas à condição de participante, mas de protagonista?

Nos idos de 1960 e 1970, a miopia que condicionou o “paradigma da ausência” permitia apenas conceber pessoas negras sob condição escrava, coisificada e inanimada, como seres de cultura e autonomia minadas pela “dominação inexorável” da ordem escravista<sup>50</sup>. A historiadora Sílvia Lara demonstra a validade dos estudos sociológicos paulistas<sup>51</sup> naquele momento para confrontar a tese da democracia racial brasileira instaurada pelos escritos freyreanos e o seu alcance nos estudos históricos<sup>52</sup>. Segundo argumenta, “o debate sobre os modos de produção no Brasil envolveu os estudos sobre a escravidão, trazendo novos posicionamentos teóricos que foram se desdobrando em diversas direções”<sup>53</sup>, todas abordagens marxistas que produziram uma síntese da gênese do Brasil com vistas a conduzi-lo à revolução. Eis as conjecturas:

Tratava-se de uma sociedade colonial, formada nos quadros do Antigo Sistema Colonial e atravessada pela necessidade da acumulação primitiva dos capitais, como afirmava

---

<sup>48</sup> Antonio L. Negro e Flávio Gomes. “Além das senzalas e fábricas” ..., p. 218.

<sup>49</sup> Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico” ..., p. 1.

<sup>50</sup> Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico” ..., p. 16.

<sup>51</sup> Nominalmente, as produções teóricas de Fernando H. Cardoso, Emília V. da Costa, Octavio Ianni e Florestan Fernandes, autorias vinculadas a então Escola de São Paulo. Ver Sílvia H. Lara. *Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico*. *LPH Revista de História*, v. 3, n. 1, 1992. Dep. Hist./UFOP.

<sup>52</sup> O dossiê *Escravidão*, referenciado acima, é uma publicação que compõe a *LPH Revista de História*. Entre alguns textos, há o de Sílvia Lara, que oferece um panorama da férvida discussão acadêmica e política que permeou esses alinhamentos teóricos. Destaco a obra porque nela é possível acompanhar tanto a defesa da autora quanto a do lado oposto, representado por Jacob Gorender, também em texto próprio.

<sup>53</sup> Sílvia H. Lara. *Escravidão no Brasil* ..., p. 215.

Fernando Antônio Novais; ou de um modo de produção historicamente novo, o modo de produção escravista colonial, que obedecia a determinadas leis de funcionamento, como enfatizavam Ciro F. S. Cardoso e Jacob Gorender; ou ainda de uma sociedade capitalista, o avesso do mesmo tecido que determinava a formação de relações assalariadas no mundo europeu, como argumentavam Maria Sylvania Carvalho Franco e Antônio Barros Castro?<sup>54</sup>

Apesar de uma ou outra divergência teórica entre as autorias citadas, são essas leituras sobre o passado colonial que se enraizaram e perduram no contexto acadêmico e político, ainda que elas não sejam mais as únicas. Se, por um lado, as obras reuniram sob sua competência mostras da especificidade do racismo no país, por outra via, ao reduzirem o escravismo a uma violência anestesiante, condenaram a classe escravizada à “anomia ou patologia social”, pois que, sem “constituir famílias no cativeiro, tornara-se impossível criar formas de cooperação e ajuda mútua que lhes pudesse valer na ‘ordem social competitiva emergente’ do mundo pós emancipação”<sup>55</sup>.

Sem aptidão para a vida em liberdade, a comunidade escravizada teria ainda desprezado o mais autêntico instrumento capaz de fazer com que deixasse para trás sua antiga condição: o trabalho livre. Para Silvia Lara<sup>56</sup>, a reificação objetiva e subjetiva do escravizado negro foi afirmada, ou, nos termos de Sidney Chalhoub, reabilitou-se a “teoria do escravo coisa”<sup>57</sup>. Negou-se a agência negra, sua capacidade de intervenção e organização no interior dos grupos sociais. Como observou Álvaro Nascimento, o sociólogo Bóris Fausto, por exemplo, explicava que a escravidão era o construto de maior peso cultural sobre pessoas escravizadas e sua descendência. Um pensamento “alimentado por uma sociologia que acreditava, sobretudo, na herança degenerativa do homem sob a escravidão, e não no poder destruidor do racismo contra negros e negras”<sup>58</sup>, muito menos, acrescento, nas vantagens da vigência da escravidão e suas permanências para pessoas brancas.

A produção da coisificação do trabalhador e trabalhadora escravizados e as ideias consolidadas por esse paradigma foram negadas por historiadoras e historiadores que, mais ou menos a partir da década de 1980, decidiram investigar mais a fundo os arquivos históricos e

---

<sup>54</sup> Silvia H. Lara. *Escravidão no Brasil* ..., p. 216.

<sup>55</sup> Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico”: ..., p. 20.

<sup>56</sup> Silvia H. Lara. *Escravidão no Brasil* ...

<sup>57</sup> Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico”: ..., p. 20.

<sup>58</sup> Álvaro Nascimento. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’” ..., p. 613.

retomar maços e maços de documentos neles contidos<sup>59</sup>. Foi então posta em prática a observação “da urgência de dar conta de sentimentos e aspectos além do processo de trabalho e da revolta contra a exploração”<sup>60</sup>, quando se ousou estabelecer as práticas culturais e políticas dos trabalhadores na resistência a mais de três séculos de violação extrema de direitos. Se as formas manifestas da instituição escrava se diferenciaram durante todo esse tempo, também as estratégias negras para sobreviver e “esmagar a cabeça da hidra”<sup>61</sup> poderiam, e foram, se redefinindo.

Na verdade, a decisão significava uma espécie de retorno, para alguns, quase desnecessário: a escravidão já era dada como problema solucionado pelo modelo teórico anterior, segundo conta Silvia Lara<sup>62</sup>. Porém, as pesquisas que surgiram lançaram perguntas sobre a vivência de pessoas negras respondendo à ordem das coisas tal qual estavam postas. Um refinamento das lentes de análise, aproximando-as do cotidiano do trabalhador escravizado, constatou a emergência de uma consciência de classe manifesta desde as relações mais básicas de sobrevivência. Como avaliam Flávio Gomes e Antonio Negro, a causa dos trabalhadores negros era política: “a liberdade – a emancipação – antes da defesa do ofício”<sup>63</sup>. Segundo os mesmos autores, Sidney Chalhoub demonstrou como a percepção dos trabalhadores negros era informada pela linguagem social que detinham, sendo esta fruto de uma cultura de classe.

Para operacionalizar as leituras, o conceito de classe foi ressemantizado. Ao adquirir sentido ampliado, fincou-se a compreensão dos aspectos nacionais junto a uma interpretação transnacional. A classe aparece agora ligada não somente aos uniformes e ao trabalho no conglomerado industrial, mas à efervescência, ao “incômodo colorido de diversidade, de caráter local, transnacional e processual, com demandas de tempos e lugares próprios. Desarmando pré-noções, não só escapava a números e tabelas, mas também não se enquadrava em universos restritos ou de curta duração”<sup>64</sup>.

---

<sup>59</sup> Vale recordar que tal impulso surge muito em decorrência das greves registradas no Brasil, sobretudo em São Paulo e no ABC paulista, depois de 1978. Segundo Sidney Chalhoub e Fernando T. Silva, na ocasião, o operariado utilizou-se de estratégias não institucionais comumente associadas àquele tipo de manifestação, causando certa indagação em diversos setores sociais, inclusive a academia, sobre a suposta imobilidade e cooptação com a qual era associado. Ver Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico” ..., p. 30.

<sup>60</sup> Antonio L. Negro e Flávio Gomes. “Além de senzalas e fábricas” ..., p. 222.

<sup>61</sup> Referência à metáfora identificada pelo historiador Lucian Silva. Foi utilizada em referência ao sistema escravista pela imprensa abolicionista paraibana. Ver Lucian Souza da Silva. *Esmagando a cabeça da hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888*. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

<sup>62</sup> Silvia Lara. *Escravidão no Brasil: ...*

<sup>63</sup> Flávio Gomes e Antonio Negro. “Além de senzalas e fábricas” ..., p. 218.

<sup>64</sup> Flávio Gomes e Antonio Negro. “Além de senzalas e fábricas” ..., p. 221.

Como mencionado anteriormente, esses parâmetros são informados pelas marcações sociais e antropológicas das leituras de Thompson. Acerca dos escritos desse autor e seus respectivos usos para a investigação da experiência negra no Brasil, Silvia Lara salienta que “a aproximação entre Thompson e a historiografia sobre a escravidão é essencialmente teórica (e política) e não temática”<sup>65</sup>, revelando que pode ser essa uma das justificativas para que tenha sido tardia a incorporação de seus esquemas explicativos nas agendas de pesquisa brasileiras.

O realinhamento das pesquisas se efetivou nos âmbitos temático, teórico e metodológico, e, mesmo antes disso, na própria escolha dos problemas orientadores das análises. Uma crítica importante de inspiração thompsoniana foi tecida em torno da absorção e uso de termos generalistas e abstratos para retratar algumas periodicidades históricas<sup>66</sup>. Sob o influxo dessas ideias, a relação hierárquica senhor *versus* escravizado é tomada considerando os desvios e as frestas criadas pela inventividade dos últimos. O controle senhorial não foi mais admitido como o fator exclusivo e determinante de todos os encaminhamentos relativos ao mundo da escravidão<sup>67</sup>. Não é que de uma hora para outra ele deixou de ser elemento importante para entender o funcionamento e conformação daquela sociedade, que, afinal, agia segundo a lógica daquela instituição, no entanto, trata-se de entender que a capacidade organizativa de trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, escravizados, livres ou libertos, foi decisiva no enfraquecimento e desmonte da aparelhagem escravista.

A meta em resgatar a historicidade dos conceitos e das relações requer identificar os sujeitos históricos que atuam inscrevendo ações tanto de resistência quanto de acomodação. Outra lição admitida: “lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e

---

<sup>65</sup> Silvia H. Lara. “*Blowin’ in the Wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, n. 12, outubro de 1995, p. 49.

<sup>66</sup> Conforme Silvia Lara, o apontamento se refere a termos como *feudal*, *capitalista* e *patriarcal*, os quais Thompson rechaça em detrimento do conceito de *paternalismo*, cuja funcionalidade ele provou quando investigou a luta de classes no contexto setecentista inglês. Ver Silvia H. Lara. “*Blowin’ in the Wind*” ..., p. 45. Compartilho também a crítica de Sidney Chalhoub à interpretação monolítica do conceito de *paternalismo* em várias produções historiográficas. Os usos absorvem-no como uma política de domínio intransponível em torno da vontade senhorial em que trabalhadores são absolutamente dependentes desse poder absoluto, inviabilizador da construção de laços de solidariedade. Para o historiador, isso se deve ao entendimento da sociedade escravista a partir do lugar da ausência de classes. Ver Sidney Chalhoub, “A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena”. Unicamp, 1991. Disponível em [https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727772b22482e5c003755e4/1462204209466/02\\_Chalhoub%2C+Sidney.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727772b22482e5c003755e4/1462204209466/02_Chalhoub%2C+Sidney.pdf) Acesso em outubro de 2022.

<sup>67</sup> Assim como o conceito de violência, cujos limites foram demonstrados por Silva H. Lara. Ver *Escravidão no Brasil*: ..., sobretudo as páginas 224-225.

mulheres num movimento constante, tecidas através de *lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades*<sup>68</sup>. E decidir rastrear as lutas de homens e mulheres nos espaços cotidianos é uma aposta bem diferente daquela que expõe as ações do Estado como as principais na história do país. Como Sidney Chalhoub e Fernando Silva detalharam, trazer à tona as manifestações da cultura política e o legado do operariado negro nas batalhas por liberdade e cidadania interroga as matrizes de sentido que definem a suposta falta ou lacuna como peculiaridade nacional de nosso desenvolvimento histórico. Mais do que isso, implica a falência da percepção que evocava ausência de classes exatamente porque recoloca os conflitos e as diferenças, inclusive de base racial, como expoentes da tensão presente nos movimentos por emancipação e nas esferas do trabalho<sup>69</sup>. Não à toa, Sidney Chalhoub elaborou esta síntese: “A luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”<sup>70</sup>.

A busca pelos indícios da agência desses sujeitos pôde ser realizada, pelo que informa Silvia Lara, com base em outro conceito, o de paternalismo<sup>71</sup>. Como proposto por Thompson, é requerido que se entenda como, enquanto doutrina senhorial, a prática foi tomada por essa comunidade escravizada, e também liberta ou livre, para transpor a política de domínio que reservava unicamente ao senhorio a cessão da liberdade e de outras prerrogativas. Quando acrescentada a dimensão de classe, tem-se uma aproximação ao modo como, mesmo em meio à exploração e à verticalidade, ideias e enfrentamentos foram capazes de impor algum tipo de limite ao jugo servil. Redefinir tais medidas como conquistas, e não atos de ingênua bondade, resguardaria o lugar de direito obtido, para o que renunciar estava fora de questão. Não deixa de ser aspecto significativo o fato de que, por meio “do paternalismo, *os senhores tentavam superar a contradição da impossibilidade de os escravos tornarem-se coisas*”<sup>72</sup>, ou seja, ainda que regadas de desigualdade e assimetrias, as negociações precisaram existir.

---

<sup>68</sup> Silvia H. Lara. “*Blowin’ in the Wind*” ..., p. 46. *Grifo meu*.

<sup>69</sup> Sidney Chalhoub e Fernando T. da Silva. “Sujeitos no imaginário acadêmico”: ...

<sup>70</sup> A citação é um trecho da fala do pesquisador citado em uma mesa-redonda da Associação Nacional de História (ANPUH) no ano de 2001. Consta no artigo de Álvaro Nascimento. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’”: ..., p. 611. *Grifo do autor*.

<sup>71</sup> Silvia H. Lara. “*Blowin’ in the Wind*” ..., p. 45.

<sup>72</sup> Silvia H. Lara. “*Blowin’ in the Wind*” ..., p. 47, *grifo meu*.

Finalmente, prezar pela historicização do conceito de classe significa que só assim, em contexto, se apreende as experiências que formam a classe. E dispensar atenção ao agir dos sujeitos informados por suas perspectivas de classe – e as bases dessas influências – deve servir para expandir o próprio conceito de classe e orientar a produção de uma teoria que não se antecipe ao fenômeno histórico e social, o que representaria um distanciamento das práticas reais dos trabalhadores<sup>73</sup>. Produzir uma teoria informada pela empiria, a bem da verdade, faz com que se evite, na feliz expressão de Chalhoub e Silva, “generalizações autoconfiantes” relacionadas às projeções criadas por pessoas negras sobre si e o mundo<sup>74</sup>. Similarmente ao que propõe aqueles, Antônio Negro e Flávio Gomes também declaram a importância de perceber, ao longo das construções do operariado brasileiro que culminaram nas “demandas por direitos universais” ao longo dos séculos XIX e XX, como há alguns espectros diante de conceitos como “paternalismo”, “populismo”, “modernidade” e “globalização” e como eles enunciam conflitos de classe<sup>75</sup>.

Reconsiderar a linha divisória, que de certa forma ainda persiste, entre os estudos sobre emancipação e pós-emancipação e experiências da imigração e do trabalho livre, permite, portanto, questionar algumas concepções físcadas no “paradigma da ausência”. Antônio Negro e Flávio Gomes recordam a legitimidade do conhecimento de trabalhadores negros, escravizados e livres, interpelando a lei em busca de alguma oportunidade para ondular o equilíbrio de forças entre legislação e poder senhorial. É possível saber, por exemplo, que no pós-1930 o capital-trabalho regido em lei não foi bem aceito pelos beneficiários da desregulamentação porque limitava o exercício de mando<sup>76</sup>. É preciso notar, com isso, como pareceu uma solução para contestar os pretensos direitos dos “de cima” submetê-los à esfera pública, opção que se revelou comum sob o escravismo e no período imediatamente posterior. O que se revela, então, é mais do que simples fuga, ação “branda” ou subserviência perante o arbítrio institucional, mesmo em se tratando do proletariado da zona rural, que, certamente, também possuía uma experiência repleta de marcas que não se fizeram na passividade.

---

<sup>73</sup> Edward P. Thompson. *The Essential E. P. Thompson*. New York: New York Press, 2001.

<sup>74</sup> Sidney Chalhoub e Fernando Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico”: ..., p. 21.

<sup>75</sup> Antonio L. Negro e Flávio Gomes. “Além de senzalas e fábricas” ..., p. 234.

<sup>76</sup> Antonio L. Negro e Flávio Gomes. “Além de senzalas e fábricas” ...

Na seara de investigação das “complexas relações de influência, teias de cultura e poder”<sup>77</sup> informando as ações da classe operária brasileira, o embranquecimento, em vez de solução, foi recolocado como problema de pesquisa. Destronado o modelo de desenvolvimento histórico único, no caso, o europeu, coadunam-se perspectivas além da história estritamente ligada aos sindicatos, partidos e ideologias. A ficção de “radicalidade” associada aos imigrantes foi pressuposto questionado tendo em vista não reproduzir, no argumento de Álvaro Nascimento, a história única, cujas feições demarcam a raça e a cultura brancas como sinônimo de efetivo desenvolvimento e superioridade<sup>78</sup>. E como enumera o mesmo autor, outro fator a merecer atenção é o binarismo *branquitude x mestiçagem* porque engendra noções relacionando os sujeitos identificados na primeira a determinações positivas na ordem social, enquanto dispensa aos segundos a sujeição.

Prezar pelos “nervos comunicantes” entre a história social da escravidão e a relacionada ao trabalho traz algumas marcações interessantes. O enfoque na arena de investigação da história dos trabalhadores revela três delas, de acordo com Chalhoub e Silva, buscando a instalação de um olhar para a classe operária a partir de seu lugar de sujeito político. O primeiro momento, devotado ao movimento operário da Primeira República, aproximou anarquismo e oposição ao Estado e foi pensado em fins da década de 1970. Tido inicialmente como dotado da autonomia originária e desejável aos trabalhadores, a ênfase empírica revelou outros detalhes, que começavam por desmistificar a presença do anarquismo em todos os espaços do movimento. Ademais, entendeu-se que as cisões vinham de diversos lados e tinham características fundadas na etnicidade, repressão das forças policiais, baixa durabilidade dos sindicatos, austeridade dos patrões, recessão e mercado de trabalho inflacionado pela imigração subsidiada por São Paulo. Contudo, observam os autores, “tais aspectos dissolventes, por outro lado, contribuíram para que os trabalhadores desenvolvessem sólida cultura associativista, a qual vem sendo esquadrihada por diversos estudos sobre sociedades recreativas, esportivas, mutualistas, educacionais e sindicais”<sup>79</sup>. A ideia de unidade também foi abalada, bem como a de radicalismo, pois foi constatada a ocorrência de ensaios de negociação com a esfera estatal antes de 1930. Em síntese, uma repressão remodelada pelo governo e o empresariado toma a arena trabalhista em paralelo às garantias mínimas da legislação. A insurgência de outros temas fez com que a história do movimento operário não mais fosse sinônimo

---

<sup>77</sup> Antonio L. Negro e Flávio Gomes. “Além de senzalas e fábricas” ...

<sup>78</sup> Álvaro P. Nascimento. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: ...

<sup>79</sup> Sidney Chalhoub e Fernando Silva, “Sujeitos *no* imaginário acadêmico”: ..., 2009, p. 32.

de movimento operário organizado e as interpretações alcançaram territórios além do paulista. Ampliação de fontes documentais e disponibilização de documentos também são traços importantes do momento.

Ainda para Chalhoub e Silva, a segunda fase abrangeu a busca de mais ferramentas para entender o populismo, ligado tradicionalmente ao corporativismo sindical e à obediência implacável às normas ditadas pelo Estado. Com a revisão de fontes, a apropriação do conceito de paternalismo permitiu restaurar as dinâmicas criadas pelos trabalhadores, que ressignificaram as teias da legislação trabalhista, inclusive pensando seus limites e problemas. No pós-1930, as relações sustentadas pelo operariado contam com a aproximação, de organizações ou do operariado não filiado, à estrutura sindical exatamente para confrontar o poder patronal que ignorava os direitos instituídos. Em meio a tantas contradições que emanavam daquele novo aparato legal, existia “entre eles [trabalhadores] um realismo pragmático acerca dos retornos e benefícios possíveis, por isso aprenderam a impor ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos de seus adversários”<sup>80</sup>. É um tanto explícito, nesse caso, como o elemento jurídico compôs a experiência e a cultura política daqueles atores sociais. E sobre os confrontos instaurados sobre a ordem dominante, um parêntese interessante: não é demais estabelecer que são os mais afetados pela exploração de sua mão de obra que transformam a lei, inicialmente pensada em termos de equilíbrio dos sistemas, em uma realidade, ao menos em parte.

Finalmente, o terceiro momento expande o conceito de trabalhador, além de considerar a categoria dos ainda mais explorados em razão das intersecções de raça, sexo e região, como as mulheres. Um olhar ao redor do cotidiano desses sujeitos históricos deu pistas sobre a constituição de sua força de trabalho, as migrações e vivências nas fábricas, mas não só isso: lazer, habitação, educação e características vinculadas a gênero e raça são alcançadas, principalmente por demanda dos movimentos sociais. Acerca do cotidiano como tema, descrevem Chalhoub e Silva, foi preciso primeiro retirar o véu das narrativas das autoridades sobre as ditas “classes perigosas”, leia-se, classe trabalhadora, registradas nas fontes do fim do século XIX e início do XX<sup>81</sup>. Entram em cena temáticas como as reformas urbanísticas e continuam em pauta os embates dessa gente pouco

---

<sup>80</sup> Sidney Chalhoub e Fernando Silva, *Sujeitos no imaginário acadêmico: ...*, 2009, p. 38.

<sup>81</sup> Sidney Chalhoub e Fernando Silva, *Sujeitos no imaginário acadêmico: ...*

favorecida na busca por direitos fundamentais a partir de espaços como moradia, religiosidade e educação, ou seja, o princípio da autonomia que orienta a criação de autodefinições pelos próprios sujeitos.

Como se observa, identificar as confluências entre escravidão e liberdade, e fundamentalmente, os limites da liberdade, iluminam os contornos das disputas da classe trabalhadora e também entre a própria classe trabalhadora, múltipla e complexa. E tanto os dilemas que permeiam os movimentos abolicionistas quanto as décadas iniciais da República dão conta de parte dessa multiplicidade. Por onde quer que se olhe, a presença negra fez-se notar e um conjunto de estudos feitos por quem tem mantido atenção à superação dessas inconsistências teórico-metodológicas demonstra isso<sup>82</sup>. Em comentário sobre essa existência, Álvaro Nascimento sinalizou o potencial de “riqueza e a diversidade de histórias reveladas através da investigação das trajetórias individuais e coletivas dessas pessoas no processo que extinguiu juridicamente a escravidão”<sup>83</sup>. Agora é hora de enveredar por mais alguns lances da vida de José Marques e o contexto da província de Goiás no século XIX em mirada transnacional. Dessa forma, as dinâmicas de liberdade podem ser apreendidas a partir de suas múltiplas influências.

---

<sup>82</sup> Ver os trabalhos de Thaís Lopes Rocha, *Histórias de passados presentes: experiências de pessoas negras na escravidão e na liberdade em terras do leste goiano (1860-1880)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2023. Jonas Roque Ribeiro, *A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022; Itan Cruz, *Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022; Jacó dos Santos Souza, *Outros Sujeitos da Abolição: itinerários de abolicionistas no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1880-1891)*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021; Alessandra Tavares de Souza Pessanha Barbosa, *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018; Melina Kleinert Perussatto, *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo, de Porto Alegre (1892-1911)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018; Helen da Silva Silveira, *Eu négo que aqui só tenha branco: experiências de um clube negro na cidade de Venâncio Aires/RS*. Monografia de Graduação. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2017; Renata Ribeiro Francisco, *A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018; Patricia Alves-Melo, *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. 2ª ed. Curitiba: CRV, 2021. 272 p; Helder Lameira de Lima, *Negros e imprensa: a trajetória de João da Cruz e os satíricos triolets do Diário de Notícias (Maranhão-Pará, 1864-1887)*. Dissertação de Mestrado. Pará: Universidade Federal do Pará, 2024; Murilo Borges Silva, *Pelos caminhos da abolição: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí – GO*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011; Sivaldo Reis, *Maxwell Assumpcao Alakija: A trajetória e militância de um africano na Bahia (1871-1933)*. Ouro Preto: Caravana, 2021. Mariana Mesquita, *Pelas Contas do Rosário – Sentidos da cidadania na irmandade dos homens pretos de Salvador no pós-abolição (1888-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

<sup>83</sup> Álvaro Nascimento. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’”: ..., p. 612.

### 1.3 DISPUTAS PELA CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE: ENTRE HIERARQUIAS E RESISTÊNCIAS

O editorial do exemplar número um de *O Publicador Goyano* trazia uma síntese dos pontos que considerava como entraves ao desenvolvimento geral da província e direcionava uma opinião, talvez impopular, sobre a situação dominante. O editor, José Marques, dizia que havia vários anos se publicavam jornais variados com temáticas igualmente diversas que cooperavam à causa pública, incluindo naquele conjunto sua publicação nascente, que pretendia discutir a libertação negra. Apesar disso, segundo ele, todos os periódicos representavam ideias e insígnias dos partidos sem dar espaço a contestações maiores. Dizia o jornalista:

todos estes periódicos, salvo uma ou outra fase de curta duração, têm sido antes de tudo políticos – advogando interesses de partidos quer regulares, quer de ocasião, acompanhando a extrema mobilidade das circunstâncias, e muito plausivelmente atendendo de preferência às conveniências partidárias, que nem sempre estão de acordo com o interesse geral.

Muitas vezes mesmo, por mais generosos que sejam os intuitos de um periódico de partido, mormente quando ele é único, pode ver-se forçado a deixar desprotegidos legítimos interesses individuais e a não poder sequer permitir à vítima (quando não é ludibriada) desabafar de seus agravos, como mais de uma vez terá acontecido.

Quando os partidos regulares mantêm-se firmes em seus postos, a controvérsia pode estabelecer a verdade da opinião pública mais ou menos correta, dispensando a cooperação a que todos os cidadãos são obrigados. Então a sociedade tranquiliza-se, e contempla admirada o denodo e abnegação desses formidáveis atletas, defensores das liberdades públicas na sua mais alta expressão.

Mas, do abstrato ao concreto, com sua infinidade de fenômenos, há uma vastidão imensa, em cujo meio um ponto de abrigo é necessário a todos, sem distinção alguma<sup>84</sup>.

Por mais que não se queira fazer parecer, é legítimo afirmar que imparcialidade não havia, nem mesmo em relação a *O Publicador Goyano*. Também as queixas apresentadas têm razão de ser, dada aquela conjuntura. Pode ser que o editorial parecesse um pouco enigmático para quem estivesse lendo ou ouvindo aquela notícia pela primeira vez ou não vivesse por aquelas bandas, mas, vejamos do que se trata. A crítica de José Marques tem certas nuances. Primeiro, ele escreve sobre o mal uso da imprensa a serviço de interesses eleitoreiros e da garantia de vantagens particulares. Quando deveria representar o interesse geral ou público, e permitir que pessoas comuns se manifestassem através dela, a imprensa estaria como que submetida ao partido único,

---

<sup>84</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 1, 23 de fevereiro de 1885, p. 1.

no caso exposto, ao Partido Liberal e seus interesses. Um ponto mais importante é trazido logo em seguida: se não há mudança nessa postura, que se instale lugar ao contraditório, à outra versão dos fatos, para que, aí sim, o povo forme sua opinião sobre cada situação. Entender o lugar insubstituível que se tem como cidadão significava não permitir que qualquer diferença resultasse em desvantagem social<sup>85</sup>.

De fato, a então capital estava confiscada ao poderio dos Bulhões nas arenas política (eram representantes parlamentares), econômica (estabeleceram-se como oligarquia e concentraram seus numerários na pecuária após a crise aurífera) e institucional (compunham instâncias de execução da justiça). Ademais, o destaque conferido à oligarquia na imprensa se explicava em parte porque controlavam alguns dos jornais mais longos em duração, como apontado anteriormente. Não raro, mandos e desmandos, ou, nos dizeres do articulista d'*O Publicador Goyano*, injustiças e distinções, se faziam sentir.

Antes de conhecer um pouco mais o que justificava a exposição de motivos naquele editorial, temática que retorna na discussão do próximo capítulo, é preciso fazer uma digressão a fim de situar alguns aspectos da província no século XIX. Como elaborou Mary Karasch, “a capitania de Goiás era maior em área do que muitas nações europeias soberanas”<sup>86</sup> e tal característica foi aliada dos povos negros e indígenas na construção de suas resistências, o que impôs limites ao domínio português. Um exemplo pertinente ao caso pode ser encontrado, inclusive, em uma das tentativas de executar a independência. Quando, por volta da terceira década do século XIX, a mineração deixava de ser central e a ruralização correspondente à agropecuária se instaurava, iniciou-se uma luta para sublevar a população liderada por civis e militares. Entre os civis, estava o padre Luis Bartolomeu Marques, que, segundo o historiador Sérgio Moreyra, “era um mulato culto, matemático, ativista radical, que pouco depois seria marginalizado do processo político”<sup>87</sup>. O jacobinismo do clérigo, para o autor, foi marca da ação política incitada por ele a tal ponto que, no ano de 1831, chegando à vice-presidência da província mesmo depois de

---

<sup>85</sup> Como demonstrei em minha monografia, essa instrução era especialmente endereçada à juventude. Ver Ana Paula O. Lima, *Imprensa abolicionista e resistência negra em Goiás no século XIX*. Monografia de Graduação. Goiânia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2019.

<sup>86</sup> No original: “the captaincy of Goiás was larger in area than many sovereign European nations”. Mary C. Karasch. “Good Order”: Structures of Empire. In: *Before Brasilia: Frontier Life in Central Brazil*. University of New Mexico Press, 2016, p. 129.

<sup>87</sup> Sérgio P. Moreyra. *A Independência em Goiás*. 1972. p. 462. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132004> Acesso em 03 de set. 2022.

perseguições, ameaças e fuga, foi capaz de retomar a missão de expulsar o comando português, representado pelo presidente Miguel Lino de Moraes<sup>88</sup>.

Os fragmentos da trajetória de Luis Marques revelam como, em um período em que poucos eram os estamentos sociais a terem acesso ao conhecimento letrado e, por isso mesmo, aos passos deflagrados por movimentos em outras províncias ou até na metrópole, foram executadas ações coletivas diretamente ligadas à conquista de participação local nas funções públicas. Mais do que isso, a separação absoluta de Portugal, fazendo acirrar as disputas entre as regiões sul e norte de Goiás, principalmente desta última em relação àquela, sugere a busca pela autogestão como uma possibilidade a ser forjada localmente, ainda que a vastidão do território nem sempre contasse a favor<sup>89</sup>, como sugere o mapa abaixo:

---

<sup>88</sup> Sérgio P. Moreyra, “A Independência de Goiás”. *Revista de História da USP*, v. 46, n. 94, pp. 459-486, 1973. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132004>. Acesso em 25 de set. 2022.

<sup>89</sup> É fundamental lembrar que a exigência de separação da porção norte do estado de Goiás perdurou aproximadamente um século e terminaria vitoriosa em 5 de outubro de 1988, quando o território do norte passa a configurar o estado do Tocantins. Para uma análise da origem e dos aspectos do movimento, ver Lucas Bittencourt Lima, “O movimento separatista pró-Tocantins e a re-divisão territorial do estado de Goiás no século XX”. V GEOSIMPÓSIO. V Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder e III Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços: Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Disponível em <https://geosimposiounifal.files.wordpress.com/2019/09/lucasbit.pdf> Acesso em setembro de 2022. Destaco ainda, a partir de Mary Karasch, como foi uma escolha da elite branca se isolar no norte e lutar para permanecer de tal forma. Ver Mary Karasch, *Before Brasilia: ...*

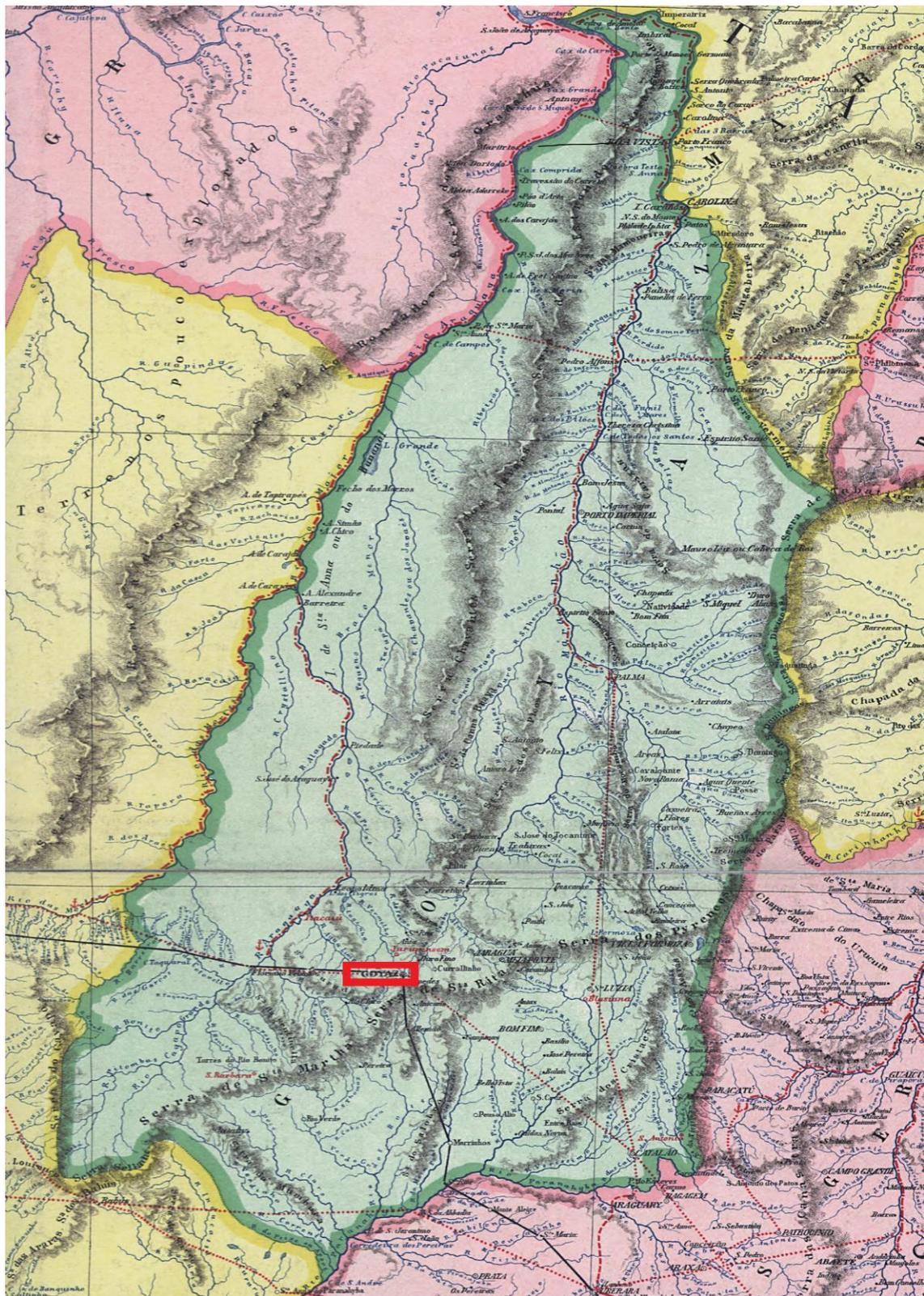


Figura 5 - Mapa de Goyaz: Fragmento da Carta da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de 1892.

A colonização portuguesa, ao invadir o território goiano, encontrou-o repleto de áreas mineradoras. Mary Karasch<sup>90</sup> demonstra como uma das primeiras iniciativas tomadas foi a imposição do controle burocrático, com a respectiva criação de juntas administrativas para estabelecer o quinto<sup>91</sup>. Submetida inicialmente ao domínio de São Paulo, Goiás, inicialmente Arraial de Sant'Anna, em 1726, torna-se capitania em 1748 sendo um dos motivos para tanto a tentativa de cessar o contrabando aurífero. A centralidade da mineração pode, aliás, ser medida em números. Na década de 1770, o ouro de Goiás elevava a capitania às cinco mais ricas do Brasil<sup>92</sup>. Embora haja divergências em relação ao período de maior rentabilidade<sup>93</sup>, o que importa assinalar é que, enquanto isso, indígenas (principalmente os Kaiapó) e escravizados africanos desafiavam os governadores portugueses<sup>94</sup>. As tentativas de escravização e invasão de quilombos para o roubo do minério não foram feitas sem contra-ataques. Essas insurgências, organizadas a partir dos quilombos, sinalizou o historiador Flávio Gomes, transpunham o mero sentido de “reação” convencionado pela historiografia, pois combinavam um significado político próprio<sup>95</sup>.

Os veios auríferos, continua Mary Karasch<sup>96</sup>, enriqueceram consideravelmente governadores, estamentos burocratas e a alta hierarquia militar e eclesiástica. Já os mineiros<sup>97</sup> sonegavam o quanto podiam. É importante assinalar como a escravidão em Goiás, em 1783, tinha ao sul, em Vila Boa, a maior concentração de escravizados nas minas. A partir de um relatório

---

<sup>90</sup> Mary C. Karasch. *Before Brasilia ...*

<sup>91</sup> O quinto era uma forma de usurpação da Coroa Portuguesa. Instituído como imposto aos domínios coloniais, no caso da então América Portuguesa, referia-se à quinta parte, ou seja, 20%, de todo o ouro extraído e recolhido pelas chamadas casas de fundição.

<sup>92</sup> Mary C. Karasch. *Before Brasilia ...*, p. 131.

<sup>93</sup> Nasr Fayad Chaul aponta outra perspectiva quando explica que “A mineração propriamente dita teve vida breve em Goiás. Iniciando-se em 1726, declinou após a década de 1750, que marca o apogeu dessa atividade no estado. O declínio da mineração pode ser observado na arrecadação do quinto do ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 em 1808 e, enfim, para a mísera 0,5 arroba em 1823. Ver Nasr F. Chaul. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 5ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

<sup>94</sup> Cumpre mencionar que as contestações e a autodefesa indígenas aos governos e proprietários rurais perdura a ponto de ser notícia bem depois. No fim do século XIX, a imprensa abolicionista dava notícia dos protestos considerando-os como ataques e cobrando que fossem combatidos o quanto antes e a qualquer custo.

<sup>95</sup> Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>96</sup> Mary Karasch. *Before Brasilia ...*

<sup>97</sup> A fim de afastar possíveis confusões, reitera-se que mineiros não são os trabalhadores das minas, mas os donos das lavras que os exploravam. Ver Nasr F. Chaul. *Caminhos de Goiás ...*, p. 44.

geral sobre a capitania, de 1783, Gilka Salles enfatizou que, de um total de 4.689 trabalhadores escravizados naquela jurisdição, 3.282 estavam ligados à atividade mineradora, significando 70% do quantitativo geral. Eis a descrição em tabela, que conta também com o levantamento relativo a outras localidades:

<b>Tabela 1 – Escravizados nas minas de Goiás, 1783</b>			
<b>JULGADOS/SUL</b>	<b>Nº DE ESCRAVOS NAS MINAS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>	<b>TOTAL DE ESCRAVOS EM CADA JULGADO</b>
Vila Boa	3282	70%	<b>4689</b>
Meia Ponte	-	-	<b>1682</b>
Crixás	770	64%	<b>1207</b>
Pillar	622	40%	<b>1567</b>
Santa Cruz	279	38%	<b>723</b>
Santa Luzia	552	61%	<b>899</b>
Rio das Velhas	299	100%	<b>299</b>
<b>JULGADOS/NORTE</b>			
Traíras	2243	59%	<b>3790</b>
Cavalcante	331	35%	<b>923</b>
São Félix	228	35%	<b>648</b>
Natividade	180	19%	<b>923</b>
Arraias	72	19%	<b>363</b>

**Fonte:** Gilka V. Salles, *Economia e escravidão na capitania de Goiás*, 1992, p. 277. ANEXO 15, “ESCRAVOS NAS MINAS - ANO DE 1783”.

A intenção, ao trazer esta tabela e a que vem logo a seguir, não é apresentar os trabalhadores como meros fatores de produção, mas ir além do componente numérico por ele mesmo e estabelecer um cruzamento de dados para analisar as marcas da escravidão no século XIX goiano e certas noções consagradas sobre esse regime de trabalho e estrutura de poder. Para tanto, mais algumas informações são necessárias. A partir de correspondências presidenciais, mapas de matrícula e o censo populacional, Gilka Salles elaborou esta listagem, que compreende vários anos entre 1735 e 1832:

<b>Tabela 2 – Escravizados na capitania de Goiás</b>	
<b>ESCRAVOS NA CAPITANIA</b>	
1735	10.000
1736	10.263
1737	13.151
1738	12.498
1741	15.321
1742	15.628
1748	12.459
1749	17.154
1750	14.437
1783	17.613
1804	19.834
1808	19.185
1824	13.375
1832	12.348

**Fonte:** Gilka V. Salles. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Editora da UFG, 1992, p. 276. ANEXO 14, “ESCRAVOS NA CAPITANIA”.

Embora seja um exercício simples, a somatória correspondente a cada jurisdição não foi feita ao fim de cada tabela. É fundamental, porém, assinalar algumas conclusões. A Tabela 1 revela uma exploração superior do domínio do sul em relação ao norte, em termos gerais. Um contingente de 11.066 para 6.647, respectivamente. Entre o primeiro, Vila Boa ascende como a localidade mais dependente, estando mais de quatro vezes à frente de Crixás (segunda colocada, pois Meia Ponte não possuía produção nas minas) em proporção numérica. Ainda que nem toda a população escravizada estivesse no emprego forçado das minas – como em Rio das Velhas, cujo total é de 100%, ou seja, 299 pessoas –, é sintomático o lugar que Vila Boa ocupa na dinâmica escravista, não estando de forma alguma apartada dos delírios da “febre do ouro”. E cabe lembrar que essa pequena mostra é do ano de 1783, quando o acúmulo já nem era dos maiores.

A Tabela 2 oportuniza uma discussão sobre como, mesmo com a entrada no então novo século, não há decréscimo tão significativo em relação à presença negroafricana e afrodescendente escravizada. É verdade que entre 1748 e 1749 há um aumento relevante, variando de 12.459 pessoas para 17.154, e anos mais tarde, uma diminuição de 19.185 para 13.375, a partir de 1808. De 1808 a 1824 distam dezesseis anos. A taxa, que começa a despencar rapidamente, parece manejar um pouco de 1824 a 1832, que ainda assim alcança a marca de 12.348 seres humanos escravizados em território goiano. Algo importante a se destacar em meio a isso é o quanto, mesmo

em 1832, quando a mineração não se configura mais como atividade econômica central, a fração de trabalhadores negros ainda será maior do que a observada em 1735, na formação do então Arraial de Sant'Anna. Analisar a escravidão no século XIX e o que a define precisa considerar, primordialmente, que o passar de algumas décadas não seria capaz de mudanças repentinas e absolutas na mentalidade senhorial e escravista.

Mesmo quando comparada à província de Minas Gerais – que traficou 168.543 pessoas em 1819 e 381.893 em 1872<sup>98</sup>, um número bem superior –, insisto em interpretar as pistas sobre Goiás sob a perspectiva de que, escassos que eram esses trabalhadores, empenho de propriedade na ótica senhorial, foram apreciados não no sentido de valorização e bom trato, como parte da memória coletiva sobre a escravidão em Goiás ainda quer fazer crer, mas pelo temor da perda financeira e de poder da aristocracia. Ou seja, as tentativas de controle e as negociações se intensificaram não porque a bondade era o sentimento genuíno a comandar as ações, mas porque o temor da perda significativa de trabalhadores negros nas produções era grande e as pressões comandadas pela classe escravizada também o eram. Portanto, a suposta “valorização” do trabalhador escravizado nada mais era do que apego ao “bem” adquirido, dado seu alto valor de compra em uma região não litorânea e com limites à navegação como Goiás. E os resquícios dessa política de domínio e o combate a ela podem ser identificados mesmo na imprensa da década de 1880.

Pelo que acrescenta Mary Karasch, com a diminuição da produção nas minas e o fim do período colonial, a agricultura e a pecuária passam a constituir as atividades produtivas, sendo a riqueza do Brasil Central, agora, a terra<sup>99</sup>. É fato que tal associação enriqueceu uma elite brasileira, porém, é importante lembrar como a população liberta aumentava cada vez mais e também ela conseguiu juntar ouro e investir na compra da sua liberdade e a de seus aparentados<sup>100</sup>, assim como manteve as igrejas negras. As irmandades dos pardos e pretos eram, respectivamente, a de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e a de Nossa Senhora do Rosário ou Nossa Senhora das Misericórdias.

---

<sup>98</sup> Dados elencados a partir de Carolina Perpétuo Corrêa, “Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: o que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos”. *CEDEPLAR, UFMG*. Disponível em <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/D06A003.pdf> Acesso em outubro de 2022.

<sup>99</sup> Mary Karasch. *Before Brasilia ...*

<sup>100</sup> Como se verá posteriormente, a estratégia de explorar as minas foi uma sacada também de José Marques no século XIX, mesmo com a quase escassez do ouro.

O fim do período colonial, continua Mary Karasch, embora tenha trazido o decréscimo de escravizados africanos em decorrência de mortes e a diminuição da fortuna derivada do ouro às famílias brancas abastadas, não impediu que algumas dessas famílias assumissem o governo no pós-independência<sup>101</sup>. Importa assinalar como o alto status estava ligado à brancura e seus significados sociais, mas, também, a um sentido de “qualidade”, de respeitabilidade, ligado invariavelmente a um lugar de classe e acúmulo de riqueza. Nas hierarquias da brancura, o alvo, ou branco puro, era quem detinha ampla quantia de pessoas escravizadas e de terras, já o branco, quem medianamente possuía trabalhadores escravizados e, certamente, racialmente misturados. Os vários censos aplicados no fim do século XVIII revelam a baixa expressividade numérica branca, de modo geral. Continua a autora, os nascidos livres e os libertos possuíram certa mobilidade social adquirindo patentes militares na composição da milícia. Os libertos, por diversas vias, compraram a própria liberdade ou fugiram para os quilombos. O quilombo Kalunga, próximo a Cavalcante<sup>102</sup>, foi uma das rotas úteis aproveitadas.

A forma mais comum de compra da alforria foi, pelo que distingue Maria Loiola<sup>103</sup>, a viabilizada por meio de parcelamento ou à vista. Em forma de pecúlio ou prestação adicional de serviços, o valor exigido podia não se aproximar do justo e pode-se ainda apontar como, pelo direito consuetudinário que instituiu a alforria, ela poderia ser retirada ou revogada a partir da alegação de ingratidão e maus tratos até 1871, com a promulgação da Lei do Ventre Livre (Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871). No início do século XIX, os negros nascidos no Brasil, denominados crioulos, formaram o maior índice de libertos. De volta à análise de Mary Karasch, é ela quem oferece uma significativa margem dessa relação apontando a ocorrência a duas mulheres de cor. No caso da mulata Francisca Borges, ela se libertou após pagar cinquenta oitavas de ouro, assim como também o seu marido, que prestou serviços por cinquenta anos. Similarmente, Ana Maria,

---

<sup>101</sup> Mary Karasch. *Before Brasilia ...*

<sup>102</sup> A comunidade quilombola kalunga localiza-se na região nordeste do estado de Goiás, se estendendo pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, na região conhecida como Chapada dos Veadeiros, em pleno cerrado. Para um panorama sobre a existência da comunidade e os desafios enfrentados a sua permanência e reconhecimento, ver *Estudo de caso: comunidade quilombola kalunga*. Movimento Regional Por La Tierra. Disponível em <https://porlatierra.org/docs/a72dac0268841fe42cab6fe0380d039d.pdf> Acesso em outubro de 2022.

<sup>103</sup> Maria Lemke Loiola. *Trajetórias Atlânticas, Percursos para a Liberdade: Africanos e Descendentes na Capitania dos Guayazes*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

dita parda, usufruiu do estatuto da liberdade após pagar oito oitavas e, em acréscimo, trinta anos de serviço, mesmo que naquela ocasião ela estivesse gravemente doente, “às portas da morte”<sup>104</sup>.

Mesmo segundo o censo de 1804, mulheres negras eram mais libertas do que os homens negros, uma tendência observada localmente, mas aplicada ao Império do Brasil, e que demonstraria ainda mais efeito no censo geral do império de 1825, que em Goiás calculou e agrupou os nascidos livres e os libertos em 37.985 – 60,8 % de 62.478 pessoas na província. A dinâmica expressa por Mary Karasch permite algumas considerações sobre como o discurso de decadência da província permanece ofuscando essa crescente na libertação da população negra goiana, maiormente composta tanto pela descendência negroafricana quanto indígena. Como as obras dos viajantes europeus, os relatos de presidentes e autoridades da província, e, em certa medida, a imprensa, ampla parte da historiografia de Goiás voltou-se à denominada crise mineradora, e à suposta decadência que a sucedeu, e deixou de indagar com o mesmo vigor sobre as dinâmicas envolvidas nas vivências negras em liberdade e os significados dessa conquista, embora ameaçada, para a comunidade negra. A conjuntura de suposta decadência, aliás, foi um fator que possibilitou as manumissões através das negociações de compra com ouro em um momento em que o minério já estava em falta.

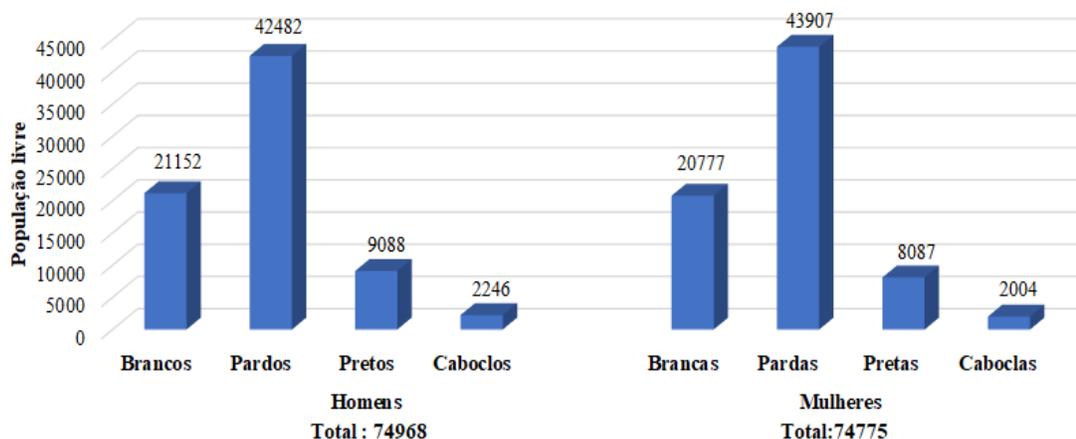
Uma sinalização expressa no censo de 1832 é a não entrada de africanos escravizados na província naquele período e, como o que pode ser apontado como tendência, as classificadas como crioulas (negras nascidas no Brasil) alcançavam mais a liberdade, apesar de os homens negros ainda serem a maioria na escravidão e entre os libertos. Dois indícios de trajetória delineiam os ofícios possíveis a esses sujeitos. Segundo Mary Karasch, o sertanista Tomás de Sousa Vila Real, pardo, comandou expedições no rio Araguaia e seus relatos foram publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro enquanto Antônio Moreira da Silva, “muito moreno” mulato, também comandante, foi capitão do mato, líder de bandeira no sul do Maranhão e fundou o povoado de Carolina, nas proximidades do rio Tocantins. Além de participar das batalhas da independência, Moreira da Silva também chefiou uma comunidade luso-brasileira<sup>105</sup>. É assim que, entre tantos percalços de se fazer livre, o censo imperial de 1872 registra os seguintes dados em relação à população livre da província:

---

<sup>104</sup> Mary Karasch. *Before Brasilia: ...*

<sup>105</sup> Mary C. Karasch. *Before Brasilia: ...*, p. 284-285.

**Gráfico 1 - Quadro populacional livre da província de Goiás considerando os marcadores sociais de raça e sexo**



**Fonte:** Recenseamento do Brasil em 1872.  
Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.

Esse panorama indica como a liberdade foi levada a sério como projeto de vida e realização possível entre estava ou não diretamente submetido à escravidão. Em busca de conexões entre a organização contracolonial dos dois séculos em tela, o historiador Martiniano Silva ressaltou “a participação do negro escravo como agente histórico coletivo”<sup>106</sup> diante da violência senhorial às comunidades quilombolas. Muito embora as contestações geradas pela posição manifesta desse grupo tenham sido omitidas nas observações de pesquisadores durante tempo considerável, é importante evidenciar que uma das marcas dessa participação é a manutenção de laços entre comunidades negras, indígenas e de outras matrizes étnicas que serviram, dentre outras finalidades, para a execução de rebeliões. E convém circunscrever que os quilombos, como fenômenos organizativos que são, não se restringem ao século XIX, pois sua formação se materializa desde que a violência e a repressão se institucionalizam no período colonial. Essas, tidas como “disciplinadoras”, não foram poupadas durante a atividade mineradora, que perpassou quase todo o século XVIII<sup>107</sup>.

<sup>106</sup> Martiniano J. da Silva, *Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719-1888)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1998, p. 159.

<sup>107</sup> Martiniano J. da Silva. *Quilombos do Brasil Central: ...*

O número superior de “pardos” distingue a miscigenação como feito ascendente e sugiro que esse dado requeira mais atenção histórica do que tem tido. Acentuo, conforme Maria Lemke Loiola, que a associação entre atribuição colonial e condição social não foi capaz de vetar estratégias políticas negras. De frente com as rotas dos descaminhos do sertão, insurgências quilombolas e significados do batismo e da devoção, a autora define que há correlação entre as rotas do tráfico atlântico e a prevalência *mina* (na mineração) e *angola* (na agropecuária), bem como um decréscimo no batismo das crianças de mães forras junto a uma elevação do índice de natalidade entre mulheres escravizadas. Os dados expostos neste tópico explicam a tendência observável em torno da manutenção da população em situação escrava até quando esse panorama se modifica, em fins do século XVIII e início do XIX, quando o número de pessoas libertas aumenta e mulheres e pardos passam a compor o maior índice populacional. Para Maria Loiola, a população escravizada viu, nas disputas políticas entre os ilustrados e conservadores e a mudança social que derivava disso, uma chance de conduzir estratégias próprias nas fissuras do sistema<sup>108</sup>.

As considerações de Maria Loiola trazem uma contribuição importante relacionada à procedência e ao estatuto da cor. Se os assentos de batismo traziam classificações como preto, crioulo, pardo, mulato, mestiço, cabra, a definição de “negro” esteve ligada a algum imaginário negativo, geralmente associado à vadiagem, aos quilombolas ou aos salteadores. E era uma classificação que poderia ser imputada, ou seja, qualquer um inserido naquelas definições se “transformaria” em negro se cometesse algum ato tido como reprovável. Também teriam existido diferenças entre a escravidão nos séculos XVIII e XIX, sendo capturáveis essas distinções nessas categorias de cor e na documentação que as apresenta. Elas denunciariam, assim, uma estratificação mais acentuada antes do século XIX, já que esse momento apresentaria uma miscigenação maior.

Dito de tal forma, Maria Loiola parece desconsiderar a força da escravidão e as práticas que dela emanam. Sublinho que a miscigenação crescente não atuou inibindo hierarquias raciais ou abrandando as violências dispensadas por esses modelos, quer seja no passado ou no presente. Ao lado da busca por uma aproximação das “visões da liberdade” fabricadas pelos sujeitos afrodiáspóricos, é preciso reconhecer os muitos interditos forjados e o alcance deles, sem fazer esforço algum por descaracterizar a escravidão às custas de um elemento. A visão um tanto idílica da miscigenação, de modo nenhum exclusiva da autora em questão, é confrontada pelos inúmeros

---

<sup>108</sup> Maria Lemke Loiola. *Trajetórias Atlânticas, Percursos para a Liberdade: ...*

golpes sobre sujeitos negros como José Marques, posto que a “constelação social, o todo cultural são profundamente modificados pela existência do racismo”, como observa Frantz Fanon<sup>109</sup>. É preciso examinar se o que as cenas do cotidiano dele e de outros homens e mulheres negros e negras revelam é uma estratificação menos presente ou um funcionamento específico de operações raciais e de poder.

Vale lembrar que o governo imperial acenou positivamente à imigração europeia, fornecendo até subvenções. Com objetivos bem definidos, um deles era o progressivo branqueamento nacional, um ideário eugênico de extermínio da população negra, portanto, absolutamente contrário a uma proposta de valorização desse contingente. A miscigenação não fincou uma bandeira de igualdade entre raças e reproduzir um discurso de benevolência em relação ao ato mantém intocadas determinações coloniais e colonizantes. Um caminho mais proveitoso é desvendar, como bem expressou o historiador Thomas Holt<sup>110</sup>, as repercussões do racismo na sociabilidade e as apropriações políticas de pessoas negras considerando as margens possíveis nos espaços culturais e sociais. De volta aos editoriais de *O Publicador Goyano*, tento capturar algumas dessas margens no próximo capítulo.

---

<sup>109</sup> Frantz Fanon, Racismo e cultura. In: *Por uma revolução africana: textos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2021, p. 75.

<sup>110</sup> Thomas C. Holt. “Marking:” ...



## CAPÍTULO 2

### APRENDIZADOS SOBRE CIDADANIA E OUTROS DEVERES

#### 2.1 “NESTA TERRA EM QUE FLORESCE O PEQUIZEIRO E CANTA O JOÃO-CONGUINHO, QUE AS NEGRAS FALANGES DO ESCRAVISMO SEJAM BATIDAS COM TODAS AS HONRAS DO ESTILO”<sup>111</sup>: JUSTIÇA COMO VEIO DE LIBERDADE NA PENA DE *O PUBLICADOR GOYANO*

Enquanto a imprensa fluminense mobilizava diversas instituições sociais para arrecadar fundos às vítimas de um terremoto na Espanha e a cidade de Manaus sentira um leve tremor de terra – oscilações essas que foram até bem comuns em várias partes do Império –, os ventos que sopravam sobre *O Publicador Goyano* não podiam ser melhores. O editor José Marques festejava naquele mês de março de 1885 o fato de que o número de assinantes da folha, na capital e noutros cantos da província, já era o maior de que se tinha notícia<sup>112</sup>. O clima de alegria impulsionava a continuidade da obra e o caráter (in)formativo e propositivo daquele meio. Sem dúvida, foi preciso muita confiança e senso de autovalorização no meio daquilo tudo, porque tentativas de descredibilização e contestações não faltaram. Sarcásticas, as provocações começavam pelo teor abolicionista do jornal, mas não ficavam só nisso.

O semanário conservador *A Justiça*, de Franca, São Paulo, cujo lema era “Deus e a Liberdade” e tinha como redator-chefe o bacharel Estevam Leão Bourroul<sup>113</sup>, reconhecia o caráter

---

<sup>111</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 1, 23 de fevereiro de 1885, p. 4. *João-conguinho* é um pássaro bastante comum nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil. O *Cacicus kelainos* (Cacique preto), é mais conhecido como *japiim*, *japiim-xexéu*, *japim*, *japuúra*, *xexéu-de-bananeira* ou *papa-banana* (Nordeste) e *xexéu*, e sua coloração é preta e amarela. De canto variado, tem como característica a imitação de outros animais. Ver <https://www.wikiaves.com.br/wiki/xexeu>. Acesso em novembro de 2022.

<sup>112</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 4, 21 de março de 1885, p. 1.

<sup>113</sup> Como consultado nas edições do jornal disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital).

notável da publicação no cumprimento de seus objetivos, mas, não querendo parar por aí, emitia logo o seguinte: “*Publicador Goyano*, jornal de grande formato, na capital de Goiás. Bem impresso. Oferece leitura variada. Infelizmente, com tendências abolicionistas”<sup>114</sup>. Como viria a reconhecer depois, José Marques interpretou as palavras como censura<sup>115</sup>, mas não deixou por menos. A devolutiva veio informada por uma citação:

A escravidão é a violação da mais sagrada das propriedades: a de si mesmo. O escravo não se possui, pertence a seu senhor; não possui nem a sua pessoa, nem a liberdade de seu trabalho, nem o fruto desse mesmo trabalho; não é tratado como o homem, mas como animal de carga.  
G. Bruno<sup>116</sup>

Com a definição dos porquês, o redator reafirmava a feliz escolha. Adiante, o conservador *O Paiz*, periódico abolicionista carioca de ampla circulação<sup>117</sup>, respondia ao exemplar enviado à redação já fazendo confusão com a data de estreia do jornal goiano, apontando o dia 25 em vez de, corretamente, se referir ao dia 23 de fevereiro como a data em que o empreendimento viera a público. Fosse esse primeiro erro descuido ou provocação, o redator, na resposta veiculada pelo *O Publicador Goyano*, apontou o equívoco e emendou um questionamento no mínimo curioso à pergunta que lhe foi feita. Foi tão motivo de atenção d’*O Paiz* certa parte do programa do jornal goiano que o carioca a grafou em letras maiúsculas: “<< Em seu programa diz << ter por fim servir de órgão a todas as pessoas que tiverem necessidade de recorrer à imprensa, contanto que se exprimam em linguagem decente. << O NOSSO REDACTOR É O POVO E O NOSSO OBJETIVO É O BEM PÚBLICO. >>”<sup>118</sup>. A questão era justamente de “<< Onde copiaria o *Publicador* esse programa? >>”. O descrédito foi respondido em nota no fim da mesma página e trazia uma verdadeira invertida: “O ilustrado colega que, sem nos conhecer, julgou-nos um copista, mais facilmente poderá descobrir – *d’onde copiaria o Publicador esse programa* >> – sob pena de

---

<sup>114</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 15, 7 de junho de 1885, p. 4.

<sup>115</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 172, 9 de junho de 1888, p. 1.

<sup>116</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 15, 7 de junho de 1885, p. 4.

<sup>117</sup> Segundo a historiadora Andréa S. Pessanha, o jornal *O Paiz* foi fundado no ano de 1884. O chefe do *Partido Republicano*, Quintino Bocaiúva, foi um dos redatores até 1899. Como se pode notar a partir dessa informação, foi uma folha de relativa duração, alcançando uma tiragem média de 11 mil exemplares. Ver Andréa Santos da S. Pessanha, *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição – Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, UFF, 2006.

<sup>118</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 8, [?] de abril de 1885, p. 3. *Grifos da fonte*. A marcação ‘<< >>’ é própria da fonte e era utilizada para sinalizar aspás em citação.

dizemos: – Só isso? – *Auceps syllabarum!*”<sup>119</sup>. Sem dedicar muitas linhas às enviesadas críticas, rebater com “Só isso?” em desfecho não foi uma exceção àquela correspondência. É que, na verdade, a escolha em vincular diretamente *O Publicador Goyano* aos ditos “interesses do povo” foi motivo de desaprovação. Além de não apresentar definição ou paixão político-partidária, um conflito de classes se insinuava nessa definição. Isso porque os membros de famílias afortunadas que preferiam ser vistos como detentores de uma tradição e um sobrenome, mas não de posses e status social e racial, também se julgavam povo e não encontraram n’*O Publicador Goyano* o melhor lugar para apresentar suas queixas, o que rendeu alfinetadas.

Na mesma edição, o redator comentava o que dizia *O Nono Districto*, outra folha de Franca. O paulista reconhecia o grande formato do periódico goiano, a inovação representada pelo prelo *Marinoni* e anunciava os nomes dos responsáveis pela obra e pela tipografia *Perseverança*. Teve lugar também esta farpa: “O que nos deu no gotto, de entre as diversas seções do *Publicador*, foi o anúncio da tipografia onde se imprime”<sup>120</sup>. E aí é que está: a expressão “dar no gotto” tem dois sentidos basicamente opostos: agradar ou causar espanto. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, “gotto” é a glote, a entrada da laringe, portanto, “dar no gotto” era mais comumente usado para designar algo que causou engasgo, grande tosse, interrupção da respiração, risco de morte<sup>121</sup>. Que sentido aquelas letras guardavam? A resposta apresentada n’*O Publicador Goyano* interrompe a reprodução da correspondência para fazer um apontamento estratégico, grifando a expressão: “Faremos o possível para reproduzir o tal anúncio, visto ser a única coisa “*que deu no gotto do generoso colega*”<sup>122</sup>.

O que poderia chamar tanta atenção em relação à composição da tipografia? Marcado pela sutileza, esse embate bem que poderia passar despercebido e pouco comunicar sobre as tensões que envolviam a raça e o próprio movimento abolicionista naquele momento. No entanto, sabendo que em nenhum período, muito menos na vigência da escravidão, ser pessoa negra representou

---

<sup>119</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 8, [?] de abril de 1885, p. 3. *Auceps syllabarum*: do latim, algo como “pássaro de sílabas”, em tradução livre.

<sup>120</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 8, [?] de abril de 1885, p. 3.

<sup>121</sup> Dicionário da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado, e Acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Natural do Rio de Janeiro. Tomo Primeiro, v. 1: A – K. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Junho de 1789, p. 664. Disponível em <https://dn720805.ca.archive.org/0/items/diccionariodalino00mora/diccionariodalino00mora.pdf> Acesso em 30 de set. 2024.

<sup>122</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 8, [?] de abril de 1885, p. 3. *Grifos da fonte*.

vantagem expressiva no Brasil, é preciso se atentar a “pequenas” manifestações de equívocos e ambiguidades. Na cena em questão, o que poderia ter “dado no goto”, ou pareceria difícil de engolir, era o fato de haver naquela tipografia do Brasil central, tido como isolado e “incivilizado”, pessoas negras disputando, mesmo com muitos limites, a imprensa, fazendo funcionar uma tipografia engenhosamente chamada *Perseverança* e debatendo a abolição e outros temas. Ao que tudo indica, José Marques notou a dissimulação e revidou dizendo que reproduziria com a mesma energia o enunciado quase inacreditável que tanto prendeu a atenção do “generoso” colega. O redator, em definitivo, encerrou a correspondência: “Só isso?”. Não tenho certeza se *O Nono Districto* era um periódico abolicionista<sup>123</sup> ou mesmo se era conhecida a ascendência negroafricana do editor e de parte da equipe de mulheres d’*O Publicador Goyano*, mas a desconfiança se sustenta porque era rotineira a ocorrência de abolicionistas negros lutando pela emancipação na imprensa e um fato assim não passaria em branco, literalmente. Além do que, mesmo durante a crise da última década escravista, ao contrário do que talvez possa parecer, a posição abolicionista não era unanimidade. Contudo, ao menos uma boa notícia também chegava. O secretário Antonio Augusto Botelho, do Grêmio Democrático Literário de Limeira, São Paulo, pedia o envio regular d’*O Publicador Goyano* a fim de os exemplares servirem para instruir a população daquele município. A larga ênfase do jornal goiano sobre a instrução pública possivelmente justificava a solicitação.

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto enfatiza que “arbitrariedades não deixaram de acontecer mesmo com os abolicionistas ganhando terreno nas arenas política e jurídica”<sup>124</sup>. O cenário intranquilo à gente negra com que me deparei nesta viagem à sociedade oitocentista me permite argumentar sobre as contradições permeando a vida de abolicionistas negros a partir do próprio lugar de indeterminação que marcou a vida desses sujeitos. Analisar os traços que compõem *O Publicador Goyano* desvela um conjunto de ações marcadas pelo emprego de várias estratégias para conseguir apoio à causa da abolição, da instrução e do trabalho livre, bem como demonstra as preocupações fundamentando essas defesas. O impulso inicial da folha, na *Secção Livre*, comungava a necessidade de convergir e espelhar as lutas abolicionistas com as que se vinha

---

<sup>123</sup> Seja porque não há menção nenhuma da folha paulista à questão emancipadora quando envia os supostos cumprimentos a *O Publicador Goyano* ou porque não foi rastreada ligação direta ao abolicionismo na edição consultada. Datado a 12 de fevereiro de 1882, o periódico de número 7 é o único relacionado no local indicado.

<sup>124</sup> Ana Flávia M. Pinto. *Escritos de Liberdade: ...*, p. 232.

fazendo nas províncias do Ceará e Amazonas, ambas já livres, e na do Rio Grande do Sul, que marcara a data da última libertação restante<sup>125</sup>.

Além da crítica aos poucos agentes aderindo ao empenho abolicionista, sobrava espaço também para um apontamento sobre o quase inexpressivo alcance do fundo de emancipação na província e a pouca importância que a questão da libertação recebia. Instituído pela Lei do Ventre Livre, em 1871, é bem possível que ele, somente, não tenha sido mesmo o instrumento mais capaz de responder à demanda libertária em regime de urgência. A intencionalidade do dispositivo legal, pelo que apresenta o historiador Pedro Neves, era garantir o controle sobre o processo de emancipação e a verba indenizatória senhoria, ainda que esse intento original tenha sido transposto pela classe escravizada<sup>126</sup>. Problemas de várias ordens surgiam quanto à implementação do estatuto em Goiás e é possível que esses dilemas dificilmente estivessem circunscritos só ao Brasil central. O informativo a seguir demonstra alguns deles:

#### Elemento Servil

A fim de facilitar o emprego anual do fundo destinado à emancipação, foi expedido o Decreto n.º 6.341 de 20 de Setembro do ano próximo passado, alterando algumas disposições do regulamento de 13 de Novembro de 1872.

Pelo artigo 3º do referido Decreto, as Juntas Classificadoras só devem reunir-se no dia designado pelo Presidente da Província, que as convocará quando tenha de ser aplicada alguma quota disponível daquele fundo.

*São deficientes os dados estatísticos que existem acerca deste tão importante quão humanitário serviço, não obstante todos os esforços empregados.*

Segundo quadros organizados pela Tesouraria da Fazenda,

em 9 de Janeiro, foram *matriculados* na Província 9:074 *escravos*, dos quais *faleceram* 379, foram *libertados* 240 e *mudaram de residência* 444, existindo 8:011.

Não figuram naqueles quadros os Municípios do Rio Verde, Forte, Formosa e S. Domingos.

Dos 20 Municípios pelos quais foi distribuído o fundo de emancipação que coube a esta Província, só de 11 existem participações oficiais, das quais consta que tem sido libertados por conta daquele fundo 28 *escravos*, a saber:

Capital	5
Jaraguá	1
Meiaponte	4

<sup>125</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 1, 23 de fevereiro de 1885, p. 3.

<sup>126</sup> Pedro M. Neves. *Liberdade sem sustos nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

Bonfim	4
S. Luzia	3
Formosa	2
Catalão	3
Cavalcante	1
Conceição	2
Arrayas	2
S. José de Tocantins	1

Além destes *foi alforriado no Município da Capital mais um somente com o seu pecúlio de 400¢ r.s.*, existente na Tesouraria da Fazenda, elevando-se aquele n.o a 29.

Nos Municípios de Pilar e Rio Verde não se tinha ainda procedido à audiência de emancipação, por depender a [sic] daquele Termo de informações solicitadas do Dr. Juiz de Direito da Comarca, as quais já foram prestadas, e a deste, de que fosse subdividida a quota que lhe coube pelo Município do Rio Bonito, cujos escravos foram ali matriculados.

Aguardo os necessários esclarecimentos para fazer aquela subdivisão a fim de, nos referidos termos, ser também cumprida essa disposição da Lei.

Dos demais Municípios não existem informações algumas [sic], não obstante reiterados pe [sic]

pedidos.

As quantias pagas até há pouco pela Tesouraria de Fazenda montam em 17:044¢281 réis, sendo 14:459¢846 réis do fundo de emancipação, que foi de 24:834¢734 réis, 2:560¢560 réis de pecúlio dos escravos e 23¢875 réis de juros deste.

Dos mesmos quadros também se vê que foram matriculados em 19 estações fiscais – 1:055 filhos livres de mulheres escravas – dos quais faleceram 109.

Os dados de matrícula que faltam são dos Municípios de S. Domingos, Palma e Rio Verde<sup>127</sup>.

O relatório, de datação inexata (pelas pistas do texto, posterior a 1872, mas provavelmente ainda da década de 1870), dispõe sobre as cotas do fundo emancipatório para Goiás e expõe em primeira página a falta de dados para o aperfeiçoamento dos processos e o baixo interesse em cumprir as determinações legais. O panorama presente na pequena parte transcrita mostra uma libertação diminuta em relação ao avanço verificado na década seguinte, marcada pela multiplicação das libertações, concentradas em 1887 e 1888. Vale apontar que observar somente as notas da imprensa proclamando aos quatro ventos a liberdade pode conduzir a algum equívoco, já que, enfatizando a conquista da liberdade, pode-se perder um pouco o fio que sugere o

<sup>127</sup> Documentos avulsos dos séculos XVIII e XIX [Sem título]. *Acervo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi*, Cidade de Goiás. *Transcrição e grifo meus.*

escravismo como o modelo a vigorar, bem como os prejuízos advindos da racialização e do racismo.

O índice de matriculados ainda aponta mais pessoas falecendo (379) do que sendo libertadas (240) e a questão envolvendo a mudança de moradia (444) pode reservar respostas ligadas às tramas acerca da criação de estratégias pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras negros e negras na conquista de seus espaços de habitação<sup>128</sup>. O artigo d’*O Publicador Goyano* tinha certa ligação com as informações do relatório. De fato, nem todos os municípios foram alcançados, pois quatro deles omitem a apuração, e o uso do fundo nos demais – onze, ao todo – compra a alforria de apenas 28 pessoas, variando de um (1) a no máximo cinco (5) libertos, esse último tanto relativo à Cidade de Goiás, que também teria registrado uma (1) soma de pecúlio no prazo. Descrição incompleta como resultado de pouco caso ou da morosidade, as laudas se referem à matrícula de 1.055 filhos nascidos livres e ao falecimento de 109 deles, essa quantidade muito superior, que se pese, ao número de libertos pelos valores do fundo emancipador. O historiador Pedro Neves detalha que direcionamentos para uma política de controle não estavam bem colocados, e com isso, o Estado não oferecia proteção aos ingênuos, estando aberta a margem para os senhores utilizarem-se deles como uma espécie de compensação pela “perda” que viria<sup>129</sup>. A pouca atenção a sexo, idade e cor dos indivíduos também teria a ver com a falta de interesse naquilo que não possuía mais o caráter estrito de mercadoria.

Lidar com a omissão de matrícula foi tarefa não só do Brasil. Em Cuba, descreve Pedro Neves, os dados para efetivar a emancipação gradual com a Lei Moret, de 1870, eram recolhidos do censo de 1867, repleto de lacunas pelo não registro de pessoas escravizadas por parte dos escravistas<sup>130</sup>, artifício bastante recorrido também por essas bandas. Com o entendimento de que era certo o fim da escravidão, a julgar pelos indícios de diversos artigos d’*O Publicador Goyano*, o ônus relativo à libertação somada à obrigação de alguns anos de trabalho mereceu algumas linhas. O artigo de colaboração especificava “um erro na apreciação dos fatos”. Segundo o escrevente, de

---

<sup>128</sup> Substancio essa hipótese com base em pedidos de concessão de terreno a trabalhadores escravizados e libertos que encontrei no arquivo citado na nota imediatamente anterior. Representados por advogados, os pedidos eram apresentados à Câmara Municipal de Goiás e parecem ter sido comuns nas décadas de 1870 e 1880.

<sup>129</sup> Pedro M. Neves, *Liberdade sem sustos nem inquietações*: ..., p. 75-76.

<sup>130</sup> Pedro M. Neves, *Liberdade sem sustos nem inquietações*: ..., p. 106.

pseudônimo *Ernesto*<sup>131</sup>, o fim da escravidão preocupava tanto os *senhores* a ponto de os fazerem ter uma falsa ideia das coisas ou “uma fina tática na forma, mas grosseira no fundo”, representada pela obrigação imposta à pessoa escravizada em trabalhar por anos em que talvez nem o escravismo mais existisse. Argumentava-se que, como questão vencida, a escravidão não chegaria aos anos 1890 e era imediato encontrar uma solução para não deixar desprotegidos os direitos dos libertos, posto que, do contrário, a condição que permaneceriam era ainda a do trabalho servil, configurando “uma desumanidade sem nome e um desrespeito às leis”<sup>132</sup>. Por fim, o artigo comunicava a importância de não serem aceitas cartas de liberdade com obrigação superior a cinco anos.

Fatalmente, ocorrências de reescravização de pessoas libertas e escravização de pessoas livres como resultado da falência da política de domínio senhorial não escaparam da mira da imprensa. A suspeição de ser escravo, em verdade, pesava sobre qualquer pessoa cuja ascendência africana fosse marcada. *O Publicador Goyano* tomou para si a responsabilidade de visibilizar um acontecimento envolvendo a escravização de um trabalhador livre. Repleta de contestações, a postura criminosa repercutiu. Tudo começa em um domingo de agosto de 1885, quando a coluna *Seção Livre* reproduz uma peça forense. Assinada pelo juiz substituto interino Antonio José Ignacio, ela se referia ao processo movido por vontade de Faustino Pereira de Oliveira. O homem indicava ser livre, mas fora dado como liberto na sentença final a partir da interpretação do parágrafo 2º do artigo 8º da Lei n. 2040/1871, que preconizava:

---

<sup>131</sup> *O Publicador Goyano* possuía alguns colaboradores e, mais raramente, colaboradoras, mulheres que enviavam poesias de forma anônima. Entre muitos artigos não assinados, alguns têm a rubrica idêntica ou similar a filósofos ou escritores, como *Ernesto* e *Plinio*. Esses mesmos artigos são um tanto mais enfáticos quando se trata da discussão abolicionista. Algumas menções de terceiros a José Marques me fazem cogitar que ele mesmo assinava esses textos. Pela redação do *Goyaz*, o intelectual foi acusado de estudar “obras de profundos filósofos moralistas” (*Goyaz*, 1887, n. 94, p. 3) e, em clima mais amistoso dessa vez, uma pessoa anônima escreveria: “José Marques – Seria ridículo, sumariamente ridículo, se pretendesse eu os foros de publicista, mesmo dos de 3ª ou 6ª ordem... entretanto, eis-me escrevendo para o respeitável... e sabes por quê? Porque saturaste o *intelecto* com as leituras do Smiles; e em vez de seguires razoavelmente os preceitos do sábio inglês, tens te tornado mais do que perseverante... és hoje *impertinente*. Quando queres, queres mesmo. – É só. (*O Publicador Goyano*, ed. 1, 23 de fevereiro de 1885, p. 2. *Grifos da fonte*). É certo que José Marques não seria um caso à parte, a exemplo de Luiz Gama, profundo conhecedor dos textos de Ernest Renan. Ver o artigo de Ligia Fonseca Ferreira, “Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan”. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, agosto de 2007. Observei também, ao longo da pesquisa, quatro identificações: José do Patrocínio Marques Tocantins, José Marques Tocantins, José Marques e Zé Marques. Deparei-me ainda, aqui e acolá, com algumas sessões de piadas assinadas por um tal Pintinho. O teor de ironia e jocosidade recai sobre as ações e o modo de ser da elite, mas, por não haver encontrado mais pistas, não arrisco um palpite mais preciso.

<sup>132</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 1, 23 de fevereiro de 1885, p. 3.

Art. 8 O governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida.

[...]

§ 2º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos<sup>133</sup>.

Apesar de ter testemunhas da sua condição livre e uma certidão da Tesouraria Geral da Fazenda, ele havia voltado ao cativo por obra do alferes Joaquim Ayres da Silva. Esse último queria provar de todas as formas a validade de sua posição dizendo que Faustino era realmente escravizado em sua posse e cuja “compra” havia sido feita em 1877 e firmada em 1884. Após todas as provas e autos examinados, “considerando que o cativo é contra a razão natural”, premissa das Ordenações Filipinas, que as razões da liberdade pesam sobre as do cativo e dada a insuficiência de provas, o juiz determina o autor do processo, Faustino, liberto e manda o réu Ayres arcar com os custos do pedido<sup>134</sup>. Só que o alferes, por algum motivo talvez prevendo o resultado desfavorável, já tinha se encarregado de conseguir ajuda. E não qualquer ajuda.

Logo abaixo do primeiro desfecho, as linhas escritas foram assinadas por Antonio Félix de Bulhões, procurador de Ayres. Tratava-se do pedido de revisão da peça forense pelo procurador da coroa, que o solicitante já havia antecipado em mandar. No artigo, o abolicionista intercedia pelo alferes e, julgando “inqualificável” a sentença, desferia acusações sobre Faustino, a rede abolicionista atuante no caso e até sobre o juiz que proferia a sentença. A alegação, apontando Faustino como acoitado na chácara de um de seus defensores, colocava em dúvida a capacidade do escravizado em tomar a decisão por si mesmo e, indo ainda mais longe, pretendia invalidar o desfecho ao apontar a concessão da liberdade como resposta da “inocência” do juiz a partir de um plano orquestrado pelos abolicionistas ao lado de Faustino. É que Antonio José Ignacio era vereador na Câmara Municipal de Goiás e, na ocasião, assumia o cargo de juiz substituto interino, o que, segundo o Bulhões, não o qualificava para julgar adequadamente o processo e sequer redigir bem a decisão final. Dá pra perceber, porém, que toda essa artimanha fora para esconder a raiva do escrevente diante dos questionamentos sobre a certidão de matrícula e os documentos faltantes que

---

<sup>133</sup> Luiz de Souza da Silveira, *Anotações à Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871*. Biblioteca do Senado Federal, 1876. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185618/000097348.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em dezembro de 2022.

<sup>134</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 23, 2 de agosto de 1885, p. 4.

os fizeram perder a causa e, por conseguinte, dinheiro. Enfim, apontando o que considerou “estelionato por meio da justiça”, Félix de Bulhões cobrava severa punição ao juiz Antonio Ignacio<sup>135</sup>.

Sem esperar a poeira baixar, novamente *O Publicador Goyano* traz o acontecido à tona. Dessa vez, a história ganha mais detalhes. Quem apresenta é ninguém menos que o advogado de Faustino, Paulo Francisco Póvoa, abolicionista, colaborador d’*O Publicador Goyano* e de diversas associações abolicionistas. Para começo de conversa, o bacharel disse pensar diferente quanto à afirmação de o processo ser imprestável. Tal conclusão tinha muito a ver com certas visões de mundo e a noção de quem manda e quem obedece. Assim o advogado se exprimia:

Ninguém desconhece que em nossa província, principalmente no Norte, existem mandões de aldeia, que ditam a lei ao som do bacamarte. Todo mundo sabe que Joaquim Ayres é um potentado no Porto Imperial, e que não há ali um só indivíduo que se anime a ir de encontro a sua vontade, e que, assim, um pobre diabo que lhe cai nas garras como escravo, embora possa provar a injustiça do seu constrangimento, não encontra apoio, nem em autoridades nem em particulares, contra o ditador daquele lugar.

É o que aconteceu ao nosso curatelado. Transportado do Rio do Somno para a casa de Joaquim Ayres a pretexto de fazer parte da tripulação dos botes – pertencentes a este senhor, que deviam seguir para o Pará, acha-se o nosso curatelado sob as garras deste potentado, que o retém como seu escravo. Assim, o afirmam as quatro testemunhas que juraram neste processo, e a elas nos referimos.

De volta do Pará, onde nem ao menos consentiram que desembarcasse, encontra em Porto Imperial um moço de fora; recorre a sua proteção para promover a competente ação contra seu pretense senhor. E o que acontece?... O moço é perseguido até o ponto de fugir e ser assassinado juntamente com o infeliz Miguel Linch. O suposto escravo é agarrado e mandado castigar pelo comandante do destacamento a pedido de Joaquim Ayres!...

Aterrado de ameaças, não encontrando apoio de autoridade alguma, nosso curatelado se vê constrangido a curvar-se à triste condição em que – as circunstâncias o colocaram. Oferecendo-se oportunidade de vir à capital da província, nosso curatelado, em sua ignorância, entendeu que podia fazer valer aqui seu direito, e procurou o promotor público, o ilustrado Dr. Natal, o qual deu os primeiros passos a seu favor<sup>136</sup>.

A fama da família Ayres parecia ser grande por aquelas bandas, principalmente em se tratando de contendas nos tribunais<sup>137</sup>. Não resta dúvida de que o lugar favorecido do coronel Ayres se relaciona ao fato de o processo ter durado vários anos, mesmo com o resultado inicial em desfavor dele. A ambiguidade permeando a defesa que fazia de si e seus supostos direitos revela

---

<sup>135</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 23, 2 de agosto de 1885, p. 4.

<sup>136</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 24, 9 de agosto de 1885, p. 3.

<sup>137</sup> Há pelo menos mais um processo em que pessoas escravizadas da família Ayres reclamam a liberdade, o tribunal defere, uma senhora Ayres recorre à sentença em seu desfavor e o tribunal reafirma o primeiro parecer.

bastante sobre a visão senhorial. Ao passo que Ayres admitia conhecer muito bem a “índole insubordinada” de Faustino<sup>138</sup>, capaz de muita coisa, ele descaracterizava a autonomia do sujeito em seguir adiante lutando pela causa de sua vida alegando que aquilo tudo só podia ser obra dos abolicionistas que passavam por cima de qualquer lei para efetivar uma libertação. Tanto é que ele denominava de “ofensivo e ilegal” o abolicionismo de Paulo Póvoa, quem ele apontava estar protegendo Faustino em sua casa<sup>139</sup>. A argumentação, por certo, arremetia, além do trabalhador escravizado e seu curador, as práticas abolicionistas em si.

Detalhes importantes ressoam na argumentação de Paulo Póvoa. A busca incessante de Faustino por sua liberdade era um sonho que lhe custava vários castigos. Mesmo depois da ofensiva de duas dúzias de palmatória, ele não desistiria até encontrar outra oportunidade. Quando ela apareceu, ele estava preparado. Aconteceu que, sendo mandado à capital com os filhos do patrão que retinha sua liberdade, o homem decidiu procurar quem pudesse encaminhar seu pedido. Ao fugir da vigilância do padre Antonio e do médico e abolicionista Vicente Moretti Foggia, ele acaba encontrando ao menos duas pessoas, Joaquim Xavier Guimarães Natal e Paulo Póvoa. O primeiro era promotor público e curador geral dos órfãos da comarca da capital<sup>140</sup>, além de um dos criadores do Partido Republicano de Goiás. José Marques possivelmente soube do caso por meio de Paulo Póvoa porque ambos circulavam pelos mesmos espaços, como a tipografia provincial do *Correio Oficial de Goyaz* e a própria tipografia d’*O Publicador Goyano*. Na primeira, ambos foram diretores e redatores gerais<sup>141</sup>. Tudo indica que Faustino era mesmo um sujeito livre. Nos documentos apresentados pela parte contrária, faltavam a certidão de matrícula e a assinatura do coletor, esse que, aliás, pelo nome, se sabia andar metido em crimes de falsificação de testamento. Quanto à entrada da ação ter sido dada no foro de Goiás em vez de Porto Imperial, como se determinava, eis a justificativa do curador, que também apelava a instâncias superiores a fim de manter a libertação a despeito do pedido da outra parte:

---

<sup>138</sup> *Goyaz*, ed. 77, 11 de março de 1887, p. 4.

<sup>139</sup> *Goyaz*, ed. 10, 26 de novembro de 1885, p. 4.

<sup>140</sup> Conforme o verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NATAL,%20Joaquim%20Xavier%20Guimar%C3%A3es.pdf> Acesso em novembro de 2022.

<sup>141</sup> Como constatei quando discutia a atuação de José Marques na imprensa e sua circulação nos espaços de sociabilidade. Em 1880, as funções de diretor e redator do *Correio Oficial de Goyaz* eram desempenhadas por Paulo Póvoa, substituído no encargo por José Marques. Ver Ana Paula O. Lima, *Imprensa abolicionista e resistência negra ...*, p. 26-27.

A favor da liberdade, hoje tão protegida por Vossa Majestade Imperial, as leis dispensam muitas formalidades, principalmente em certas circunstâncias, como nesta se dão. Meu curatelado não podia encontrar no Porto Imperial [...] justiça para sua causa. Recorreu às justiças da capital, onde a preponderância deste [pretense senhor] não podia ter ação. [...]

Quanto ao argumento do foro do domicílio, ele desaparece desde que o apelante aceitou a causa no foro desta capital, não vindo, como lhe cumpria, com a exceção *declinatoria fori*, mas sim tratando de defender o pleito neste juízo. A favor da liberdade, diz o ilustrado Ribas, tem-se admitido, desde muitos anos, certas preterições de formalidades, porque o cativo é contra o direito e razão natural, e a liberdade tem a seu favor a prescrição pleníssima de direito e a quem contra ela requer incumbe o ônus da prova, pois mais fortes são e de maior consideração as razões que há a favor da liberdade, do que as que podem fazer justo o cativo. Consolidação, artigo setecentos e dezoito, parágrafos primeiro e quarto.

Espera portanto o apelado que Vossa Majestade Imperial, por sua grande munificência e indefectível justiça, negará provimento à presente apelação, por ser de justiça.<sup>142</sup>

Eis um exemplo de submissão do poder privado dos senhores ao domínio da lei, estratégia que não presumia novidade, haja vista sua incorporação nos abolicionismos negros de Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e Luiz Gama, entre vários outros. Em discussão sobre a atuação dessa rede abolicionista, Ana Flávia Magalhães Pinto sinaliza a preocupação em fazer da imprensa, no caso, a *Gazeta da Tarde*, tribuna importante na cobertura dos casos de redução de pessoa livre à escravidão, um atentado contra o artigo 179 do Código Criminal. E as denúncias não paravam por aí, pois mesmo a complacência das autoridades imperiais com relação à venda de africanos livres quando da proibição do tráfico interprovincial (1882) foi motivo de mobilização<sup>143</sup>.

O desenrolar da história guardava algumas outras surpresas. Antes, porém, não quero deixar de compartilhar uma percepção que tive a partir da leitura combinada das duas folhas, *O Publicador Goyano* e *Goyaz*, para chegar à compreensão do caso. O tom da disputa, por trás do requinte das palavras, foi muito menos amistoso do que talvez tenha conseguido expressar nestas linhas. Basta lembrar que cabeças já haviam rolado naquilo que parecia ser muito mais do que prepotência e fúria por parte do coronel. As fronteiras da argumentação estavam demarcadas: Ayres, que dizia nunca ter sido escravocrata, encontrava no *Goyaz* abertura maior para sua exposição de motivos, enquanto Paulo Póvoa utilizava-se d'*O Publicador Goyano* para manter o direito de Faustino. Tanto isso me parece legítimo que a defesa por vezes recua nos seus interesses. Quando a retomada do caso se dá – no ano seguinte, 1886 –, os artigos referentes à questão são assinados sob o

---

<sup>142</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 24, 9 de agosto de 1885, p. 4.

<sup>143</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto. *Escritos de Liberdade ...*, p. 226.

pseudônimo de “A Justiça”. Fica em aberto se quem fazia uso das letras era José Marques ou Paulo Póvoa, afinal, ambos acompanhavam de perto cada passo do processo, só sei que a continuidade da luta trazia uma retrospectiva dos acontecimentos, o que por si só já era fruto de muita coragem em meio a todo o desgaste. A investida não vinha menos afiada:

Antes de desenvolvermos as considerações que sugeriram-nos a leitura do escrito jurídico, é mister, como razão d’ordem, que estabeleçamos 1º a causa, que deu lugar ao recurso de revista: Debate-se no foro d’esta capital há algum tempo já, uma causa de liberdade, entre partes, o escravizado Faustino Pereira de Oliveira e o seu pretense senhor [...] morador na cidade do Porto Imperial, por seu procurador o desembargador Antonio Felix de Bulhões.

Desde aqui começa a admiração dos leitores, que certamente perguntaram: Como é que este senhor desembargador, que se tem proclamado abolicionista *enragé*, vai advogar contra a liberdade incontestável de Faustino?

Respondam os sábios da escritura. Que segredos são esses da natura?<sup>144</sup>

Entre tantas coisas, Ayres devia ter tempo de sobra para ficar tentando reverter a todo custo a situação e colocar tanta gente na mesma encrenca. O articulista d’*O Publicador Goyano* se dirigia ao ministro da Justiça reclamando a aplicação do direito. A rememoração trazia as figuras do drama de Faustino e acrescentava outras participações à cena. O intento era “assegurar a cautela na observação de falhas que vinham ocorrendo naquele processo em curso, e sobretudo trazer ao público um alerta da vigilância exercida pela imprensa sobre a atuação de magistrados a descumprirem legislações”<sup>145</sup>. A primeira sentença, dando vitória a Faustino, foi apelada. Com a decisão de confirmação pelo Tribunal da Relação, Félix de Bulhões teria embargado o acordo confirmatório e anulado a sentença com base na alegação do foro domiciliar. Dessa vez, para contrapor a decisão, os abolicionistas mobilizaram a condição de impossibilidade resultante de ser Ayres influente politicamente e temido “até pelo juiz de direito”, primeira autoridade de Porto Imperial, Ignacio Soares de Bulhões Jardim<sup>146</sup>. Os abolicionistas acusavam as falhas do magistrado em não dar seguimento à ação, como também a cumplicidade do promotor de justiça, ciente do procedimento infrator do juiz em vista do parágrafo 6º do artigo 129 do Código Criminal: “Recusarem ou demorarem a administração da justiça que lhe couber nas suas atribuições &”<sup>147</sup>.

---

<sup>144</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 94, 11 de dezembro de 1886, p. 3. *Grifos da fonte*.

<sup>145</sup> Ana Paula O. Lima, *Imprensa abolicionista e resistência negra ...*, p. 31. No texto em questão, já havia começado a debater o caso. Nesta análise, outros desdobramentos são apresentados sobre o desenrolar do processo.

<sup>146</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 94, 11 de dezembro de 1886, p. 4.

<sup>147</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 94, 11 de dezembro de 1886, p. 4.

Quem poderia prever que o caso se arrastasse tanto e colocasse aquele mundo de gente em maus lençóis (ao menos temporariamente)? A reputação dos Bulhões no movimento abolicionista não permaneceria incólume, como fez questão de manifestar *O Publicador Goyano*. As contradições flagrantes dos abolicionistas Bulhões, por uma questão um tanto evidente, não os impediram de galgar posições políticas nem mesmo fundar uma associação abolicionista, a Confederação Abolicionista Félix de Bulhões. No meio do jogo de poderes instituído, seria imperícia não sublinhar a necessidade que o tronco familiar possuía de manter bons relacionamentos para assegurar seu lugar de prestígio. O cuidado deveria se dar para que escândalos atingissem minimamente a reputação de figurões nacionais como José Leopoldo de Bulhões, favorável à abolição enquanto esteve como deputado federal.

Mais uma resposta sobre o crime de Ayres contra Faustino chegava. A notícia ruim, na véspera de Natal, minava um pouco o clima de alegria da folha de José Marques. O que não diminuiu foi a vontade de expressar o que parecia um nó na garganta. A força da expressão de quem escrevia, novamente sob o pseudônimo “A justiça”, revelava uma indignação sem rodeios: “Meus sinceros emboras ao Zé povinho, a besta de carga, pelo inefável prazer que nos deu por ter descido do Olimpo, onde permanente [*sic*] mora para dar-nos explicações sobre o seu procedimento relativo à questão - Faustino, o Sr. Desembargador Bulhões!!!”<sup>148</sup>. O denunciante não se rendeu a meias palavras. O risco de se indispor completamente com a “situação dominante” se colocava e era um verdadeiro tiro no pé, por isso, a saída encontrada foi inteligente:

Tal foi a força dos princípios que sustentamos na questão - Faustino, que forçou a um *democrata* a descer da região dos Deuses, a humanizar-se conosco, povo plebe ou arraia miúda, a fim de apresentar desculpas do seu proceder *democrático* a respeito do escravizado Faustino.

Quando escrevemos o artigo sob a epígrafe – Administração da justiça, [...] se alguma coisa dissemos contra o senhor Joaquim Ayres, não houve da nossa parte a intenção de ofendê-lo.

Bem sabemos que Joaquim Ayres comprando o escravizado Faustino, o fez de boa-fé, julgando que comprava um homem-coisa quando adquiria uma pessoa livre.

O Sr. Bulhões tem o mau costume de construir castelos para depois ele mesmo destruí-los, com intenção certamente de aumentar a gratidão da pessoa a quem supõe defender. [...]

Prega [Félix de Bulhões], é certo, a boa doutrina em seu jornal para inglês ver.

É princípio abraçado por todos os abolicionistas: a instituição escrava é contra lei, direito e moral.

---

<sup>148</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 96, 24 de dezembro de 1886, p. 3.

Perguntai, leitores, a [José do] Patrocínio ou Joaquim Nabuco se eles aceitam o patrocínio de uma causa da liberdade contra um escravizado? Responderão, com certeza, se não repelirem a proposta com um insulto, como poderemos advogar contra a liberdade de um escravizado nós que somos abolicionistas!!!<sup>149</sup>

A democracia burguesa excludente sustentada pela elite estava sendo posta em xeque. No fim, debatiam-se os princípios de um abolicionismo que reconhecia graus de humanidade diferentes entre seres humanos a depender de sua condição social e de raça, um limite colocado à cidadania negra. Não duvido que Faustino fosse realmente homem livre, mesmo porque nem dominar o mundo das letras e ser livre salvaguardou pessoas negras dos tormentos enraizados no “preconceito de cor”, assim como, sendo pessoa liberta, a reescravização não deixou de ser um perigo tão cedo<sup>150</sup>. Sabe-se que a causa de Faustino havia sido anulada em virtude do foro. Era preciso começar tudo de novo. Não encontrei registro de outra ação envolvendo o nome do apelante. Pode ser que uma busca pelo nome do curador nos arquivos judiciários obtenha outro resultado. Penso que a fuga pode ter sido, outra vez, o recurso recorrido para efetivar os sonhos de liberdade de Faustino, pois não há menção n’*O Publicador Goyano* da volta dele ao cativo e o escrevente revelou, sem muitos detalhes, que o homem não saía vencido.<sup>151</sup>

Se nem todos os casos envolvendo as ilegalidades da reescravização e da escravidão de pessoas livres contam com tantas minúcias e uma defesa tão precisa, nos casos reportados em *O*

---

<sup>149</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 96, 24 de dezembro de 1886, p. 3.

<sup>150</sup> Tensões permeando o perigo da reescravização, embora se avolumassem então, não puderam deixar de ser notadas em outros momentos. Como detalhou Sidney Chalhoub, em janeiro de 1852 dois decretos imperiais acenderam alertas em muitas províncias e, efetivamente, instauraram levantes em Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará e Minas Gerais. A primeira ordem exigia o registro obrigatório de nascimentos e óbitos, enquanto a segunda determinava o recenseamento geral do Império. A reorganização ditava que os assentamentos feitos nos juízos de paz constassem, em caso de pessoa livre, data, hora, localidade de nascimento, nome, sexo, nome do pai e da mãe em união tida como legítima (ou apenas o da mãe, em caso contrário); se em condição de escravização, o que se acrescentava eram o nome do proprietário, a cor e a concessão de liberdade (se houvesse). Causou rebuliço a ordem de ministrar o batismo apenas com a comprovação do registro de nascimento da criança, que deveria ser feito até dez dias após a mãe dar à luz, assim como a exigência do registro de óbito para que sepulturas fossem liberadas. Segundo o historiador, a população reagiu com grupos armados e, de modo descentralizado e organizado, lutou durante semanas e impediu a manutenção dos decretos. Tudo se deu porque a população livre, antes de ser uma massa governada por adversários políticos liberais ou conservadores, como entendiam os representantes das elites, acreditavam que a medida imperial só serviria para facilitar a reescravização negra. Para acessar mais detalhes dos lances envolvendo as forças de reação ao escravismo, ver Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>151</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 96, 24 de dezembro de 1886, p. 4. Em pesquisa sobre o mesmo caso, o historiador Radamés Vieira Nunes aprofunda as relações e influências envolvendo a família Ayres, o que sugere elementos para pensar não apenas a questão Faustino, mas toda uma dinâmica política que não se encerra no século XIX. Ver Radamés Vieira Nunes, “Abolição, poder e liberdade no norte de Goyaz: o caso de Faustino Pereira e Joaquim Ayres”. *OP SIS* (Online), v. 19, n. ?, 2019, pp. 1-14.

*Publicador Goyano* outros lances sugerem a diversidade de lutas em direção à liberdade protagonizada por sujeitos negros. Na *Secção Noticiosa* de 19 de dezembro de 1885, um fato ocorrido na cidade de Entre Rios ganhava atenção como mau exemplo. Um homem escravizado teria agredido o escravista que sobre ele exercia propriedade e tentado matá-lo com um tiro. O fazendeiro sobreviveu, recuperava sua saúde e o homem, apanhado pouco depois, seguia preso em aguardo do julgamento. O desfecho era certo em dar razão ao fazendeiro, tido como “abastado e probo”, “honesto, pacífico e laborioso”<sup>152</sup>. A cena, entretanto, representava mais do que um atentado isolado, era sinal de ânimos inquietos, resultado de acontecimentos similares. Assim se lê na síntese:

Corre como certo que dá motivo a acontecimentos dessa ordem a quase liberdade em que vive na capital da província Marcellino, que tendo aqui assassinado a seu senhor, acha-se condenado à morte, o qual além de ser, na capital, comerciante de gêneros do país, tendo sido recebido em matrimônio com uma mulher com que de há muito vivia amasiado, tem para aqui mandado notícias do seu bem estar; e tanto tem isto concorrido para alterar os ânimos dos escravos neste município, que o escravo do sr. Ribeiro prefere uma condenação à absolvição perante o júri<sup>153</sup>.

Condenado, Marcellino fora sentenciado à força. Em que pese certo exagero no retrato de ampla liberdade gozada por Marcellino, quase como se fosse possível apagar as marcas da racialização<sup>154</sup>, as similaridades avistadas nas duas formas de ação sugeriam uma desordem social. O exemplo de alguns escravizados incitava outros a se defenderem e, talvez, a serem bem-sucedidos nos seus intentos, afinal, a reconfiguração nas formas de trabalho permitia alguma abertura a esses trabalhadores para o sustento de si e a manutenção de laços de parentesco. É a percepção simbólica do feito de Marcellino e o que resultava dele que estaria inspirando outro sujeito a preferir a condenação do que o cativo ao qual estava submetido, já que mesmo pequenas vantagens contavam. Talvez porque qualquer garantia custasse muito, houve quem decidisse, mesmo correndo um risco enorme, apostar alto em seus planos.

---

<sup>152</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 43, 19 de dezembro de 1885, p. 3.

<sup>153</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 43, 19 de dezembro de 1885, p. 3.

<sup>154</sup> Cabe observar como, a certa altura, as tentativas de negar a racialização, dando a entender que ela acabaria junto à escravidão, condicionam um modo de proceder frente a qualquer indicativo de rompimento das barreiras do escravismo. No contexto de escravidão urbana do Rio de Janeiro, por exemplo, Perdigão Malheiro afirmava que os escravizados andavam bem-vestidos e calçados a tal ponto que, quem os visse, sequer pensariam na possibilidade de serem escravizados dado um suposto nivelamento de classe e cor. Um dos princípios orientadores da conclusão carente de sustentação do jurista era o hábito de trabalhadores escravizados possuírem charutos e confraternizarem. A citação se encontra em Sidney Chalhoub, *A história nas histórias de Machado de Assis*: ..., p. 39.

Recorro ainda a um último episódio, que circulou no *Goyaz*, para dizer mais alguma coisa sobre as experiências de contestação ao cativo negro. A tática de infundir um temor à ação da gente escravizada contra os senhores por fazer parecer que, para aquela, não havia nada a perder, aparece como pano de fundo. A circunstância era da prisão e castigo de Amaro, tido como de “péssima conduta” na análise do escrevente, João Baptista Xavier Serradourada. Sem apresentar o motivo exato da prisão, apenas alegando atos precedentes do homem escravizado quando trabalhava na casa de antigos senhores, a carta de João Serradourada descreve que Amaro havia sido preso e, afirmando que “essa pena não lhe incomodava”, era ainda “cínico” ao confessar os supostos crimes<sup>155</sup>.

A coragem do homem se insinuava em diversas faces. Ele confronta João Serradourada mostrando que, pertencendo legalmente ao sobrinho dele, aquele não poderia castigá-lo, como queria, com meia ou uma dúzia de palmatórias. Como já havia sido secretário de polícia<sup>156</sup>, Serradourada, persuadindo as autoridades, consegue ainda o feito de assistir à aplicação da pena. Ele continua descrevendo a seu modo a situação e nisso se deslinda o motivo daquele agravo. Ao reclamar do que considerou má vontade do executor dos maus-tratos, “mais que moderado” para o serviço, o relator procura justificar a ânsia daquela sevícia até mesmo mobilizando familiares e conhecidos de Amaro para demonstrar que fizera um bem a ele, uma “obra de misericórdia” para que ele se endireitasse.

E o que estaria errado? A situação deveria gerar constrangimento em quem a apresentasse em um jornal do porte do *Goyaz*, mas não há o menor sinal de algo nesse sentido. Era o seguinte: João Serradourada dizia que Amaro ganhava 1\$500 réis por dia, podia trabalhar para si nos dias de sábado e descansar aos domingos e dias santos, sendo obrigado “apenas” a pagar 1\$000 como jornal (diária de trabalho), o que não estaria acontecendo. A apelação se dava porque, em quatro meses usurpando o trabalho de Amaro, João Serradourada teria recebido 25\$000 e “com dificuldade”, como fez questão de acrescentar<sup>157</sup>. Se a tal dispensa aos fins de semana ocorria mesmo não se sabe, porém, a discussão do caso aparecia no *Goyaz* porque o ato do ex-secretário fora censurado junto ao comportamento do chefe de polícia, Ramiro Pereira de Abreu. A decisão

---

<sup>155</sup> *Goyaz*, ed. 93, 1 de julho de 1887, p. 2.

<sup>156</sup> Conforme o *Goyaz*, ed. 67, 31 de dezembro de 1886, p. 2.

<sup>157</sup> *Goyaz*, ed. 93, 1 de julho de 1887, p. 2.

arbitrária do último teria obrigado o carcereiro a cumprir o ato, sem mandado, também por pressão de João Serradourada.

A denúncia incluía acusar o chefe de polícia de querer restaurar a escravidão em nome da comodidade dos senhores e afrontar os brios da raça “que com o seu suor fecundou o nosso solo e enriqueceu a nossa pátria”<sup>158</sup>. Certamente, esse recurso era muito mais narrativo do que qualquer outra coisa. O que se defendia não eram os interesses do trabalhador escravizado, mas a irregularidade na administração da pena e os excessos dela, tanto é que o fato de João Serradourada não possuir estatuto legal sobre Amaro e estar assim mesmo se apropriando de seu trabalho nem entrou na roda. A alegação expunha o abuso na execução da prisão sumariamente a partir de uma ordem e a vigência da Lei n. 3.310<sup>159</sup> para apontar exclusivamente que os escravistas é quem estariam autorizados a castigar “moderadamente” os escravizados, o que seria um “crime justificável”, mas, mesmo assim, não poderiam fazê-lo como bem quisessem<sup>160</sup>. Publicamente, ao menos, a condenação se referia ao jogo de amizade prevalecendo sobre as disposições legais.

É preciso desvelar mais algumas nuances. Aparentemente, o julgamento moral a Amaro tinha mais a ver com a disposição dele para enfrentar as interposições a seu livre viver. Guardar consigo o quanto podia ou considerava justo do fruto de seu trabalho era uma investida que vinha ocorrendo há algum tempo mesmo à revelia dos senhores, como a tentativa de convencimento do ex-secretário deixa escapar. Teria sido esse um dos motivos para tantas vezes Amaro ter sido vendido? Tinha ele a esperança de permanecer algum tempo na cadeia (e estando lá cessava temporariamente a obrigação do repasse de parte dos seus ganhos) até conseguir comprar sua liberdade? O valor estaria sendo usado para tornar outra conquista possível? Não é demais conjecturar nenhuma dessas possibilidades quando dos golpes finais do escravismo. Por mais precária que fosse a liberdade experimentada, ela era uma conquista, e só se tornava possível

---

<sup>158</sup> *Goyaz*, ed. 91, 17 de junho de 1887, p. 1.

<sup>159</sup> A Lei n. 3.310, de 15 de outubro de 1886, revogou o artigo 60 do código criminal (Art. 60. Se o réu for escravo e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condenado na de açoites e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar) e a Lei n. 4, de 10 de junho de 1835 (Determinava as penas com que deveriam ser punidos os escravizados que matassem, ferissem ou cometessem ofensa física aos senhores). Essa última afiançava, em caso de ofensas tidas como leves (com todos os problemas pertinentes à interpretação pessoal que se fazia da lei), a penas de açoites em proporção da circunstância. Ver Lei de 16 de dezembro de 1830, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm#art60](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm#art60); e Lei n. 4 de 10 de junho de 1835, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM4.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm) Acesso em novembro de 2022.

<sup>160</sup> *Goyaz*, ed. 91, 17 de junho de 1887, p. 2.

quando confrontada a autoridade senhorial, cujas fronteiras encontravam freios principalmente no contexto urbano.

## 2.2 MÚSICA, DEVOÇÃO E LIÇÕES

A partir de meados do século XIX, principalmente, dinâmicas de transformação cultural e desenvolvimento da sociedade imperial favorecem a criação e ampliação de espaços artísticos, políticos, culturais e educacionais<sup>161</sup>. Algumas ações do governo provincial<sup>162</sup> decretam a instalação de instituições que provariam sua funcionalidade na consecução de muitas atividades culturais. Ao contrário do que uma primeira impressão possa indicar, esses ambientes não eram exclusivamente frequentados pela elite econômica e branca; é certo que essa camada inevitavelmente seria avistada por quem quer que fosse ao Liceu de Goiás<sup>163</sup>, ao Gabinete Literário Goyano<sup>164</sup> ou ambientes similares, no entanto, estamos falando de uma sociedade racialmente marcada na qual sujeitos negros não corresponderam às expectativas de imobilidade e transpuseram a prerrogativa de exclusão sabendo se posicionar e negociar a partir de seus objetivos<sup>165</sup>. Tal

---

<sup>161</sup> A investigação de Fernando Santos sobre o principal artista do barroco goiano, o escultor Joaquim José da Veiga Valle (1806-1874), credita a dita ampliação, em Goiás, ao impulso de reorientação produtiva para a agropecuária. Ainda que a tese me pareça um tanto incompleta por deixar de lado as relações e influências em que a província esteve envolta, devo registrar que há na defesa do autor algum sentido. Ver Fernando M. dos Santos. *Veiga Valle: da morte do homem ao nascimento do artista (1874-1983)*. Dissertação de Mestrado. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018, especificamente o capítulo 1.

<sup>162</sup> O historiador Genesco F. Bretas reúne em estudo a trajetória da educação em Goiás desde as missões jesuíticas, no período colonial, até a resistência à deseducação imposta pela ditadura civil militar brasileira. Ver Genesco Ferreira Bretas. *História da Instrução Pública em Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

<sup>163</sup> O projeto de criação do Liceu data de 17 de junho de 1846. Idealizado por Joaquim Ignácio Ramalho, o Barão de Ramalho, a proposta tinha como referência um modelo paulista. A instalação, de fato, se dá em 23 de fevereiro de 1847, sob a direção do padre Emygdio Joaquim Marques. As cadeiras existentes na ocasião ficaram em quantidade de seis: Gramática Latina, Gramática Francesa, Geometria, Retórica e Poética, Filosofia, História. Para consulta a informações como a lei de criação do estabelecimento, termo de instalação, regulamentos, professores, ver Elder Camargo de Passos. *Goyaz: de arraial a patrimônio mundial*. Goiânia: Kelps, 2018.

<sup>164</sup> Em 1864, o *Gabinete Literário Goiano* surge, por um tempo, na área do *Liceu*. Com uma quantidade próxima a 7000 obras, Raimundo Sardinha da Costa viabilizou o funcionamento do estabelecimento com a contribuição de cem sócios. Inicialmente, apenas homens podiam compor a organização e concorrer às eleições aos cargos. Ver Elder Passos. *Goyaz: ...*, p. 222-223.

<sup>165</sup> São múltiplos os exemplos de negociação e as obras que apresentam esses dilemas no Brasil. Destaco Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; João José Reis e Eduardo Silva. *Negociação e conflito – A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989; Robert W. Slenes. *Na senzala, uma flor*

assertiva pode parecer simples, mas compreendê-la, de fato, requer, lembrando mais uma vez Chalhoub e Silva, um afastamento de “generalizações autoconfiantes” que partem de projeções unidirecionais. Explico: observar com acuidade somente a dita “fina flor vilaboense”, deixando de lado o caráter mais profundo das relações e as ideias dissonantes, limitou as conclusões de alguns estudos.

A historiadora Maria Augusta Moraes<sup>166</sup> identificou sobre a participação negra dois aspectos: 1. um valor conferido pela presença numérica superior ao quantitativo de pessoas brancas, embora não determine em que consistiria esse valor; 2. Após a Lei n. 3.353<sup>167</sup>, abandono da gente escravizada à própria sorte, ou “à total regressão social-servilismo”<sup>168</sup>. Essas observações conduziram interpretações de fontes distintas, dentre elas a literatura de viagem, sob ângulos arriscados, como o que se observa a seguir:

O crepúsculo mineratório cedeu lugar a uma economia agropastoril sem grandes conotações escravagistas. Os que permaneceram como escravos, na zona rural, segundo observações de viajantes do século XIX, vão ter uma condição social bem pouco diferenciada da do senhor proprietário<sup>169</sup>.

As linhas em questão não acompanham uma problematização das narrativas dos exploradores quanto aos referentes e significados do ideário “civilizatório” europeu que eles comungavam<sup>170</sup>. E embora a análise privilegie uma linha teórica que investigue as relações de classe e trabalho, não compreende as pessoas escravizadas como trabalhadoras, nem fixa as diferenças fundamentais entre senhores e trabalhadores escravizados, já que apenas as modificações na atividade produtiva teriam favorecido condições de existência similares a ambos. Mais ainda: ao reconhecer a fragilidade da última lei abolicionista, um ponto

---

– *Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012; Wlamyra R. de Albuquerque. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>166</sup> Maria Augusta de Santana Moraes, “O Abolicionismo em Goiás”. In: PAULA, Eurípedes Simões (Org.) *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – Trabalho Livre e Trabalho Escravo*. v. 1, 1973, p. 660.

<sup>167</sup> A Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, também conhecida como *Lei Áurea*, declarou extinta a escravidão no Brasil.

<sup>168</sup> Maria Augusta de Santana Moraes, “O Abolicionismo em Goiás”, p. 692.

<sup>169</sup> Maria Augusta de Santana Moraes, “O Abolicionismo em Goiás”, p. 660.

<sup>170</sup> Uma análise interessante sobre a temática pode ser conferida em Murilo Borges Silva, *Mulheres Negras e Plurais: Gênero, Raça e Sexualidade em Goyaz, século XIX*. Tese de Doutorado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019, especificamente o Capítulo 2.

importante, Maria Augusta Moraes recai na tese da violência anestesiante do sistema escravista e nega radicalmente o lugar de sujeito mesmo aos livres ou libertos. O traçamento de parâmetros tão restritos em relação ao imediato pós-abolição motivou a argumentação de Ana Rios e Hebe Mattos. Segundo as historiadoras, a preocupação com a “marginalização dos libertos no mercado de trabalho” despertou unicamente “compaixão e simpatia” de historiadores frente ao “que fazer com o ‘povo brasileiro’ e a famosa ‘questão social’”<sup>171</sup>. O que faltou foi desenvolver, na pesquisa de Maria Augusta Moraes, uma sensibilidade analítica voltada a saber sobre os desdobramentos das libertações e os lugares de expressão daquelas individualidades.

E, a bem da verdade, uma investigação voltada às dinâmicas de liberdade pode mesmo iluminar outras discussões. Os próprios limites da já discutida “decadência” de Goiás se veem confrontados quando, observando trajetórias negras que se cruzam, percebemos sujeitos negros e sujeitas negras imersos nos espaços de sociabilidade fazendo deles arena de disputa política. Um dos campos decisivos de projeção dessas ações foi o musical. Junto ao incentivo à criação do *Liceu de Goiás*, o curso de música recém-implantado, em 1848, passa ao domínio da instituição. Pouco depois, bandas musicais vão se formando em várias cidades.

Os primeiros passos para a consolidação do ensino foram dados por José Marques ao fundar a *Banda de Música da Guarda Nacional*, em 1864<sup>172</sup>. O grupo surge quando o regente tinha 20 anos e nem havia ido ainda à corte complementar seus estudos na área. Logo o professor assumiria também a direção da *Sociedade Filarmônica de Goiás* (1870)<sup>173</sup>, que, segundo Maria Augusta Rodrigues, pesquisadora das artes, contou com a coparticipação de cerca de vinte outros músicos, incluindo Pedro Celestino Ferreira, Antonio Martins de Araújo, Honorato Hinduvirges e seus irmãos Joaquim Marques e Luiz Marques dos Santos

---

<sup>171</sup> Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, “O pós-abolição como problema histórico”: ..., p. 1.

<sup>172</sup> Não me parece que José Marques tenha feito parte de alguma composição militar, ao menos não antes de 1876. Uma convocatória publicada no *Correio Oficial de Goyaz*, intitulada “Alistamento para o exército e armada na comarca da capital de Goyaz”, traz a relação referente à paróquia de Sant’Anna e cita o nome de José Marques isentando-o do serviço militar dada a sua ocupação de funcionário público. *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 12, 16 de fevereiro de 1876, p. 4.

<sup>173</sup> Como enalteceu Maria Augusta Rodrigues, a orquestra possuía um piano-harmônico, especialmente utilizado em concertos. A banda, principal a tocar no *Teatro São Joaquim*, interrompe temporariamente suas atividades, mas retorna em 1890. Em contexto, penso que a pausa teria se dado em razão do falecimento de José Marques, em 1889. A *Sociedade Filarmônica*, então, passou a ser representada por João Sabino de Passos e pelo maestro Egidio de Souza Oliveira. Alguns dos demais integrantes eram Antonio Martins de Araújo, Joaquim José de Souza, Pedro Xavier de Barros, Francisco Reges, Felipe José de Sant’Anna e Antonio Emiliano de Passos. Ver Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa* ..., p. 53.

Aranha<sup>174</sup>. Anos depois, um certo Joaquim Marques surge no comando da banda *União Goyana*<sup>175</sup>. Embora não se saiba se ele era o referido irmão de José Marques<sup>176</sup>, é sabido que, juntos na missão de levar adiante a arte musical como possibilidade, as parcerias duraram tempo considerável. Joaquim Marques escreveu, em uma edição de *O Publicador Goyano* em 1885, um bilhete manifestando seus sentimentos pela morte do “sócio Pedro Celestino Ferreira”. Em solidariedade à *Sociedade Filarmônica*, o maestro dizia que “o ato fúnebre ao último jazigo foi todo d’amizade e espontânea vontade”<sup>177</sup>.



<sup>174</sup> Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*

<sup>175</sup> Cf. *O Publicador Goyano*, ed. 8, 12 de abril de 1885, p. 4.

<sup>176</sup> Durante a pesquisa, foram identificados três músicos de nome semelhante: Joaquim de Souza Marques; Joaquim Marques (também citado como Joaquim Marquez) e Joaquim de Sant’Anna Marques. Com exceção do trabalho de Maria Augusta Rodrigues, que aponta o parentesco de um deles com José Marques, não encontrei nenhum outro rastro além desse que o pudesse distinguir dos demais. Não pude, assim, concluir com exatidão se o maestro e diretor da banda *União Goyana* era o irmão do diretor da *Filarmônica* lembrado por Maria Augusta Rodrigues. Seria possível dirimir a dúvida em contato com os assentos de batismo, que não foram acessados por justificativa já exposta. Gostaria de salientar, contudo, que um cenário com dois maestros negros pode ser mais admissível do que muitos de nós poderíamos supor.

<sup>177</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 8, 12 de abril de 1885, p. 4.

**Figura 6** – Banda *União Goiana*, 16 de julho de 1884. Fotografia de Epiphanio Rodrigues de Jesus. Maria Augusta Calado de Saloma Rodrigues, *A Modinha em Vila Boa de Goiás*, Goiânia: Editora da UFG, 1982, p. 54.

As orquestras, no centro da vida social, tornavam a cidade mais viva e eram atrações indispensáveis nas celebrações religiosas e cívicas. A *Sociedade Filarmônica*, organizada como orquestra e banda, era talvez a mais conhecida pelo formato grandioso, mas não eram menos notáveis outras iniciativas. A *Banda do 20º Batalhão*, a *Banda Policial*, a *Banda Aliança Goiana* e a *Banda do Quartel de Menores*, como lista Maria Augusta Rodrigues<sup>178</sup>, também compunham as homenagens aos homens da elite. A primeira, cujo apelo era mais institucional por ser influenciada pela figura de Aristides Spínola, presidente da província<sup>179</sup>, apresentava repertório clássico amplo representando árias de ópera. A formação contava com homens já conhecidos do público por sua capacidade musical, sendo eles Manuel Joaquim Cabral, o alferes José Limírio, Benedicto Ezequiel Cardoso, Evaristo Siqueira Brito, Joaquim de Souza Marques, Torquato Eugenio dos Santos, Braz Arruda, Joaquim Marques e Minervino Marques. A *Banda Policial* contou com a participação dos regentes Geraldo Correa do Lago, do alferes Jovencio Carneiro da Silva, do capitão Joaquim Manoel Idelfonso de Almeida, João da Mata Leite e Ernesto de Sá Barros. A *Aliança* contava com a estimada presença do alferes Joaquim de Sant’Anna Marques, ocupado também com as incumbências da *União Goiana*, caracterizada também pelas figuras de Alberto Augusto Pereira e Epiphanio Rodrigues de Jesus, detentor da fotografia que consta como Figura 6.

Uma interpretação mais atenta não deixa escapar o fato de que os conjuntos musicais eram compostos por oficiais militares, operários da imprensa ou do seu maquinário e técnicos em instrumentos musicais, muito deles homens negros, como se observa na *União Goiana*. Muitas foram as expectativas, os desejos e projeções dessa gente. E não é que as pistas apontam que nem só de projeções se viveu? É isso mesmo. Em 1869, quando José Marques já se consolidava como um influente ator musical, o *Correio Oficial de Goyaz* noticiava a publicação, de autoria dele, do *Compêndio Elementar de Música*<sup>180</sup>, impresso e vendido na tipografia dos Bulhões. A obra não

---

<sup>178</sup> Maria Augusta Rodrigues, *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 53.

<sup>179</sup> Entre os anos 1879 e 1880.

<sup>180</sup> O anúncio consta no *Correio Oficial de Goyaz* e apresenta o seguinte: “Aos amadores de música e diletantes! Acha-se à venda na Tipografia de Ignacio Soares de Bulhões, Rua das Flores n. 20. COMPÊNDIO ELEMENTAR DE MÚSICA OU Coleção metódica das primeiras regras da música, apropriada ao ensino elementar desta arte e compilada

teve tiragem única, o que por si só expressa a relevância que a acompanhava. Os mais proeminentes estudos de música oitocentista<sup>181</sup> puderam notar apenas o quanto o maestro demonstrava “paciência” em ensinar cada estudante que se aproximava da arte que ele ensinava, contudo, não conseguiram assimilar que essa postura esteve estreitamente alinhada aos objetivos professados em *O Publicador Goyano*.

Como venho tentando demonstrar, José Marques argumentava que o desenvolvimento intelectual do indivíduo era a primeira exigência para seu adiantamento material e moral, e só estes, somados, orientariam corretamente o funcionamento da sociedade. A inobservância dessa correlação recaiu na repetição quase generalizada de que o gesto do professor se deveu antes à baixa qualidade dos aprendizes do que numa postura de acolhimento e vontade de desenvolver o gosto musical. O filósofo e historiador Genesco Bretas afirmou categoricamente: “Eram “poucos os que chegavam a ser músicos de execução razoável nos seus instrumentos”<sup>182</sup>. Será mesmo? Com razão alguém pode argumentar o quanto reger uma equipe demandaria vasta leitura e conhecimento, inclusive em língua estrangeira – o que os fragmentos das vivências de José Marques ilustram, pois, além do latim, ele tinha conhecimentos de italiano, francês, inglês e alemão<sup>183</sup> –, mas pensemos: boa parte dos músicos compunha mais de uma banda e tocava vários instrumentos. A própria pertença cotidiana a esses espaços tornava o aprendizado constante, o que por si só já seria digno de nota, principalmente se considerarmos, entre a população livre, um índice de 15.699 homens que sabiam ler e escrever e 59.299 deles em condição de analfabetismo, segundo o censo de 1872<sup>184</sup>.

---

dos autores mais modernos e acreditados POR José do Patrocínio Marques Tocantins. Este Compêndio é dividido em 12 lições, a saber: 1ª LIÇÃO – Definições, Pauta, Signos e Chaves; 2ª – Figuras e o Ponto-aumentativo; 3ª – Compasso e Fraseologia; 4ª – Comparação dos valores das notas com o compasso e Quialteras; 5ª – Intervalos; 6ª – Acidentes; 7ª – Escalas; 8ª – Tom, Modo e Maneira de conhecer os tons; 9ª – Formação dos principais acordes, ou breves noções de harmonia prática; 10ª – Andamentos e Abreviaturas; 11ª – Expressão; 12ª – Notas de embelezamento; E acompanhado em apêndice de um vocabulário, em resumo, dos termos mais comumente empregados na *Tecnologia Musical*”. *Grifos da fonte. Correio Oficial de Goyaz*, ed. 295, 11 de dezembro de 1869, p. 4.

<sup>181</sup> Os mesmos que vêm sendo referenciados nesta dissertação: Maria Augusta C. de S. Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa de Goiás*, 1982; Belkiss S. Mendonça, *A Música em Goiás*, 1981; Célia C. S. de Britto, *A Mulher, a História e Goiás*, 1974.

<sup>182</sup> Genesco Ferreira Bretas. *História da Instrução Pública ...*, p. 293.

<sup>183</sup> Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*

<sup>184</sup> Ver *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1876, p. 3.

No entanto, se engana quem pensa que José Marques esteve sozinho nessa jornada entre “folhas e composições”<sup>185</sup>. O cônego<sup>186</sup> José Iria Xavier Serradourada (1831-1898) vivia, por aqueles dias, na capital e era presbítero secular da Ordem de São Pedro<sup>187</sup>. Filho legítimo de Bazilio Martins Braga Serradourada e dona Anna Maria Violante Xavier, era ele responsável pela freguesia de Sant’Anna, exercendo funções variadas. Entre a administração paroquial e a guarda de documentos eclesiásticos, cabia ao reverendo ainda solucionar questões burocráticas, tais como a substituição de clérigos que vinham a falecer ou eram transferidos por ordem. Sua obrigação permanente, porém, era a coordenação dos ofícios litúrgicos, ou seja, toda a preparação referente às missas, incluindo as celebrações festivas.

---

<sup>185</sup> “Folhas e composições” tem aqui sentido ambíguo. Por “folhas” me refiro aos jornais propriamente ditos, a multiplicidade de folhas jornalísticas em que José Marques exerceu algum trabalho, e também as folhas de papel que ele utilizava, quer fossem para publicar e distribuir *O Publicador Goyano*, para escrever suas canções sacras ou seus textos literários. As “composições” dizem respeito ao processo de formar a palavra, juntando os tipos (letras de forma) um por um no componedor tipográfico, a reflexão sobre esse fazer. Um segundo sentido remete ao próprio ato de compor letras e melodias.

<sup>186</sup> Do latim *canonicus* pelo grego antigo *κανονικός*, de *κανόν*, "regra". Função religiosa de quem recebeu o 6º sacramento da Igreja (Ordem ou Ordenação). É responsável por administrar a instituição que lhe foi confiada e aquelas que estão hierarquicamente subordinadas a ela. Conforme dita a regra do grau de ordenação, exerce as funções litúrgicas principais nas solenidades da Igreja. Ver <https://santarosaperdizes.com.br/mensagem/o-que-e-um-conego> Acesso em junho 2022.

<sup>187</sup> Como atesta a análise de Maria da Conceição Silva sobre o testamento de José Iria Serradourada. Maria da Conceição Silva, “A ausência do celibato na cidade de Goiás no século XIX: concupiscência e pecado”. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, pp. 317-331, janeiro-junho de 2009. Acesso em março de 2023.



**Figura 7** – Cônego José Iria Xavier Serradourada  
Acervo do Gabinete Literário Goiano

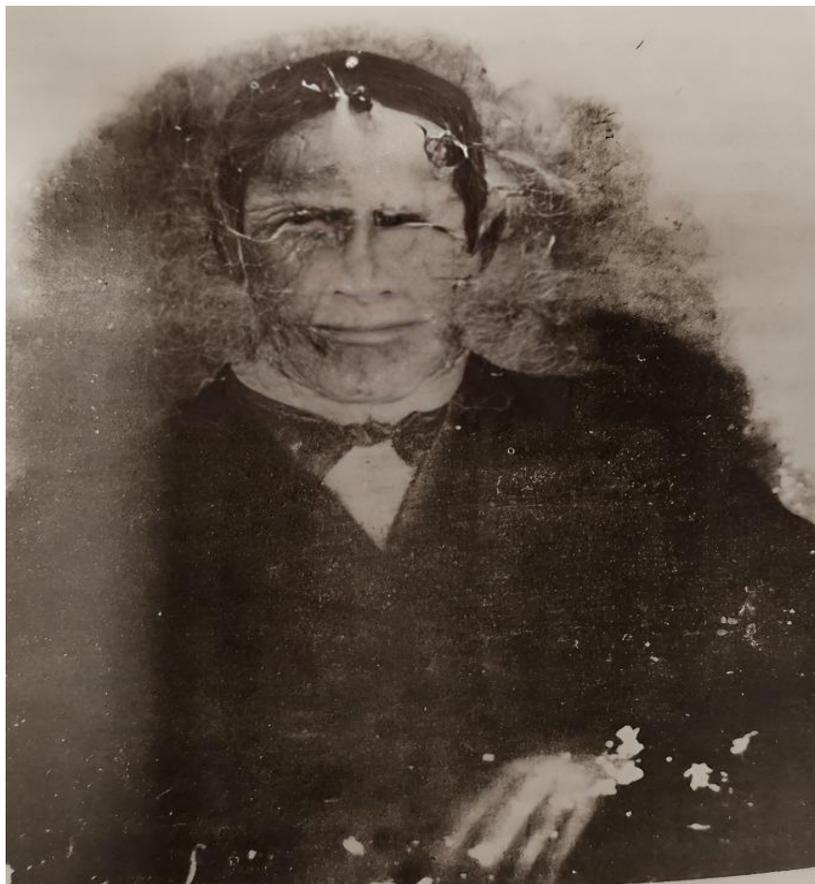
A Semana Santa, maior festa da Igreja por coroar o momento considerado o mais importante da vida de Jesus Cristo, a ressurreição, tinha especial lugar. Enquanto a Irmandade do Senhor dos Passos, constituída inicialmente pelos senhores, organizava a Semana dos Passos, como descreve Maria Augusta Rodrigues, a Confraria dos Homens Pardos da Boa Morte, da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte<sup>188</sup>, celebrava, oito dias depois, a Semana das Dores, embora o encargo da festa viesse a ser exercido, anos mais tarde, por mulheres brancas<sup>189</sup>. As procissões ocorriam mais ou menos assim: durante catorze capelinhas (ou estações), rememoravam-se os passos de Cristo, sua Via Sacra, o momento de dor antes da crucificação. O coro da Igreja da Boa Morte, regido por

---

<sup>188</sup> O plano primeiro era uma igreja para São Antonio de Pádua (1762), o que não foi permitido. O terreno passa à confraria negra por doação. A obra é finalizada em 1779. Ver <https://museusibramgoias.museus.gov.br/museus-ibram-em-goias/museu-de-arte-sacra-da-boa-morte/> Acesso em março de 2023.

<sup>189</sup> Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 47.

José Marques e José Iria Serradourada, entoava os *Motetes dos Passos*<sup>190</sup> e *das Dores*<sup>191</sup>, de autoria do compositor sacro Bazilio Martins Braga Serradourada, pai de José Iria Serradourada.



**Figura 8** – Bazilio Martins Braga Serradourada  
Belkiss S. C. de Mendonça, *A Música em Goiás*, 1981, p. 22.

A melodia dividia a cena com algumas outras, como o Solo das Dores, de autoria desse último. Bazilio Serradourada falece em 1874, e, mais do que a afinidade por harmonias e melodias, estando ele e José Marques no exercício da composição musical, nos salões e saraus culturais e

---

<sup>190</sup> Os cânticos *dos Passos* eram o *Pater-Bajulans-Exeamus*; *O vós omnes*; *Angaria verum*; *Filiae*; *Domine*; *Salvator mundi*. Os *das Dores* eram *Virgo Virginum*; *O vos homines*; *Factum est*; *Dilectus Meus*; *Quis tibi-Intenderunt arcum*. Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 48.

<sup>191</sup> Segundo explica Maria Augusta Rodrigues, o *Motete dos Passos* vem a público como composição em 1855, sendo cantado oficialmente em 7 de março de 1856, na Matriz de Sant'Anna, enquanto o *Motete das Dores* é reproduzido pela primeira vez aos fiéis em 10 de abril de 1856, na Igreja da Boa Morte. Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 47.

talvez na mesma confraria<sup>192</sup>, aposto também em trocas ocorridas, em algum nível, sobre a luta abolicionista. Uma inquietação reside no porquê do último nome de José Marques. Como salientado no primeiro capítulo, o pai e a mãe dele não possuíam o sobrenome Tocantins. Observei, no entanto, uma espécie de costume que um contemporâneo deles apontou e documentou. Em sua obra *Memórias Históricas*, Sebastião Fleury Curado narra certos aspectos de uma sociedade abolicionista clandestina nos idos de 1830 em Goiás, marcada pelo envolvimento de pelo menos quatro abolicionistas, entre eles Bazilio Serradourada. Eis o que diz o autor:

Quatro foram os patriotas dessa associação e cada um tomou o seu nome de guerra: o pai do João Batista X. Serradourada – Basilio Martins Braga – começou a assinar Basilio Martins Braga de *Serradourada*; Monsenhor Joaquim Vicente de Azevêdo tomou o nome do grande rio *Tocantins*, inscrevendo-se: Joaquim Vicente de Azevêdo Tocantins; o famoso Doutor *Corumbá* chamava-se até então Joaquim Gomes Machado e Joaquim Bueno Pitaluga fez acrescentar ao seu nome o de *Caiapó*.

Em 1830 foram libertados alguns escravos por esta sociedade, devendo existir atas lavradas na época. Eram patriotas, goianos até a medula<sup>193</sup>.

O relato pode indicar mais do que a paixão patriótica sugerida por Sebastião Fleury. Atenta às pistas do historiador Ismael Silvério, que, executando a busca por famílias com sobrenome Tocantins e não encontrando-as<sup>194</sup> – compartilho o mesmo resultado –, e a observação de Célia Britto, reveladora da adoção do nome, por José Marques, como referência ao rio Tocantins<sup>195</sup>, penso ser perfeitamente possível que a decisão tenha partido de um espelhamento da luta abolicionista anterior, não apenas mera reprodução de uma tradição. A forma de identificação comum aos abolicionistas trazia alusões diretas à província, por serra dourada retomando a impressão de vista da serra goiana banhada em ouro com os primeiros raios solares<sup>196</sup>, Tocantins e Corumbá designando os rios e, finalmente, Caiapó, acionando a memória sobre uma etnia indígena

---

<sup>192</sup> Digo talvez porque Bazilio Serradourada era um homem pardo. Embora as bibliografias não detalhem sobre a ascendência racial dele, como não o fazem em relação a José Marques ou José Iria, aposto muitas fichas que os silêncios que pairam sobre as trajetórias deles também tenham a ver com seus fenótipos, não obstante tenham sido todos eles considerados “pilares da música sacra em Goiás”, como sentenciou Belkiss Mendonça. Ver Belkiss S. C. de Mendonça. *A Música em Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Editora da UFG, 1981, p. 22-24.

<sup>193</sup> Sebastião Fleury Curado. *Memórias Históricas*. Edição Fac-similar. Goiânia: Editora da UFG, 1989, p. 173. *Grifo meu*.

<sup>194</sup> O trabalho em questão é o de Ismael Rodrigues Silvério, *A trajetória artística de José do Patrocínio Marques Tocantins: ...*

<sup>195</sup> Célia C. S. de Britto, *A Mulher, a História e Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1974, p. 165.

<sup>196</sup> Origem da alcunha de serra dourada à cidade de Goiás, conforme define Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 19.

que ocupou extensão considerável do sul goiano. Por meio da adoção, forjava-se uma ideia de progresso aliada à liberdade baseada nas possibilidades que cercavam cada contexto. Como Bazilio Serradourada, José Marques também agiu na linha de frente, criando a *Sociedade Abolicionista Servos de Cristo*, em 1886, e experimentou, no espaço religioso, um lugar de conexão e interação na construção de sua identidade<sup>197</sup>, formada em contraste com o outro. À semelhança de José Marques, o autor dos *Motetes* foi também funcionário público<sup>198</sup>. Se aquela associação entre os nomes e a luta abolicionista for de todo exagerada, ainda me resguardo na constatação de que ambos, de fato, se conheceram e, por se inserirem em redes, conseguiram educar-se e partilhar espaços de certa projeção social.

Capítulo à parte, a celebração da paixão e morte, iniciando-se no Domingo de Ramos, prezava especialmente pela Quinta-feira Santa, também conhecida como Missa do Lava-pés. Além do rito de comunhão, tinha-se o hábito de lavar os pés de doze meninos, tal como fez Cristo a seus discípulos. O público, entre autoridades e afortunados e afortunadas de longe e de perto, dividia a atenção entre as instruções do Manual e o Ofício da Semana Santa<sup>199</sup>, livros indispensáveis ao sermão litúrgico, e o canto do Lava-pés, composto por José Marques (ele compôs também um hino *Salutaris Hostia*<sup>200</sup>). Entre instrumentos de sopro e violas, era entoada a canção em latim. Bem cedo, acontecia no Domingo de Páscoa a procissão e missa da ressurreição. Os dois relatos a seguir trazem detalhes sobre a data:

Motetes e miserere

Missa: – de Lysias Momigny e trechos do Stabat Mater, sobressaindo-se a execução de d. Anna F. Xavier de Barros no Cuyus Animas. As cantoras eram: Messias Amorim, Emerenciana Albernaz, Josepha de Amorim, Ilidia Curado, Victoriana de Castro,

---

<sup>197</sup> O conceito de identidade aqui não é entendido como algo fixo e constante e se apoia na crítica de Micol Seigel. “Beyond Compare”: ...

<sup>198</sup> No *Livro da Lei Goyana*, de 1856, o qual apresenta as leis e resoluções da Assembleia Legislativa da província, encontrei Bazilio Serradourada cumprindo a função de registrar, nos livros competentes, a folha respectiva de cada lei. *Livro da Lei Goyana*. Contém as Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Província de Goiás em as Sessões Ordinárias de 1856. Tomo 22. Goyaz, Tipografia Goyazense, 1856. Disponível em [http://www.gabinetecivil.go.gov.br/legislacao\\_helio\\_amaral/leis\\_goyanas\\_1856.pdf](http://www.gabinetecivil.go.gov.br/legislacao_helio_amaral/leis_goyanas_1856.pdf) Acesso em março de 2023.

<sup>199</sup> Ambos eram livros sagrados anunciados nos jornais e vendidos em casas de comerciantes independentes. *A Tribuna Livre* costumava noticiar a disponibilidade desses itens junto a outros produtos, como itens de escritório, livros de poesia e almanaques, além, por certo, de demais publicações religiosas. Um exemplo pode ser lido em *A Tribuna Livre*, ed. 54, [?] de março de 1879, p. 4.

<sup>200</sup> Nomenclatura comum a hinos eucarísticos usados em adoração ao Santíssimo Sacramento. Acredita-se que Cristo esteja encarnado na hóstia consagrada, centro da comunhão, justificativa para a extrema reverência. Escrever um *Salutaris Hostia* também foi tarefa assumida por figuras como Tomás de Aquino (1225-1274), doutor da Igreja, pai do tomismo e influenciador da filosofia moderna.

Mariquinhas Albernaz e Anna Gabriella – acompanhadas pela Filarmônica e mais Anna X. de Barros, M. de Nazareth X. de Barros e Leonor Xavier de Barros. Estas últimas senhoras são do número das mais adiantadas discípulas do sr. Tocantins<sup>201</sup>.

Semana Santa. – Domingo, 28 do passado, terminaram-se as solenidades da Semana Santa com a procissão da ressurreição, que teve lugar pelas 4 horas da manhã e missa cantada em seguida.

Estas solenidades foram bem concorridas e animadas, funcionando no coro a música da *Filarmônica*, habilmente dirigida pelo professor Tocantins e executada pelas Ex.<sup>mas</sup> Snr.<sup>as</sup> D. Anna F. Xavier de Barros, Leonor de Lemos Xavier de Barros, Maria de Nazareth Xavier de Barros, e Anna Gabriella do Espirito Santos Marques, acompanhadas em harmonium pelas Ex.<sup>mas</sup> Snr.<sup>as</sup> D. Josepha Candida de Faria Albernaz e Emerenciana de Faria Albernaz. Uma guarda da companhia de polícia fez as honras na quinta e sexta-feira, e uma outra do batalhão 20 no Domingo<sup>202</sup>.

Sob a ordem de José Iria Serradourada, os corais se revezavam, dados os vários dias, para fazer uma bela cerimônia. O relato evidencia a participação de mulheres na liturgia. Mais notadas eram as filhas da elite, tanto que são elas os destaques no primeiro trecho reproduzido de *A Tribuna Livre*. Quero, porém, salientar outra mulher que foi presença garantida nas solenidades. Anna Gabriella do Espirito Santo Marques, ou Anna Gabriella Tocantins, como também foi referenciada, era sobrinha de José Marques e voz ativa no coro eclesial. Ela se apresentava, interpretando árias de ópera, em espetáculos musicais promovidos no salão presidencial e no teatro e era tipógrafa compositora de *O Publicador Goyano* – ver Figura 9. Suas companheiras de coral, repetidas vezes, foram as irmãs Leonor Xavier de Barros e Anna Francisca Xavier de Barros Jardim, e essa logo se tornaria também sua tia ao casar-se com José Marques, como se verá adiante.

Nas procissões, imagens eram bastante utilizadas a fim de remeter aos sacrifícios, tidos como modelos. Em uma dessas ocasiões, para a procissão das dores de Nossa Senhora, Joaquim José da Veiga Valle esculpiu uma figura da Virgem com um punhal no peito semelhante à face de sua própria mãe<sup>203</sup>. O estandarte com a efígie de Cristo, utilizado na encenação da Paixão, também havia sido pintado pelo artista. Ao “toque da fanfarras e clarim”<sup>204</sup>, se ouvia o *Pater* dos Motetes dos Passos enquanto se tomava o estandarte.

---

<sup>201</sup> Maria Augusta Rodrigues, *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 48.

<sup>202</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 14, 03 de abril de 1880, p. 3. *Grifo da fonte*.

<sup>203</sup> Maria Augusta Rodrigues, *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 48.

<sup>204</sup> Maria Augusta Rodrigues, *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 49.

A audiência somava os assim denominados pretos e pardos livres, crioulos livres e brancos. Como descreve Cristina de Cássia Moraes, um traço interessante da Irmandade da Virgem Santíssima Senhora da Boa Morte é “não ter um regulamento ou compromisso autorizado pelo soberano temporal”<sup>205</sup> porque a primeira provisão de confirmação havia sido “falsificada” em 1773. Ocorreu que era de conhecimento da maioria que o tal termo possuía artigos confrontando o direito pátrio comum, e, com essa certeza, o jeito foi desviar o caminho: em vez de entregar o documento nas mãos da Mesa de Consciência e Ordens, ele foi logo parar no Conselho Ultramarino. O que havia de tão afrontoso? O capítulo oitavo desconsiderava a jurisdição real ao garantir à irmandade competência para modificar o quanto quisesse o compromisso. E é certo que a irmandade não foi extinta, quando descoberto o estratagema, dado o temor de “convulsão do povo miúdo” que levaria com “impaciência” um caso de “destruição de suas devoções”, nas palavras do conselheiro da Mesa de Consciência<sup>206</sup>. Assim, apenas em 1792 o compromisso tem suas linhas modificadas pela exigência oficial.

O caso refletia o receio em relação ao povo, ou, melhor dizendo, aos homens pardos, no entender do conselheiro, se aqueles fossem contrariados em seus desejos de culto ao sagrado e de interação social. Mais do que pensar sobre essa perspectiva de iminente tragédia, o que por si só já renderia boas conclusões sobre a imposição do olhar colonial, acredito ser útil validar as disposições que indicavam um terreno de construção, pelos membros da irmandade, de instrumentos capazes de lhes permitir se expressarem como bem desejassem, fosse exercendo suas devoções ou buscando socorro quando da morte. A ousadia do gesto pode ser lida como uma disputa por autonomia, por condições mais iguais. Tal qual enumerou o historiador José Júnior a respeito das irmandades na Paraíba oitocentista, o funcionamento dessas instituições dependia de negociações com representantes da ordem social, incluindo, além da Igreja, o poder estatal<sup>207</sup>. Espaços políticos e de disputa, as irmandades também possuíam suas hierarquias.

Na Irmandade do Santíssimo Sacramento, José Iria também auxiliou a organização das festas da *Semana Santa* e da padroeira, Nossa Senhora de Sant’Anna, em 1882 e 1883. Conforme

---

<sup>205</sup> Cristina de Cássia P. Moraes. *Do Corpo Místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás, 1736-1808*. Jundiá: Paco Editorial, 2014, p. 140.

<sup>206</sup> Cristina de Cássia P. Moraes. *Do Corpo Místico de Cristo: ...*, p. 141.

<sup>207</sup> José Pereira de Sousa Junior, *Irmandades religiosas na Parahyba do norte: espaços de luta, devoção e festa (1840-1880)*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

Cristina Moraes, a finalidade era solidificar o culto ao Santíssimo, principalmente na solenidade de *Corpus Christi*. A data de criação da irmandade é desconhecida, embora o compromisso da associação em Pilar date de 1757<sup>208</sup>. Na eleição dos encarregados, José Iria constava como um dos irmãos de mesa<sup>209</sup>. Em geral, eram eleitas pessoas destacadas na reputação e na devoção da ordem para essa função, uma exigência parecida a dos demais cargos<sup>210</sup>. Enquanto corriam os preparativos, o reverendo e José Marques dividiam a experiência de serem professores no Seminário Santa Cruz. Eles assumiam as cadeiras de Teologia Moral e Dogmática e Liturgia e Canto Gregoriano, respectivamente<sup>211</sup>. Félix de Bulhões estava ali também como docente, só que responsável pela disciplina de História Sagrada e Eclesiástica. Inaugurado em 6 de janeiro de 1872, uma declaração do ministério do Império reabria em 1880 a instituição educativa e havia definido dessa forma as cadeiras interinas<sup>212</sup>.

Por algum motivo, talvez por curta transferência para outra cidade ou outro dever do ofício, José Iria não parece ter se inserido completamente nas dinâmicas abolicionistas goianas. Seu nome não é reportado. Independentemente disso, uma lembrança a mais uniria José Iria e José Marques, e, de certa forma, Félix de Bulhões. Conforme o assento de casamento, José Marques e Anna Francisca firmam o compromisso matrimonial em 9 de fevereiro de 1886<sup>213</sup>. Eles haviam se aproximado mais quando Anna Francisca fora aluna da turma de primeiras letras regida pelo professor. Era a moça neta de José Rodrigues Jardim, um dos primeiros governadores de Goiás, e prima de Félix de Bulhões. Seus pais eram o capitão Joaquim de Santana Xavier de Barros e Leonor de Lemos e Moraes Jardim. A cerimônia, seguindo os cânones romanos, ocorreu na capela do Seminário Episcopal de Goiás pela manhã e foi realizada por dom Claudio José Gonçalves Ponce

---

<sup>208</sup> Cristina de Cássia P. Moraes, *Do Corpo Místico de Cristo: ...*

<sup>209</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 290, [?] de setembro de 1882, p. 3.

<sup>210</sup> Cabe observar como, em Goiás, não pareceu ser um impeditivo à boa reputação dos clérigos a ausência de celibato e o fato de terem filhos, como acontecia a José Iria Serradourada. Ele era pai de Benedicta, com Maria Joaquina da Rocha, e de Benedicto, com Norberta da Silveira Borges. O reconhecimento formal da prole pelo pai se dá apenas no testamento. As duas casas que tinha o cônego, bem como as mobílias que continham (já velhas), foram deixadas uma para cada. Para uma análise do testamento do padre e das relações atravessando os clérigos, a Igreja e a sociedade no Brasil imperial, de modo geral, ver Maria da Conceição Silva, “A ausência do celibato na cidade de Goiás no século XIX”: ...

<sup>211</sup> Conforme a folha de pagamento do governo provincial de 1880. Museu das Bandeiras, MUBAN. Cidade de Goiás.

<sup>212</sup> *Jornal do Commercio*, ed. 266, 24 de setembro de 1880, p. 2.

<sup>213</sup> Assento de casamento de José do Patrocínio e Anna Francisca Xavier de Barros. 09/02/1886. Livro 05, fls. 58. In: Aparecida M. Larindo, *José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889): trajetória de um afrodescendente na província de Goiás no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017, p. 119-120.

de Leão, bispo diocesano. Lá estava José Iria assistindo ao matrimônio e dando validade ao documento para a cúria diocesana. Tinha a noiva 29 anos e o noivo, 42. Anna Francisca, poeta, tornou-se também professora de português, francês e matemática, além de ensinar música e instrumentos musicais, principalmente o piano. À direita da residência onde ela morava, informa Célia Britto, ficava a casa de Veiga Valle, então marido de uma tia dela, Joaquina Rodrigues Jardim<sup>214</sup>.

Se participar dos ritos da Igreja era prática de sociabilidade quase incontornável naquele período e aquela sociedade em muito se pautava pela liturgia, cabe observar o peso dessa tradição religiosa num momento em que se sucede a abertura de diversos espaços culturais de dita laicidade, como teatros, grupos literários, instituições de educação e os próprios festivais abolicionistas. Resumir a sociedade goiana ao aspecto agrário restringiu em parte a investigação das dinâmicas presentes nesses locais, as trocas de ideia, as motivações políticas orientando as ações dos sujeitos e sujeitas. Passemos a uma leitura sobre redes de poder na esfera política e uma demonstração desse desenlace na imprensa.

### **2.3 ENTRE PRINCÍPIOS, RAZÃO E HONRA: ENTRAVES RACIAIS NA ARENA ELEITORAL**

O editorial “A soberania popular”, de *O Publicador Goyano*, não era o primeiro a questionar a pouca ação pública e o baixo incentivo a projetos particulares voltados à tentativas industriais. Sem pestanejar, José Marques teceu logo uma conclusão: “Esperamos tudo da tutela do governo que tarde ou nunca concederá”<sup>215</sup>. Mesmo assim, ele diria algo ainda mais importante sobre a constatação:

Este estado desanimador precisa ter um termo, a bem da nossa felicidade e dos nossos filhos. Convém que o povo se esforce para fazer valer a sua intervenção nos negócios públicos [...]. Que se faça ouvir nas eleições com o seu voto, elevando à altura conveniente a soberania que representa.[...]

Portanto, é preciso que cada um de nós, povo ou degrau dos políticos, tenhamos muito em conta o nosso voto, que não o mal empreguemos, que votemos em cidadãos cujos programas satisfaçam as nossas verdadeiras necessidades<sup>216</sup>.

<sup>214</sup> Célia C. S. de Britto. *A Mulher, a História e Goiás*, p. 194.

<sup>215</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 5, 28 de março de 1885, p. 1.

<sup>216</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 5, 28 de março de 1885, p. 1.

Na verdade, o próprio José Marques já havia testado a validade do conselho. Quando ele se apresenta para concorrer ao título de eleitor pela paróquia de Sant'Anna, quando já era considerado cidadão elegível, uma verdadeira disputa começaria. O caso é que a mesa recusou a solicitação por ordem do presidente da província, Antero Cícero de Assis<sup>217</sup>, com quem o jornalista vinha tendo atritos. Pouco depois de criado o Liceu de Goiás, foi anexada a ele a cadeira de Música da província, única até então, assumida por José Marques. Ocorreu que o presidente precisava de uma desculpa qualquer para afastar o professor para longe e, por isso, apresentou a justificativa de contenção de gastos para extinguir o curso. O motivo da perseguição não era único e acabou ganhando as páginas do jornal carioca *A Reforma*. A redação protestava contra o que entendia ser um “ódio e vingança inconfessáveis” ao professor de música e acrescentava alguns detalhes sobre o cerco armado:

demitiu o Sr. Dr. Antero ao professor vitalício de música do Liceu da capital, o Sr. José do Patrocínio Marques Tocantins, por não ter aceitado a regência da cadeira de primeiras letras de uma aldeia de índios, cerca de 300 léguas distantes da capital, onde reside sua velha e inválida mãe, de quem é o arrimo e único amparo.

Nenhuma razão de utilidade ou conveniência públicas aconselhou essa revoltante resolução do Sr. Dr. Antero; foi sua insaciável sede de vingança que lhe ditou esse ato de desenfreada prepotência da inaudita selvageria, sem precedentes nos anais da infeliz província.

Reunindo aos seus conhecimentos musicais os da arte tipográfica, o Sr. Tocantins, pouco depois de ter sido esbulhado da sua cadeira do Liceu, foi mandado adir à tesouraria provincial, e tempo depois à tipografia do governo, onde prestava seus serviços e fazia jus ao pequeno vencimento com que mantinha sua pobre mãe, quando foi violentamente desligado com ordem de seguir para o aldeamento de Pedro Afonso na qualidade de seu professor de primeiras letras!<sup>218</sup>

Por não aceitar a remoção para o aldeamento indígena de Pedro Afonso, às margens do rio Tocantins, no norte, José Marques foi demitido contra o princípio da legalidade, ao que ele logo recorreria. Acontece que os protestos pela permanência em Goiás eram em razão dos cuidados que a saúde delicada de sua mãe exigia, como também os diversos trabalhos que ele exercia, a exemplo da regência da *Banda de Música da Guarda Nacional* e da *Sociedade Filarmônica de Goiás*. Na tesouraria provincial, ele inicialmente é redirecionado para a função de escriturário de fazenda, e

---

<sup>217</sup> Quando ascende o Gabinete Itaboraí em 1868, é empossado como presidente de Goiás Ernesto Augusto Pereira, sendo substituído brevemente por João Bonifácio Gomes de Siqueira e, em seguida, por Cícero de Assis. Elder Passos. *Goyaz: ...*, p. 53.

<sup>218</sup> *A Reforma*, ed. 201, 07 de setembro de 1876, p. 3.

na tipografia, assume a direção apenas em 1880. Se as habilitações de tipógrafo e jornalista o qualificavam para assumir o último posto, isso se deve em parte pelas relações mantidas com vários figurões locais e nacionais. Parte das desavenças com o presidente se devia a uma proximidade de longa data, como as pistas d' *A Reforma* dão a entender:

Registrando essa *lopesca* resolução, permita-se-nos que repitamos: nenhuma razão de utilidade ou conveniência pública a justifique, qualquer que seja a face por que seja encarada. Mas o paciente tinha um grande pecado que devia expiar, o de ser dedicado à estimável família Bulhões Jardim, a quem prestara os serviços da sua profissão; família que o Sr. Dr. Antero, de balde, deseja fazer desaparecer da face da terra!

E foi isso bastante para que o *sultão*, animado pelo indiferentismo do governo central [...], não trepidasse em exercer, pela segunda vez, estrondosa vingança contra aquela família, na pessoa desse honrado e laborioso cidadão, que violentamente esbulhado [...], tem sido o bode expiatório do desprezo com que S. Ex. é fulminado por aquela família.

Debalde, procura S. Ex. sopitar no coração desse artista os sentimentos de gratidão e amizade que o ligam àquela família, e embora tente S. Ex. contra sua velha e inválida mãe, pois que deprimindo o seu amparo e único arrimo direto é o mal que lhe fez, não alcançará que ele abjure as suas crenças<sup>219</sup>.

O relato enunciava o conflito político entre o presidente e a oligarquia, o representante empossado por designação dos conservadores, e os Bulhões, advogando o movimento liberal. Concordo que a afirmação de tamanho prejuízo ao clã com os ataques ao seu protegido, José Marques, parece superestimada, já que quem realmente perdia, literalmente, era o professor, porém, a narrativa envolve uma trama que começa bem antes. Duas tipografias existiam na província<sup>220</sup> quando o coronel Felipe Cardoso de Santa Cruz compra uma outra, em 1844. O primeiro jornal de Goiás não destinado às publicações do governo, *O Tocantins*, só foi produzido em 1855 e, naquela oficina de prelo de madeira, José Marques teve o primeiro contato com o mundo da imprensa. O aprendiz tinha cerca de uma década de vida<sup>221</sup>. Por volta de dois anos, ele permanece em contato

---

<sup>219</sup> *A Reforma*, ed. 201, 07 de setembro de 1876, p. 3. *Grifos da fonte*.

<sup>220</sup> A primeira tipografia surge em 1830\* por ordem do governador, José Rodrigues Jardim. Instalada em Meia Ponte (atual Pirenópolis), o valor para trazer a público o jornal *Matutina Meyapontense* foi de 2:045\$612 (dois contos, quarenta e cinco mil e seiscentos réis). Em 1878, foi montada no Teatro São Joaquim. Em 1837, tem início o *Correio Oficial de Goyaz*, órgão dedicado a propalar os atos do governo. Contava, então, com dois prelos. Elder Passos, *Goyaz: ...*, p. 218-219. \*O autor referenciado identifica o ano de 1835 como o primeiro de circulação do jornal, porém, me deparei com uma edição de 1830. Ver o sítio de uma biblioteca que disponibiliza alguns exemplares: <https://bibliotecafuturo.com.br/midiateca/a-matutina-meiapontense-iii/> Acesso em abril de 2023. A propósito, José Rodrigues Jardim era pai de Antonia Emilia, mãe de Antônio e Félix de Bulhões.

<sup>221</sup> Como uma homenagem póstuma rememora: “quando já havia dado grande cópia de si como excelente artista, começou ele seus primeiros ensaios escrevendo alguns artigos que mereceram elogios do próprio Santa Cruz, animando-o assim a prosseguir na vereda encetada. Anos depois, quando já outros acontecimentos se antepuseram a

com leituras políticas que se provariam bastante úteis para exercer funções semelhantes junto aos empreendimentos do clã bulhônico. Conhecidos desde a infância, José Marques tinha em Antônio Augusto de Bulhões um “dedicado amigo”, como confessou em discurso quando da morte prematura do dirigente do partido liberal e deputado por Goiás<sup>222</sup>. Seus caminhos também se encontram aos de Félix de Bulhões, irmão daquele, quando José Marques acaba sendo o primeiro e mais longo companheiro de imprensa do dirigente do Partido Liberal e do chefe do clube de mesma insígnia<sup>223</sup>. A parceria pareceu ter dado certo e ir longe, pois ambos formam uma sociedade para garantir a permanência de *A Tribuna Livre*.

Mais algumas coisas envolvendo a troca de correspondência entre *A Reforma* e *O Publicador Goyano* sobre a arbitrariedade merecem atenção. Naquele setembro de 1876, o assinante do artigo, que se intitulara somente “um amigo da vítima”, revela certos passos que estavam sendo dados para minimizar o que vinha sofrendo o goiano:

Se o << iradé >> do Sr. Dr. Antero trouxe ao Sr. Tocantins motivos de aflição, proporcionou-lhe, também, ocasião de conhecer que úteis e apreciados eram os seus serviços. Ao saberem suas discípulas, pertencentes na totalidade às principais famílias da sociedade goiana, que tinha sido lavrado esse << iradé >> que demitia um empregado vitalício do seu lugar, comprometeram-se elas a pagar-lhe o respectivo ordenado contanto que não abandonasse sua velha mãe!<sup>224</sup>

As discípulas a que se refere o artigo eram as alunas de música de José Marques, as quais tinham aulas na escola e em casa e compunham também os coros nas igrejas, como apontado no tópico anterior. O artigo chegava ao fim saudando a “generosa intervenção” delas à senhora e por acudir “um artista honrado e laborioso”, o filho injustiçado. Ao passo que não descarto que a oportunidade de defesa era perfeita para manter o nome dos Bulhões em evidência e reclamar a mudança de orientação política que eles tanto queriam, observo também o quanto a manutenção daqueles laços exigia cortar um dobrado e diversas fragilidades se evidenciavam. As laudas não

---

este período de sua vida, vemo-lo de novo no exercício de sua profissão predileta” (*O Publicador Goyano*, ed. 233, 11 de agosto de 1889, p. 2).

<sup>222</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 60, 12 de abril de 1879, p. 1.

<sup>223</sup> Sabe-se que Félix de Bulhões foi redator dos jornais *Monitor Goyano* (década de 1860, aproximadamente) e *Província de Goyaz* (de 1869-1873). José Marques foi tipógrafo ao menos no segundo, como ele próprio confirmou. Previno, ainda, sobre a necessidade de não confundir os jornais *Província de Goyaz*, ao qual me referi, e *A Província de Goyaz: Hebdomadário literário e noticioso dedicado aos interesses da província*, do ano de 1883 e de propriedade de João Fleury de Campos Curado. Este último é o que possui duas edições disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital).

<sup>224</sup> *A Reforma*, ed. 201, 07 de setembro de 1876, p. 3.

acompanham, passo a passo, os desdobramentos do caso, mas, em cerca de um mês, os acontecimentos tomaram rumos pouco esperados, tanto que uma longa justificativa foi enviada à redação de *A Reforma* por José Marques. O clima já não era mais o mesmo após uma série de debates travados no jornal sobre as finanças de Goiás. De repente, o professor tinha seu direito à vitaliciedade contestado por um articulista de *A Reforma* e sua remuneração era tida como exemplo de desperdício dos recursos públicos, sendo ele agora acusado de proteger Cícero de Assis.

A longa resposta de José Marques descreveria a tentativa de negação do direito ao título de eleitor exatamente porque ele compunha, com alguns companheiros, a chapa de oposição ao presidente. A vitória do pleiteante sobre as candidaturas oficiais, “apesar de haverem << comido treze votos >> entre os tomados em separado e os que o mesário << engoliu por distração >> na leitura das cédulas”<sup>225</sup>, porém, foi rejeitada. A mesa paroquial, a mando do presidente, teria negado a solicitação, ferindo a nova lei eleitoral<sup>226</sup>. Segundo o professor, o resultado desfavorável se assentava na suposição de não ter ele renda legal, o que não procedia. Como ele bem sabia, o parágrafo 4º do decreto eleitoral informava sobre a organização das listas gerais de eleitores, que deviam conter os nomes dos cidadãos e dados como idade, estado civil, profissão, declaração de saber ler e escrever, filiação, domicílio e renda. Assim sendo, ao menos dois artigos autorizavam José Marques a buscar o que pretendia. O artigo I discriminava quem tinha renda legal. A quarta categoria citada eram “os cidadãos que a título de subsídio, soldo, vencimento ou pensão, receberem dos cofres gerais, provinciais ou municipais 200\$000 ou mais por ano” e, por sua vez, a sexta categoria reunia “os que exercerem o magistério particular como diretores e professores de colégios ou escolas, frequentadas por 10 ou mais alunos”<sup>227</sup>.

Como demonstrar a infração à lei não surtia efeito, o jeito foi instaurar recurso no poder judiciário, ainda que a queixa contra os membros da mesa tenha ido parar nas mãos de um juiz de direito amigo de Cícero de Assis. Àquela altura, José Marques se dirigia ao governante como um feitor que agia até onde os limites de seu poder se prolongavam e ironizava o ocorrido com um

---

<sup>225</sup> *A Reforma*, ed. 263, 23 de novembro de 1876, p. 2.

<sup>226</sup> O Decreto n. 2.675, de 20 de setembro de 1875, que reformou a legislação eleitoral. Fornece disposições sobre as eleições e funcionamento das juntas paroquiais e sobre as exigências para ser eleitor. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacaooriginal-65281-pl.html> Acesso em abril de 2023.

<sup>227</sup> Na verdade, José Marques declara possuir então renda de 600 \$, conforme emenda listagem no *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 74, 27 de setembro de 1876, p. 5.

trocadilho: “não sou do número dos << felicíssimos >>, para os quais a burra do tesouro provincial tem-se esgotado, — embora me chame José << do Patrocínio >>”<sup>228</sup>. Mais do que depressa, enquanto isso tudo corria, mais gente se envolvia na questão. A sacada vinha do jornal do governo. No *Correio Oficial de Goyaz*, um artigo, ao fim da edição, tinha por título o nome do administrador do correio na capital, o capitão Luiz Rodrigues de Moraes Jardim. O escrevente, que assinava como “um mesário”, parecia ter tido seu descontentamento já ignorado e dessa vez direcionava palavras mais firmes. A acusação era de que o capitão, não sabendo separar interesses pessoais e deveres públicos, ignorava a vontade geral, deixava de “representar um papel decente entre os seus concidadãos, que todos o viram na azáfama eleitoral, rasgando até *chapas adversas* em frente da mesa paroquial”<sup>229</sup>. Quem estivesse a par das disputas eleitorais saberia do que (e de quem) se tratava. As testemunhas da cena das fichas rasgadas eram trazidas uma a uma e dois nomes não tão “insuspeitos” assim figuravam na lista por protestarem contra o resultado (quem sabe até manipulando as fichas também): os funcionários públicos Torquato Ramos Caiado e João Fleury de Camargo, que, aliás, concorriam também a vereadores.

A disputa assume, então, uma conotação em torno de associações raciais sustentando hierarquias sociais naquele momento em que as margens entre escravidão e liberdade estavam borradas. Ana Flávia Pinto observou, a partir da trajetória e dos escritos de Luiz Gama, como “eram práticas comuns a observância da aparência das pessoas e a especulação acerca das proximidades disso com o lugar de escravizado, e, de quebra, incivilizado”<sup>230</sup>. É exatamente nesse sentido que o texto indagava qual causa pública estaria em perigo para uma “mão de empenho” precisar insultar e ridicularizar, perante a sociedade, alguém atrás de uma razão honrada como o “sufrágio popular”, mas, a um só tempo, se referia a José Marques como tendo modos de “*liberto*” por se prestar ainda à amizade de quem o desmerecia e não ver com perfeição o papel de joguete que vinha fazendo há bastante tempo. A análise não poupava o administrador do correio nem José Marques. Dizia o relator:

Se o *liberto*, que se contenta com qualquer *papel*, não enxerga que está representando a parte de *lama* nas mãos de V. S. e seus dignos companheiros, todos que o veem assim transformado, não deixarão de reprovar o enjoo da escolha, e mesmo segredarem, *que não pode ficar muito limpo quem mexe com tal corpo*.

---

<sup>228</sup> *A Reforma*, ed. 263, 23 de novembro de 1876, p. 3.

<sup>229</sup> *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 79, 14 de outubro de 1876, p. 4. *Grifo da fonte*.

<sup>230</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto. *Escritos de Liberdade*: ..., p. 148.

Puderam, por acaso, negar que o fim não foi ridicularizar?

[...]

Por que, por ser ele preto (Ih.! quanta gente branca, meu S. Benedito!!!) e fornecer, talvez, um argumento de analogia?

Se o fim não fosse ridicularizar, se aquele não fosse o *joguete* mais maneiro em tais ocasiões, então outros seriam os eleitos, ou não se faria contenda inútil<sup>231</sup>.

Uma vez que José Marques era um homem livre, a associação entre cor e cativo, poucas rendas e posição é o que justificava o impedimento ao título. Para o articulista, aquele não via o lugar (a lama) que reservavam a ele os que se diziam seus amigos, como o capitão, mas reconhecia que a imposição do ridículo ao postulante a eleitor tinha por fundamento sua cor e não deixar barato o resultado injustificado. A exclamação a São Benedito e à pretendida brancura daquela gente ganharia outras linhas naquilo que, logo, ocasionaria o desfecho do enredo. Os tais “homens de pleito acintoso”<sup>232</sup> não se lidaram de contestar, ao menos não na imprensa, o que foi dito. No entanto, se pensaram que com isso o assunto cairia no esquecimento, ainda teriam seu sossego e percepções perturbados. Um novo artigo expunha o plano da chapa dominante em eleger seus candidatos passando por cima de quem quer que fosse, usando artimanhas envolvendo até juízes de paz escrevendo cédulas e petições para conseguir o intento. Era chamado à responsabilidade de seus atos agora o coletor de rendas gerais Francisco Antonio de Azeredo, presidente da mesa, que não apenas deixou de coibir a farsa como dela tomou parte. Novamente, veio à roda o embate relacionado à condição de José Marques. O fato dele ter sido gerado em ventre escravo como que limitava seu estatuto de homem livre para os “civilistas” da oposição, mas a intriga terminava por enquanto.

A cartada final começava com “Não valem nada” de cara no título da resenha seguinte. A revelação do fracasso na tentativa de fraude dividia espaço com desagrvos idênticos aos anteriores. Vinham à baila pedidos em favor de José Marques, farpas em torno do seu suposto lugar de joguete dos oligarcas e até um comentário satírico acerca da desejada brancura diferenciadora da elite contrastando com o fato de serem quase todos “pardos”:

As influências de fora, que receberam pedidos em favor do *liberto*, deram uma bonita lição aos homens da cidade, que ainda teimam no feio propósito.

A cegueira parece haver invadido protegido e protetores!

---

<sup>231</sup> *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 79, 14 de outubro de 1876, p. 4. *Grifo da fonte*.

<sup>232</sup> *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 81, 21 de outubro de 1876, p. 4. *Grifo da fonte*.

Estes, nem dão pela nobre repulsa que lhes vem de todos os lados: aquele, contenta-se com o papel de *joguete*, de argumento de analogia, quando devia ver que, se a coisa fosse séria, se o quisessem distinguir, não deveria ser ele só o eleito do grande grupo, outros entrariam com ele no terço.

Ainda: que o distinguiriam por outro modo qualquer mais proveitoso, que não indicamos, para não magoar a ninguém.

Facilite, facilite com tais fumaças e meta *o pé para diante*, que há de ver como são eles os primeiros a lhe mostrarem a *taca* ou *manguara*, como aqui chamam!!

Olhe: eles quase todos são pardos, por Deus, e fogem às léguas de sê-lo.

Por que?...

Em Goiás, presentemente, pardo de casaca confesso só existe um; é este seu criadinho.

É *isto*, é porque veio de fora.

Quem não sabe que os prejuízos nesta terra mataram de desgostos ao venerando D. D. Q. S. Que só depois que começamos a escrever certas linhas com a nossa costumada franqueza e coragem, foi que se viu o entrelaçamento de certas famílias que, se consideravam privilegiadas até para não dançarem com parentes em 2º grau, nos quais se notava um cabelo assim menos corredio?

Quanta gente *pobre de espírito*, não amesquinha agora mesmo aí e morre sob o peso de tão reprovados preconceitos?!

Ah! Sr. Tocantins, Sr. Tocantins!

Se o negócio fosse sério, se se resolvesse por aí, seríamos nós o prejudicado, que fôssemos lavar o protesto?!...

Quem mais do que nós condena prática e teoricamente tais princípios contrários à palavra de Deus?!...<sup>233</sup>

O expoente afirmava, além de uma integração não efetiva de José Marques no mundo de gente graúda como Luiz Rodrigues Jardim, que a distinção racial prevalecia qualquer que fossem os laços de proteção que se pudesse ter. Desconsiderado como possível candidato a eleitor ou vereador pela nata da sociedade goiana, o relator chegava a demonstrar como, independentemente de quão longe se pudesse chegar, uma pessoa com ascendência negroafricana como José Marques, vinda “de fora”, estaria pisando em terreno pantanoso ao contrariar determinados interesses e se veria sujeita, invariavelmente, a “tacas” e “manguaras”, alusão explícita aos castigos físicos como forma de disciplina e acato. A mesma classe de chicote empunhado não reconhecia os traços de dissimulação que a acompanhava na negativa das próprias características raciais. A tez mais amarronzada aproximava alguns mais do “pardo de casaca” do que da imaginada superioridade a qual julgavam ter. Os “reprovados preconceitos” contra os de “cabelo assim menos corredio”, coisa de gente “pobre de espírito” embora não de posses, finalmente, atentava contra os princípios de igualdade e fraternidade da palavra de Deus. Similarmente, a retórica foi também utilizada pelos

---

<sup>233</sup> *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 83, 28 de outubro de 1876, p. 4. *Grifos da fonte*.

movimentos abolicionistas na defesa da libertação negra, como apontado adiante. Em seguida, o relato contava com outra prova de manipulação: José Marques havia sido o mais votado na freguesia de Ouro Fino e seu nome não constava em mais nenhuma outra.

Sem sombra de fadiga depois da prolongada exposição no jornal, o narrador terminava as críticas anunciando que o segundo pleito estava por vir. Aquele resultado não mudaria muito. A qualidade de votante foi alcançada e, na ata de apuração geral dos votos da câmara municipal, republicada no *Correio Oficial de Goyaz*, constam informações importantes sobre a resolução:

#### CÂMARA MUNICIPAL DA CAPITAL

*Ata da apuração geral dos votos da eleição para vereadores da câmara municipal desta cidade no seguinte quadriênio de 1876 a 1880.*

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e seis, quinquagésimo quarto da Independência e do Império, aos três dias do mês de Novembro do dito ano marcado para se proceder à apuração dos votos para vereadores da câmara municipal, que tem de servir no futuro quadriênio, nesta cidade de Goiás, no paço da câmara municipal, achando-se reunidos às dez horas da manhã sob a presidência do Sr. Antonio Manuel Gomes da Neiva, os vereadores João Augusto de Campos, Manoel Alves de Castro, Miguel José Vieira e Jerônimo Rodrigues de Souza Moraes.

FOI ABERTA A SESSÃO – Pelo mesmo Sr. presidente foram apresentados os livros das atas das mesas paroquiais das freguesias de S. Anna e do Rosário desta cidade, da Barra, Ouro Fino, Currálinho, S. José de Mossâmedes, S. Rita, Anicuns e Alemão, não se tendo apurado as atas da freguesia do Rio Claro por não ter havido eleição conforme comunicou a Exm<sup>a</sup>. presidência da província em ofício de 31 de Outubro último.

Contando-se as atas da respectiva eleição, que teve lugar no dia 1º. de Outubro do corrente ano e guardadas as formalidades prescritas na lei n. 387 de 19 de Agosto de 1846, se deu a começo ao processo da apuração, feita a qual, eu, secretário adiante nomeado formei uma lista geral, contendo os nomes dos votados e o número dos votos que obtiveram desde o máximo até o mínimo do teor seguinte. – cônego Manoel José do Couto Guimarães 598 votos, Manoel Alves de Castro 518, Antonio Manoel Gomes da Neiva 457, João Gualberto Teixeira 370 votos, João Augusto de Campos 353, Amâncio Procópio Seixo de Brito 349, João Fleury Alves de Amorim 318, Miguel José Vieira 273, Jacintho José Ferreira Rios 246, Umbelino de Vellasco Molina 178, *José do Patrocínio Marques Tocantins* 164<sup>234</sup>.

O processo eleitoral teve cerca de 120 candidaturas verificadas, e, mesmo não sendo eleito, o resultado distingue uma margem importante da participação de José Marques, pois, com mais de uma centena de votos, ele ficaria à frente de nomes importantes da cena política, inclusive dos que tumultuaram de alguma forma a contagem dos votos. Não encontrei respostas direcionadas especificamente ao mesário redator das críticas, mas, com a proporção que tomou conta das laudas

---

<sup>234</sup> *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 90, 22 de novembro de 1876, p. 3. *Grifo meu*.

do *Correio Oficial de Goyaz*, dificilmente José Marques não teria sabido dos juízos emitidos sobre suas redes de relação, ações e valores quando ele próprio se via prejudicado, ainda mais porque ele transitava entre várias tipografias, incluindo a própria tipografia provincial.

Enquanto naquele momento, e mesmo posteriormente, José Marques mais dissimulava do que construía uma retórica diretamente ligada a seu fenótipo, o tom acusativo põe em evidência, curiosamente, o fato de ser ele o único “pardo de casaca confesso”, sendo isso mais do que mero detalhe. Novamente, é Ana Flávia Pinto quem, investigando as conexões das trajetórias de pensadores negros oitocentistas, constata:

Num cenário em que aumentava o número de pretos e pardos livres e libertos, os significados atribuídos aos traços físicos dos indivíduos tinham tanta importância que uma saída emergencial seria tentar dissimular o óbvio, ou pelo menos agir como que suavizando a importância dos significados atribuídos à cor da pele e outros traços fenotípicos<sup>235</sup>.

Em meio aos dramas envolvendo a construção de diferenças e hierarquias, que, segundo Murilo Borges, sustentam um “discurso que inventa, silencia e violenta o outro”<sup>236</sup>, por vezes os sujeitos negros inseridos nos palcos políticos e culturais do século XIX, como a imprensa, valeram-se dessas tentativas de tornar menos aparente suas características físicas para minimizar os “preconceitos de cor” e inventar saídas individuais para aguentar os golpes em virtude dessa marcação. Isso porque, como sentenciou Frantz Fanon, “o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco”<sup>237</sup>, ou seja, diante do contínuo enfrentamento a esse olhar que dificulta a elaboração de seu esquema corporal, tornando o “conhecimento do corpo uma atividade de negação”<sup>238</sup>. Querer ser apenas “um homem entre outros homens”<sup>239</sup> enquanto driblavam as dificuldades, no entanto, não significou completo alheamento às questões caras a eles e a seu tempo, como o que escreveram na imprensa ou em registros literários demonstra. Um dos maiores exemplos, ou pelo menos um dos mais conhecidos, é Machado de Assis, cujos textos se atém às

---

<sup>235</sup> Ana Flávia M. Pinto, *Escritos de Liberdade:...*, p. 148.

<sup>236</sup> Murilo B. Silva, *Mulheres Negras e Plurais: ...*, p. 87.

<sup>237</sup> Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 104.

<sup>238</sup> Frantz Fanon, *Pele Negra ...*, p. 104.

<sup>239</sup> Frantz Fanon, *Pele Negra ...*, p. 106.

mudanças políticas e culturais na Corte e registram, numa mistura de ironia e crítica, os impasses e saídas viabilizados por suas personagens sobrevivendo em meio à ordem social<sup>240</sup>.

Logo, dali a poucos anos do laborioso episódio das eleições, José Marques se voltaria às aulas na Escola Normal e no Liceu, além de se dedicar, junto a outros professores, militares, políticos, médicos e advogados que se entendiam abolicionistas, a criar e manter em funcionamento as sociedades abolicionistas. Era hora de discutir os aspectos dos gabinetes imperiais e suas medidas abolicionistas, a província de Goiás inserida nos planos nacional e internacional, trabalho livre e integração social. A imprensa continuaria protagonizando a defesa da abolição e do trabalho livre enquanto mantinha em evidência o passo a passo das articulações que aconteciam coletivamente.

---

<sup>240</sup> Das empreitadas que surgem invitando a pensar a vida e obra de Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), destaco algumas cujas análises tocam em pontos como as construções do autor sobre escravidão, liberdade, política cotidiana e cidadania: Ana Flávia Magalhães Pinto, *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora Unicamp, 2019; Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; e a obra organizada por Sidney Chalhoub e Ana Flávia M. Pinto, *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: Editora UFRB; Belo Horizonte: 2016 (Coleção UNIAFRO; 11). A primeira e a última contam também com escritos sobre outros indivíduos negros além de Machado de Assis forjando estratégias de sobrevivência e inserção social no século XIX e no imediato pós-abolição.



## CAPÍTULO 3

### SOCIABILIDADES E INVENTIVIDADES NEGRAS: CULTURA, INSTRUÇÃO E TRABALHO

#### 3.1 POR TRABALHO, INSTRUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: FAZERES TRANSNACIONAIS E UMA CRÍTICA DA IMIGRAÇÃO

Em um jornal dedicado a debater a abolição do “elemento servil”, uma leitura mais aprofundada faz surgir uma série de artigos sobre a imigração. O que teria a ver uma coisa com a outra? Era a questão apenas um detalhe inobservado nas pesquisas sobre a segunda metade do século XIX? Ou algo menos relevante que se poderia deixar de fora frente ao assunto maior, a abolição? E se a imigração parecesse, a um pensador e abolicionista negro, um aspecto indispensável a se pensar e mobilizar meios (e gentes) para executar? Os editoriais de *O Publicador Goyano*, muitas vezes, com foco no desenvolvimento industrial, da navegação, da viação e das estradas, abordaram a colonização como medida fundamental. Um artigo de março de 1885 assinalava que as importações só aconteciam porque o país nada produzia “para a permuta e nem mesmo para prover inteiramente as nossas próprias necessidades”<sup>241</sup>.

A despeito dos poucos industriais, isto é, os que travavam uma verdadeira batalha para fazerem engrenar suas oficinas ou fábricas, José Marques sugeria o caminho como possibilidade de ascensão social e “adiantamento de um povo”. Ele listava as empreitadas daquele momento como sinônimo de utilidade da “classe industriosa”<sup>242</sup>, sempre preterida em relação aos ofícios

---

<sup>241</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 2, 07 de março de 1885, p. 1.

<sup>242</sup> De acordo com a descrição, tinha-se então um “engenho de serrar madeiras”, do falecido Tristão da Cunha Moraes; uma “oficina de encadernação” com “modernos instrumentos”, criada por Luiz Pedro Xavier de Guimarães, mas dirigida por uma mulher, Leonor Fialho Xavier dos Guimarães; uma “fábrica de aguardente” funcionando por um “moderno engenho de ferro”, de Antônio José Caiado; um “curtume de couros” gerenciado por Franklin da Rocha Lima; uma fábrica de “velas de sebo” e “sabão branco”, de Francisco de Faria Albernaz; uma “loja de sapateiros”, de Faria, Oliveira e Eustáquio; outra de mesma ordem cujo dono era Eduardo Pereira de Abreu; o “abastecimento d’água em carroça” na capital, de ideia do cônego Xavier da Silva; a “construção de um moinho de cereais” pelo padre Souza; outro “engenho de serrar madeira”, dessa vez por Joaquim Luiz do Couto Brandão; e, finalmente, a “instituição de

militares e empregos públicos. Para o redator-chefe da folha dos interesses do povo, merecia reprimenda quem julgasse (e os julgadores eram os “chefes de família”) um “aviltamento sem limite, a sua família ou algum de seus filhos, a necessidade de empunhar a enxada ou o martelo para ganhar a vida”<sup>243</sup>. Se esses trabalhos podiam até ser bem rendosos, como reflete o editor, e eles mal eram cogitados, penso não restarem dúvidas quanto ao porquê da desqualificação desses trabalhos, que, em tempos de escravidão, sugeriam mais do que preconceito de classe, posto que eram muitas vezes nesses postos que libertos viam a chance de sobreviver.

Outra importante vantagem se somava: de operário a industrial, havia o fato de “além de poder conseguir um ganho muito mais vantajoso na prática de sua arte, e uma economia razoável no seu tratamento, [possuir] a incomparável liberdade de manifestar as suas opiniões em qualquer assunto”<sup>244</sup>. Qualquer espaço que se criasse por si ou com o auxílio de amigos era, assim, potencializador da autonomia e da liberdade de existir sem tantas amarras e com medo da bancarrota. Por tais razões *O Publicador Goyano* foi fundado e, quase dois anos depois, a fábrica de papel de José Marques, fruto da sociedade com o engenheiro franco-italiano Roberto Boussu. Nessa época, já bem servido de relações transnacionais, a parceria se efetivou em uma antiga fábrica de ferro localizada em Areias e o próprio engenheiro se encarregara de ir até a Corte providenciar o material necessário<sup>245</sup>. O caminho já era conhecido e quem sabe até Boussu tenha pegado algumas dicas com Eusébio Aranha, que fez as mesmas andanças para adquirir papel e maquinário para estrear *O Publicador Goyano*.

A novidade ficava mesmo por conta da pompa sobre a possibilidade de uma nascente indústria de vinho comandada por José Olympio Xavier de Barros. Existia também todo um alvoroço com uma provável fábrica de extração de ferro e outra ligada a tecidos. Se a boa fama do nome credenciava o negócio, os prognósticos não podiam ser melhores. Além do Barros interessado em vinho, um Faria Albernaz, das mais importantes famílias de negociantes da província, se aventurava no ramo do ferro, e José Leopoldo de Bulhões, parente do Barros e com um sem número de atribuições, era quem se metia a montar a fábrica, que prometia ser das grandes.

---

uma oficina de sapateiros na cadeia” da cidade por obra de Jacome Martins Baggi de Araújo. *O Publicador Goyano*, ed. 2, 07 de março de 1885, p. 1.

<sup>243</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 2, 07 de março de 1885, p. 1.

<sup>244</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 2, 07 de março de 1885, p. 1.

<sup>245</sup> Como apresenta o *Goyaz*, ed. 61, 24 de abril de 1886, p. 4.

José Marques se comprometia a auxiliar no que fosse preciso e começava imediatamente. Antes, porém, de escrever mais sobre a cultura do vinho, teve lugar a propaganda da baunilha nascente em alguns pontos da província, como Rio Claro, Santa Leopoldina e nas imediações da serra dourada<sup>246</sup>. Os artigos sobre ambas as culturas tinham por finalidade apresentar as oportunidades para imigrantes e favorecer o investimento externo para a extração e exportação para os mercados da Europa, cujos preços eram bastante atrativos.

A exposição minuciosa que José Marques fez da baunilha nas páginas de seu jornal valeu e muito. Ele havia ido buscar, ou trouxeram para ele, duas mudas da espécie de baunilha do Rio Claro e foi uma delas que ele provavelmente entregou à Theodoro Oeckinghaus, professor de inglês no Liceu, industrial inglês amigo de José Marques, que frequentava a redação de *O Publicador Goyano* e aqui e acolá assinava várias traduções. Pois Oeckinghaus enviou uma das vagens para sua companheira em Londres, Cornelia Oeckinghaus, com a intenção de ser analisada por químicos na cidade. Uma publicação reproduzia um curto trecho da carta, em inglês, com a respectiva tradução em português. A mulher dizia ter apreciado a especiaria e que lhe haviam oferecido 2\$250 pela fava, não tendo ela aceitado por querer, definitivamente, guardá-la consigo<sup>247</sup>. A seleção de partes da missiva pelo editor-chefe cumpria o objetivo de apresentar a bela terra de maravilhosos frutos e muita área despovoada e inculta. A parte restante do texto encontra-se ilegível pelos danos à fonte, o que não diminui, por certo, a possibilidade de investigar os sentidos daquela ação.

O fôlego continuava na discussão sobre investimento na fabricação de vinhos. Com mais uma seção editorial voltada a chamar a atenção de imigrantes/colonos, foram apresentadas as vantagens das videiras abundantes e as ricas variedades que existiam, inclusive à margem direita do rio Vermelho. De forma semelhante à apresentação da baunilha, o incentivo à imigração para o Brasil e Goiás contou com a reescrita do mesmo artigo em inglês apontando os benefícios do investimento. Intitulado “*Favourable opportunity for emigrants, Agriculture and industry of wine in Goyaz (Brazil)*”<sup>248</sup>, nele se destacavam traços da adaptabilidade da videira ao clima brasileiro, favorecendo melhores frutos que os europeus, e a chance de pagar barato em um produto de

---

<sup>246</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 3, 14 de março de 1885, p. 1.

<sup>247</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 6, 04 de abril de 1885, p. 1.

<sup>248</sup> “Oportunidade favorável para imigrantes, Agricultura e indústria do vinho em Goiás (Brasil)”. *O Publicador Goyano*, ed. 19, 04 de julho de 1885, p. 1. *Tradução minha*.

qualidade confiável. Por certo, poderia interessar a informação de que não era cobrado imposto provincial para exercer a atividade<sup>249</sup>.

Para se inserir na dinâmica nacional e internacional, era preciso conhecer os fundamentos do comércio, e é nesse sentido que é lançado o *Dicionário geográfico, histórico, estatístico, comercial e administrativo* pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Em julho de 1885, chegaria uma circular endereçada a José Marques convidando-o a tomar parte no projeto de divulgação e impressão do manual por meio da abertura de uma subscrição no escritório de *O Publicador Goyano*.<sup>250</sup> O trabalho era organizado por Alfredo Moreira Pinto e a circular vinha assinada por toda a diretoria da associação, composta naquele momento por nomes de inquestionável projeção nacional. A presidência estava a cargo do conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, o visconde de Paranaguá, homem negro<sup>251</sup>, sendo 1º vice-presidente o conselheiro Antonio José Henriques e o 2º, Antonio Luís von Hoonholtz, o barão de Tefé, 1º e 2º secretários o comendador Reinaldo Carlos Montóro e o comendador Antonio Alves Pereira C. Júnior, respectivamente, e tesoureiro o comendador José Antunes Rodrigues de Oliveira Catramby<sup>252</sup>.

A importância da missiva parecia demonstrada nos demais documentos anexados a ela, sendo uma representação do Instituto dos Bacharéis em Letras, um parecer da comissão governamental e um segundo da câmara dos deputados. A compra do *Dicionário geográfico* pelo Estado era “altamente” recomendada e, para fins de revisão e ampliação da obra, solicitava-se também a seu organizador licença com manutenção dos vencimentos do emprego público que exercia. Por ser um trabalho de importância para as futuras gerações, a contribuição dos goianos e

---

<sup>249</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 20, 11 de julho de 1885, p. 1.

<sup>250</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 20, 11 de julho de 1885, ed. 20, p. 2.

<sup>251</sup> Nascido na freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, no Piauí, João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912) se formou em Direito e foi desembargador. Exerceu a presidência das províncias do Maranhão (1858), Pernambuco (1865) e Bahia (1881), além de ter sido deputado. Senador e integrante do Conselho de Estado em 1879, foi secretário dos Negócios da Justiça (1859-1861 e 1866), ministro dos Negócios Estrangeiros (1885), da Fazenda (1882) e da Guerra (1866-1879), além de presidente do Conselho de Ministros. O marquês de Paranaguá era pai de Maria Amanda Paranaguá Dória (1849-1931), dama da princesa Isabel e mulher de trânsito social no núcleo de poder do Rio de Janeiro. Ver Itan Cruz, *A serviço de Sua Alteza imperial: Amanda Paranaguá Dória, dama da princesa Isabel (1849-1931)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018; e João Lustosa da Cunha Paranaguá. *Arquivo Nacional*. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/joao-lustosa-da-cunha-paranagua-1> Acesso em 01 de out. 2024.

<sup>252</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 20, 11 de julho de 1885, ed. 20, p. 2.

goianas com qualquer valor impactaria o volume de impressões, necessárias para a instrução do povo nos quatro cantos do Império. Pelo tamanho da missão, que incluía desde arrecadar o montante até distribuir como fosse mais adequado os fascículos do dicionário, dá para saber que ela não seria dada a alguém que estivesse isolado das insurgências culturais do círculo imperial. Como José Marques era membro do Gabinete Literário Goiano, certamente um dos exemplares ficaria acessível na biblioteca de cerca de 7.000 obras da instituição<sup>253</sup>.

As dificuldades pareciam cada vez mais vencíveis e fazia-se referência frequente ao lado prático do avanço industrial, principalmente no que tange à diminuição de custos ao consumidor brasileiro. Quanto ao preço do ferro, por exemplo, remetia-se a um aumento de mais de duzentos por cento no valor final, motivo urgente para arriscar uma saída pelo conhecimento europeu de várias técnicas de trabalho: “precisamos de mestres de trabalhos, de pessoal educado nos grandes centros de civilização; que venham, pois, os europeus mostrar-nos, com os seus inteligentes labores, os tesouros industriais que felicitam os trabalhadores e constituem a riqueza pública”<sup>254</sup>, exprimia outra das notas. E assim, a busca por processos de fabricação ia longe. Uma inspiração para o processo de feitura do vinho veio da Itália, especificamente da província da Lombardia. Nas folhas de *O Publicador Goyano*, teve lugar num editorial uma descrição minuciosa incluindo desde dicas de colheita e armazenamento das uvas a utensílios necessários e fermentação da bebida<sup>255</sup>. Outra exposição sobre a produção de tecidos fez mais, historicizando o processo desde os primeiros rudimentos, passando pela máquina de fiar e tear automático e os melhoramentos desses instrumentos na Inglaterra e França<sup>256</sup>.

Cabe destacar mais um traço importante dessa tentativa de inserção do território goiano na rota de expansão imperial. A valorização da província por seus minérios, sobretudo o ouro, não era ideia deixada para trás, mesmo que nos acostumemos a associar imediatamente a mineração ao século XVIII. É certo que no século seguinte, mesmo não sendo elemento central da economia, ainda havia lavras auríferas sendo exploradas. Como houvesse um desses achados próximo à cidade de Meiaponte e uma companhia contando com os meios apropriados para escavar o terreno

---

<sup>253</sup> Número apresentado por Elder Passos, *Goyaz: ...*, p. 223.

<sup>254</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 22, 25 de julho de 1885, p. 1.

<sup>255</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 23, 02 de agosto de 1885, p. 1.

<sup>256</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 24, 09 de agosto de 1885, p. 1.

escarpado, aquela se apresentava como mais uma oportunidade de propagandear as vantagens do lugar promissor:

mais que nenhuma [província] oferece ao estrangeiro todos os climas europeus, a facilidade de assimilar todo e qualquer produto de lavoura, além da fabulosa riqueza da fauna e flora.

É talvez a única província do império em que se encontrem o clima siberiano, o do meio dia da Europa, o italiano e o dos trópicos.

Aquela companhia é a única até hoje estabelecida na província em condições científicas, e vai com certeza produzir uma revolução no estado econômico dela.

Ela remunera generosamente o operário, a quem dá alimentação superior<sup>257</sup>.

A estratégia consistia em reforçar, como atrativos, a diversidade do clima e a facilidade no cultivo de qualquer gênero, além de dar como certo o desenvolvimento econômico e social da região, isto é, sob condições adequadas para tanto. As promessas poderiam até gerar entusiasmo em quem soubesse da notícia, mas o fato é que, como avaliava José Marques, a concretização esbarrava nos mesmos velhos problemas. Em terra governada por “mandões”, quem tinha mais chances de ascensão social (afinal, era disso que se tratava também), eram os “dinheirosos”, ou simplesmente aqueles que aparentavam ter riqueza. Em torno deles se reuniam os “aduladores” ou “mandados”, desejosos de vida fácil e pouco trabalho, numa disputa de quem detinha mais poder e o benefício das leis às custas do interesse público. Sem recorrer a nomes por não julgar necessário, o editor se limitava a exclamar, por meio de uma metáfora entre cão e caçador, que “preferimos o tiro do caçador à *acuação* da matilha”<sup>258</sup>.

Antes de prosseguir com mais artigos traduzidos sobre a empreitada da imigração, a mesma letra afiada, fazendo uso de metáforas, se voltaria, de novo, aos programas políticos dos partidos. Dessa vez, não encontrei uma contenda local específica que justificasse a escrita das linhas, mas considero que a cena cotidiana guarda sempre mais do que um jornal pode registrar. Acerca das movimentações pelo Império, dali há pouco tinha sido deposto o gabinete Saraiva, liberal, envolto na polêmica sobre a suposta posição exageradamente abolicionista que defendia (segundo a classe senhorial)<sup>259</sup>, sendo substituído pelo gabinete Cotegipe, conservador. O programa político

---

<sup>257</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 25, 16 de agosto de 1885, p. 1.

<sup>258</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 26, 23 de agosto de 1885, p. 1. *Grifos da fonte*.

<sup>259</sup> A ideia de postura ferrenhamente abolicionista do gabinete, na qual me apoio, é problematizada por Itan Cruz. Segundo o historiador, a ação do presidente do Conselho de Ministros deve ser interpretada muito mais numa linha de dissimulação sofisticada da escravidão, tática para conter a luta de escravizados e abolicionistas. Disso teria derivado alinhamentos como o condicionamento das alforrias ao comportamento dos libertandos e o favorecimento do trabalho

presidido pelo barão já vinha com o intento de resolver a questão do “elemento servil” em paralelo à indústria agrícola, como reclamava a imprensa. Em meio aos limites colocados, *O Publicador Goyano* enfatizava a responsabilidade dos partidos em ser a “grande máquina social que fabrica a felicidade ou infelicidade de uma nação inteira”<sup>260</sup>. Separavam-se os políticos em três categorias: sábios, ricos e aventureiros, sendo que todos eles

aspiram, como retribuição aos seus trabalhos, as primeiras posições sociais, para si e para os membros de suas famílias, e é daí que nasce o excessivo desejo de predomínio, – a oligarquia –, que os desnorteia inteiramente de sua bela missão.

Os aventureiros são espertos ambiciosos, sem ilustração, que querem começar pelo lado oposto dos outros, isto é: procuram galgar as boas posições para com elas obterem o dinheiro ou um meio de vida.

Nesta classe estão incluídos os *dedicadíssimos caudatários* que fazem parte da *malta do mandão*, que são tão nocivos à sociedade, quanto ineptos e preguiçosos.

Pelejam os políticos com as armas de que podem dispor; o favorecido de Minerva, tem a espada de cavaleiro; o rico, tem o ouro que como o bacamarte, fere de longe; e o aventureiro, usa o punhal da intriga<sup>261</sup>.

A estrutura política nacional, formada por muitos barões e oligarcas, indefinidamente se resumiria aos objetivos deles enquanto o povo não passasse a cobrar e saber, pela força tremenda que tinha, “o que nos dão em troca do nosso voto”<sup>262</sup>. Ao mesmo tempo, em primeira página e ocupando quatro colunas, a seção de *Colaboração* trazia um dos mais longos textos sobre o território goiano, decifrando cidades, rios e vilas. A tradução para o inglês novamente ficou por conta de Theodoro Oeckinghaus. A discussão chegava em diversos cantos por meio das redes de relação de José Marques. Os cerca de 750 exemplares de *O Publicador Goyano*<sup>263</sup> eram distribuídos em todos os municípios da província por ao menos uma pessoa de confiança do redator, encarregada de redistribuir as assinaturas. Entre capitães, condes e outros, também essas figuras colaboravam escrevendo sobre assuntos variados que julgavam de interesse geral – sem esquecerem os de interesse particular também, por óbvio.

Se levarmos em consideração as permutas, *O Publicador Goyano* alcançava muitos destinos, como as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco,

---

dependente nas regiões urbanas como forma de prolongar a resolução do escravismo. Ver Itan Cruz, *Saraiva, Dantas e Cotegipe: ...*

<sup>260</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 27, 30 de agosto de 1885, p. 1.

<sup>261</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 27, 30 de agosto de 1885, p. 1. *Grifos da fonte*.

<sup>262</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 27, 30 de agosto de 1885, p. 1.

<sup>263</sup> Conforme dá notícia a própria redação em *O Publicador Goyano*, ed. 85, 09 de outubro de 1886, p. 2.

Sergipe, Alagoas, Ceará, Pará, Manaus, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul<sup>264</sup>. Se havia aquelas folhas que não se achavam dignas da parceria, como revelou o editor, no circuito transnacional as notícias sobre o Brasil chegavam a Paris em dois jornais, *A Chronica Franco-Brazileira* e *Le Bresil*<sup>265</sup>, ambos entrando na leva de trocas. Essas eram publicações dedicadas a divulgar o país lá fora, e, olhando por esse ângulo, faz cada vez mais sentido o porquê da crescente de artigos em inglês, alemão e francês rondando *O Publicador Goyano* e diferindo-o dos jornais de Goiás de então.

Para continuar aguçando o interesse estrangeiro, o café também foi motivo de discussão, sobretudo porque o item acabava de ganhar o primeiro preço e ser um sucesso numa exposição na cidade de Nova Orleans, EUA, em que participou o Centro de Lavoura e Commercio. Primeiro, entrava em cena um texto reproduzido do jornal *O Paiz* sobre o surgimento do *Le Bresil*, redigido por Émile Deleau. O escrito trazia uma nota apontando que jornalistas de várias partes do mundo se reuniam na Antuérpia em um banquete quando constataram o porquê da excelência do café brasileiro. Na esperança de que os jornalistas contribuíssem para disseminar as projeções, dizia-se que o “terreno de Goiás é o mais apropriado do Brasil para a cultura do café”<sup>266</sup>. O reforço argumentativo era poderoso: “O café goiano já foi premiado nas exposições de Filadélfia e do Rio de Janeiro, sendo exposto em ambas pelo Sr. Dr. Moretti Foggia”<sup>267</sup>, – o mesmo Foggia oficial do Exército, médico e abolicionista do caso Faustino.

Havia ali também um agradecimento a Alfredo d’Escragnolle Taunay por incentivar – talvez até financeiramente – a resolução de *O Publicador Goyano* em estimular a vinda dos colonos. Taunay tinha sido deputado pela província de Goiás em 1872 e 1875, antes de exercer o mesmo cargo por Santa Catarina, em 1881, e ser eleito presidente da província do Paraná em 1885. Era conservador e abolicionista, tendo sua atuação partidária acompanhada de perto pela imprensa

---

<sup>264</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 85, 09 de outubro de 1886, p. 1-2.

<sup>265</sup> Pelo que evidencia Ilana Heineberg, o *Le Bresil* era editado por jornalistas brasileiros no Rio de Janeiro e teve breve existência. A proposta de divulgação do Brasil incluía também a literatura. Abrigo, em suas poucas oito edições, a tradução francesa do romance *O Guarani*, de José de Alencar. Ilana Heineberg, Peri com sotaque francês: um estudo preliminar de três traduções de *O Guarani* no século XIX. In Marcelo A. Peloggio, Arlene. F. Vasconcelos, Valéria. C. Bezerra (orgs.), *José de Alencar: século XXI*. Fortaleza: Edições UFC, 2015, pp. 241-265.

<sup>266</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 31, 26 de setembro de 1885, p. 1.

<sup>267</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 31, 26 de setembro de 1885, p. 1.

goiana e classificado por *O Publicador Goyano* como “o espírito político mais adiantado do parlamento brasileiro”<sup>268</sup>.

Entre os sucessivos artigos trazendo análises comprobatórias sobre as riquezas de Goiás, uma correspondência particular mostra a tentativa de chegar até à Suíça o projeto. Quem escreve aos editores não identificados dos jornais de Genève e da comuna de Fribourg é Henrique Alfredo Péclat, que trabalhava desde a fundação de *O Publicador Goyano* no volante da máquina *Marinoni* e na distribuição do jornal na capital. A sacada era o jovem, também suíço, da comuna de Bulle, escrever para os conterrâneos sobre a facilidade com que poderiam adquirir fortuna na missão de escavar minérios em Rio Claro<sup>269</sup>. O narrador preferia enfatizar a potencialidade da província de Goiás em se converter numa nova Califórnia<sup>270</sup> do que apontar que aquela chance de “progresso” desconsiderava a cosmovisão e existência dos indígenas caiapó. Não à toa, os originários buscavam se autopreservar matando invasores e destruindo propriedades no Rio Claro e região, porém, a carta subdimensionava a magnitude disso<sup>271</sup>.

Com a chegada do ano de 1886, vivas saudações acompanhavam a atuação de Alfredo Taunay pela Sociedade Central de Imigração<sup>272</sup>, associação que criticava o atraso da grande lavoura e dos fazendeiros enquanto defendia a criação de uma classe média rural de agricultores imigrantes independentes. Tomavam parte nos eventos da instituição vários abolicionistas, tais como João Clapp e Ferreira de Araújo, diretor do jornal *Gazeta de Notícias*, e os abolicionistas negros José do Patrocinio, da *Gazeta da Tarde*, André Rebouças e Vicente de Souza<sup>273</sup>. Ao menos

---

<sup>268</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 86, 16 de outubro de 1886, p. 3.

<sup>269</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 43, 19 de dezembro de 1885, p. 1.

<sup>270</sup> Penso que a aproximação seja porque a Califórnia é conhecida pela alcunha de “estado dourado” (*golden state*), e Goiás tem indicativos parecidos tanto pelas minas de ouro quanto pela paisagem da “serra dourada”.

<sup>271</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 42, 12 de dezembro de 1885, p. 1; *O Publicador Goyano*, ed. 43, 19 de dezembro de 1885, p. 1.

<sup>272</sup> A Sociedade Central de Imigração operou entre 1883 e 1891. Fundada por três imigrantes alemães, Karl Von Koseritz, Hermann Blumenau e Hugo Gruber, primeiro, produzia um boletim informativo de nome idêntico na construção de representações positivas sobre o Brasil para o exterior e, em seguida, o jornal *A Imigração*, do Rio de Janeiro, passa a cumprir um papel mais completo em termos de busca “direta ou indireta” por formas de aumentar a quantidade de imigrantes europeus. Era impresso na *Tipografia Universal de Laemmert* e, posteriormente, na de Machado e Cia. Ver o artigo *Sociedade Central de Imigração*. BNDigital. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/sociedade-central-de-immigracao/> Acesso em maio de 2023. *A Imigração* era um dos jornais da rede de relações e informações de José Marques.

<sup>273</sup> Vicente de Souza (1852-1908), baiano, talvez um pouco menos conhecido do que os demais nomes, foi professor, médico e editor jornalístico. Como evidencia Ana Flávia Pinto, abolicionista, ele era também republicano e socialista, lutando pela imigração europeia como saída para a compensação da mão de obra e, a um só tempo, se opondo às teorias raciais relativas a negros e mestiços. Agitador e propagandista, mantinha estreito diálogo com a massa trabalhadora superexplorada. Para uma análise da trajetória de Vicente de Souza e os diversos ambientes de atuação dele, ver Ana

um dos boletins da entidade trouxe para o debate questões agrárias ligadas às colônias habitadas e sustentadas pelos libertos<sup>274</sup>, mas, de forma geral, como o jornal *A Imigração: Órgão da Sociedade Central de Imigração* não deixa dúvidas, o foco era a propaganda imigratória europeia enquanto se pregava o ódio racial aos amarelos, principalmente os chineses, denominados de “chim” ou “chins”. Uma edição em fins de janeiro de 1889 comemorava o apoio recebido dos baianos *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias* contra o conselheiro Carneiro da Rocha, que vinha defendendo a entrada daqueles que representavam a “inferioridade para o norte do Império”<sup>275</sup>.

Um dos motivos do receio era a aproximação, segundo Gustavo Campos, entre asiáticos e escravizados. Em consulta a algumas atas da sociedade, o autor expressa o quanto se pensava no mal que podiam fazer “raças amesquinhas” como os chineses se influenciassem os escravizados brasileiros, seres de “docilidade enternecedora”, com o “ódio inato” à raça branca<sup>276</sup>. No fundo, compreendo que, em alguma medida, a tal vingança que eles temiam era mais a da população negra, posto que essa sim estava aqui em maioria e há muito tempo em condições aviltantes. Alfredo Taunay, por sinal, mesmo simulando o humanismo abolicionista, agregava às considerações da instituição de que os chineses eram “um grande mal” a crença de serem também uma “praga” que afugentaria os europeus<sup>277</sup>.

A única menção encontrada em *A Imigração* sobre *O Publicador Goyano* é de 1889, quando José Marques já havia falecido. A ironia começava no título, “Curioso”, insinuando a ousadia da mensagem, e continuava no comentário sobre o francês “ingênuo e original” em que viera escrito o texto. A transcrição era uma solicitação ao cônsul geral do Brasil na Antuérpia. Um fazendeiro goiano, Joseph Rodrigues Chaves, apresentava as 50 linhas de terreno que possuía e as concessões que poderia fazer a quem se interessasse no lote<sup>278</sup>. O feito demonstra aonde estavam

---

Flávia Magalhães Pinto. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 66, janeiro-abril de 2019, pp. 267-286. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/WcNnRdY3FfJqByjLW8rmbbT/abstract/?lang=pt> Acesso em 01 de out. 2024.

<sup>274</sup> Conforme o artigo *Sociedade Central de Imigração*. BNDigital. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/sociedade-central-de-immigracao/> Acesso em maio de 2023.

<sup>275</sup> *A Imigração*, ed. 53, 31 de janeiro de 1889, p. 5.

<sup>276</sup> Gustavo Barreto, *Sociedade Central de Imigração: em defesa do eurocentrismo e contra a ‘ameaça’ do ‘elemento chinês’, cujo ‘ódio à raça branca é innato’*. *Mídia Cidadã*. 06 de março de 2014. Disponível em <https://midiacitada.org/sociedade-central-de-immigracao-em-defesa-do-eurocentrismo-e-contra-a-ameaca-do-elemento-chinez-cujo-odio-a-raca-branca-e-innato/> Acesso em maio de 2023.

<sup>277</sup> Gustavo Barreto, *Sociedade Central de Imigração: ...*, 2014.

<sup>278</sup> *A Imigração*, ed. 53, 31 de janeiro de 1889, p. 5.

chegando os pedidos num momento em que a abolição legal havia se consolidado e, como, além da grande propriedade, a média propriedade também mantinha lugar.

Retrocedo ainda, porém, cerca de um ano antes para apresentar perspectivas construídas em torno do estabelecimento dos colonos e imigrantes no país e o debate racial inerente a essa ação. Àquela altura, as sociedades abolicionistas multiplicavam seus feitos, libertos e libertandos eram maioria pelas ruas e, começando o auge da imigração, se insinuavam percepções sobre as atitudes daqueles que se julgava serem os mais adiantados em “progresso”. Era o último sábado do mês de julho de 1887 quando o editorial *Imigração e Colonização*, de *O Publicador Goyano*, não narraria as grandezas da imigração, mas um cenário bem menos amigável:

Nos últimos tempos, tem-se estabelecido uma grande corrente imigratória para o Brasil. O governo ultimamente tem tratado desse problema, mas sem estudo algum, sem prever o futuro, sem estabelecer as condições necessárias para que essa imigração seja-nos útil.

A imigração entre nós tem sido até hoje mais uma invasão, do que outra coisa. O governo, por seus delegados, não escolhe os imigrantes: dá passagens e outras regalias facultativas aos imigrantes, a qualquer indivíduo, que na Europa se apresente a seus delegados.

O mesmo não faz a República Argentina, que tem a imigração em alta escala, mas que produz um resultado extraordinário, visto ter removido todas as dificuldades que impediam o estabelecimento dos estrangeiros no seu país.

Conosco não acontece o mesmo<sup>279</sup>.

Os desagradados eram de alguém que havia usado muito de sua energia para defender a necessidade da imigração com objetivos definidos e úteis. José Marques descreve como o processo saía dos trilhos, passando de solução a problema, por omissão de responsabilidade administrativa: o que era investimento se transformava em “regalias” porque o critério observado era unicamente racial. Na verdade, isso nem de longe era um conflito se for considerada a orientação que o governo dava às políticas relacionadas à questão. Como sinaliza Maria Lamounier, ao lado da demanda por reordenação das instituições sociais, a reforma se ampliava para a organização jurídica, alguma redistribuição de propriedade da terra, transformação agrícola, recomposição do trabalho livre e, finalmente, eugeniização do país eliminando a presença africana<sup>280</sup> pela mestiçagem. Segundo José Marques, a situação mal encaminhada continha erros fundamentais que cabia ao governo cuidar para que o futuro não guardasse tantos temores. Valem as tantas linhas de citação:

---

<sup>279</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 127, 30 de julho de 1887, p. 1.

<sup>280</sup> Maria Lúcia Lamounier, *Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX*. Tese de Livre-Docência. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2008.

Os países que mais fornecem imigrantes para o Brasil são: Itália, Portugal e Alemanha. Ao Brasil convém extraordinariamente a imigração italiana: somos << um país essencialmente agrícola, >> e a Itália é muito agrícola, além de ser um povo de raça latina.

Mas nós precisamos de homens aptos para o trabalho, dispostos e de iniciativa, e os italianos que, em geral, procuram o Brasil, (com abundantíssimas exceções, é verdade) são vagabundos e preguiçosos.

A maior massa de imigrantes italianos que aportam às nossas plagas são [sic] das cidades de Génova e Nápoles, homens inteiramente inúteis, que não tendo profissão declarada nas cidades buscam aventuras pelo Brasil, visto terem passagem e domicílio gratuitos, que fornece o nosso governo.

É preciso mais escrúpulo na escolha de homens que veem [sic] conviver conosco, e tomar parte ativa nos negócios de nossa pátria.

A província de São Paulo é a que tem recebido em maior número os italianos, e parece-nos, tem tirado bom proveito de tal imigração.

O Sr. conselheiro Antonio Prado, durante o tempo de seu ministério na pasta da agricultura, desenvolveu extraordinariamente a província de S. Paulo, com aquele bairrismo paulista, que de todos é conhecido.

A imigração portuguesa nos convém. Os portugueses que buscam o Brasil são trabalhadores, homens que vêm procurar aventuras entre nós, mas trabalhando nos serviços os mais rudes.

Com eles talvez virá se estabelecer entre nós a vinicultura em alta escala.

Só notamos neles um apego extraordinário ao dinheiro e o amor excessivo que tem a sua pátria (o que não podemos censurar).

Verdade é que, os portugueses foram os que nos legaram a mancha terrível da escravidão. Dessa culpa eles nunca poderão se desculpar. Fizeram muito mal ao Brasil.

Mas hoje, que não nos dominam mais e que precisamos somente do seu serviço, não é mal ao nosso país seu estabelecimento entre nós.

Quanto à instrução, deixa muito a desejar, mas o nosso governo tem o dever de promover a instrução por todo o país.

É, além disso, um povo que fala nossa língua e tem costumes morigerados<sup>281</sup>.

Quem lesse apenas essa opinião de José Marques a respeito dos povos dos referidos países poderia entender a mensagem como hostil, só que, como demonstrado há algumas linhas na discussão neste capítulo, um dos parâmetros de apreciação mais usados por ele era a disposição para o trabalho considerando o interesse geral. A crítica aos “mandões” e à maioria dos políticos seguia a mesma conotação. O texto informava a previsão de um risco. A vinda encarada apenas como arroubo individual ou diversão atentava contra a medida principal, do trabalho, porque estava explícito que se aproveitar das medidas oferecidas sem a justa retribuição era a repetição de um ciclo que o país devia se livrar. Outra apreensão era com a moralidade, sendo uma das cobranças

---

<sup>281</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 127, 30 de julho de 1887, p. 1.

ao governo a adoção do casamento civil sem incluir a obrigatoriedade do casamento religioso “por ser coisa contrária à Constituição do Império que permite a liberdade de religião”<sup>282</sup>.

Equilibrada a balança entre proveitos e desabonos, italianos eram bons agricultores, pertenciam à “raça latina”, e os portugueses, trabalhadores que não se negavam a serviços de menor monta e prestígio. O legado da escravidão imposta por Portugal, nódoa que ainda permanecia, era relembrado e, propositalmente ou não, parecia alertar para um motivo de apreensão semelhante:

Outro país que fornece grande número de imigrantes para o Brasil é a Alemanha.

O sul do império está quase uma terra alemã, e essa acumulação duma raça pretensiosa e orgulhosa, num ponto do Império, faz-nos tremer do nosso futuro.

Ninguém ignora a inimizade que vota a raça saxônia à latina, e a alemã com especialidade.

Quem sabe, se a parte sul do Império, constituindo-se como está, não se tornará em uma nova Alemanha, apartando-se do norte, que descuida-se?

Tudo no-lo faz crer.

Há cidades na província do Rio Grande do Sul, onde falam quase que exclusivamente o alemão.

Contudo, os alemães são dos melhores colonos.

Mas ao governo cumpre estudar e resolver todas essas questões, para evitar no futuro uma fração do país, que será tão grande como unido, mas insignificante quanto fraturado em republiquetas e ducados &...<sup>283</sup>

Por certo, o sentimento não era infundado, por mais que a posição do redator viesse carregada da noção de patriotismo para se referir à preservação da unidade nacional, fosse pelo idioma ou pelo território. De fato, pelo que discute o historiador Luiz Mateus Ferreira, os alemães foram tidos pelas autoridades brasileiras como os colonos ideais entre todos pela suposição baseada na ideia de inteligência das raças. Sob esse pressuposto, eram eles sujeitos inatos ao trabalho na agricultura, nos ofícios e artes pelo espírito prático e de proteção à família, velando pela sobriedade e obediência à autoridade<sup>284</sup>. Por tudo isso, os mais indicados para fazerem as colônias prosperarem. A concentração no sul e o alijamento do norte significava que parte importante do

---

<sup>282</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 127, 30 de julho de 1887, p. 1. Conforme Luiz Mateus Ferreira, desde 1860 multiplicam-se as leis de incentivo à imigração. Já existiam o Decreto n. 1.096, de 10 de setembro de 1860, que tratava dos direitos civis e políticos dos filhos e filhas dos estrangeiros nascidos no Brasil, e o Decreto n. 1.144, de 11 de setembro de 1861, reconhecendo os registros de casamento, nascimento e óbito de pessoas acatólicas. Nesse meio tempo, foi criada a Diretoria das Terras Públicas e Colonização, vinculada à Secretaria da Agricultura, e destinado um crédito de mais de 914 contos de réis para executar o controle sobre o tamanho das terras públicas e a colonização e si. Ver Luiz Mateus S. Ferreira, “Concepções e objetivos da política imigratória brasileira, 1850-1889”. *Diálogos*, Maringá-PR, Brasil, v. 26, n. 3, setembro-dezembro de 2022, pp. 156-184.

<sup>283</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 127, 30 de julho de 1887, p. 1.

<sup>284</sup> Luiz Mateus S. Ferreira, “Concepções e objetivos da política imigratória brasileira” ...

Brasil não sairia beneficiada com a expansão agrícola se o ministério não revisse urgentemente aquilo. E é importante observar que, se José Marques apontava um clima propício para mais conflitos de origem racial, segundo Luiz Mateus Ferreira, três décadas antes, em 1857, na assembleia provincial do Rio de Janeiro, foi rejeitado sem sequer ser debatido um projeto para a entrada de africanos sob comentários do *Jornal do Commercio* de que a tática, além de ir contra os interesses nacionais, simbolizava um “perigo” imenso<sup>285</sup>. Contudo, o fim da colonização ou a separação racial não eram vistos como um caminho pelo redator:

Nós precisamos dos estrangeiros, para o desenvolvimento do país e aperfeiçoamento das raças, que naturalmente se fundirão em uma raça robusta, produto do cruzamento delas.

É, porém, preciso, para isso de bom governo, por consequência de homens capazes; tenhamos patriotismo: quem não for capaz abstenha-se de tomar parte na administração do país e trate de outra vida<sup>286</sup>.

Sem escapar de todo à reprodução do imaginário social de aperfeiçoamento das raças, o redator concluía com um “a porta da rua é a serventia da casa”, em termos mais polidos, àqueles que se recusavam a administrar as reformas do jeito certo. Longe de ser um debate confinado ao século XX, às províncias do sul ou ao eixo Rio-São Paulo, um pensador negro goiano se via motivado, no fim da década da abolição, a lançar-se ao debate sobre imigração numa das províncias que menos recebia imigrantes, pois segundo Júlia Magalinski, em 1872 apenas cerca de 140 deles aportaram aqui<sup>287</sup>. E mesmo com todas as contradições envolvendo a retórica do desenvolvimento da província de Goiás, é certo que a tentativa de atrair imigrantes foi feita com base em escolhas conscientes. Evidenciar mais os aspectos industriais potenciais do solo goiano, para desvencilhá-lo da visão geral de “atraso” que o perseguia, construindo boas impressões pelo Brasil e no exterior, que até deram um pouco certo, foi uma possibilidade aventada por José Marques enquanto ele pensava não só os caminhos da abolição como os do pós-abolição. Ou seja, é na chave da liberdade que ele enfrenta a equação colocada naquele momento envolvendo uma sociedade que ainda tinha

---

<sup>285</sup> Luiz Mateus S. Ferreira, “Concepções e objetivos da política imigratória brasileira” ..., p. 161-162.

<sup>286</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 127, 30 de julho de 1887, p. 1.

<sup>287</sup> A pesquisa é uma das poucas com o objetivo de analisar as políticas e os desdobramentos práticos da imigração em Goiás e é recuada, data de 1987. Os dados são do censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porém, a autora reconhece certa fragilidade dos dados porque a medição se dava por amostragem. Como o recorte temporal da pesquisa é o século XX, somente de 1920 a 1980 informações como a nacionalidade dos imigrantes aparece discriminada na tabela elaborada. Ver Júlia Maria Magalinski, *Imigração para Goiás – (1920-1952): política e prática*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1987.

na legislação oficial a escravidão como norma, mas muitas pessoas libertas do regime inseridas precariamente no trabalho livre.

A argumentação que traz José Marques na imprensa define um posicionamento contrário à corrente política imigrantista cujos principais defensores eram os fazendeiros do café. Esses desejavam que os imigrantes fossem para a grande lavoura controlada por eles enquanto o outro lado, ajuntando políticos e intelectuais como José Marques, recorria a D. Pedro II a fim de deliberar sobre “a criação de colônias de pequenos proprietários”<sup>288</sup>. Além do mais, a opinião sobre embates raciais imediatos e graves com alemães, então considerados o modelo de colonos, não figuraram, por óbvio, no horizonte de expectativa de muitos dos políticos e intelectuais brancos da elite. Ou, ao menos, não parecia ser essa a mais séria das questões a se pensar, até porque o alvo preferencial dos ataques dos estrangeiros não seria a parcela mais alva da sociedade brasileira.

Para alcançar alguma liberdade de fato, o trabalho era, junto à educação, um dos veículos mais importantes. Ambos eram tidos como “atributos dos mais inteligentes”<sup>289</sup>. Nessa trilha, uma determinação dada como certa de acontecer, como a imigração, poderia trazer, além do crescimento econômico reclamado, a participação social pelo impulso da educação, pois os europeus trariam e ajudariam a disseminar muitos dos conhecimentos educativos. José Marques não foi o único a reivindicar mais participação política do povo, e, com isso, sua própria participação. Esse plano foi levado a sério como defesa e exemplo na trajetória de vida de muitos abolicionistas e intelectuais

---

<sup>288</sup> Luiz Mateus S. Ferreira, “Concepções e objetivos da política imigratória brasileira” ..., p. 158.

<sup>289</sup> É exatamente assim que Aderaldo dos Santos define a compreensão social do professor negro Hemetério José dos Santos (1870-1930). No *Livro dos Meninos*, de 1881, o texto *A formiga* traz alguns desses elementos:

A formiga

A formiga, meus meninos, é o mais inteligente dos insetos.

Ela sabe criar seus filhinhos, põe-lhes o alimento na boca e os cerca de uma solicitude inteligente e incessante, mudando-os de um lugar para outro conforme a temperatura.

O que faz com que a formiga seja o mais inteligente dos insetos é seu instinto social.

O trabalho entre estes pequenos animais é um dever, ainda mais, uma religião.

A formiga completamente livre, emancipada de todo constrangimento, de modo próprio pratica o trabalho sem ter chefes nem superiores.

A qualquer hora uma formiga está sempre pronta a sacrificar sua vida em bem de sua república, em bem de sua pátria.

Um menino deve ser tão ou mais trabalhador do que a formiga.

O trabalho, meus meninos, não é um castigo, como pensam os preguiçosos, é uma necessidade tão imperiosa como o ar que respiramos.

É bonito trabalharem todos no universo e só o menino ser preguiçoso? Não.

O trabalho é lei universal.

Hemetério José dos Santos, *Livro dos meninos*, 1881, p. 93-94, *apud* Aderaldo Pereira dos Santos, *Arma da Educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, pp. 135-136. O texto aparece na tese com a grafia corrente no período e aqui, de forma atualizada.

negros no pós-abolição. Aí também havia entendimento e prática de que a política não era exclusiva à “marcha do Estado e suas possibilidades adstritas”<sup>290</sup>, como argumenta o historiador Felipe Azevedo e Sousa, mas existia diante de um quadro em que cada ganho mínimo justificava a busca pelo pleno exercício da cidadania.

### 3.2 SOCIEDADES ABOLICIONISTAS E ABOLICIONISMOS NEGROS: ENCONTROS E DESENCONTROS

As sociedades abolicionistas constituíram uma espécie de ameaça ao sistema escravista brasileiro. Tanto é que, segundo Ênio Brito, por volta de 1860, como “retórica de reação” às ideias antiescravistas, a temática do ventre livre passa a rondar as mentes não por princípio, mas por circunstância<sup>291</sup>, isto é, havia ainda a defesa da base escravista para manutenção da ordem social. A contínua perda de poderio econômico das elites agropecuárias goianas contribuía, parcialmente, para as libertações particulares, encobertas sob a ideia de humanitarismo e civilização, como frisa Maria Augusta Moraes<sup>292</sup>. Era até bastante comum encontrar vivas à atitude senhorial na imprensa abolicionista. Aquilo funcionava como um chamado à humanidade partilhada por todos e todas e ao exercício da fé com obras. Do outro lado da moeda, libertos como Ignácio de Loyola Jardim montavam oficina para oferecer seus serviços como sapateiro<sup>293</sup>, e alguns, como Agostinho e Benedito, depositavam suas esperanças na conquista de alforria na capital, para onde os anúncios davam conta da fuga<sup>294</sup>.

---

<sup>290</sup> Felipe Azevedo e Souza, *A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880 - c. 1900)*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018, p. 15.

<sup>291</sup> O primeiro grande movimento social brasileiro: campanha abolicionista (1868-1888). In: *Escravidão e Racismo: 150 anos da Lei do Ventre Livre*. Ellen dos Santos Oliveira (Org.). Itapiranga: Schreibern, 2021, p. 96.

<sup>292</sup> Maria Augusta S. Moraes, *História de uma oligarquia: ...*

<sup>293</sup> Na seção “Anúncios” do *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 78, 23 de outubro de 1875, p. 4.

<sup>294</sup> Agostinho tinha 30 anos quando pôs seu plano a termo. Ele saiu do distrito de Alemão para a cidade de Goiás em novembro de 1876. Descrito como “cabra”, “alto”, “risonho” e “mestre de lidar com o povo”, foi também dito a seu respeito que tinha fisionomia espantada e um tremor aparente nas mãos. *Correio Oficial de Goyaz*, 1876, ed. 87, p. 4. A respeito de Benedito, sabe-se que ele vinha de Bonfim, havia fugido em janeiro (o anúncio era de abril) e tinha “50 e tantos anos”, cor “preta”, era “oficial de pedreiro” e se dirigia à capital na certeza de que ali conseguiria a alforria. *A Tribuna Livre*, ed. 62, 26 de abril de 1879, p. 4.

Nesse panorama, logo se tratou de instituir um meio legal de controle da abolição. As sociedades emancipadoras, parte do projeto geral imperial, inscritas em decreto<sup>295</sup>, passam a funcionar. Em Goiás, a Sociedade Recreativa Emancipadora, cuja data de fundação é imprecisa, surge pela ação do presidente Cícero de Assis e, em seguida, a Sociedade Emancipadora Goyana, na gestão de Aristides de Souza Spínola<sup>296</sup>. Uma circular n’A *Tribuna Livre*, assinada pelo governante, convidava “as pessoas principais da província” a compor a associação, sendo o aceite prova de que “compartilham do espírito religioso, humanitário e altamente político que é o espírito da Emancipadora”<sup>297</sup>. Os objetivos se desenhavam de acordo com a recomendação da legislação:

Tendo-se fundado nesta capital uma sociedade sob a denominação de – Emancipadora Goyana – com o duplo fim de manumitir escravos, criar e educar ingênuos, filhos de mulher escrava; e admitindo os Estatutos dessa associação, aprovados em 2 do corrente, sócios e associações filiais em toda a província, tenho a honra de dirigir-me, em nome da sociedade, a V. S. solicitando o seu auxílio e coadjuvação para ela<sup>298</sup>.

A sociedade atuava em toda a província com manumissões aos escravizados e fornecendo educação aos ingênuos. Os donativos dos sócios e sócias eram encaminhados para esse fim. O número de manumissões aumentava progressivamente<sup>299</sup> como resultado da atuação das instituições emancipadoras, das libertações particulares, da compra de alforria pela junção de pecúlio dos escravizados e auxílio do Fundo de Emancipação, e dali a pouco, pela criação de cerca de uma dezena de sociedades abolicionistas promovida por seções militares, maçons, políticos e jornalistas. Quase no fim daquela década, *A Tribuna Livre* era o local apropriado para que José Marques emitisse opinião sobre o painel social a sua frente. O editorial começava assim: “Eis-nos chegados [*sic*] ao ano de 1880. Nas nações civilizadas, isto é, naquelas em que a liberdade bem

---

<sup>295</sup> Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872, que aprovava o regulamento geral para a execução da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. O extenso texto concentra os deveres e permissões legais das sociedades emancipadoras nos artigos 69 a 72. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html> acesso em maio de 2023.

<sup>296</sup> Conservador, presidente da província de 1879 a 1881.

<sup>297</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 76, 02 de agosto de 1879, p. 3. *Grifo da fonte*.

<sup>298</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 76, 02 de agosto de 1879, p. 3.

<sup>299</sup> É importante reiterar que o quantitativo de alforrias na década de 1880, mesmo sendo tão apregoado na imprensa, não é superior ao da década anterior.

compreendida é um direito, cada ano que passa marca um acontecimento importante, um passo dado na senda do progresso”<sup>300</sup>.

Os elogios inflamados eram aos homens de “sciencia”, sacrificantes das próprias vidas no trabalho para o bem da humanidade. Eram eles dignos de serem venerados ao redor do mundo porque tinham “por armas a luz dos seus conhecimentos”, responsável exclusiva por dirimir as trevas. Só que eram esses mesmos os menos remunerados por tanto esforço. Como acontecimento de maior importância, o debate ali se relacionaria ao ventre livre, julgado como sendo quase que a única conquista a surtir maior efeito por aqueles anos. A primeira ponderação foi sobre ela ter sido gestada pelos parlamentares liberais, não obstante a aprovação só ter chegado sob domínio do partido conservador. Para o editor, o ato foi até mais significativo do que a emancipação política:

A lei da liberdade do ventre, ao contrário daquela [emancipação política], indo afetar os interesses da classe mais abastada do império, devia produzir uma revolução no sistema do trabalho, e necessariamente criar dificuldades e tropeços à marcha da administração. A importância dessa medida exigia providências enérgicas, a fim de sanar dificuldades com que devíamos lutar. Felizmente, porém, os ânimos não sofreram aquela comoção que se esperava; a questão tendo sido por muito tempo debatida no seio do parlamento, foi resolvida de maneira a conciliar o interesse da humanidade com os dos particulares, sem que estes sofressem o menor abalo.

Se não se nos depara outro acontecimento, promovido para o bem geral para o pormos em paralelo com o da lei de 28 de Setembro, não é porque sejamos por demais exigentes; não vemos mesmo outros de aparente utilidade com que se ocupassem os nossos estadistas.

A lavoura e o comércio nenhum impulso tomaram; a instrução não nos oferece modificação alguma no sentido de minorar o estado de sua decadência ou de seu atraso<sup>301</sup>.

Se o aparato legalista tinha tudo para dar certo, a solução para o “elemento servil”, “interesse da humanidade”, se prolongava de modo que o golpe fora brando demais para corroer o poder e os interesses particulares. Isso porque, como debate Pedro Neves, com uma manobra a legislação assegurava a autoridade senhorial e vinculava o escravizado ao poder público ao fixar as indenizações do Fundo de Emancipação, já que “[é] pelas indenizações que o Estado reconhece e legitima a propriedade privada sobre o escravo e permite manter determinadas relações de dependência dos escravos”<sup>302</sup> em relação tanto ao senhor quanto ao próprio Estado.

---

<sup>300</sup> A *Tribuna Livre*, ed. 1, 03 de janeiro de 1880, p. 1.

<sup>301</sup> A *Tribuna Livre*, ed. 1, 03 de janeiro de 1880, p. 1.

<sup>302</sup> Pedro M. Neves, *Liberdade sem sustos nem inquietações*: ..., p. 14.

Lavoura, comércio e instrução envolviam sem a devida preocupação enquanto “negócios de moralidade duvidosa” envolviam o barão de Cotegipe. Na verdade, José Marques lembrava o escândalo envolvendo o ministro da fazenda por denúncia de Cesário Alvim em 1877. Segundo conta Ari Gonçalves, o deputado Alvim revelou aos quatro ventos a associação de Cotegipe a um contrabandista e um empregado da Alfândega para contrabandear popelines, um tipo de tecido. A repercussão foi grande, acirrou os ânimos no Partido Liberal, e, principalmente a imprensa nacional, que por cerca de dez anos comentou e satirizou o episódio<sup>303</sup>. O editor d’*A Tribuna Livre* se manifestava reafirmando os traços do caráter do ministro e sublinhando a vergonha do ato diante das nações estrangeiras. Emendava ele: “[a questão] é bem significativa e nos faz desconfiar dos sentimentos patrióticos de eminentes personagens, em cujas mãos estiveram já as rédeas do governo”<sup>304</sup>.

Cabia ao Gabinete de 5 de Janeiro<sup>305</sup>, portanto, vencer as barreiras que se interpunham para que o país figurasse entre as maiores nações. E o desafio mais premente era ainda a escravidão. A média de libertações era relativamente baixa, sendo que a Sociedade Emancipadora Goyana libertava de duas a cinco pessoas por vez e as de ordem particular somavam com frequência dezenas de indivíduos, ainda que algumas dessas alforrias fossem demandadas na justiça. A *Tribuna Livre* registra um dos casos mais expressivos de soltura em termos numéricos. Por demanda judicial, após o falecimento de Joanna Xavier Saraiva de Almeida, 36 pessoas escravizadas, entre homens e mulheres, são declaradas livres em Porto Imperial<sup>306</sup>. Antes das sociedades abolicionistas se avolumarem, por volta de 1887 em Goiás, como demonstrado, a imprensa já mobilizava a atenção da sociedade para ocorrências de violação de direitos das pessoas escravizadas, porém, é com as sociedades abolicionistas que a luta tem impulso.

---

<sup>303</sup> Ari Gonçalves, “Cesário Alvim – A saga de jovem advogado do interior que se tornaria figura destacada do Império e prócer da República”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. ?, n. ?, pp. 329-340. Disponível em <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1240/1173> Acesso em maio de 2023.

<sup>304</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 1, 03 de janeiro de 1880, p. 1.

<sup>305</sup> Conhecido como *Gabinete Sinimbu*, chefiado pelo visconde João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu. Liberal, esteve em vigor de 5 de janeiro de 1878 a 28 de março de 1880. O programa de governo apresentou como principal plataforma a reforma do sistema eleitoral, com introdução do sufrágio direto. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Organizações e programmas ministeriaes desde 1822 a 1889: notas explicativas sobre moções de confiança, com alguns dos mais importantes Decretos e Leis, resumo historico sobre a discussão do Acto Adicional, Lei de Interpretação, Código Criminal, do Processo e Commercial, lei de terras, etc., etc., com varios esclarecimentos e quadros estatísticos. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1889. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em maio de 2023.

<sup>306</sup> *A Tribuna Livre*, ed. 7, 14 de fevereiro de 1880, p. 2.

A Sociedade Abolicionista Azylo da Razão surge em 1877 sob ação da sociedade maçônica de mesmo nome. Como a Recreativa e a Emancipadora, a direção e os sócios eram sobretudo homens de alguma fama e fortuna na sociedade goiana. Seu fundador foi Aristides Spínola e da Azylo da Razão também fizeram parte os irmãos Félix de Bulhões e José Leopoldo de Bulhões. Aliás, sendo os três aliados políticos, davam expressão à sociedade no papel de oradores em várias ocasiões, apesar de, hierarquicamente, constar nessa função Francisco de Paulla Alvellos, 1º cirurgião do Exército<sup>307</sup> e professor de ciências físicas e naturais na Escola Normal.

<b>Sociedade Abolicionista Azylo da Razão 1877</b>
Aristides Spinola (Fundador)
Dr. Vicente Moretti Foggia (Presidente)
João Gonzaga de Siqueira (Venerável)
Augusto Leite (Delegado Especial do Grande Oriente)
Luiz Marcelino de Camargo (1º Vigilante)
Dr. Francisco de Paulla Alvellos (Orador)
Luiz Antonio Pereira de Abreu (Secretário)
T. Brandão (Secretário)
João Gualberto Teixeira (Tesoureiro)
Dr. Antônio José Pereira
Bernardo Antonio de Faria Albernaz
José Leopoldo de Bulhões
Antonio Félix de Bulhões

**Quadro 1:** Listagem - Sociedade Abolicionista Azylo da Razão (1877)  
*Autoria própria, 2023.*

<sup>307</sup> Consta em *O Publicador Goyano*: “Francisco de Paulla Alvellos, Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia e 1º Cirurgião do corpo de saúde do exército por S. M. Imperador”, *O Publicador Goyano*, 1885, ed. 37, p. 4. A tese inaugural dele foi sobre as características e o tratamento da pústula maligna (um tipo de infecção virulenta e séptica transmitida ao ser humano por animais e que pode causar gangrena) e está disponível on-line. Ver Francisco de Paulla Alvellos, *Pustula maligna e seu tratamento*. Tese (Inalural). Bahia: Typographia do Diário, Faculdade de Medicina da Bahia, 1872.

O presidente era Vicente Foggia<sup>308</sup> e contava como delegado especial do Grande Oriente do Brasil (GOB)<sup>309</sup> Augusto Teixeira de Magalhães Leite. O venerável era João Gonzaga de Siqueira, conhecido diretor do Partido Conservador na capital e redator do jornal *Constitucional*. João Gualberto Teixeira, o tesoureiro, era um dos companheiros do venerável tanto na loja e na sociedade maçônica quanto nas fileiras do Partido Conservador. Luiz Marcelino de Camargo era o 1º vigilante, completando a equipe os secretários T. Brandão e Luiz Antonio Pereira de Abreu, sendo o último o principal responsável pelas circulares na imprensa, e os membros Antonio José Pereira e Bernardo de Faria Albernaz, jornalista e membro do Clube Republicano.

Em 1º de janeiro de 1885, na cerimônia de instalação do Centro Libertador da Maçonaria Vilaboense, no Teatro São Joaquim, o hino abolicionista, de autoria de Félix de Bulhões e para o qual José Marques compôs a melodia, surgia pela primeira vez. A terceira estrofe exprimia: “Lava, escravo dessa fronte/ O selo da escravidão/ Já desponta no horizonte/ A aurora da redenção”<sup>310</sup>. Em tese, a Azylo da Razão não permitia a seus membros a posse de escravizados, mas há que se considerar que, dificilmente, pelo status econômico e político deles, a regra tenha sido seguida à risca. Por conta da imagem dos dirigentes, a associação estava constantemente em evidência e a pompa sobre alguns acontecimentos era comum. Assim se dizia sobre um ocorrido envolvendo a morte de um dos membros ilustres da associação:

Quando Maçons da cidade de Goiás receberam cerca de vinte dias depois, a notícia da assinatura da *Lei Áurea*, em 13 de maio de 1888, alegravam-se com a constatação de que para a antiga Vila Boa, aquela lei tornara-se sem efeito. A maçonaria havia libertado todos os seus escravos. Conta-se que os últimos receberam sua liberdade à beira do túmulo de um valente Maçom que muito lutou em prol do ideal abolicionista, tendo sido colocados junto

---

<sup>308</sup> Em um estudo sobre o exercício da medicina no sertão do Brasil, Sônia Maria de Magalhães identifica que Foggia, fugindo da polícia italiana, veio a Goiás com o sonho de enriquecer pelo ouro no início de 1830. Era ele nascido na cidade de Mântua, capital da Lombardia. Não concluiu a faculdade de medicina, mas foi nomeado boticário do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, no centro da capital. Ver Sônia Maria de Magalhães, “Clínica médica no sertão do Brasil”. *Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007*. Disponível em [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413\\_59e469b07a988d662e53cc121be2a237.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413_59e469b07a988d662e53cc121be2a237.pdf) Acesso em outubro de 2022.

<sup>309</sup> Acentuam José Castellani e William Carvalho que o Apostolado e o Grande Oriente do Brasil surgem quando da independência do país. São grupos distintos formados pela maçonaria brasileira, tendo José Bonifácio como líder do Apostolado e Gonçalves Ledo, do Oriente, fundado em 17 de junho de 1822. Em torno da emancipação, Gonçalves Ledo, republicano, pugnava pela quebra das relações com Portugal e a admissão de um regime latino-americano como degrau para se chegar à completa independência. Ver José Castellani e William A. de Carvalho. *História do Grande Oriente do Brasil – A maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras Editora, 2009.

<sup>310</sup> Barbosa Nunes, Loja Maçônica Azilo da Razão 0167. Disponível em <https://www.masonic.com.br/lojas/0167.html> Acesso em maio de 2023.

a seu esquife, os derradeiros grilhões que mantinham cativos na capital deste Estado, nossos irmãos de cor negra<sup>311</sup>.

Pelos jornais repercutia o falecimento de Félix de Bulhões. O *Goyaz* conta a longa passagem do enterro, onde, de fato, algumas libertações são presenciadas. Vários escravizados e abolicionistas assistiam à cena. Os últimos deitavam em discursos ao finado por todas as boas obras assumidas por ele em vida. Quase no fim da cerimônia,

Trazidos então dos bastidores ao palco diversos ex-escravizados, depois de umas palavras patéticas do dr. Leopoldo de Bulhões, foram entregues a Luiz, o alforriado pelo sr. Felipe Baptista na sepultura de Félix de Bulhões, sua carta, à Maria, mulher deste, outra carta, comprada pela Loja Azilo da Razão, bem como aos escravos Pedro, Theodora, Manoel e Anna, conferidas pelos benfazejos ex-senhores Ignacio do Lago, Augusto Alves, Torquato Caiado e venerável João Gonzaga<sup>312</sup>.

Se um apelo à lógica não for capaz de convencer que toda a província (ou a capital tão somente) não somasse apenas seis pessoas em condição de escravidão, é possível recorrer a alguns outros indicativos: sociedades abolicionistas são criadas após aquele ano, e, por sinal, a própria Confederação Abolicionista Félix de Bulhões, fundada por Leopoldo de Bulhões, foi uma homenagem ao irmão e à continuidade de sua luta. As considerações levantadas pela historiadora Renata Francisco, que investigou as sociedades maçônicas envolvidas no abolicionismo paulista, são aplicáveis ao caso. Para ela, a própria literatura produzida pelos membros das organizações, até por volta de 1970 e 1980, superdimensiona o papel das organizações<sup>313</sup>.

Completar pecúlios foi uma das frentes adotadas pela Loja Azilo da Razão, junto ao objetivo de “garantir certa ordem ao processo de liberdade dos escravizados, mantendo um equilíbrio entre escravistas e abolicionistas”<sup>314</sup>. Se bem que, naquela década, como reitera Angela Alonso, o mais observável nas associações era isto, a “crítica moderada à escravidão mais projeto de emancipação gradual”<sup>315</sup>. De tal sorte, mensagens como esta eram vistas com bastante frequência:

---

<sup>311</sup> Barbosa Nunes, Loja Maçônica Azilo da Razão, ... *Grifos da fonte*.

<sup>312</sup> *Goyaz*, ed. 81, 10 de abril de 1887, p. 2.

<sup>313</sup> Renata Ribeiro Francisco, *A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo ...*

<sup>314</sup> Alexandre Coelho dos Santos, “A participação maçônica na abolição da escravidão em Goiás”. *VIII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG*. Desafios e Perspectivas da Universidade Pública para o Pós-Pandemia. 2021. p. 1-10. Disponível em <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-585c52269e506bf94911f70bf437fd8b07f3f87f-arquivo.pdf> Acesso em maio de 2023.

<sup>315</sup> Angela Alonso. “Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, setembro-dezembro de 2011, p. 166-199, p. 175. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/M5yHngkjXzwdQ6GFtTngN/?lang=pt> Acesso em maio de 2023.

A maçonaria, diz o orador, é uma escola, onde se formam e se aperfeiçoam os caracteres, onde se aprende a amar ao trabalho e à liberdade, à pátria e à humanidade, onde se educam os grandes reformadores sociedade [sic].

O programa maçônico resume-se em três palavras sublimes: liberdade, igualdade, fraternidade. [...]

É preciso, para completo triunfo daqueles princípios que os maçons trabalham sem cessar, dia e noite, que unam-se fortemente, formando um só corpo, e combatam a todo transe os exploradores e propagadores dos preconceitos e ignorância populares<sup>316</sup>.

Entre uma libertação aqui e outra ali, o discurso de Augusto Leite, delegado especial, pretendia amplificar a voz da maçonaria na luta abolicionista e também disputar espaço na sociedade. Para cumprir o lema do programa maçônico, a Azylo da Razão logo se aliaria à Confederação Abolicionista Félix de Bulhões, sendo um dos motivos para isso a não ingerência religiosa, principalmente a católica, na entidade<sup>317</sup>. As sociedades militares agregam ao movimento por meio da Sociedade Abolicionista Militar e da Sociedade Abolicionista dos Cadetes e Inferiores da Guarnição de Goyaz. Da primeira são escassos os dados, mas sabe-se que sua instalação se deu em 1º de março de 1885, às sete horas da noite, no prédio de Externato Goiano, um dos locais em que José Marques foi professor de Música. Fizeram parte do momento oficiais da cavalaria e da infantaria ouvindo o pronunciamento do presidente, o tenente Alberto Luiz Cruz.

<b>Sociedade Abolicionista Militar 1885</b>
Ten. Alberto Luiz da Cunha e Cruz (Presidente)
Ten. Joaquim Maria de Sant'Anna
José Ignacio Xavier de Britto

**Quadro 2:** Listagem - Sociedade Abolicionista Militar (1885)  
*Autoria própria, 2023.*

A data fora propositalmente escolhida porque rememorava o fim da Guerra do Paraguai, então remetida pelo oficial como “campanha”. O objetivo era

remir, o mais breve que possível for, os escravizados da província. A classe militar não pode deixar de acompanhar o movimento humanitário, que agita o país.

<sup>316</sup> Goyaz, ed. 79, 24 de março de 1887, p. 1.

<sup>317</sup> Aliás, a atitude do bispo de Goiás, D. Claudio José, em negar as exéquias a Félix de Bulhões com a justificativa de ser ele maçom, foi mais um ponto de conflito. Ver Alexandre C. dos Santos, “A participação maçônica na abolição da escravidão em Goiás” ...

Ela depõe a espada e só emprega as armas que a nova luta exige: a propaganda, a súplica, a indenização em dinheiro, embora esta imponha sacrifícios não pequenos, e o apelo a todas as classes sociais<sup>318</sup>.

A sinalização para a ação imediata ocorria a despeito do esforço governamental para desmobilizar as guarnições. No palco nacional, fugas às centenas, multiplicação de sociedades libertadoras, redes de solidariedade ativadas para reestruturar as sociedades já existentes<sup>319</sup>, abolicionistas discursando nos *meetings*. Um caso emblemático foi encontrado por Maria Augusta Moraes envolvendo a fuga de cerca de 400 pessoas escravizadas em São Paulo. Como a força pública perseguisse os libertandos, o jornal paulista *A Redação* recomendava refúgio nas províncias de Goiás e Mato Grosso<sup>320</sup>. Ante o destaque, o *Goyaz* viu oportunidade de fazer frente à propaganda, transcrevendo a notícia e arrematando: “Que venham. Aqui estarão em paz. Os soldados da Guarnição de Goyaz não prendem negros fugidos”<sup>321</sup>. O conselho não poderia ser inteiramente verdade, mas certamente causou impacto em quem soube da notícia e alimentou a opinião pública em torno do encaminhamento das ações abolicionistas. Como observa o historiador Jacó Souza,

Àquela altura, meados da década de 1880, manter escravos sob dominação irrestrita era uma ação cada vez mais impraticável pelos proprietários. Diversas questões e indivíduos corroboravam para um crescente anseio pelo fim da escravidão, ainda que fosse necessária a utilização de meios e estratégias sem amparo na legislação imperial<sup>322</sup>.

Pouco se arriscava manter estritamente sob os grilhões gente escravizada também porque não podia ser subestimada a capacidade dessa comunidade. O historiador Lucian Silva, por sua vez, sublinhou o “alvorço social” originado pela Lei dos Sexagenários (Lei n. 3270, de 28 de setembro de 1885)<sup>323</sup> na Paraíba, que alimentou ainda mais fugas e algumas prisões diante da possibilidade de liberdade abreviada<sup>324</sup>. É assim que, em Goiás, um dos espaços mais importantes

---

<sup>318</sup> *Goyaz*, ed. 76, 04 de março de 1887, p. 1.

<sup>319</sup> Lucian Souza da Silva elenca o caso de fundação da *Emancipadora Parahybana* (1883), cuja notícia se disseminou pelo Maranhão e Pernambuco e deu fôlego à retomada das ações da *Emancipadora Areiense*, de Paraíba. Na ocasião, José do Patrocínio, na *Gazeta da Tarde*, noticiou sobre o bazar que seria feito pela *Emancipadora Parahybana* com o intuito de angariar fundos. Ver Lucian Souza da Silva. *Esmagando a cabeça da hidra: ...*

<sup>320</sup> Maria Augusta de S. Moraes, “O abolicionismo em Goiás” ..., p. 692.

<sup>321</sup> *Goyaz*, ed. 87, 21 de maio de 1887, p. 1.

<sup>322</sup> Jacó dos Santos Souza. *Outros Sujeitos da Abolição ...*, p. 69.

<sup>323</sup> Também denominada *Lei Saraiva Cotegipe*, a Lei nº 3.270, referente a 28 de setembro de 1885, instituiu a liberdade às pessoas escravizadas acima de 60 anos de idade.

<sup>324</sup> Lucian Silva, *Esmagando a cabeça da hidra ...*

de organização do abolicionismo são as instituições militares, reunindo em torno delas muitos dos abolicionistas de imprensa.

No lançamento da Abolicionista Militar, por estar atarefado com as primeiras versões de *O Publicador Goyano*, José Marques não havia comparecido. Seu nome também não constava na lista de subscritos, pelo menos não naquele início. Na abertura da Sociedade dos Cadetes e Inferiores, ele havia aceitado o convite, porém, talvez por não ter certeza se compareceria, enviava um amigo para representar *O Publicador Goyano* em mais um evento comprometido com a “causa magna”. Luiz Bartholomeu Marques Pitaluga, advogado e magistrado, assumia a palavra agradecendo o “honroso e delicado convite” de um dos sócios e reconhecia “que o jornal que representa, muito tem se esforçado pela causa santa dos escravizados”<sup>325</sup>. Depois de saudar a mocidade e as grandes ideias que a acompanhavam, apelava o orador aos princípios de “moral e justiça” para “expurgar” a escravidão, “lepra” da cidade.

<b>Sociedade Abolicionista dos Cadetes e Inferiores da Guarnição de Goyaz 1887</b>
Cad. e cap. João Seixo de Brito (Presidente)
Sgto. Narciso Antonio Bizarro (Vice-presidente)
Dr. Luiz B. Marques Pitaluga (Advogado)
Rvmo. D. Claudio José
Dr. Ramiro Pereira de Abreu
Cap. João Gonzaga de Siqueira
Antonio Félix de Bulhões
Dr. José Leopoldo de Bulhões
Jacome M. Baggi d'Araújo
Alf. Saturnino Antonio d'Azevedo
Alf. Manoel Bailão Maya
Alf. Ignacio da Silva Brandão
Ten. Luiz de Macedo
Ten. Antonio José Lopes
Cap. Agostinho da Fontoura
Alf. Luiz F. da Costa
João Alves de Castro
Antonio Perillo

<sup>325</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 107, 12 de março de 1887, p. 1.

Alf. José Joaquim Cintra
José do Patrocínio Marques Tocantins

**Quadro 3:** Listagem - Sociedade Abolicionista dos Cadetes e Inferiores da Guarnição de Goyaz (1887)  
*Autoria própria, 2023.*

Compareciam à seção o doutor Ramiro Pereira de Abreu, chefe de polícia do caso Amaro, João Gonzaga de Siqueira, da Azylo da Razão, que era também capitão, Leopoldo de Bulhões, Jacome Martins Baggi de Araújo, ex-desembargador do antigo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, os alferes Saturnino Antonio de Azeredo e Manoel Bailão, conhecidos dos círculos literários, o capitão Agostinho da Fontoura, o capitão José Joaquim Cintra e mais uns tantos. Os destacados dirigentes já haviam subido a tribuna para se manifestar quando, atrasado, chegou José Marques. O presidente efetivo, João Seixo de Britto, defendeu a “santa cruzada” sem armas nas mãos para civilizar e fazer progredir o país e o sargento Narcizo Bizarro, vice-presidente, incitava a combater a escravidão que se encastelava “no forte baluarte oficial”. Antes de assinar o nome na ata, José Marques faria a última exposição da noite. A recordação à virtude como dom dado por Deus às almas grandes já insinuava que a retórica teria um ar religioso. Importava não o que o ser humano era, mas no que poderia se tornar. Todos poderiam beneficiar a sociedade, pois partilhavam os mesmos sentimentos e inteligência. Dizia ele: “A virtude é um dote divino que nos engrandece realmente entre os nossos semelhantes, um presente de Deus que encontramos em todas as classes da sociedade – desde o indígena ignorante que habita as selvas até o homem social das cortes civilizadas”<sup>326</sup>.

O bem à sociedade fariam aqueles que se preparavam para serem generais por seu “coração magnânimo”. O redator incitava os mancebos, “esperança futura de uma classe”, a destinarem uma pequena parte dos seus soldos para a libertação dos cativos, “agrilhados pelo direito brutal da força – que elevou uma tirania à altura de instituição legal”<sup>327</sup>. Os escravizados, vertendo lágrimas do açoite, esperavam com ânsia o auxílio dos irmãos militares, “em nome do direito que iguala a humanidade e em nome do CRISTO!”<sup>328</sup>. Livres ou não, a estratégia era reafirmar a semelhança e humanidade de todos com base nas escrituras e exemplo cristãos. A sacada vinha de pouco antes.

<sup>326</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 107, 12 de março de 1887, p. 1.

<sup>327</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 107, 12 de março de 1887, p. 1.

<sup>328</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 107, 12 de março de 1887, p. 1. *Grifo da fonte.*

A seção *Folhetim* de *O Publicador Goiano* trazia com alguma constância artigos convidando à reflexão sobre sermões religiosos, o papel da Igreja na sociedade e sua relação com o Estado. Não restavam dúvidas da centralidade da crença cristã e o lema “Deus e Liberdade” foi apropriado como inspiração de parte dos abolicionistas. *O Publicador Goiano*, analisando um artigo publicado em *O Paiz*, dá conta exatamente dessas articulações e ganhava fôlego para mais uma empreitada abolicionista:

Uma das mais brilhantes produções jornalísticas saídas da pena do ilustre redator-chefe d’*O Paiz*, é com certeza o artigo que sob a epígrafe – Em nome do Cristo – ocupa toda a seção editorial daquela folha [...].

Depois de fazer uma síntese completa dos princípios constitucionais da moral divina [...], por uma série de reflexões todas baseadas sobre o mais sublime daqueles princípios, a do amor ao próximo, apresenta uma ideia sumariamente filantrópica qual a da abertura de uma subscrição permanente com fim de angariar liberdade aos infelizes escravos, e que deve encerrar-se somente no dia em que o último daqueles desgraçados veja-se livre de tão hediondo estado.

É mais um tentamen entre os múltiplos e variados que tem surgido com o único fim de derrubar a negra instituição da escravidão em que solenizava-se o aniversário natalício do grão apóstolo da liberdade, do Redentor universal<sup>329</sup>.

A ação saudada era a de Quintino Bocaiuva, que, na direção de *O Paiz*, fazia reverberar na imprensa mais uma contribuição à luta antiescravista. Os editoriais escritos pelo conhecido republicano eram acompanhados de perto por José Marques. Do “valioso donativo do rico” à “pequena oferta do pobre”, o povo fluminense atendia prontamente ao pedido do jornalista e só aumentavam os nomes de quem se inscrevia para contribuir. De posse dos detalhes de planejamento da subscrição, outro ponto alegrava qualquer goiano que lesse aquelas páginas: a boa recepção, pelos jornais abolicionistas do Rio, da decisão do centro libertador goiano em multiplicar o mais rápido possível as libertações. A análise se encerrava declarando a importância de multiplicar, em Goiás, as conferências públicas para instruir o povo sobre as implicações da substituição do modelo de trabalho escravo<sup>330</sup>.

Com os ventos se mostrando favoráveis à Sociedade Abolicionista Servos de Cristo, ela surgiu em pleno fim de março de 1887. O bispo diocesano de Goiás, dom Cláudio José, mais do que aplaudia a iniciativa, pois ele mesmo já compunha uma das frentes pela Sociedade dos Cadetes e Inferiores.

---

<sup>329</sup> *O Publicador Goiano*, ed. 102, 05 de fevereiro de 1887, p. 1.

<sup>330</sup> *O Publicador Goiano*, ed. 102, 05 de fevereiro de 1887, p. 1-2.

<b>Sociedade Abolicionista Servos de Christo 1887</b>
José do Patrocinio Marques Tocantins (Presidente)
Dr. Paulo Francisco Póvoa (Advogado)
Dr. Luiz Bartholomeu Marques Pitaluga
Saturnino Antonio de Azeredo
Alf. Pedro Nolasco A. Ferreira
Ten. Cel. Francisco de Assis Guimarães

**Quadro 4:** Listagem – Sociedade Abolicionista Servos de Christo (1887)  
*Autoria própria, 2023.*

José Marques usava métodos semelhantes aos citados por Bocaiuva, como a admissão de contribuintes de qualquer classe social. Na verdade, seria difícil manter a empreitada se não fosse arrancando algum vintém dos senhores. Nem *O Publicador Goyano* teve suas colunas fechadas a essa gente, tanto que o abolicionista que escrevia na coluna fixa de *Colaboração*, o capitão Floriano Florambel, possuía escravizados. Nessa negociação, muito possivelmente a permanência dele como redator trazia, além de contatos, retorno financeiro. Além dos auxílios indispensáveis dos advogados Paulo Francisco Póvoa e Bartholomeu Pitaluga, participaram, com doações mensais, o tenente coronel Francisco de Assis Guimarães, com 4\$000, e os alferes Pedro Nolasco Ferreira e Saturnino Antonio de Azeredo, esse também da Sociedade dos Cadetes e Inferiores, com 2\$000 cada um<sup>331</sup>. A disposição foi pauta do *Diário de Notícias* na seção sobre Goiás. Pormenores do andamento dos trabalhos também estavam presentes:

O Sr. Antonio Ferreira dos Santos Azeredo participou à redação do *Publicador Goyano*, que na *rua das Violas* não há mais escravos, sendo a primeira rua que se liberta...

\*

*O Publicador Goyano* entrou no seu 3º ano de publicação. Grandes e valiosos serviços tem este jornal prestado à causa pública. Ultimamente cabe-lhe a glória de ter iniciado a propaganda abolicionista na província. O apelo do *Publicador*, abrindo uma subscrição popular no seu escritório, foi bem correspondido.

\*

Publicou-se no dia 1º o 1º número da *Phenix*, órgão literário e noticioso, sob a redação do Sr. Raphael Torres. Traz este número um apelo às moças goianas para libertação dos cativos, assinado pelos Srs. Theodorico Florambel, Luiz Guedes e Antonio Marques.

\*

<sup>331</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 114, 30 de abril de 1887, p. 1.

Sob a presidência do Sr. José do Patrocínio Marques Tocantins, efetuou-se no escritório do *Publicador Goyano*, a fundação da sociedade abolicionista *Servos de Christo*<sup>332</sup>.

Aquela declaração vinha trazendo consigo um reconhecimento: José Marques tinha uma tendência abolicionista e um posicionamento político pioneiros na sociedade goiana. Por meio da imprensa, o veículo certo, a propaganda alcançava todos os cantos e mostrava os resultados da aplicação permanente dos princípios de humanidade e justiça que acompanhavam os abolicionistas. Mais jornais prometiam serem veículos coirmãdos na defesa da legitimidade do movimento que ganhava cada vez mais as ruas e os populares. No último editorial de abril, o apelo inicial “em nome de Cristo” começava a demonstrar efeito. Chegava da cidade de Porto Imperial uma carta do escrevente Luiz Leite Ribeiro, assinante a rogo da senhora Aurora Estella Pinto de Cerqueira, iletrada. Lá se informava a libertação por “bons serviços” à Marcellina, escravizada, dali a cinco anos<sup>333</sup>. Como se pode notar, nem mesmo o clima de fim anunciado do regime escravocrata coibia a prática de alforria condicionada.

Enquanto isso, *O Publicador Goyano* continuava a denunciar as violações de direitos dos escravizados, libertos ou livres e a atuação abolicionista de José do Patrocínio também era acompanhada com atenção e elogios entusiasmados. O carioca, que havia perdido a mãe, Justina Maria do Espírito Santo, e recebera os pêsames de José Marques<sup>334</sup>, vivia um momento importante, pois tinha sido eleito vereador pela cidade do Rio de Janeiro em 1886. Naquela ocasião, o processo de candidatura e a apreensão tomando conta da rua do Ouvidor para saber o resultado marcaram lugar nas páginas de *O Publicador Goyano*. Eleito o “insígne abolicionista”, o estilo popular do moço, andando pelas ruas e “saudando as redações dos jornais, por cujas oficinas passava”<sup>335</sup>, era, mesmo depois de tudo, um traço absolutamente desejável para qualquer um que carregasse com orgulho seus ideais.

---

<sup>332</sup> *Diário de Notícias*, 1887, ed. 659, p. 2. *Grifos da fonte, apud* Ana Paula Oliveira Lima, *Imprensa abolicionista e resistência negra em Goiás ...*, p. 58. Esta edição, encontrada anteriormente (na escrita da monografia) digitalizada na Hemeroteca da BNDigital, não foi mais encontrada no conjunto durante esta pesquisa de mestrado. Seria interessante saber quem era o redator-chefe do *Diário de Notícias* naquele momento, porém, mesmo fazendo um cruzamento de dados de edições das duas folhas, não cheguei a essa resposta. O nome de Rui Barbosa aparece na função, mas só anos depois, em março de 1889.

<sup>333</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 114, 30 de abril de 1887, p. 1.

<sup>334</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 29, 13 de setembro de 1885, p. 1.

<sup>335</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 75, 31 de julho de 1886, p. 1.

E como a obra tinha que continuar, naquele mesmo mês, a Sociedade Abolicionista Popular João Clapp, homenageando o presidente da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, apresentava seu programa. Era uma “sociedade abolicionista dos libertos e escravizados”<sup>336</sup>, como evocou o *Goyaz*. No salão da escola pública da freguesia de Sant’Anna, na capital, a fundação contava, da mesma forma que as demais instituições emancipadoras, com a presença de vários abolicionistas. Um aspecto interessante é que, embora a diretoria fosse descrita como provisória, havia consideravelmente mais informações sobre a composição interna do que foi possível encontrar para algumas das instituições que surgiam ali lado a lado.

<b>Sociedade Abolicionista Popular João Clapp 1887</b>
Cap. Agostinho da Fontoura (Presidente)
José Joaquim Cintra (Vice-presidente e Secretário)
Joaquim Bernardino (2º Secretário)
Bernardo de Faria Albernaz (Tesoureiro)
José Joaquim de Souza (Advogado)
Ignácio Jardim (Procurador)
Miguel da Conceição (Procurador)
Antonio Augusto Ribeiro da Fontoura
José Francisco Gomes
Maximiano Marques Pitaluga
André Januário Bastos
João Moreira Machado
Antonio Lisboa dos Santos
Luiz Bonifácio de Siqueira
Israel Alves de Oliveira
Theodósio F. do Nascimento
Manoel Pinto
Joaquim de Souza Oliveira
Bruno Baptista de Alencastre
Simphronio de Tal
Januário Rodrigues de Moraes
Simião Estéllita de S. Anna
Felippe Marques Fogaça
Clarimundo Gomes Veríssimo

<sup>336</sup> *Goyaz*, ed. 80, 02 de abril de 1887, p. 3.

Manoel Lúcio de Azevêdo
Benedicto de Faria
Miguel José da Conceição
Serafim da Cunha Bastos
João Gomes da Costa
Manoel dos Reis
Veridiano do Sacramento
José da Luz
Venâncio Xavier Brandão
Benedicto Pio
José Calisto (Calisio?)
Apyrgio Nelson

**Quadro 5:** Listagem - Sociedade Abolicionista Popular João Clapp (1887)  
*Autoria própria, 2023.*

A execução dos trabalhos ficou assim: o capitão Agostinho Ribeiro da Fontoura, também colaborando na Sociedade dos Cadetes e Inferiores, estava comprometido com a diretoria; José Joaquim Cintra, mais um inserido nos dois espaços, era vice-presidente e secretário; Joaquim Bernardino, outro secretário; Bernardo de Faria Albernaz, da Azylo da Razão, na tesouraria; José Joaquim de Souza, advogado; Ignacio Jardim e Miguel da Conceição como procuradores<sup>337</sup>.

Com vários sócios dispostos a contribuir<sup>338</sup>, a noite rendia 14\$000. A ornamentação anunciava a solenidade e a diretoria estava composta ao lado da tribuna, de onde se viam alguns símbolos. Numa das paredes, a efígie do Imperador junto às fotografias do visconde do Rio Branco e de José Bonifácio. Ali também, edições do *Goyaz*, *O Publicador Goyano* e *Phenix*, esse, recém-surgida publicação que simpatizava com o abolicionismo, redigida pelo republicano Raphael Torres, ator, comediógrafo e professor de latim do Liceu. A União Goyana dava o tom da cena, só parando para os discursos dos oradores. Agostinho Fontoura começava, alimentando em sua exposição a necessidade imediata do fim do trabalho escravo. Dizia ele que a emancipação seria um problema resolvido pelo povo o mais depressa e considerava arriscar uma análise sobre as consequências de três séculos de “privilégio do trabalho forçado e gratuito”:

<sup>337</sup> *Goyaz*, ed. 80, 02 de abril de 1887, p. 3.

<sup>338</sup> Sócios fundadores listados no *Goyaz*, ed. 80, 02 de abril de 1887, p. 3.

É a escravidão que faz o rico desprezar o trabalhador livre e não dar-lhe emprego. Em vez de assalariar homens livres, os lavradores de grandes posses compram escravos e assim obrigam aqueles a se entregarem à ociosidade nas cidades ou a se agregarem às terras alheias, nos campos.

Nas cidades, os escravos alugados a terceiros por seus senhores ainda vêm abrir concorrência aos homens livres e impedi-los de se empregarem em serviços domésticos.

Acabada, porém, a escravidão, os filhos do povo terão ocupação, serão bem remunerados, e não viverão como hoje, mendigando os restos dos banquetes dos ricos e poderosos.

Terras não lhes faltarão, nem instrumentos de trabalho e nem capitais. Com a escravidão baqueará a grande propriedade; os agregados das fazendas se converterão em pequenos proprietários.

Os libertos devem se preparar para esta revolução, habilitando-se e instruindo-se. A liberdade não é a vadiagem, a vagabundagem, a ociosidade e a miséria; não, a liberdade impõe deveres mais rigorosos do que o cativo. O homem livre é escravo de suas obrigações, ama o trabalho, o procura e vive dele<sup>339</sup>.

O capitão, tratando como polos distintos o trabalho escravo e o trabalho livre, resumia o estado das coisas culpando a escravidão, e, com ela, as pessoas em condição de mercadoria, por impedirem o progresso da sociedade e a inserção dos homens livres na ordem social. Sem deixar explícito o que entendia por “filhos do povo”, mas, possivelmente, sendo esses os homens livres, brasileiros ou imigrantes, cabia aos libertandos buscarem a participação na “revolução” que estava acontecendo. Sem entrar no mérito das relações entre senhores e escravizados, inclusive nas amarras colocadas pelo estabelecimento do aluguel dos últimos, – problema que o caso Amaro, no Capítulo I, ilustra em alguma medida –, Agostinho Fontoura segue apontando a indispensabilidade da pequena propriedade como um direito. Afora o presidente da Sociedade João Clapp relacionar trabalho ao trabalho livre, ou ao homem livre, importa assinalar que foi pelo trabalho (e mais alguns conflitos e negociações, sem dúvida), que homens libertos e escravizados viram a possibilidade de comprar seus próprios terrenos e aumentar suas opções na vida<sup>340</sup>.

---

<sup>339</sup> *Goyaz*, ed. 80, 02 de abril de 1887, p. 3.

<sup>340</sup> Essa argumentação está embasada em três solicitações do tipo que encontrei. Em ordem cronológica, a primeira é de 28 de julho de 1870 e trata da concessão de um terreno a Ignacio, escravizado. Quem remetia o pedido era o advogado Paulo Francisco Póvoa (o mesmo do caso Faustino), representando, segundo a narrativa, a senhora Anna Francisca de Souza. Como o marido falecido dela, Ignacio Baptista Pitaluga, tivesse concedido o terreno e a solicitação sumido na câmara municipal, novamente se pedia a resolução favorável o mais breve possível. O advogado finalizava: “Para Vossas Senhorias se dignem precedidas as formalidades de estilo, deferir na forma requerida, mencionando-se na provisão que a licença é concedida à suplicante para o dito seu escravo edificar apropriadamente como pretende”. Em outro caso, datando de 28 de dezembro de 1874, a senhora Maria Francisca da Pereira Jardim concede licença a Ignacio de Loyola Jardim, escravizado, para solicitar à câmara municipal a compra de um terreno para ele “edificar uma casa no lugar que julgar conveniente”. No derradeiro processo, mais de dez anos depois, em 3 de abril de 1888, o liberto Pedro do Nascimento Ávila se dirigia ao parlamento municipal por intermédio de Benedicto de Britto Nunes,

O próximo a pisar na tribuna foi Leopoldo de Bulhões, reconhecendo particularmente o apoio do clero de Goiás à causa, e, por fim, Francelino Ferreira, representando a Sociedade dos Cadetes e Inferiores, brevemente saudando com “entusiasmo” a reunião e proferindo “avante! avante!”. Ainda que sem discursar, na plateia também estava Aristides Costa, da redação do *Phenix*. Diversas, as sociedades emancipadoras concentravam alguns grupos sociais em suas fileiras e vetavam mais a outros. Isso porque, conforme observou Angela Alonso, não eram aqueles espaços isentos de toda e qualquer hierarquia<sup>341</sup>. Na Sociedade Abolicionista Preparatoriana, por exemplo, a participação de mulheres era mais efetiva, o que não é tão observado nas associações anteriores. Ainda assim, ficavam restritas a elas as doações e a preparação das quermesses, mesmo os salões compondo o espaço público e sugerindo algum avanço na perspectiva de integração do sexo feminino.

<b>Sociedade Abolicionista Preparatoriana 1887</b>
Emilio Francisco Póvoa (Presidente)
João Cancio Póvoa
Olympia Francisca Póvoa
Victoriana Alves de Castro
Manoel Alves de Castro Júnior

**Quadro 6:** Listagem – Sociedade Abolicionista Preparatoriana (1887)  
*Autoria própria, 2023.*

Em setembro de 1887, “cidadãos de todas as classes”, senhoras distintas e redatores de diversos jornais tomavam parte na sessão magna da Sociedade Abolicionista Preparatoriana, agremiação formada por estudantes do Liceu. O evento ocorria, tempos depois, no mesmo mês em que a Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre havia sido promulgada e ali estava um justo motivo para comemorar. Na audiência, João Cancio Póvoa, presidente e 1º orador; Antonio Perillo no papel de 2º orador; o alferes Luiz Francisco da Costa, em nome da Sociedade Abolicionista Militar; Odorico Florambel, representando a Sociedade dos Cadetes e Inferiores; Agostinho da Fontoura,

---

possivelmente um advogado, para aforar o terreno que havia sido do falecido Joaquim Lemes Borges. Pedro tinha como fiador o major André Ferreira Rios. *Requerimentos à Câmara de Goyaz*. Documentos avulsos. Acervo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi.

<sup>341</sup> Angela Alonso, “Associativismo avant la lettre” ...

pela Sociedade João Clapp; José Cintra, colaborando pelo *Phenix*; Bernardo de Faria Albernaz, da redação do *Goyaz*; José Marques, conhecido pelas aulas no Liceu, por *O Publicador Goyano*; o estudante M. Alves de Castro Filho e o sargento Narciso Bizarro. A animação era coroada pela música da Banda do 20º Batalhão. Poucos dias antes da sessão, algumas pessoas escravizadas foram libertas pelos esforços do grupo, o que levou todos às ruas com agradecimentos, gritos de “viva!” e discursos em defesa do ato<sup>342</sup>.

Nem sempre as saídas para as ruas eram tão festivas. Numa dessas, conta Thiago Sant’Anna, ficou escancarado o descompasso entre a forma de abolicionismo pretendida e incentivada pelo presidente da província e as manifestações ocorrendo no dia a dia, de acordo com as articulações dos dirigentes abolicionistas<sup>343</sup>. Na reunião de inauguração da Preparatoriana, antes da sessão magna de setembro, o inspetor geral da instrução pública e diretor do Liceu, João Bonifácio Gomes de Siqueira, se demitia, antes do próprio governo fazer isso, porque permitiu à associação fazer uso de uma das salas da instituição para fins de traçar estratégias. Mesmo sem ele se considerar abolicionista, o ato fora visto como “subversivo”. Em resposta, parte dos discentes e docentes do Liceu entram em protesto pelas ruas e vão parar no Palácio Conde dos Arcos, onde ficava o presidente da província, afirmando a legitimidade do movimento e da atitude do diretor, além de prestar reverência ao abolicionista Joaquim Nabuco<sup>344</sup>. Segundo Maria Augusta Moraes, um dos discursos foi de Joaquim Xavier Guimarães Natal, um dos mais simbólicos representantes do Partido Republicano<sup>345</sup>. Entre a juventude, um destaque da Preparatoriana era Emílio Francisco Póvoa. Ele assumiria depois a presidência da agremiação, com João Póvoa, enquanto colaborava com *O Publicador Goyano* na parte de traduções.

Na sessão de setembro, José Marques era um dos tribunos. *O Publicador Goyano* prometia transcrever o discurso daquela noite posteriormente, o que não foi feito. Isso talvez porque o episódio ainda rendia alterações e ele estaria envolvido. Infelizmente, parte das edições posteriores está ilegível, mas um dos artigos dá pistas de que o uso de “linguagem inconveniente” contra as “autoridades constituídas” era o motivo de toda a recriminação das reuniões abolicionistas

---

<sup>342</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 136, 1º de outubro de 1887, p. 2. Infelizmente, a transcrição completa encontra-se impossibilitada pelo estado quase absolutamente deteriorado da edição.

<sup>343</sup> Thiago F. Sant’Anna, *Mulheres Goianas em Ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005, p. 50-51.

<sup>344</sup> Thiago F. Sant’Anna, *Mulheres Goianas em Ação: ...*, p. 51.

<sup>345</sup> Maria Augusta Moraes, *História de uma oligarquia: ...*

no Liceu. Para preservar o espaço de debate escolar, José Marques respondia sobre o modo de agir do inspetor: “Ninguém dirá que um administrador, conhecendo a nobreza e elevada missão que tem a desempenhar, consentisse na continuação de fatos que exprimem o desrespeito às leis, cotidianamente praticados em um estabelecimento público”<sup>346</sup>. Se os discursantes eram os mesmos que transitavam por outras associações, o redator argumentava que não havia por que temer mal nenhum. Se a vigilância em torno da Preparatoriana continuava ou não, o fato é que só essa tentativa de controle não foi suficiente para barrar os encontros dos grupos.

Num curto giro pelo que se passava na Corte àquela altura, dava para saber que José do Patrocínio, o “grande trabalhador do abolicionismo”, lançava a *Cidade do Rio* e “uma nova campanha pela causa a que tem dedicado todo o seu enorme coração e todo o seu magnífico talento”<sup>347</sup>. O trecho escolhido para ser publicizado em *O Publicador Goyano* era do jornal *A Semana*. Nele, a lembrança de um outro abolicionista negro emergia guiando a escolha do carioca. “Na sala da redação [do *Cidade do Rio*] figurará um grande e belo retrato do saudosíssimo chefe da imprensa abolicionista – Ferreira de Menezes”. Em seguida, o trabalho também recente em que se lançava o carioca:

‘Patrocínio está organizando uma exposição permanente do estado da escravidão no Brasil, espécie de << Museu da Escravidão >>, que figura em uma [ilegível] salas da casa, em que os estrangeiros poderão avaliar [ilegível] moral e do progresso [ilegível] país, pela coleção de *trancos, viramundos, anjinhos, bacalhaus* e mais instrumentos de tortura, arrancados pelo abolicionismo, especialmente por Carlos de Lacerda em Campos, aos escravos que resgataram do cativoiro’<sup>348</sup>.

A sensibilização da opinião pública brasileira e estrangeira aos horrores da escravidão estava em pauta para derrubar de vez o regime escravista. Quanto mais prolongado, mais intensas seriam as chagas sobre aqueles e aquelas a quem os instrumentos de tortura se destinavam. A diligência de formar um museu para alcançar consciências e a participação em múltiplas instituições emancipadoras para viabilizar as alforrias sintonizavam ainda os princípios da “mobilização societária que induziu mudanças políticas” pós-Gabinete Dantas, como sinalizou Angela Alonso sobre as características do ativismo do período<sup>349</sup>.

---

<sup>346</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 142, 12 de novembro de 1887, p. 4.

<sup>347</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 137, 08 de outubro de 1887, p. 2.

<sup>348</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 137, 08 de outubro de 1887, p. 2. *Grifos da fonte*.

<sup>349</sup> Angela Alonso, “Associativismo *avant la lettre*” ..., p. 190.

Quando as sociedades abolicionistas em Goiás se reuniram no fim de abril de 1887 para formar a Confederação Abolicionista Félix de Bulhões, estava em voga o plano de libertação rua a rua<sup>350</sup>.

<b>Confederação Abolicionista Félix de Bulhões 1887</b>
Luiz Silvério Alves Cruz (Presidente pós-1885)
José Leopoldo de Bulhões (Presidente)
Alf. Manoel Baylão Maya (Secretário)
Preciliana Florambel
Adelina Florambel
Maria Eliza Rodrigues Jardim
João Teixeira Álvares
João Cancio Póvoa
Manoel Alves de Castro Filho
Luiz Guedes d'Amorim
Rosa de Camargo Brito
Maria T. de Carvalho
Antonio Luiz de Castro
Raphael Torres
Josephina Bulhões Baggi de Araújo
Anna Violante Póvoa
Anna Catharina Santarém Fogaça
Thereza de Alencastro Caiado
Victoriana Alves de Castro
Eliza de Moraes Jardim
Maria de Faria Albernaz
Olympia Francisca Póvoa
Julia de Faria Albernaz
Anna G. Leal
Cecília de Sousa
Maria Nazareth de Bulhões Jardim

<sup>350</sup> As sociedades ou os particulares tomavam para a si a missão de encerrar o cativeiro nas casas onde ele ainda existisse. O plano imediatamente anterior ao advento da *Confederação Abolicionista* era este: “1. As sociedades militares libertarão a rua do Carmo (a dos cadetes e inferiores e a dos oficiais reunidas); 2. A loja maçônica Azilo da Razão libertará a rua da Relação; 3. Os frades – o largo do Rosário; 4. A sociedade comercial – a rua Direita; 5. O centro abolicionista – a rua das Flores; 6. Os servos de Christo – o largo do Chafariz, Moreira e Nova do Presidente; 7. S. Ex. Revm<sup>o</sup> e S. Ex. o Sr. Dr. Luiz Silvério – tomarão a si a libertação do pátio da Sé”. *O Publicador Goyano*, ed. 107, 12 de março de 1887, p. 1.

Angela de Bulhões Natal
Sebastião Fleury
Antonio Martins de Araújo
Benjamim Serradourada
Francisco Domingues
Joaquim Marques
José do Patrocinio Marques Tocantins
Josephina Fleury
Amélia de Brito
Anna Roiz Jardim
Luiza Cruz
Antonio Mendes Machado
Luiza X. de Sant'Anna
Barbara de Sant'Anna
Maria Xavier
Maria Cyriaca Ferreira
Luiza Gouvea
Antonia de Bulhões
Rita de Bulhões
Virginia Abrantes
Thereza de Barros
Antonia B. de Alencastro
Luiza da Silveira Pinto
Josepha da Silveira Pinto
Luiza Joaquina da Silva Marques
Anna Joaquina Marques
Lidia Catharina Fontoura
Francisco Leopoldo Roiz Jardim
Selvina Ermelinda X. de Brito
Benedicto de Azevedo
Luiza Renovato (Renovaio?) dos Santos
Ermelinda C. de Paiva Machado
Benedita Gonzaga
Maria Nunes de Campos
Mariquinha Leal
Generoza Serradourada
D. Yayá

**Quadro 7:** Listagem – Confederação Abolicionista Félix de Bulhões (1887)  
*Autoria própria, 2023.*

O objetivo era, pelo que descreve Maria Augusta Moraes, extinguir o cativo e integrar social, econômica e politicamente os negros<sup>351</sup>, sendo a tal tarefa passo decisivo da “reconstrução nacional”, como foi explicitado na imprensa pelo presidente da Confederação Abolicionista, Leopoldo de Bulhões:

aboliconismo destrói, mas para reconstruir sobre bases sólidas e estáveis o edifício social.

O aboliconismo não se limita a libertar o trabalhador escravo da tirania senhorial, vai além, quer emancipá-lo também do domínio da ignorância e dos preconceitos, em que a escravidão o lançou: o aboliconismo procura *converter o escravo em operário e o operário em cidadão*.

É o principal escopo do aboliconismo: regenerar, nobilitar o trabalho, desonrado e aviltado pelo cativo<sup>352</sup>.

Não sei até que ponto José Marques concordava com o programa da Confederação Abolicionista, mas, se algo estava em seu horizonte e o fez agir, foi o entendimento de que instrução e trabalho eram formas de incluir pessoas libertas e torná-las aptas na busca por efetivar a cidadania. Foi antes daquelas palavras proferidas no Theatro São Joaquim que José Marques exerceu importante papel na instrução pública. Sua responsabilidade foi elaborar, por ordem do presidente da província, um plano de ensino de música no Liceu em 1882, ano em que foi reestabelecida a cadeira de Música e ele, reempossado<sup>353</sup>. É mantendo o compromisso como professor, tanto do Liceu quanto do Externato Goiano, que ele assumia a direção da Filarmonica. Nos concertos da Confederação Abolicionista, no palco do teatro por onde artistas representavam seus papéis e peças, eis que a banda surgia sob longos aplausos.

Foram poucos festivais, cerca de quatro, e em pelo menos uma dessas vezes, esteve junto ao maestro a também jovem maestra Josephina de Bulhões Baggi e Araújo. Moça da elite, ela havia sido aluna de José Marques quando ele ainda era mestre de música e ensinava as filhas das famílias notáveis em suas residências. Hábito comum naquele período, os saraus eram momentos de apreciação do aprendizado das moças e de encontro cultural. A casa de José Marques e Anna Francisca Xavier de Barros Tocantins se converteu em um dos principais locais de influência

---

<sup>351</sup> Maria Augusta Moraes, *História de uma oligarquia: ...*

<sup>352</sup> *Goyaz*, ed. 85, 06 de maio de 1887, p. 2. *Grifo meu*.

<sup>353</sup> Segundo a resolução provincial de 26 de dezembro de 1881. *Correio Oficial de Goyaz*, ed. 29, 22 de julho de 1882, p. 1.

cultural da cidade, congregando, além de uma ampla gama de músicos e músicas, figuras como o escultor e artista Veiga Valle, que morava próximo<sup>354</sup>. Josephina Bulhões também promovia recitais e saraus no solar dos Bulhões e no palácio presidencial junto ao seu ex-professor. Em colaboração com a Confederação Abolicionista, ela estruturou um programa de recital para o festival de agosto de 1887 que seguiu assim:

Às sete horas da noite, no Theatro S. Joaquim, Concerto Musical organizado e dirigido pela Exma. Sra. Josephina Bulhões Baggi de Araújo, e para o qual muito concorreu também a Exma. Sra. Maria Nazareth de Bulhões Jardim, que ofereceu e fez transportar para o Theatro o seu magnífico piano Pleyel.

Constava o seu programa a que damos publicidade:

– do duetto – Orfana e solo *Nel materno tetto* – “Fosca” de Carlos Gomes – pelas Exmas. Sras. Victoriana Alves de Castro e Angela de Bulhões Natal, acompanhada a piano por esta;

– da melodia – *Pace, pace mio Dio* – “Forza del destino”, de Verdi, cantada pela Exma. Sra. Elisa Amália de Moraes Jardim, acompanhada a piano pela Exma. Sra. D. Maria Nazareth de Bulhões Jardim;

– da *Serenata de Schubert*, cantada pela Exma. Sra. Da. Olympia Francisca Póvoa, acompanhada a piano pela Exma. Sra. D. Josephina de Bulhões Baggi de Araújo, e a rabeça e flauta pelos Srs. Antonio Martins de Araújo e Benjamim Serradourada;

– da Melodia *Papelle foi*, de Jorge Rupés, cantada e acompanhada a piano pela jovem Julia de Faria Albernaz;

– do romance – *Helás* – cantado pela Exma. Sra. Victoriana Alves de Castro, acompanhada a piano pela Exma. Sra. D. Cecília de Souza.

– da *Serenata de Gounod*, poesia de Victor Hugo, cantada pela Exma. Sra. D. Maria de Albernaz, acompanhada a piano pela Exma. Sra. D. Josephina Baggi de Araújo;

– do grande *Capricho* – do “Fausto” de Gounod, executado pela Exma. Sra. D. Cecília de Souza;

– do duetto – *lo che tentai ma in vano* (Ruy Blas, Marchetti), cantado pelas Exmas. Sras. Ds. Angela de Bulhões Natal e Elisa de Moraes Jardim, acompanhada a piano por aquela;

– da cavatina *Roberto, o tu che adoro* (Roberto il diavolo de Meyerbeer) cantada pela Exma. Sra. D. Ana Violante Póvoa, acompanhada a piano, rabeça e flauta;

– da *Serenata – Legenda Vallaca* (Braga), cantada pela Exma. Sra. D. Angela de Bulhões Natal, acompanhada a piano, rabeça e flauta;

– da Romanza, *Non tornó* – (Tito Mattei), cantada pela jovem Julia de Faria Albernaz, acompanhada a piano pela Exma. Sra. D. Josephina Bulhões Baggi de Araújo;

---

<sup>354</sup> A musicóloga Maria Augusta Rodrigues dá indícios de uma atuação mais organizada do que parece nesse sentido. Ainda que haja poucas informações, é sabido que José Marques, em parceria com Antonio Martins de Araújo, João Basílio Serradourada, Luiz e Francisco Martins de Araújo, além de Luiz Godinho, formam o *Club Bellini*. Com cordas e flautas, a intenção talvez fosse, pelo que deduz a pesquisadora, se aproximar da tendência da música de câmara, presente na Corte, caracterizada por uma montagem instrumental com menor número de músicos do que é tradicionalmente necessário em uma orquestra. A adaptação dava a forma das récitas residenciais e em outros espaços sociais. No *Club* também haviam aulas, incluso para as mulheres. Ver Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*, p. 66.

– do quinteto – *Qual mesto gemito* (Semíramis – Rossini) cantado pelas Exmas. Sras. Ds. Angela de Bulhões Natal, Elisa de Moraes Jardim, Josephina de Bulhões Baggi de Araújo, Júlia de Faria Albernaz e pelo Sr. Francisco Domingues e acompanhado a piano pela Exma. Sra. D. Cecília de Souza<sup>355</sup>.

A referência às mulheres como o “belo sexo” pela imprensa não inibia a comparação masculinista entre a performance musical delas e a dos homens. Em geral, os elogios sexistas afirmavam o protagonismo delas em cena, “secundarizando” a interpretação dos músicos. Não obstante, o sexo como componente objetivo era definidor do papel delas na sociedade: seus lugares naturais<sup>356</sup> eram os de esposa e mãe. Pelas variações relacionadas à classe e raça, maior ou menor número de atribuições domésticas também era uma carga sobre os ombros das mulheres. Ainda assim, aprendizes “dedicadas” e “bondosas” que eram, elas se sobressaíam nas interpretações as mais diversas. As óperas que elas aprendiam também eram as favoritas do professor. Verdi e Carlos Gomes, sem sombra de dúvida, compunham os repertórios que José Marques dirigia ou participava.

Sobrenomes mais do que conhecidos, muitas delas se destacavam na arena cultural e política. As Bulhões presentes no palco eram todas irmãs e hábeis pianistas. Quem também participava com bastante frequência do coral, embora não estivesse na ocasião do festival, era Ana Francisca Tocantins. Com voz de soprano, possuía ouvido absoluto e compunha modinhas. Naquela conferência abolicionista de agosto, dirigida por Josephina Bulhões, quase toda a programação acima descrita foi seguida. Por um problema de voz decorrente de alguma condição física acometendo as intérpretes, o primeiro duetto *Fosca* ficou de fora, assim como o romance *Non torno* pela ausência de Júlia Albernaz na cerimônia. Na *Serenata de Schubert*, também Benjamim Serradourada fora substituído pelo músico Joaquim Marques. A execução foi esplendorosa. Angela de Bulhões, casada com Joaquim Natal, era conhecida por sua voz de soprano inconfundível e pelo ativismo nas fileiras do movimento republicano junto ao marido, conhecido amigo de José Marques. Foi o advogado quem pediu, naquela noite, que fosse entoada, para não esmorecer os ânimos, a marcha da revolução:

---

<sup>355</sup> Belkiss S. C. de Mendonça. *A Música em Goiás*, p. 80-81.

<sup>356</sup> A expressão derivava da filosofia aristotélica. A defesa da incompletude feminina aparecia lado a lado ao caráter sagrado, mas também socialmente indispensável, da “mãe de família”. A maternidade não apenas preencheria as supostas falhas da mulher. Cabia a ela ser educada, inclusive na escola, para “regenerar” a sociedade por meio do seu exemplo e da boa educação que daria às filhas e aos filhos. Para isso, a educação escolar era importante. A defesa da educação da mulher seguia esse princípio. *O Publicador Goyano* lançaria campanhas nesse sentido. Ver *O Publicador Goyano*, 1885, edições 10, 02 de maio de 1885; 11, 10 de maio de 1885; 18, 27 de junho de 1885; 39, 21 de novembro de 1885; 42, 12 de dezembro de 1885.

Terminou-se o concerto com a Marselheza, que o habilíssimo músico nosso colega Sr. José do Patrocínio Marques Tocantins, a pedido do Dr. Natal, cantou com sua bela voz de barítono acompanhado de um coro de mais de oito vozes, composto de distintos cavalheiros de nossa sociedade.

NOTA: Após o concerto, houve uma quermesse no outro salão. Logo depois da quermesse, novamente no salão de festas houve a apresentação da comédia em dois atos “Primeiro de Abril” do nosso distinto colega Raphael Torres<sup>357</sup>.

A “bela voz de barítono” de José Marques estava lá junto a seu instrumento musical predileto, o pistão. E como o evento estava só começando, a hora dos leilões chegava. A arrecadação era medida depois. O momento artístico convidava agora a acompanhar a encenação de uma comédia. Na plateia, mais duas mulheres conhecidas pelo combate travado no campo educativo: Silvina Ermelinda Xavier de Britto e Maria Cyríaca Ferreira. A “mestra Silvina” alfabetizava meninas e moças na Escola Normal, freguesia de Sant’Anna<sup>358</sup>, além de ser sócia e presença constante nos círculos do Gabinete Litterario Goyano, ao qual candidatou-se à presidente mesmo com todos os entraves à presença feminina na instituição. Maria Cyríaca Ferreira, por seu turno, professora particular e pública de instrução primária para meninas na freguesia do Rosário, também na capital, estava no Gabinete Litterario Goyano como sócia ao lado da outra mestra e de José Marques.

A comédia de Raphael Torres, figura carimbada nos teatros, e as montagens de espetáculo pela Sociedade Dramática Recreio Artístico dividiam os olhares do público com as representações sobre o abolicionismo. O ano de fundação da Sociedade Dramática é incerto, porém, o quadro de representantes é distinto. Presidida por Luiz Silvério Alves Cruz<sup>359</sup> e por Luiz Gonzaga Confúcio de Sá, vice-presidente, os diretores eram Antonio d’Oliveira Andrade e Joaquim Manoel Correia. Na função de secretários, Benjamin Baptista da Luz e João Fleury Alves D’Amorim. A tesouraria estava sob a ordem do comendador José Gonzaga Sócrates de Sá, irmão de Luiz Gonzaga, inspetor da Tesouraria Provincial e integrante do Partido Conservador. João Luiz Xavier Brandão fazia as vezes de procurador.

---

<sup>357</sup> Belkiss S. C. de Mendonça. *A Música em Goiás*, p. 81-82.

<sup>358</sup> Maria das Graças C. Prudente, *O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na província de Goyaz, século XIX*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2009.

<sup>359</sup> Presidente da província de Goiás de 14 de agosto de 1886 a 9 de agosto de 1887.

<b>Sociedade Dramática Recreio Artístico 188?</b>
Dr. Luiz Silvério Alves Cruz (Presidente)
Luiz Gonzaga Confucio de Sá (Vice-presidente)
Antonio d'Oliveira Andrade (Diretor)
Joaquim Manoel Correia (Diretor)
Benjamin Baptista da Luz (Secretário)
João Fleury Alves D'Amorim (Secretário)

**Quadro 8:** Listagem- Sociedade Dramática Recreio Artístico (188?)<sup>360</sup>  
*Autoria própria, 2023.*

O cenógrafo Ignacio Pereira Leal é quem ia à imprensa dar nota sobre algum espetáculo. José Cintra, abolicionista da Sociedade dos Cadetes e Inferiores e da Sociedade João Clapp, se inteirava também das movimentações da Sociedade Dramática. Como se pode inferir, a companhia não esteve restrita apenas a atores ou especialistas em arte, apesar de possuir, como traço comum à maioria das sociedades emancipadoras, a primazia dos homens na condução das ações. Ainda que sejam bem escassas as fontes relacionadas ao envolvimento das sociedades artísticas no movimento abolicionista, é possível afirmar que, em Goiás, houve mais aderência à campanha do que rejeição. Um dos arranjos teatrais mais famosos e comentados veio antes de as associações libertadoras se disseminarem. A *Mulher-Homem* foi ao palco no Teatro Sant'Anna em fevereiro de 1886. Composta por Valentim Magalhães e Felinto de Almeida, a representação trazia uma composição interessante sobre abolicionismo, opinião pública, imprensa e mais algumas “personagens”. Lida como “surpreendente” por *O Publicador Goyano*, a publicação de revista tinha início:

No 1º ato aparece dormindo tranquilamente a *Opinião pública*, papel que coube com muita justiça ao incomparável Vasques.

José do Patrocínio, muito bem caracterizado por um ator de talento, é o *Abolicionismo*.

Após muitos esforços, a *Opinião pública*, desperta, mais ainda fraca e sonolenta; a todo momento, quer adormecer mas José do Patrocínio a acorda, aviventa-a!

Neste ínterim ascende ao poder o Gabinete Dantas e a *Opinião* fica desperta.

O papel de Diógenes perfeitamente desempenhado, o grande filósofo, vem ao Brasil, país chamado das *caraminholas* apreciar o seu desenvolvimento, a sua civilização.

<sup>360</sup> Embora saiba-se que a instituição foi fundada na década de 1880, não foi possível precisar o ano durante o levantamento.

O papel da *Imprensa*, foi representado com muito talento, faltando apenas vivacidade mais fina, mais penetrante.

Imaginem os leitores que na revista tomam parte todos os jornais da corte, que são assim caracterizados:

*O Paiz*, por um guapo rapaz, ativo sensato e talentoso; o *Apóstolo*, traja sobrepeliz e é afinal de contas um bispo; *A Vanguarda*, trazia capa azul, uma irmã de caridade, talvez; *A Gazeta de Noticias*, com o distinto *Balas de Estalo* à diagonal, é uma matrona gorda e espirituosa; *A Gazeta da Tarde* trazia na frente um diadema brilhante; *O Diario Portuguez* por um indivíduo encoletado e sem... um paletó!...

Mademoiselle Delsol representou o papel da *Semana* e ao entrar em cena foi recebida com aplausos pelo jornalismo.

Que ela é bonita, que ela é cativante, que ela é mimosa, seu canto o diz e nós aplaudimos.

A toilette da S.<sup>a</sup> Delsol é o que pode haver de mais fascinante e luxuoso.

O déficit caracterizado por um esqueleto é o que é horrendo.

Quando a *Imprensa* apresenta a Diógenes a *Música*, pede-lhe o filósofo que cante o que há de melhor na sua arte, e a espirituosa atriz canta com muita graça:

*Chô, chô, chô, Araúna...* (conclua o resto a leitora goiana)<sup>361</sup>.

A peça era um manifesto envolvendo personalidades e instituições na disputa por fazer vencer o abolicionismo. Como a “Opinião pública” não tivesse se tocado ainda de sua obrigação, aparecia o “Abolicionismo”, avivado pelo espírito de combate de José do Patrocínio e abastecido pela ascensão de Manuel Dantas. A crítica ao modo de retratar a imprensa vem acompanhada da descrição, até um pouco jocosa, de alguns jornais pela imagem que passavam. Destaque para *O Paiz* e *A Gazeta da Tarde* pela beleza e esplendor. Era aquela opinião vinda do Brasil central também uma construção sobre as formas do abolicionismo e de um sujeito em específico que, de tanto batalhar pela causa, podia personificá-la, ao menos em licença poética. A música como expressão de arte e ilustração talvez fosse uma referência à glória dos festivais abolicionistas e aos aplausos que se seguiam às apresentações.

A cena seguinte tinha a ver com uma eleição e as trapaças que reinavam em processos do tipo, assistindo Diógenes “estupefato” àquilo sem encontrar o desenvolvimento e a ilustração que acreditava ter o país. Sucedem-se as “arruaças” que levam à substituição do Gabinete Dantas e o “*Abolicionismo*, que já os leitores sabem quem é, perde o braço direito que cai em cena, mas ele não se desanima e prossegue assim mesmo sem um braço na sua propaganda avivando a *Opinião pública*”<sup>362</sup>. O canto triste dos escravizados sexagenários, a *Lei Rio Branco* desiludida. No caos, o

---

<sup>361</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 52, 20 de fevereiro de 1886, p. 1. *Grifos da fonte*.

<sup>362</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 52, 20 de fevereiro de 1886, p. 1. *Grifos da fonte*.

“Abolicionismo” trabalhando e a “Opinião pública” resistindo. Morre o dramaturgo Victor Hugo, que se transfigura solenemente ao som da *Marselhesa*. Aplausos delirantes. A ascensão do Partido Conservador é lamentada e o “Abolicionismo” lutava incessantemente para acordar, sem sucesso, a “Opinião pública”. O filósofo Diógenes se despedia do Brasil sem poder com as “faceirices” das “*Mulatinhas do caroco no pescoço*”<sup>363</sup>. Como ele não encontrou o que buscava, ia em companhia de uma jovem no que parece sugerir a falta de propriedades intelectuais do país e o forte apelo sexual e ao corpo, sobretudo feminino e negro.

Ao dar como certo os efeitos da *Mulher-Homem* para revigorar as iniciativas abolicionistas, *O Publicador Goyano* continuava a denunciar casos de escravização ilegal e reescravização, fortalecer o debate sobre a legitimidade do abolicionismo cristão, a necessidade da imigração, do trabalho livre e da instrução, afora as tramas da política e as notícias do dia a dia. Com tanta coisa para fazer e outras tantas requerendo larga atenção, era preciso uma equipe realmente grande para dar conta no tempo previsto. Na oficina, Pacífico Aranha distribuía os trabalhos de composição e imprimia os jornais. As tipógrafas compositoras, ou seja, aquelas cuja função era alinhar, juntar os tipos e demais elementos gráficos para impressão, eram as jovens Luiza Suzana, Anna Gabriella Tocantins, Maria do Rozario Xavier de Barros e Joana Pereira Marinho. Anna Francisca Tocantins, casada com José Marques, fazia a paginação, vez ou outra redigia textos e gerenciava o espaço.

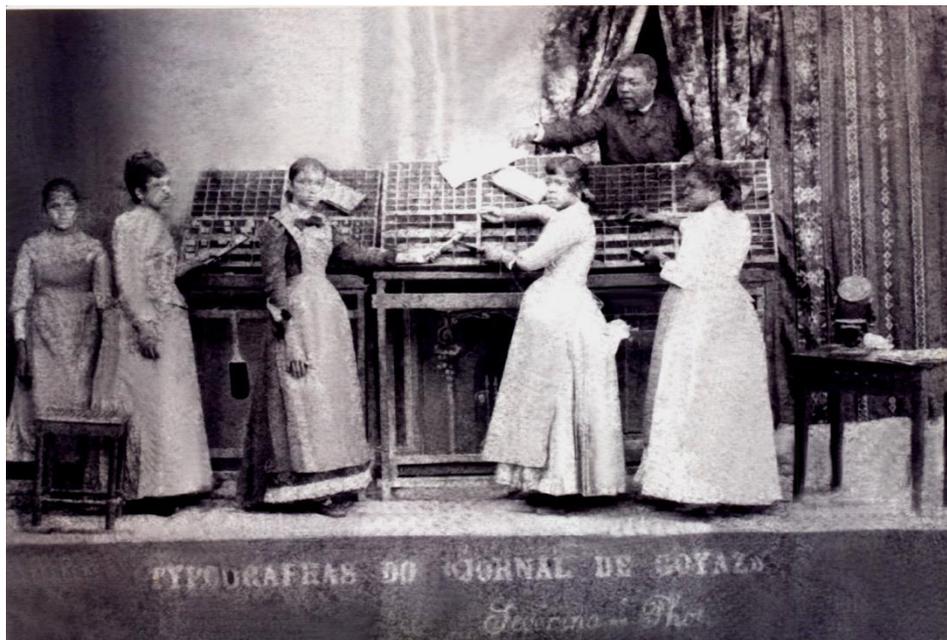
A carga ficou um pouco mais leve com a chegada, pouco depois de aberta a tipografia, de Apolinário Marinho, que auxiliava em trabalhos de toda ordem. No volante da *Marinoni*, Henrique Alfredo Peclat, cuja segunda função era distribuir o jornal. Ele também colaborou em pelo menos um caso de defesa de uma mulher livre escravizada ilegalmente<sup>364</sup>. Com exceção de Henrique

---

<sup>363</sup> Referência à canção “Mulatinha do caroco no pescoço”, que teve várias versões, como analisa a historiadora Keilla Santos. Bastante popular, o enredo, em geral, abrigava conotações sensuais às mulheres de cor “morena”, “faceiras” e “feiticeiras”, sedutoras no olhar e associadas ao pecado. Assim, o termo alude às mulheres negras lidas dentro do repertório associado à mestiçagem daquele momento. Ao passo que reconhece que a constante menção às “mulatinhas” nas modinhas revela o quanto elas ocupavam muitos dos espaços sociais, a historiadora citada defende que o uso reiterado de termos como “mulatinha” coisifica essas sujeitas e mantenha as hierarquias de poder impostas às mulheres negras intocadas, deixando-as reduzidas a imagens de controle. Ver Keilla Vila Flor Santos, *Histórias de mulatinhas: raça e gênero em dinâmicas de poder no Brasil do final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

<sup>364</sup> A mulher era Anna Maria. O relato dela foi descrito em *O Publicador Goyano* por Henrique Peclat. Anna Maria queria provar a improcedência de sua escravização e da de seus filhos. Sua mãe, Romana, era liberta quando a filha nasceu, mas teve sua alforria negada após o falecimento do antigo senhor, Joaquim Brandão. O filho, João Brandão, podendo fazer o que quisesse com os bens do pai, vende Romana e Anna Maria para longe. Vendida a João Dutra, Anna Maria teria passado cerca de quatro décadas em privação do seu direito à liberdade quando Henrique Peclat publica seu assento de batismo e a carta de liberdade de sua mãe. Anna Maria mesmo teria ido atrás dos documentos.

Peclat e Anna Francisca Tocantins, todos os jovens eram sobrinhos de José Marques. Perceber alguns traços dessa dinâmica familiar já informa uma narrativa diversa daquela que restringe famílias negras, cativas ou não, a instrumentos de acumulação. Como sinalizou Robert Slenes, as concepções totalizantes de vulnerabilidade e “patologia”/ausência da família – o historiador se refere à família composta por pessoas escravizadas, mas penso que o mesmo imaginário paire sobre as famílias emancipadas – impedem a constatação de que havia uma sólida investida na manutenção das próprias identidades e de projetos pessoais e em conjunto por esse coletivo. Mecanismos foram ativados e coordenados entre si com propósitos que podem não estar tão explícitos, e, por isso, requerem uma “desmontagem crítica das fontes”<sup>365</sup>, na expressão do historiador.



**Figura 9** – Tipógrafas Compositoras  
Belkiss S. C. de Mendonça. *A Música em Goiás*, 1981.

---

Em discussão esmiuçada do caso, Murilo Borges Silva aponta o quanto a narrativa construída por Henrique Peclat, embora tenha sem dúvidas contribuído para visibilizar o crime, reproduzia “certo discurso de dominação atravessado pelas relações de gênero e condição social”. Isso porque o escrevente desconsidera o lugar dos homens e dos signos da masculinidade. Ao irmão de Anna Maria, Silvério, dizia-se que não teria sido capturado por ser “esperto” e “saber valer seus direitos”. Ver Murilo Borges Silva, *Mulheres Negras e Plurais: ...*, p. 223.

<sup>365</sup> Robert Slenes. *Na Senzala, uma Flor ...*, p. 141.

A fotografia, infelizmente, não relaciona o nome à imagem de cada uma delas e nem o ano do registro. Pelas feições de José Marques, o homem que estende as folhas sobre a máquina, que já está mais velho, dá para saber que a oficina é de *O Publicador Goyano*. Na verdade, as mulheres também colaboraram com *A Tribuna Livre*, exercendo as mesmas funções, antes de irem para a *Perseverança*. No mesmo espaço, elas também escreviam para os jornais *Constitucional* e *Aurora*, o primeiro vinculado ao Partido Conservador e o último, dedicado às mulheres e às produções literárias<sup>366</sup>. Um relato em *O Publicador Goyano* traz mais uma informação relevante: a parte intelectual e as obras em avulso desse jornal com frequência eram atribuição delas<sup>367</sup>.

É bem verdade que a historiografia sobre as mulheres no Brasil ascende desvinculada do debate racial, como discute Giovana Castro<sup>368</sup>. Deparar-se com experiências de mulheres negras livres no século XIX exige entender como, sozinha, a palavra “negro” não possui um sentido, um significado, como expressa Holt<sup>369</sup>, sendo preciso saber como as estruturas colonialistas se combinam para produzir a invisibilidade. É necessário “lermos [as mulheres negras] como corpos diaspóricos, oriundos de um processo que marca a forçada introdução da população negra na sociedade brasileira, colocando frente a frente dois mundos numa hierarquização marcada pelo poder”, como avalia Giovana Castro<sup>370</sup>. Formalmente, as jovens tipógrafas não eram escravizadas, só que, objetivamente, vivendo em tempos de escravidão, além da persistente associação ao cativeiro, havia a determinação de lugares sociais fora da intelectualidade e o reforço aos papéis sexuais. Por mais que sejam experiências cujos detalhes ainda estão encobertos, aí repousa uma quebra nas expectativas de sociedade e imprensa absolutamente dominadas por homens brancos e ricos ou tão somente com a presença de alguns homens negros.

No polo oposto da desracialização que torna mulheres brancas o sujeito universal feminino, as mulheres da *Perseverança* escreviam a própria história contrapondo as imagens inventadas sobre elas. Fossem essas imagens ligadas à força física ou ao corpo hipersexualizado, ali se reorientava os sentidos subjetivos desses corpos porque “é também da diáspora que nascem as matrizes de

---

<sup>366</sup> O *Aurora* teve pouquíssimas edições e dos exemplares não se tem notícia nos arquivos de Goiás.

<sup>367</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 31, 26 de setembro de 1885, p. 4.

<sup>368</sup> Giovana de C. Castro, “E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial”. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, 2021, pp. 170-183. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56086/36720> Acesso em maio de 2023.

<sup>369</sup> Thomas Holt, “Marking”: ...

<sup>370</sup> Giovana de C. Castro, “E eu (ainda) não sou uma mulher negra?” ..., p. 175.

construção de subjetividades sobre as quais se ergueram as estratégias de aglutinação e resistência de mulheres negras ao longo da nossa história, tendo como eixo condutor as águas do Atlântico”<sup>371</sup>. Ali, não reclusas ao espaço doméstico ou à falta de acesso ao conhecimento letrado, elas reinventavam a liberdade.

As longas horas de trabalho da equipe garantiam a edição semanal de *O Publicador Goyano*. Antes do exemplar de 1888 de *O Publicador Goyano* “saudar o Brasil expurgado da escravidão”, o *Goyaz* trazia uma tabela, talvez a última antes da Lei n. 3.353, contendo os valores das subscrições em abril de 1888. A lista congregava a heterogeneidade do movimento, capilarizado entre diversas classes e categorias sociais, instituições e iniciativas particulares:

<b>Tabela 3: Subscrição referente a abril de 1888</b>	
Antonio José Caiado	<b>400\$000</b>
André Ferreira Rios	<b>280\$000</b>
Ignacio S. de Bulhões	<b>250\$000</b>
Adelino de Aguiar	<b>100\$000</b>
Joaquim F. de Carvalho	<b>100\$000</b>
Leopoldo de Bulhões	<b>100\$000</b>
Baggi de Araújo	<b>100\$000</b>
Francisco L. Jardim	<b>100\$000</b>
Felippe Baptista de A.	<b>100\$000</b>
Gaspar Araújo Silva	<b>100\$000</b>
Bernardo Antonio A.	<b>100\$000</b>
Torquato C. e Arlindo F.	<b>100\$000</b>
Sebastião F. e Alfredo C.	<b>50\$000</b>
Luiz Gaudie Fleury	<b>50\$000</b>
Antonio Fleury Curado	<b>50\$000</b>
Guimarães Natal	<b>50\$000</b>
Capitão Britto	<b>50\$000</b>
Antonio Cupertino	<b>50\$000</b>
Major Ernesto e Irmão	<b>50\$000</b>
Antonio José Pereira	<b>30\$000</b>
Sallustino G. da Silveira	<b>25\$000</b>
Miguel da Rocha Lima	<b>20\$000</b>
D. Adelaide da R. Lima	<b>10\$000</b>
Perillo & Viggiano	<b>20\$000</b>
Felippe de Moraes Preto	<b>20\$000</b>
Manoel Camello	<b>20\$000</b>
Augusto T. de M. Leite	<b>20\$000</b>
Antonio X. Guimarães	<b>20\$000</b>
Joaquim Elesbão dos R.	<b>10\$000</b>
Alferes Santiago	<b>10\$000</b>
Olegario Delfino	<b>5\$000</b>

<sup>371</sup> Giovana de C. Castro, “E eu (ainda) não sou uma mulher negra?” ..., *Ibidem*.

Alexandre Cerqueira C.	<b>5\$000</b>
Ignacio Leal	<b>5\$000</b>
Simão de Souza Rego	<b>5\$000</b>
Paulo Ant.º F. Lisbôa	<b>5\$000</b>
Jacinto Rios	<b>5\$000</b>
Ayres Emigídio Dias	<b>5\$000</b>
Publicador Goyano	<b>35\$500</b>
Sociedade João Clapp	<b>37\$410</b>
	<b>2:492\$910</b>

**Fonte:** *Goyaz*, ed. 133, 6 de abril de 1888, p. 4.

O total arrecadado era empregado apenas para a capital. O *Goyaz* divulgou o fim do emprego de mão de obra escrava em 29 de março de 1888, no que foi contestado pelo *Correio Oficial de Goyaz*. Num só golpe, o órgão descrevia a cena da imprensa bulhônica como falaciosa e apontava os nomes de quem ainda abusava gratuitamente da mão de obra negra. A edição do jornal do governo não foi encontrada para análise e não ignoro que a contenda possa ter sido meramente para atacar o grupo liberal, porém, teve quem não se intimidasse em revelar aos quatro cantos que “arrogantes *abolicionistas* do Dr. José Leopoldo por cá, continuam tão aferrados aos seus *pretinhos* que nem mesmo podem dissimular o asco que lhes causa a ideia de vê-los ao andar na rua”<sup>372</sup>. Coincidência ou não, essa dissonância aparecia no mesmo exemplar em comemoração ao 13 de maio:

---

<sup>372</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 172, 09 de junho de 1888, p. 4. *Grifos da fonte*. Na *Seção Livre*, um homem de nome José Rodrigues de Oliveira solicitava à redação anunciar a entrega de seis cartas de liberdade aos últimos cativos, todos jovens, do tenente coronel Francisco Cruz e aproveitava para alfinetar o abolicionismo da oligarquia. O ato não era propriamente uma denúncia, pois pretendia mais exaltar o feito do senhor, mesmo assim, a farpa lançada compreende outro viés, ainda pouquíssimo analisado, sobre os últimos momentos da escravidão em Goiás e os primeiros anos do pós-abolição.



Figura 10 – O Publicador Goyano saudando a instituição da Lei Áurea O Publicador Goyano, ed. 172, 09 de junho de 1888, p. 1.

A abolição seria, assim, uma “árvore grandiosa que, plantada pela imprensa, entrelaçou seus ramos vigorosos por todas as classes da sociedade e foi produzir o seu precioso fruto nas alturas do trono imperial!”<sup>373</sup>. O texto da lei, transcrito em parte no editorial, estava estampado para quem quisesse ver. Ele veio dia 9 de junho. O anúncio havia sido feito antes ao presidente da província Felicíssimo do Espírito Santo, que não comunicou à sociedade o ocorrido. O gesto foi censurado e o governante, chamado de “aboliconista de última hora”. A certeza da notícia veio de um telegrama enviado da Corte a Leopoldo de Bulhões, que possuía relações bem estabelecidas desde antes de ser deputado federal por lá. A confirmação deu lugar aos festejos. Chegava finalmente o tão aguardado dia que contemplava a luta dos anos anteriores. Inicialmente, uma grande passeata, músicas e foguetes. Em seguida, as “diferentes sociedades abolicionistas desfilaram, com seus

<sup>373</sup> O Publicador Goyano, ed. 172, 09 de junho de 1888, p. 1.

estandartes, pelas principais ruas da cidade, sob música da ‘Philarmonica’, homenageando ‘a todos aqueles que cooperaram para a maior conquista social que o espírito brasileiro tem realizado neste século’<sup>374</sup>. O reconhecimento vinha em forma de homenagem aos abolicionistas e às abolicionistas, presidentes de província e à imprensa.

Com a abolição sem cláusula, os libertos que faltavam. O trabalho como necessidade positiva para melhorar a condição social dos egressos surgia como narrativa a fazer frente a uma possível “falta de braços”, que lançaria mais gente nas ruas como “vadios”. A pauta era o preparo para assumir todo tipo de trabalho: “O melhor é cada um limitar-se às proporções dos seus recursos, – ajunte-se com os mais possibilitados, faça a precisa economia para mais tarde passar de camarada a patrão, com o fruto dessas economias e experiências adquiridas à custa de outro”<sup>375</sup>. A opção para contornar tantas limitações de um processo pensado por e para a elite era usar os meios possíveis para sobreviver, sendo um deles, pelo menos imediatamente, trabalhar em troca de salário para quem podia empregar até se conseguir uma autonomia maior. Ainda eram comentadas as agitações no Rio de Janeiro por ocasião da vitória e o passo a passo para a aprovação definitiva do mecanismo legislativo. O destaque era para José do Patrocínio: “A este nosso eminente colega, redator-chefe da *Cidade do Rio* e justamente proclamado chefe da propaganda abolicionista no Brasil, ofereceu a Escola Militar da Corte uma rica pena de ouro cravejada de brilhantes a fim de escrever com ela o artigo sobre a pátria livre”<sup>376</sup>.

A abolição se deu, *O Publicador Goyano* não desapareceu. O motivo principal de criação da folha não mais existia, mas muita coisa surgindo em seguida precisava continuar pautado na imprensa. Tinham especial atenção a discussão envolvendo os rios Tocantins e Araguaia, já que estava autorizado o franqueamento da navegação, e a colonização norte-americana, essa agora tida como “base de prosperidade para Goiás”<sup>377</sup>. Esses eram dois dos embates que ocupavam parte considerável das discussões nos editoriais de José Marques quando ele vem a falecer repentinamente, em 7 de agosto de 1889. Com “saúde e gratidão”, as tipógrafas organizaram uma edição do jornal para despedidas ao jornalista. Naquele dia, às dez horas da noite, o bispo diocesano dom Claudio José administrava a extrema-unção a José Marques, que com apenas 44

---

<sup>374</sup> Maria Augusta Moraes. *História de uma oligarquia: ...*, p. 86.

<sup>375</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 172, 09 de junho de 1888, p. 2.

<sup>376</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 172, 09 de junho de 1888, p. 4.

<sup>377</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 174, 23 de junho de 1888, p. 1.

anos sucumbia pelo diabetes, como aconteceu a seu pai. Todos os depoimentos ressaltavam sua vontade e inteligência perante as dificuldades, além de seu veio abolicionista. Um de seus artigos foi lembrado porque muito ressoou. Ele teria exclamado: “Cada um de nós, sem escravo, produzirá justamente a soma de trabalhos compatíveis com as nossas próprias aptidões”<sup>378</sup>.

No cortejo fúnebre, vários abolicionistas presentes. Às quatro da tarde do dia seguinte, o caixão deixava a sala mortuária suspenso por Leopoldo de Bulhões e Jacome Baggi, magistrado, segurando a parte inferior, e José Joaquim, Chiappini Giuseppe e o dr. Elísio Firmo Martins, que acabava de deixar a presidência da província, apoiando a cabeça. As bandas de música iam em seguida. A do *Batalhão 20º* seguia o comando de Minervino Marques, a *Aliança* era dirigida por Joaquim Marques e a *Filarmonica* estava sob regência de José Rosa. Com a viúva Anna Francisca Tocantins presente, Elísio Martins e Luiz Pitaluga destinavam uma coroa de flores em nome da *Gazeta Goyana*. Os ilustres presentes se aproximavam para fazerem e ouvirem os discursos, a começar por Luiz Pitaluga. O advogado e abolicionista se referia ao amigo como “jornalista de fina têmpera”, um sujeito que se elevou até o nível dos “primeiros da sociedade”<sup>379</sup>, e, de fato, naquele momento José Marques era listado como um dos músicos mais célebres pela *Enciclopédia Internacional W. M. Jackson, Inc. Editores*<sup>380</sup>. Chiappini Giuseppe, o próximo a se pronunciar, tinha conhecido José Marques cerca de um ano antes do fato lamentável. Freqüentador constante da casa do falecido e da viúva, partilhando a mesa deles, Giuseppe apontava o lado afetuoso do marido, pai e amigo sem esquecer a “pena enérgica e verdadeira” daquele “filho do povo no meio de uma sociedade cheias de prejuízos”<sup>381</sup>.

A trajetória intelectual de José Marques e seu aperfeiçoamento na imprensa foi digno de nota por Francisco Albernaz, professor de geografia e história da Escola Normal que, sob o incentivo do jornalista, acabava de montar sua fábrica de ferro. Em seguida, Xavier de Almeida, talvez um homem não tão conhecido pelos demais, ou pelo menos não da imprensa, se aproximava para o adeus. Para ele, a morte do redator-chefe de *O Publicador Goyano* significava um pesar ao povo goiano, à democracia e à liberdade. Um dos maiores “propulsores da causa abolicionista” partia num momento em que outras batalhas precisavam ser travadas em honra à pátria, ele,

---

<sup>378</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 233, 11 de agosto de 1889, p. 2.

<sup>379</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 233, 11 de agosto de 1889, p. 2.

<sup>380</sup> Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*

<sup>381</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 233, 11 de agosto de 1889, p. 2.

“sempre na vanguarda” pela dignidade de todos, contrário ao “despotismo e ignorância”. Como forma de enaltecer os feitos do tipógrafo, ele era comparado aos tidos como excepcionais na arte, como Béranger, Michelet, Proudhon, Pierre Leroux e Lebreton, além do português Lopes de Mendonça.

Um dos depoentes, assinando como “J”, comparava José Marques a Luiz Gama pelo pioneirismo na luta pela abolição na província: “Foi quem aqui mais lutou pelo abolicionismo – era o Luiz Gama de Goiás! Lutou... lutou sempre por tudo que podia trazer o engrandecimento e progresso da província...”<sup>382</sup>. O *Goyaz* ressaltava os primeiros trabalhos do jornalista nas redações de *A Provincia de Goyaz* e *A Tribuna Livre*. A família ficava em dificuldade financeira, tinha José Marques poucos bens. O relacionamento inter-racial possivelmente não tenha agradado a todos, mas dele nasceram Mário, Débora, Inácio, César e Aurora. Conforme descreve Célia Britto, estava Anna Francisca grávida de Aurora quando o marido faleceu. Três meses depois, nascia a pequena de nome iluminado. A viúva permaneceria cuidando dos filhos e filhas e do investimento que seguia funcionando. Ao lado de Pacifico Aranha, Anna Francisca passava a ser sócia da *Perseverança*.

No século posterior, já crescidas, Débora e Aurora Tocantins se tornam referência no campo artístico-musical goiano, como evidenciam Célia Britto<sup>383</sup> e Maria Augusta Rodrigues<sup>384</sup>. Contemporâneas da poetisa negra Leodegária de Jesus (1889-1978), frequentavam elas os mesmos círculos sociais. Aurora e Débora eram cantoras, instrumentistas e compositoras. A primeira compunha modinhas. O álbum *Modinhas Goianas (Vilaboenses)*, em formato LP e interpretado por Maria Augusta Calado, traz a composição “Se Tu Me Pedes”, de Aurora Tocantins e Luis do Couto<sup>385</sup>. Uma referência interessante liga ainda Aurora a Leodegária: ambas estiveram nas fileiras da imprensa. A escritora do primeiro livro de poesia de autoria feminina em Goiás (Coroa de Lírios, 1906) fundaria também o semanário *A Rosa* (1907), jornal que veiculava poemas e era uma espécie de órgão de ativismo das mulheres que escreviam, como define a historiadora Janira Sodré<sup>386</sup>. Por

---

<sup>382</sup> *O Publicador Goyano*, ed. 233, 11 de agosto de 1889, p. 3.

<sup>383</sup> Célia C. S. de Britto. *A Mulher, a História e Goiás ...*

<sup>384</sup> Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*

<sup>385</sup> A faixa citada é a terceira. O respectivo álbum pode ser ouvido no seguinte sítio: <https://immub.org/album/modinhas-goianas-vilaboenses> Acesso em 01 de out. 2024.

<sup>386</sup> Janira Sodré Miranda, Leodegária de Jesus: mulher negra intelectual e poeta em Goiás no pós-abolição. *Portal Geledés*. Disponível em <https://www.geledes.org.br/leodegaria-de-jesus-mulher-negra-intelectual-e-poeta-em-goias-no-pos-abolicao/> Acesso em 01 de out. 2024.

sua vez, foi Aurora quem dirigiu o Bem-te-vi, publicação informativa em manuscrito e com ilustrações, conta Maria Augusta Calado<sup>387</sup>. Já Débora Tocantins, especialista na obra de Frédéric Chopin, fundou a Orquestra Íris, que esteve em vigor entre 1919 e 1924. Aliás, a trajetória dela se cruza a um outro nome, o de Maria Angélica da Costa Brandão, a Nanhá do Couto, pianista negra, cantora lírica, professora e criadora da Orquestra do Cinema Luso-brasileiro (1914-1918)<sup>388</sup>. Segundo conta Katiane Naves, a filha mais velha de José Marques se casou com o também músico Armando Esteves, conhecido flautista, e, à semelhança dos pais dela, juntos constituíram um dos casais reconhecidamente mais talentosos da música goiana<sup>389</sup>.

Como se pôde observar, trajetórias da gente negra se interseccionam num movimento de intenso trânsito social e cultural em meio às hierarquias do poder provincial e imperial. Os tantos caminhos que percorre esta escrita evidenciam uma larga questão. Em face de indícios tão consistentes da participação negra na luta abolicionista e na disputa pela construção da imprensa brasileira, a contribuição dessa parcela da população permanece omitida, pouco conhecida ou é até mesmo alvo de desconhecimento, tanto do público comum quanto daqueles que puderam acessar o ensino superior e os bancos da pós-graduação no país. Os detalhes da vida das personalidades negras a que cheguei nesta pesquisa são apenas uma pequena parte do que guardam os documentos. Por que ignoramos esses vestígios? Por que permanecem as dificuldades em acessá-los? O que isso nos diz sobre hierarquias de poder na sociedade? Como construir um repertório antirracista e antiopressão que nos permita bem interpretar os documentos e também pesquisas de diferentes áreas?

Tais reflexões estão, cada vez mais, na mira de iniciativas de diversas organizações negras. Voltadas a contar nossas histórias, Geledés<sup>390</sup>, CULTNE Acervo<sup>391</sup> e a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros (RHN) se destacam no enfrentamento ao apagamento da memória negra e no dilema de construção de uma história pública. Práticas como essas representam um inestimável ganho à população negra, por certo, mas acrescentam também dimensões e sentidos a

---

<sup>387</sup> Maria Augusta Rodrigues. *A Modinha em Vila Boa ...*

<sup>388</sup> Maria Helena Jayme Borges. A música e o piano na sociedade goiana (1805-1972). Goiânia: UFG, 1999. In: Ângelo Dias, O canto coral em Goiânia: uma trajetória. *Revista UFG*. Ano X, n. 5, dez-2008.

<sup>389</sup> Katiane Di Silva Peres Naves, *Entre memórias e notas musicais: uma história da vida privada do maestro João Ribeiro nas décadas de 1930-1950*. Relatório Técnico. Mestrado Profissional. Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2023.

<sup>390</sup> Pode ser verificada em <https://www.geledes.org.br/> Acesso em 01 de out. 2024.

<sup>391</sup> Pode ser verificada em <https://cultne.tv/> Acesso em 01 de out. 2024.

toda a sociedade ao desnaturalizar o estado como principal agente dos rumos do país e expor a cidadania restrita como debate atual. Um objetivo que alcança as consciências de mulheres negras e homens negros desde a diáspora africana.

\*\*\*



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Histórias de liberdade negra atravessam a imprensa abolicionista goiana como desdobramento de um processo bem maior: a própria luta cotidiana de pessoas negras por bem viver longe das amarras do escravismo e/ou dos prejuízos em virtude das diferenças que as afastavam da imagem do sujeito hegemônico. É certo que a experiência é um campo vasto e a imprensa, assim como as demais fontes acessadas, não poderia abrangê-la integralmente. Porém, vale a demonstração de um traço importante na disputa pelo movimento abolicionista em fins do século XIX: é pela pena de um intelectual negro que entra em cena, em terras *goyazes*, um jornal exclusivamente dedicado a debater a abolição, entendida como solução de parte dos problemas da sociedade brasileira naquele momento. Na verdade, tal demanda fazia parte de toda uma agenda reclamada na imprensa e nas ruas dentro e fora das margens do Império do Brasil. Mas não era só isso. Concomitantemente, e com a mesma importância, eram emitidas opiniões acerca dos melhores encaminhamentos relacionados ao trabalho livre e o que ele poderia impulsionar, como industrialização, imigração, navegação, instrução geral da população e, por conseguinte, formação e organização autônoma da classe operária.

Na conformação da luta abolicionista, estratégias aplicadas anteriormente no tempo foram tomadas como expressão de continuidade do empenho. Tendo a liberdade múltiplos significados, entre invenções e reinvenções, no Goiás oitocentista, sua busca coincidia com a independência, a participação local nos estamentos políticos e a liberdade por direito. E se aquele quase último decênio convivía ainda com a escravidão e suas nódoas mesmo depois do aumento proporcional de gente livre e liberta, *O Publicador Goyano* multiplica as possibilidades de insurgir o debate sobre o abolicionismo. No seio da imprensa, avolumaram-se denúncias do caráter racalista, autoritário e oligárquico das elites agrárias e políticas enquanto as disputas por espaços de decisão, como o âmbito político, seguiram sendo vistas como passíveis de alcance e modificação, ainda que se mantivessem cercadas de impedimentos, como o caso da quase eleição de José Marques bem inscreve – tratada no capítulo 2.

De compreensão quase inaudita até o momento, mas nem por isso menos simbólica, é a adoção de alcunhas no sobrenome relacionadas ao território, como fizeram Bazilio Serradourada, José Iria Serradourada e José Marques, acrescentando o Tocantins. Essa autonegação pode ser interpretada como uma tentativa de autodefinir-se na medida em que é buscada uma ligação com o espaço e o território em que se vive. Como sintetizou o historiador Flávio Gomes, práticas integradas à região em que a população negra traçava suas resistências eram comuns e se davam lado a lado com a manutenção de relações com os demais grupos sociais<sup>392</sup>, o que pode ser observado no quadro geral do abolicionismo goiano. Dessa forma, a busca em questão parecia ser profunda, rizomática, e ansiava uma pertença e participação sociais dentro de uma margem de direitos negados e/ou anulados em virtude da racialização e do racismo.

Naquele contexto, um homem negro dava seus passos pessoais, entre acertos e contradições, em estreita relação com a imprensa, constituindo relações em redações tipográficas, sociedades abolicionistas, salões de música e paroquiais, espaços artísticos e formais de letramento. Ante isso tudo, entre folhas e composições, José Marques, lidando com uma sociedade cujos atravessamentos lhe eram os mais desfavoráveis, como que se equilibra numa corda bamba, e, na viabilidade de soltar a tal corda, procura manter certa margem para alcançar suas pontas. Foi assim com a criação de *O Publicador Goyano*, declarado neutro frente à imprensa político-partidária, vista com desgosto por não atender às queixas de todos os cidadãos; com as denúncias de perpetuação do cativo negro, que infringia as leis e os princípios mais honrados do direito natural e do abolicionismo; com as investidas contra o caráter oligárquico dominante na cena política e na sociedade, isto é, na privação de direitos de toda ordem ao povo.

Observar as repercussões do racismo na sociabilidade e os sentidos das apropriações políticas feitas por sujeitos negros considerando as margens possíveis nos espaços socioculturais exigiu repensar noções consagradas de anomia e centralidade da escravidão. Discutir a tão apregoada decadência aurífera sob o viés da liberdade revelou, por exemplo, o quanto a disputa se distinguiu no aumento da conquista de alforrias, e, desse modo, o teor negativo associado ao evento encobre os efeitos dele sobre aquela população que era considerada apenas mão de obra, mas, em verdade, sustentava o êxito da atividade produtiva. De fato, o cuidado em não reduzir a sociedade

---

<sup>392</sup> Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas* - Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

goiana a seu aspecto agrário ou à dicotomia rural *versus* urbano permitiu acessar as dinâmicas do abolicionismo e pontuar certas características do movimento. Marcado em parte pela crítica moderada, sendo de interesse, principalmente das elites, a garantia de ordem ao processo de modo a equilibrar a balança entre escravistas e abolicionistas, foi tarefa constante da imprensa apontar a aplicação prática insuficiente dos aparatos legais. As contradições envolvendo o Fundo de Emancipação, a Lei dos Sexagenários e o Ventre Livre, obedientes ao princípio gradativo, foram os principais alvos do debate.

Entre similaridades e dessemelhanças, nesse contexto, surgem as sociedades abolicionistas e emancipadoras aglutinando estamentos como o militar, as elites, o clero, jornalistas, professores, estudantes, pessoas livres e libertas. A retórica em defesa da libertação se dividia em posicionamentos laicos e cristãos, dinâmica verificada na composição dos estatutos das sociedades, nas exposições públicas de seus oradores e em espaços de disputa dos abolicionistas negros, como a imprensa. Importa mencionar a ampliação dos espaços artísticos e culturais em Goiás e a abertura à laicidade como fenômenos ainda pouco estudados em sua convergência com o abolicionismo no fim do século XIX. Como demonstrado, tem-se uma apropriação tanto de representações católico-cristãs (o exemplo do Cristo, figura humana e divina), quanto dos princípios do direito natural. Invocados ao mesmo tempo, embora podendo predominar um ou outro campo de ideias, surgia a síntese de que o direito, como Cristo, igualava a humanidade. No mesmo campo discursivo, a escravidão, instituição legal, era também tirania para a qual o direito da força valia, a depender das circunstâncias.

As redes abolicionistas goianas, como se buscou demonstrar, operavam a partir de exemplos de outras províncias, notabilizando os feitos alcançados e reproduzindo estratégias de campanha. Cultura e política ladearam a defesa da libertação negra em compasso às mudanças que a nação enfrentava frente ao panorama global de luta pelo trabalho livre e modernização das relações sociais. Enquanto o movimento abolicionista ganhava fôlego e multiplicavam-se os defensores da instauração de um novo regime político, a república, na construção dos possíveis próximos rumos do país, Goiás tinha tudo para dar continuidade a seu desenvolvimento, o que já vinha ocorrendo – ainda que a passos vagarosos, segundo a imprensa –, e contribuir, ao lado das demais províncias, para fortalecer os predicados do país frente às nações estrangeiras. Com um ponto e um plano, a necessidade de informar a população quanto à substituição do modelo de

trabalho vinha acompanhada da reivindicação de educação integral aos cidadãos. Trabalho livre, instrução, população liberta e imigração compuseram uma complexa equação para a qual os abolicionistas negros propuseram métodos e soluções utilizando as plataformas de debate que dominavam.

Mesmo que com as limitações expressas envolvendo não alcance de fontes, tentei evidenciar os laços existentes e as similaridades nas práticas abolicionistas e naquelas travadas nas arenas pública e privada. Não havendo um sistema de oportunidades para a gente negra, uma das principais lições aprendidas por todos aqueles homens parece ter sido a observação das frestas contidas, principalmente, nos aparatos legais. Não se tratava de defesa ingênua desses modelos como perfeitamente prontos e aplicáveis a todos com o mesmo rigor (porque, de fato, não se poderia esperar que isso acontecesse sempre), só que tecer ações respaldadas em um estatuto em tese coletivo garantiria a legitimidade necessária à luta por justiça. É em meio a tamanho clima de suspeição e incerteza e de ânimos tão exaltados que a luta por cidadania se consolida, mobilizando e dando centralidade aos mesmos aspectos que, antagonicamente, definiam a restrição de direitos, a saber, raça, classe e, não raro, o sexo. As pistas encontradas naquele instante da luta dos trabalhadores dimensionam um panorama bem menos amistoso do que aquele que convencionou pintar o Brasil e seu povo em tons brandos diante dos desmandos do Estado, suas instituições e personalidades ditas importantes.



## FONTES

### CARTOGRAFIA

Mapa de Goiás em 1892. Fragmento da *Carta da Republica dos Estados Unidos do Brazil*, de 1892. Disponível em <https://www.brasil-turismo.com/goias/seculo19.htm> Acesso em 30 de set. de 2024.

### FONTES IMPRESSAS

#### Jornais<sup>393</sup>

*A Imigração*

*A Reforma*

*A Tribuna Livre*

*Correio Official de Goyaz*

*Goyaz*

*O Publicador Goyano*

#### Memórias e ensaios de época

ALVELLOS, Francisco de Paulla. *Pustula maligna e seu tratamento*. Tese (Inalgural). Bahia: Typographia do Diário, Faculdade de Medicina da Bahia, 1872.

CURADO, Sebastião F. *Memórias Históricas*. Edição Fac-similar. Goiânia, GO: Editora da UFG, 1989, p. 173.

#### Legislação, projetos e debates parlamentares

BRASIL. *Anotações à Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871*. Por Luiz de Souza da Silveira. Biblioteca do Senado Federal. Maranhão: Typographia do Frias, 1876.

\_\_\_\_\_. Actos do poder legislativo. *LEI Nº 3.270, DE 28 DE SETEMBRO DE 1885*. Instituída a liberdade às pessoas escravizadas acima de 60 anos de idade. Disponível em

---

<sup>393</sup> Os jornais foram consultados no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: [hemerotecadigital.bn.br/](http://hemerotecadigital.bn.br/).

<https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis%201885-858pag/pdf02.pdf#page=7> Acesso em: maio de 2023.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Organizações e programas ministeriaes desde 1822 a 1889: notas explicativas sobre moções de confiança, com alguns dos mais importantes Decretos e Leis, resumo histórico sobre a discussão do Acto Adicional, Lei de Interpretação, Código Criminal, do Processo e Commercial, lei de terras, etc., etc., com varios esclarecimentos e quadros estatísticos. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1889. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em: maio de 2023.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 2.675, de 20 de setembro de 1875. Lei do Terço. Reforma a legislação eleitoral. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacaooriginal-65281-pl.html> Acesso em abril de 2023.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. Approva o regulamento geral para a execução da Lei n. 2.040 de 28 de Setembro de 1871. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html> Acesso em: maio de 2023.

\_\_\_\_\_. *LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830*. Manda executar o Código Criminal. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm#art60](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm#art60) Acesso em: novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. *LEI Nº 4 DE 10 DE JUNHO DE 1835*. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM4.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm) Acesso em: novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. *LEI Nº 3.310 DE 15 DE OUTUBRO DE 1886*. Revoga o art. 60 do Código Criminal e a Lei n. 4 de 10 de Junho de 1835, na parte em que impoem a pena de açoutes. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3310-15-outubro-1886-543161-norma-pl.html#:~:text=Portal%20da%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados> Acesso em: outubro de 2024.

DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado, e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva. Natural do Rio de Janeiro. Tomo Primeiro, v. 1: A – K. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Junho de 1789. Disponível

em <https://dn720805.ca.archive.org/0/items/diccionariodalim00mora/diccionariodalim00mora.pdf>  
Acesso em 30 de set. 2024.

LIVRO DA LEI GOYANA. *Contém as Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa da Província de Goiás em as Sessões Ordinárias de 1856*. Goiás: Typographia Goyazense, 1856.

Disponível em  
[http://www.gabinetecivil.go.gov.br/legislacao\\_helio\\_amaral/leis\\_goyanas\\_1856.pdf](http://www.gabinetecivil.go.gov.br/legislacao_helio_amaral/leis_goyanas_1856.pdf) Acesso em:  
abril de  
2023.

### **Estatísticas**

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística (DGE). *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1876.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. “Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista”. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, setembro-dezembro de 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/M5yHngkjXzwdQ6GFtfTngN/?lang=pt>. Acesso em: maio de 2023.

ALVES-MELO, Patricia. *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Curitiba: CRV, 2021.

BARBOSA, Alessandra Tavares de Souza Pessanha. *A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

BARRETO, Gustavo. “Sociedade Central de Imigração: em defesa do eurocentrismo e contra a ‘ameaça’ do ‘elemento chinês’, cujo ‘ódio à raça branca é innato’”. *Mídia Cidadã*. 06 de março de 2014. Disponível em <https://midiacidade.org/sociedade-central-de-immigracao-em-defesa-do-eurocentrismo-e-contra-a-ameaca-doelemento-chinez-cujo-odio-a-raca-branca-e-innato/> Acesso em maio de 2023.

BORGES, Maria Helena Jayme. *A música e o piano na sociedade goiana (1805-1972)*. Goiânia: UFG, 1999. In: DIAS, Ângelo. *O canto coral em Goiânia: uma trajetória*. *Revista UFG*. Ano X, n. 5, dezembro de 2008.

BRASIL, Bruno. “Sociedade Central de Imigração”. BNDigital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/sociedade-central-de-immigracao/> Acesso em: maio de 2023.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRITO, Ênio. “O primeiro grande movimento social brasileiro: campanha abolicionista (1868-1888)”. In: OLIVEIRA, Ellen dos Santos (org.). *Escravidão e Racismo: 150 anos da Lei do Ventre Livre*. Itapiranga: Schreibern, 2021.

BRITTO, Célia Coutinho S. de. *A Mulher, a História e Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1974.

CASTELLANI, José; CARVALHO, William A. de. *História do Grande Oriente do Brasil – A maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras Editora, 2009.

CASTRO, Giovana de C. “E eu (ainda) não sou uma mulher? Gênero, interseccionalidade e silêncio racial”. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56086/36720> Acesso em: maio de 2023.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, 2009. Disponível em <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558/1968>. Acesso em: março de 2022.

CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia M. (orgs.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.

CHALHOUB, Sidney. “A histórias nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena. Unicamp, 1991. Disponível em [https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727772b22482e5c003755e4/1462204209466/02\\_Chalhoub%2C+Sidney.pdf](https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727772b22482e5c003755e4/1462204209466/02_Chalhoub%2C+Sidney.pdf). Acesso em: outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2018.

CORRÊA, Carolina P. “Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: o que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos”. *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Disponível em <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2006/D06A003.pdf> Acesso em: outubro de 2022.

COSER, Ivo. “O conceito de federalismo e a ideia de interesse no Brasil do século XIX”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, novembro de 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/3dTJjCxLX5DjWrndqHr8sDh/>. Acesso em: agosto de 2022.

CRUZ, Itan. *A serviço de Sua Alteza imperial: Amanda Paranaguá Dória, dama da princesa Isabel (1849-1931)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018

\_\_\_\_\_. *Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022.

FANON, Frantz. *Por uma revolução africana: textos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2021.

\_\_\_\_\_. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ligia Fonseca. “Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan”. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, agosto de 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/zJHRTBVXN8tqfknkJNhG5YPk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em agosto de 2022.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. “Concepções e objetivos da política imigratória brasileira, 1850-1889”. *Diálogos*, Maringá, v. 26, n. 3, setembro-dezembro de 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60286/751375155581>. Acesso em: maio de 2023.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. *A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GONÇALVES, Ari. “Cesário Alvim – A saga de jovem advogado do interior que se tornaria figura destacada do Império e prócer da República”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. ?, n. ?. Disponível em <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1240/1173> Acesso em: maio de 2023.

GONZALEZ, Lélia. “A democracia racial: uma militância”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). *Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020, pp. 289-291.

HEINEBERG, Ilana Heineberg. “Peri com sotaque francês: um estudo preliminar de três traduções de *O Guarani* no século XIX”. In: PELOGGIO, Marcelo A.; VASCONCELOS, Arlene F.; BEZERRA, Valéria. C. (orgs.). *José de Alencar: século XXI*. Fortaleza: Edições UFC, 2015, pp. 241-265.

HOLT, Thomas C. “Marking: Race, Race-making, and the Writing of History”. *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, fevereiro de 1995. Oxford University Press on behalf of the

American Historical Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2167981>. Acesso em março de 2022.

JUNIOR, José Pereira de Sousa. *Irmandades religiosas na Parahyba do norte: espaços de luta, devoção e festa (1840-1880)*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

KARASCH, Mary C. *Before Brasilia: frontier life in Central Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX*. Tese de Livre-Docência. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2008.

LARA, Silvia H. “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, n. 12, outubro de 1995. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/11300/8283>. Acesso em: maio de 2022.

\_\_\_\_\_. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, n. 16, fevereiro de 1998. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185> Acesso em maio de 2022.

\_\_\_\_\_. “Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico”. In: *Dossiê Escravidão. LPH Revista de História*, v. 3, n. 1, 1992. Dep. Hist./UFOP. Disponível em [https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph\\_revista\\_3.pdf?m=1525724438](https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/lph_revista_3.pdf?m=1525724438). Acesso em: maio de 2022.

LARINDO, Aparecida M. *José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889): trajetória de um afrodescendente na província de Goiás no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

LIMA, Ana Paula O. *Imprensa abolicionista e resistência negra em Goiás no século XIX*. Monografia de Graduação. Goiânia: Instituto Federal de Goiás, 2019.

LIMA, Helder Lameira. *Negros e imprensa: a trajetória de João da Cruz e os satíricos triolets do Diário de Notícias (Maranhão-Pará, 1864-1887)*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2024.

LIMA, Lucas Bittencourt. “O movimento separatista pró-Tocantins e a re-divisão territorial do estado de Goiás no século XX”. V *GEOSIMPÓSIO*. V Simpósio Nacional de Geografia Política,

Território e Poder e III Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços: Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Disponível em <https://geosimposiounifal.files.wordpress.com/2019/09/lucasbit.pdf> Acesso em setembro de 2022.

LOIOLA, Maria Lemke. *Trajetórias Atlânticas, Percursos para a Liberdade: Africanos e Descendentes na Capitania dos Guayazes*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

LUCA, Tania Regina de. “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. “Clínica médica no sertão do Brasil”. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. Disponível em [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413\\_59e469b07a988d662e53cc121be2a237.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413_59e469b07a988d662e53cc121be2a237.pdf) Acesso em: outubro de 2022.

MAGALINSKI, Júlia Maria. *Imigração para Goiás – (1920-1952): política e prática*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1987.

MENDONÇA, Belkiss S. *A Música em Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Editora da UFG, 1981.

MESQUITA, Mariana. *Pelas Contas do Rosário – Sentidos da cidadania na irmandade dos homens pretos de Salvador no pós-abolição (1888-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

MIRANDA, Janira Sodré. Leodegária de Jesus: mulher negra intelectual e poeta em Goiás no pós-abolição. *Nossas Histórias, Portal Geledés*, 2021.

MORAES, Cristina de Cássia P. *Do Corpo Místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás (1736-1808)*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

MORAES, Maria Augusta de S. “O Abolicionismo em Goiás”. In: PAULA, Eurípedes Simões de (org.). *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. Trabalho livre e trabalho escravo. v. 1, São Paulo, 1973.

\_\_\_\_\_. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1974.

MOREYRA, Sérgio P. “A Independência em Goiás”. *Revista de História*, v. 46, n. 94, 1973. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132004>. Acesso em: setembro de 2022.

MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA. Estudo de caso: comunidade quilombola kalunga. Disponível em <https://porlatierra.org/docs/a72dac0268841fe42cab6fe0380d039d.pdf> Acesso em: outubro de 2022.

NASCIMENTO, Álvaro P. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, setembro-dezembro de 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/vBTQbYFXtqwMXCHR6sfsN7Q/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: março de 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento Quilombola e Intelectual – Possibilidade nos dias da destruição*. União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA) / Filhos da África, 2018.

Katiane Di Silva Peres Naves. *Entre memórias e notas musicais: uma história da vida privada do maestro João Ribeiro nas décadas de 1930-1950*. Relatório Técnico. Mestrado Profissional. Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2023.

NEGRO, Antonio L; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/vh/a/JdnBvbdRnR4Mbv4jHfX7RFk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: março de 2022.

NEVES, Pedro M. *Liberdade sem sustos nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

NUNES, Barbosa. Loja Maçônica Azilo da Razão 0167. Disponível em <https://www.masonic.com.br/lojas/0167.html>. Acesso em: maio de 2023.

NUNES, Radamés Vieira. “Abolição, poder e liberdade no norte de Goyaz: o caso de Faustino Pereira e Joaquim Ayres”. *OPSIS (Online)*, v. 19, n. ?, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/53833> Acesso em outubro de 2024.

PASSOS, Elder Camargo de. *Goyaz: de arraial a patrimônio mundial*. Goiânia: Kelps, 2018.

- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo, de Porto Alegre (1892-1911)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- PESSANHA, Andréa Santos da S. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, UFF, 2006.
- PINTO, Ana Flávia M. *De Pele Escura e Tinta Preta: a Imprensa Negra no Século XIX (1833-1899)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- \_\_\_\_\_. “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 66, janeiro-abril de 2019, pp. 267-286. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/WcNnRdY3FfJqByjLW8rnbbT/abstract/?lang=pt> Acesso em 01 de out. 2024.
- PRUDENTE, Maria das Graças C. *O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na província de Goyaz, século XIX*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2009.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito – A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- REIS, Sivaldo. *Maxwell Assumpcao Alakija: a trajetória e militância de um africano na Bahia (1871-1933)*. Ouro Preto: Caravana, 2021.
- RIBEIRO, Jonas Roque. *A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, janeiro-junho de 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/> Acesso em: junho de 2022.
- RODRIGUES, Maria Augusta C. de S. *A Modinha em Vila Boa de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Editora da UFG, 1982.
- SALLES, Gilka. *Trabalho livre e trabalho escravo*. 1971. Euripedes Simões de Paula (Org.) Coleção da Revista de História. São Paulo. 1973.

\_\_\_\_\_. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANDES, Noé F.; ARRAIS, Cristiano A. “*História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança*”. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, setembro-dezembro de 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/vh/a/JdnBvbdRnR4Mbv4jHfX7RFk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: abril de 2022.

SANT’ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

SANTOS, Aderaldo Pereira dos. *Arma da Educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Alexandre Coelho dos. “A participação maçônica na abolição da escravidão em Goiás”. *VIII Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG*. Desafios e Perspectivas da Universidade Pública para o Pós-Pandemia. 2021. Disponível em <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo585c52269e506bf94911f70bf437fd8b07f3f87f-arquivo.pdf> Acesso em: maio de 2023.

SANTOS, Fernando M. dos. *Veiga Valle: da morte do homem ao nascimento do artista (1874-1983)*. Dissertação de Mestrado. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018.

SANTOS, Keilla V. F. *Histórias de mulatinhas: raça e gênero em dinâmicas de poder no Brasil do final do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

SEIGEL, Micol. “Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn”. *Radical History Review*. Issue 91, 2005. Disponível em <https://www.english.upenn.edu/sites/www.english.upenn.edu/files/SeigelBeyondCompare.pdf> Acesso em: março de 2023.

SILVA, Lucian Souza da. *Esmagando a cabeça da hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888*. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

SILVA, Maria da Conceição. “A ausência do celibato na cidade de Goiás no século XIX: concupiscência e pecado”. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, janeiro-junho de 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/vh/a/cNWZ58k3hVd8TTm7dxzgfxp/?lang=pt>. Acesso em: janeiro de 2023.

- SILVA, Martiniano José da. *Quilombos do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719 - 1888). Introdução ao Estudo da Escravidão*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1998.
- SILVA, Michel Goulart. “E. P. Thompson e o conceito de classes sociais”. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*. Boa Vista, v. 6, n. 18, 2021. Disponível em <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/343>. Acesso em: agosto de 2022.
- SILVA, Murilo Borges. *Mulheres Negras Plurais: gênero, raça e sexualidade em Goiás no século XIX*. Tese de Doutorado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Pelos caminhos da abolição: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí - GO*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.
- SILVEIRA, Helen da Silva. *Eu négo que aqui só tenha branco: experiências de um clube negro na cidade de Venâncio Aires/RS*. Monografia de Graduação. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- SILVÉRIO, Ismael Rodrigues. *A trajetória artística de José do Patrocínio Marques Tocantins: um estudo sobre arte, etnia e poder na Cidade de Goiás entre 1844 a 1889*. Monografia de Graduação. Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2012.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. *A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880 - c. 1900)*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- SOUZA, Jacó dos Santos. *Outros Sujeitos da Abolição: itinerários de abolicionistas no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1880-1891)*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The Essential E. P. Thompson*. Dorothy Thompson (Org.). New York: New York Press, 2001.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado – Poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016.